

Arquivo

Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique



SUMÁRIO

Apresentação	3
A Guerra em Bango, Chongoene, Gaza, 1988-1992, e as Fugas e Regresso nas Redes de Parentesco e Trabalho Migratório, <i>por Gerhard Liesegang</i>	5
Mulheres e Guerra: Reintegração Social das Mulheres Regressadas das "Zonas da Renamo" no Distrito de Mandlakazi, <i>por Elisa Muianga</i>	47
As Eleições Multipartidárias de Outubro de 1994 na Província de Gaza: Uma Análise, <i>por Alex Vines</i>	93
A Missão Suíça e o Sistema de Educação Não Formal para Raparigas: As Experiências de Maússe e Chicumbane (1930-1974), <i>por Teresa Cruz e Silva</i>	115
Entrevista: Subsídios para a Biografia de Samora Machel,	129
Documento: Cinco Relatórios de Inspeção ao Antigo Concelho de Gaza	169
Fontes para o Estudo da História e Economia Política de Gaza, <i>por Luís António Covane</i>	231

Arquivo

Boletim Semestral do
Arquivo Histórico de Moçambique
Universidade Eduardo Mondlane

Director: Inês Nogueira da Costa
Editor: João Paulo Borges Coelho

47/INLD/87
No.18, Outubro de 1995

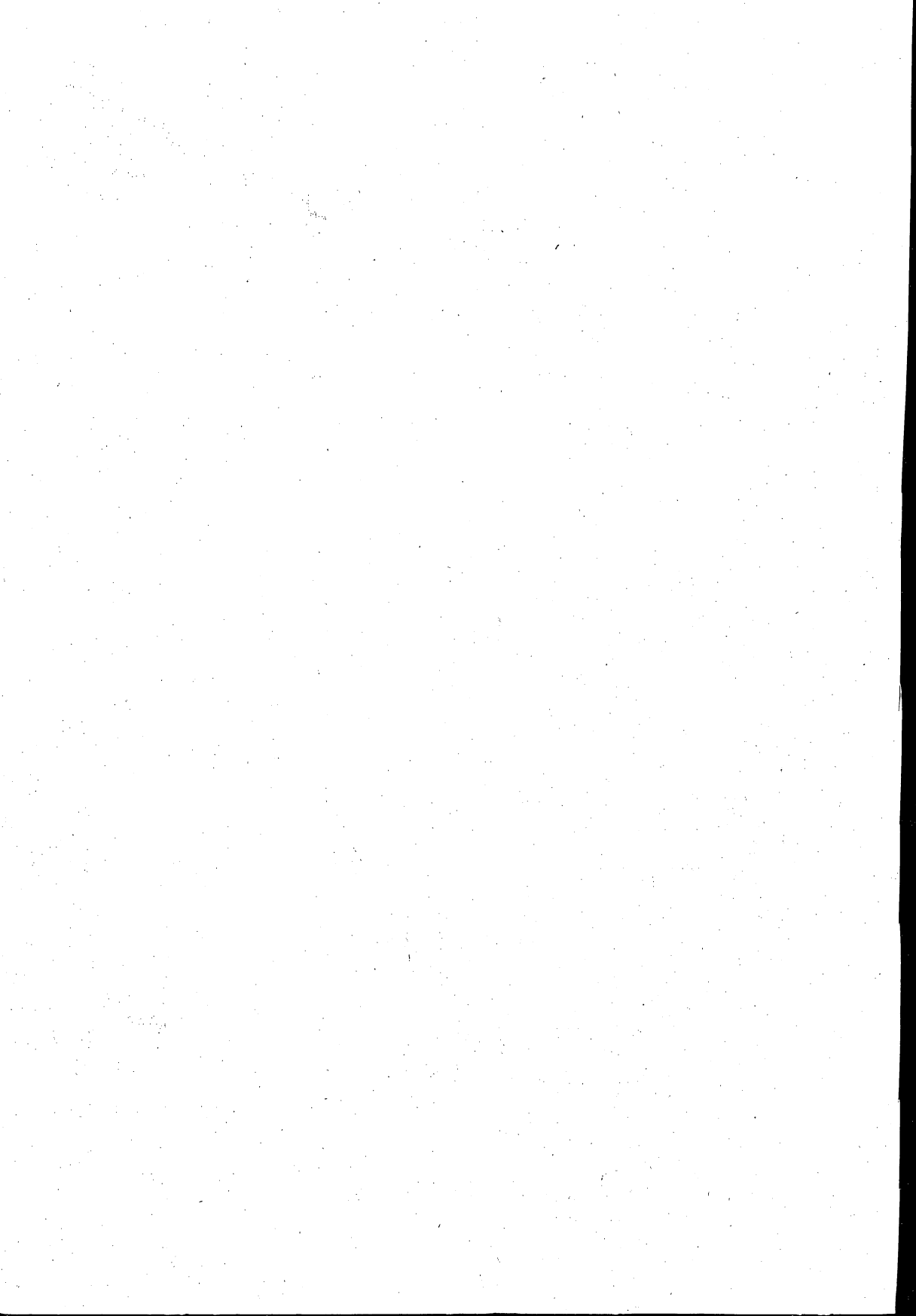
APRESENTAÇÃO

O presente número do ARQUIVO é composto por textos de alguma forma relacionados com a Província de Gaza.

Na primeira parte apresentamos trabalhos que versam aspectos da história mais recente da Província. Gerhard Liesegang, a partir do caso da aldeia de Bango, explora o interessante mundo das redes de parentesco e a forma como foram utilizadas pelas famílias para enfrentar o flagelo da guerra. Elisa Muianga investiga a forma como a guerra afectou as mulheres camponesas na região de Mandlakazi, mostrando o grande esforço das comunidades locais para "resolver" o passado, reintegrar os seus membros — em suma, para se reconstituir. Alex Vines dá-nos um relato da realização das primeiras eleições multipartidárias em Chibuto e Chigubo, vista pelos olhos dos observadores internacionais.

Na segunda parte, Teresa Cruz e Silva discute a experiência educativa da Missão Suíça nas escolas de Maússe e Chicumbane, e como a sua perspectiva conservadora contribuiu para reforçar o papel subalterno da mulher na sociedade. Na rubrica "Entrevista" apresentamos algum material recolhido em 1983, no âmbito do projecto de recolha de fontes orais para a história, do Arquivo Histórico de Moçambique. Ele é composto por uma série de entrevistas sobre a família e a juventude de Samora Machel. Na rubrica "Documento", apresentamos cinco relatórios de inspecção que versam sobretudo a política colonial de populações em Gaza, entre as décadas de 40 e 60. Finalmente, Luís Covane apresenta-nos uma bibliografia relacionada com a Província de Gaza.

Inês Nogueira da Costa



A GUERRA EM BANGO, CHONGUENE, GAZA, 1988 — 1992 E AS FUGAS E REGRESSO NAS REDES DE PARENTESCO E TRABALHO MIGRATÓRIO

*Gerhard Liesegang**

I INTRODUÇÃO¹

1. A Zona de Estudo e os Seus Recursos

Bango era o nome com que ficara um pequeno regulado do tempo colonial, com uma área aproximada de 16 a 26 km².² Situa-se a norte de Chongoene, a norte de Xai-Xai, na Província de Gaza. Era um de 15 ou 16 regulados³ resultantes da subdivisão da área nuclear do estado de Bingwana Mondlane, que reinou de c.1855 a 1889⁴ e foi substituído pelo seu filho Xipenenyane (1889-1898). Essa subdivisão, que se baseou em estruturas linhageiras preexistentes, parece ter prevalecido em definitivo depois da deportação de Xipenenyane para a ilha de Moçambique em ca.1898,⁵ e não se viria a modificar muito durante todo o período colonial. Parece que todos os regulados resultantes da subdivisão mantiveram régulos/regedores do clã Mondlane.⁶ Há informantes que pensam que Bango, como os nomes de regedorias vizinhas como Chau, Chirime, etc., seria um *xibongo* (nome clânico) de um grupo de pessoas que viveram nesta área antes das conquistas de Mondlane, mas um

**Docente do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane.*

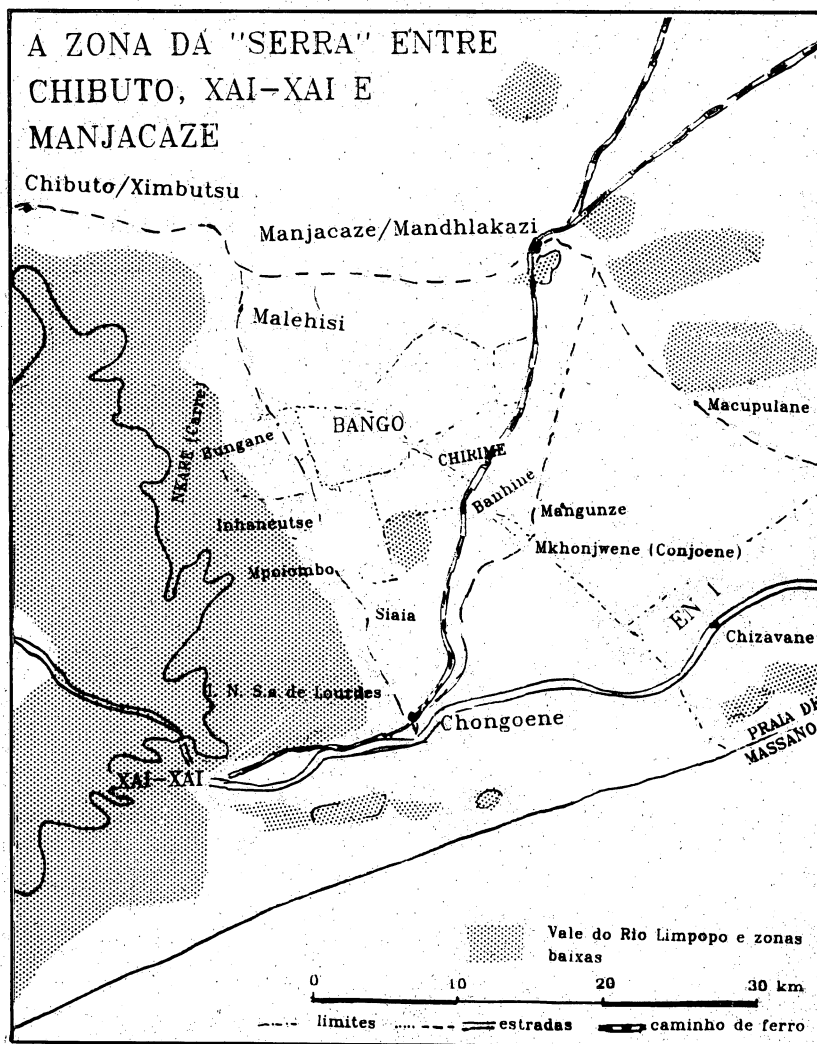
informador, Samuel Nkondlane Mondlane, propôs outra etimologia e explicação.⁷

Bango fica a 10 km a oeste de Chirrime, onde Bingwane viveu os últimos momentos da sua vida cercado por tropas de Ngungunyane. Tal como as outras chefaturas no interior do Estado de Bingwana, Bango parece ter tido o seu *khokholo*, uma fortificação constituída por troncos de árvores. O solo escuro da antiga lixeira desta paliçada é visível a noroeste da povoação, no actual campo de futebol. Não sabemos se terão havido lutas entre a população local e os guerreiros de Gaza. Depois da derrota de Gaza (1895) também aqui se fixou um certo número de ndau⁸ que não regressaram ao norte e cujos descendentes se assimilaram e entrecasaram com a população local.

A zona de Bango encontra-se na "serra", isso é, na terra alta da margem este do vale do rio Limpopo. Não inclui terras do vale ou de baixas com solos argilosos. O seu solo varia de areia vermelha (*jihu*) junto à estrada, no oeste, onde a antiga duna é mais alta, a solos vermelho-castanhos mais a leste e noroeste. A cor castanha, que dá lugar a uma superfície esbranquiçada depois das chuvas, deve-se à presença de húmus e detritos de povoações. Na direcção de oeste para este os solos ficam cada vez mais brancos, aproximando-se dos da zona de Banhine.⁹

Bango é uma zona normalmente destituída de água à superfície. Há dois vales secos entre a estrada e o bairro 6, mas estes normalmente não tem água em Bango. Ao norte da zona, em direcção ao vale que chega a Bungane, existe uma baixa que em certos anos tem água (tal aconteceu p.e. em 1985). As crianças tomaram banho ali. Em 1994-5 havia apenas poços nesta área.

Não obstante a falta de rios e lagos, há um certo potencial agrícola. A agricultura é dependente da chuva e da fertilidade do solo. Como a zona se encontra relativamente perto da costa, há probabilidade de receber chuvas em todas as estações do ano. Devido ao facto de a evapotranspiração ser menor durante o período frio, consegue-se muitas vezes também uma colheita na estação fria, quando a pluviosidade média é menor que na estação quente. Milho, mandioca, cajú e feijão *nhemba* são produtos importantes.



Entre os animais criados, predominam os cabritos e galinhas. Há também porcos (geralmente pretos), escassas cabeças de gado bovino (devido à falta de pastos), coelhos e cobaias (*xikarapitana*). Todos estes animais tiveram que ser reintroduzidos na área depois da guerra.

Um tema que merece ser investigado é o do desenvolvimento da população. Em 1909 a população recenseada era de 1.141 pessoas, em 1940 de 1.076¹⁰ e em 1985 talvez pouco mais de 1.200. Como explicação para tal estabilidade, é possível que a zona já tenha antigido o número de população que pode sustentar ou que a área do regulado tenha diminuído. Mas mais provável ainda parece a hipótese que uma grande parte da população nascida na área emigrou para as cidades mantendo os números locais estáveis. Pensamos que quase metade da população nascida na área está hoje residindo fora dela.

Como corolário da agricultura de queimadas, desapareceram, talvez a partir de 1950, quase todos os trechos de mato secular fechado que se mantinham ainda por volta de 1940. Estabeleceu-se um mato secundário ou mesmo terceário de cajueiros, *brachystegia (ntsondzo)*, massaleiras, etc., protegido em tempos de paz, até certo ponto, das queimadas controladas e descontroladas, alimentadas principalmente das gramíneas. Já é quase típico para a zona entre Congoene e Malehice as casas antigas terem alguns coqueiros, hoje com 20 a 40 anos, no quintal ou em frente das casas. Na zona encontram-se também papaeiras, laranjeiras, limoeiros, algumas goiabeiras, maracujá, etc.

A vegetação apresenta-se portanto hoje profundamente influenciada pelo homem. Predominam o já referido *ntsondzo* (*brachystegia spiciformis*, tambeira), que é característico da zona *khambana* e outras zonas do interior, mais ao norte,¹¹ e que facilmente rebenta das raízes e produz muitas sementes, *nkanye* (*sclerocarya birrea*, canhoeiro), *nkadju* (*anacardium occidentale*, cajueiro), e outras árvores de fruto menos domesticadas como o *phimbi* (*garcinia livingstonei*), *nsala* (*strychnos spinosa*, massaleira), *nkukhu* (*trichilia emetica*, mafurreira), *nyamarha* (*ekebergia*), etc. As árvores velhas ou mortas apresentam-se às vezes cobertas de líquenes pendurados como barbas. Os arbustos e pequenas árvores

quase permanentemente verdes como a *tabernaemontana elegans* são um indício da humidade relativamente elevada dos solos.

2. O Trabalho de Campo e o Desenvolvimento da Temática

Durante o trabalho de campo foram recolhidos relatos de voluntários sobre o seu rapto ou percursos realizados durante a guerra, para podermos compreender elementos estruturais nos acontecimentos. Um inquérito tentou estabelecer em dois quarteirões o número de pessoas raptadas e/ou mortas na guerra. Como tanto na fuga como no regresso a população não obteve qualquer apoio do governo ou de organizações não-governamentais, havia logo nos primeiros contactos uma certa predisposição para falar, mesmo a título de documentação histórica, embora algumas pessoas pensassem que as entrevistas tinham por finalidade preparar uma distribuição de milho ou conceder uma compensação aos principais lesados¹².

No que toca ao conceito de movimento nas "redes de parentesco e do trabalho migratório", a abordagem ficou-se num nível qualitativo. Não se fez um levantamento quantitativo da fuga e regresso, e das pessoas onde os deslocados se hospedaram. Transparece das entrevistas que a ajuda foi prestada a pais e irmãos e seus filhos. Poucas vezes foram parentes mais distantes, ou mesmo vizinhos e amigos, quem ofereceu hospedagem. Isso percebe-se facilmente, porque na década de 80 a maior parte das pessoas que viviam nas cidades moçambicanas e que tinham parentes nas zonas afectadas pela guerra encontravam-se tão apertadas economicamente que só podiam alimentar e alojar uma ou duas pessoas e por poucos dias. Muitas vezes a capacidade de ajuda não chegava para parentes de primeiro grau. Em termos genealógicos, esta rede mobilizada para ajuda é, portanto, pouco profunda. Trata-se de uma estrutura semelhante à que existe para tomar conta de filhos de pais divorciados, orfãos etc.¹³

Tratando-se de uma zona patrilinear, há alguns laços que se revelam de maior peso do que em sociedades

matrilineares, mas as estruturas gerais das linhagens parece terem jogado um papel menor neste processo. O factor relevante foi a dispersão das pessoas com o "dever" de ajudar num espaço geográfico no qual a segurança e o acesso a alimentos eram questões-chave. A extensão geográfica da rede foi resultado de migração para as cidades, pelo menos a partir dos anos 60 e 70.

Um outro aspecto dessas redes, relacionado com a opção pela fuga, foi proposto por H. Abrahamsson. A partir de um inquérito feito em Homoine em 1989, este autor concluiu que aqueles que possuíam casas de alvenaria e cultivavam arroz, portanto que estavam mais orientados para o mundo exterior, optaram mais rapidamente pela fuga para os centros distritais, enquanto que os que tinham menos bens se deixaram ficar para trás ou optaram mesmo por se passar para o lado da Renamo.¹⁴ Os que fugiram primeiro foram, provavelmente, aqueles que tinham contactos com pessoas de recursos nestes centros, e, portanto, tinham uma integração mais facilitada. A extensão da rede e a sua utilização depende, portanto, pelo menos parcialmente, do estrato social.

Em Bango a situação foi diferente, na medida em que não foi estabelecida uma zona da Renamo tal como ao norte de Chibuto ou em Mandlakazi em ca.1982-4. Toda a população de Bango acabou por fugir, embora não tenhamos conseguido estabelecer as datas das fugas, nem o grau de prosperidade individual, de maneira que não foi possível testar esta hipótese. Constatámos, por outro lado, que houve pessoas sem familiares em Maputo que acabaram por também fugir para lá, onde ficaram a viver como mendigos.

Depois desta descrição da zona e dos seus recursos, e de alguns antecedentes históricos, abordaremos a seguir, de forma sumária, as transformações ocorridas nos períodos 1889-1975 e 1975-1984, tentando esboçar as redes de parentesco, o tipo e legitimidade do sistema administrativo, etc. Segue-se depois a descrição sumária da guerra, que não esgota obviamente a experiência diversificada que as pessoas tiveram dos raptos, do refúgio e do regresso.

II TRANSFORMAÇÕES ECONÓMICO-SOCIAIS 1880-1975

1. Transformações na Zona

A migração de trabalhadores para a África do Sul deve ter começado logo por volta de 1870/75. A partir das décadas de 1930 e 1940 ela foi suplementada pela migração interna para os centros em Moçambique (Lourenço Marques e, mais tarde, para o sub-centro de Xai-Xai). Esta migração trouxe importantes rendimentos. Comerciantes vieram em maior número, com a introdução de dinheiro, e fixaram-se perto da estrada do regulado vizinho de Bungane e em algumas cantinas do mato, fora do regulado. A estrada de terra, que liga Xai-Xai a Chibuto (ver mapa), permitia desde os anos 30, devido à existência de carreiras de *machibombos*, um contacto mais fácil com Lourenço Marques, reduzindo o tempo de viagem primeiro para dois dias e depois da construção de pontes e de melhores estradas, para cerca de cinco horas.¹⁵

Os primeiros alunos ainda vivos que passaram pelas escolas, parece que foram para a Missão de Malehice nos anos 30.¹⁶ A geração que está hoje na casa dos 30 frequentou ainda, em parte, a escola de Inhancutse, ao sul do Bango. Os mais novos que iniciaram os estudos depois de 1971, aproximadamente, frequentaram já a escola de Bango, dependente da Missão Nossa Senhora de Lourdes, perto de Chongoene (a escola/catequese ou capela da região tinha o nome de S. João de Brito). Pode dizer-se que a cobertura escolar em 1971-2 já se aproximava da rede actual, tanto em extensão como em percentagem dos grupos etários abrangidos.

A cristianização e escolarização criaram fortes laços de identificação e de comunidade, ainda que sem substituir as práticas tradicionais ou neo-tradicionais. Em 1969 os missionários católicos consideravam 45% da população de Chongoene como praticantes de cultos tradicionais, 30% como católicos e 23% como protestantes (anglicanos). Na realidade a composição deve ter sido algo diferente¹⁷ mas, pelo menos na zona de Bango, a religião católica parece ter

sido bastante forte. Há anglicanos, mas como o centro anglicano em Maciene, que se situa mais perto da costa, está longe, a sua influência não terá sido muito forte. Em 1995, isto é, cerca de vinte e cinco anos depois da estimativa de 1969, podiam-se distinguir, do ponto de vista religioso, (a) aqueles que eram cristãos praticantes, frequentando os cultos católicos e protestantes aos domingos, (b) os que confiavam mais na protecção dos antepassados e curandeiros, (c) e a pequena minoria dos que ficaram "a-religiosos" e para os quais a luta contra a "superstição" tinha algum sentido. Os cristãos, entre os quais há diferentes denominações (católicos, anglicanos e protestantes, incluindo membros da Assembleia de Deus, diferentes grupos de "maziyon", etc.) constituíam provavelmente a maioria. Todos subscrevem, no entanto, princípios éticos comuns no que toca ao convívio social, e a vasta maioria acredita na eficácia dos mediuns de Thovele e, parcialmente, de Mungoyi, da zona de Conjoene, e recorre a curandeiros em certos casos considerados difíceis.

No que toca à chefatura, até 1907 Bango foi chefiado por um neto de Bingwane Mondlane e filho de Xihuchu. Seguiu-se depois o menor Matangane Mondlane, bisneto de Bingwane. Em 1909, o administrador M. Gaspar de Vasconcellos escreveu (em Ferrão 1909: 222):

"O régulo Matangane, ainda uma criança, com uns 7 ou 8 anos de idade, é filho do régulo Matamelane, falecido em 1907. É seu tutor e regente das terras o indígena M'bangunane. Matamelane era filho de Xihuchu, descendente de Zoo [Dzovo] por seu avô, o Bingwana. Um antigo induna do régulo Cambanhane e depois do filho deste, Bingwana, chamado Bango, é que deu o nome às terras. Este regulado tem 1.141 habitantes." [O número de palhotas era de 535].¹⁸

Em 1940 O regulado ainda ostentava o nome de Matangane, embora este talvez já tivesse morrido. Problemas de sucessão haveriam de aparecer mais tarde. Um descendente de Xihuchu era régulo ou encarregado nos anos 50, e foi substituído, ao que parece, por um descendente em linha directa de Matangane. Foi este o último régulo que morreu depois da independência.

2. As Redes de Parentesco e a sua Extensão para Xai-Xai e Maputo

As redes de parentesco são áreas de solidariedade e, por vezes, de dissensões internas. São mantidas se existir uma certa reciprocidade no que toca a limitadas prestações de serviços etc. A ajuda mútua é necessária e intensa entre esposos, pais, filhos e irmãos. Há ainda grupos maiores, que se reúnem por ocasião de casamentos, enterros e cerimoniais em honra dos defuntos. Até certo ponto, a hierarquia de idades serve para determinar papéis sociais. Estas relações e obrigações mantiveram-se mesmo quando parte da família emigrou para as cidades de Lourenço Marques e Xai-Xai à procura de trabalho nos sectores formal ou informal. Os casamentos efectuados nas cidades são muitas vezes feitos entre pessoas oriundas da mesma localidade ou de localidades vizinhas, renovando-se assim as alianças de casamento criadas em gerações anteriores.

Os homens da geração dos 50 ou 60 anos de idade mantiveram geralmente as suas esposas "na terra". De facto, há mesmo casos de mineiros que levaram para lá as suas esposas que cresceram na cidade. Alguns levaram os seus filhos crescidos para Lourenço Marques ou deixaram-os na aldeia ao cuidado de parentes próximos para poderem frequentar a escola, geralmente mediante a obrigação de cuidarem dos filhos menores da família que os hospeda e fazerem trabalhos domésticos.

Grande parte dos homens emigrados para Lourenço Marques foram trabalhar no ramo da hotelaria, padarias, garagens, etc., portanto na área de serviços.¹⁹ Os que já possuíam um certo nível escolar conseguiram, particularmente depois da independência, empregos em estruturas do Estado, nos bancos, etc.

A diferença essencial entre o trabalho na África do Sul, nas minas ou outros lugares, e o trabalho em Maputo ou Xai-Xai, é que para estes últimos lugares os emigrantes podem levar pessoas de família, enquanto que para a África do Sul isso continua a ser difícil. A liberdade de viajar depois do fim do indigenato (1961) e a existência de meios de transporte públicos²⁰ facilitaram esta movimentação, que já tinha começado.

III

A SITUAÇÃO ANTES DA GUERRA (1975-1984)

1. Traços Gerais

Os nossos entrevistados não foram inquiridos sobre o período entre 1975 e 1984, e pouco se referiram a processos como a abolição das regedorias, etc. Parece que o incumbente do posto de régulo (regedor) em 1975 era considerado legítimo. Outros membros da linhagem tinham entretanto mostrado valor como regentes. O régulo era, portanto, eventualmente uma entre várias pessoas que podiam preencher o posto do ponto de vista da administração e da jurisdição. Os que conhecem a história dos Mondlane podem talvez perguntar-se em que medida a sua acção de conquista no séc. XIX poderá ter justificado uma posição especial em Bango, e se antes não terá havido outros senhores legítimos nesta área.²¹

2. A Formação da Aldeia

Até 1984 a população vivia dispersa nas terras das linhagens. Quando a aldeia foi formada, em 1984, a população concentrou-se em bairros dispersos em duas zonas distintas. Não havia portanto uma aldeia concentrada num único sítio. O local foi bem escolhido porque havia poços nas vizinhanças e o solo era relativamente fértil. Por isso hoje, finda a guerra, muita gente regressou para a antiga aldeia.

No tempo colonial houve três chefes no regulado de Bango: a chefatura do próprio régulo e as dos chefes Vasco Mondlane e Vasco Manyike (Manhique). As chefaturas destes últimos ficaram como bairros 1, 2 e 5 da aldeia comunal criada em 1984. Os restantes quatros bairros, 3, 4, 6 e 7, resultaram da divisão da chefatura do próprio régulo, que já havia morrido antes da formação da aldeia. Ao que parece, as casas nestes bairros foram feitas por algumas pessoas nas suas próprias terras de linhagem. Outros receberam terras em zonas pertencentes a outras linhagens ou pessoas, como por exemplo no bairro 6, cujas terras haviam pertencido aos Maungwe e a Felismina Sitei. Não sabemos se o antigo régulo

e os chefes também ficaram sem terrenos por esta razão. Na esperança de poderem ficar com alguma terra, talvez o sacrifício representado por esta cedência tenha sido aceite.²² Segundo alguns habitantes, o presidente da aldeia²³ foi nomeado por estruturas do partido em Chongoene. Os chefes de quarteirão e secretários terão sido escolhidos pelos habitantes, por consenso.

Um chefe de quarteirão chefiava 10 famílias, o chefe de bloco 20 famílias ou metade de um bairro. Em Bango, o argumento principal para justificar a formação de aldeias foi a ameaça da Renamo, e portanto na mesma altura parece ter também começado o treino de milícias. (Noutras zonas o argumento foi diferente, nomeadamente que a aldeia comunal era uma forma mais progressiva de vida e que facilitaria a disponibilização de serviços como água corrente e energia).

Dentro das aldeias, no caso de famílias polígamas, cada adulto (marido e as suas esposas) recebia um talhão de 30m X 40m e conseguia manter uma certa autonomia. Assim, parte da estrutura das linhagens foi transferida para a aldeia. As terras das linhagens com árvores de fruto e casas abandonadas (*rhumbi*) mantiveram-se na posse dos proprietários.

A obrigação de construir a estrutura básica da nova casa na aldeia era do chefe da família, que a podia delegar nos seus filhos ou outros. Algumas famílias possuíam já, nas redondezas da nova aldeia, casas melhoradas com cobertura de zinco, chão de cimento ou mesmo paredes de alvenaria, e muitas também pomares de cajueiros, laranjeiras e alguns coqueiros, etc. Tiveram que construir novas casas e fizeram-no, mantendo ao mesmo tempo as anteriores instalações. Todos os que vieram de mais longe beneficiaram em geral de um acesso mais fácil à água, dado que havia quatro poços perto da aldeia. Na generalidade das zonas de origem a água ficava mais longe.

Algumas pessoas aproveitaram também o acesso à terra, que não tinham antes, para produzir. Por exemplo, uma senhora de Xai-Xai que se casou com um homem local, utilizou a sua nova casa como base para lançar uma nova machamba, mantendo ao mesmo tempo a sua casa anterior em Xai-Xai. Na aldeia fixaram-se também pessoas vindas de

Chau e Chirime, que acharam vantajoso o acesso à água na zona e já tinham sido vítimas da guerra.

Como já se referiu, as linhagens haviam conservado as suas terras no tempo colonial e depois da independência, e essa situação manteve-se depois da formação da aldeia. Em muitos casos tratava-se de terrenos consolidados com entre 25 e 100 hectares ou mesmo mais, valorizados por um investimento em árvores de fruto (cajueiros, mangueiras, mafurreiras, laranjeiras, alguns coqueiros e numerosas massaleiras, fonte de matéria-prima para a destilação de aguardente no fim da estação fria). Mantiveram também algumas casas de cimento nas zonas ancestrais. Estas terras ficavam aproximadamente a entre 1 e 5 quilómetros da nova aldeia comunal, mas estavam mais longe da água. No tempo de cajú a população permanecia o dia inteiro fora da aldeia, regressando só à noite para dormir.

3. A Questão da Legitimidade

Do ponto de vista das relações sociais, a hierarquia administrativa da aldeia funcionava nos mesmos moldes que as chefaturas ou regulados do tempo colonial. Os elementos da hierarquia da aldeia não recebiam salários, dependendo por isso em parte de ofertas, em parte do seu trabalho particular. Na nova situação, como na antiga, a legitimidade só parcialmente vinha da base, que aliás não exercia grande fiscalização. Existia, no entanto, o conceito de serviço para a comunidade, que era como que obrigatório. Pode dizer-se que a Frelimo substituiu uma fracção da elite no poder por outra, em parte escolhida por ela, em parte pela população, com as mesmas características sociais e experiência de trabalho migratório, e usando os mesmos processos de relacionamento. Alguns dos homens com experiência de trabalho em Maputo, e os com melhores conhecimentos da língua portuguesa, aspiraram a cargos políticos na aldeia.

Se bem que em algumas zonas do país a Frelimo tenha confrontado largos grupos da sociedade no que toca os conceitos da legitimidade, especialmente cosmológicos, ao agir contra a religião tradicional e moderna, em Bango este

confronto não parece ter sido frontal e destituído de apoio local. O novo tipo de governo, instaurado em 1975 e reforçado dez anos mais tarde com o estabelecimento da aldeia, incorporava alguns elementos com prestígio na população e regia-se, pelo menos em parte, segundo conceitos sociais partilhados pela maioria. Gozava, portanto, de uma certa legitimidade.²⁴

IV O DESENROLAR DA GUERRA

1. Linhas Gerais

A 30 de Novembro de 1988, um domingo, por volta das 15 horas,²⁵ deu-se o primeiro ataque da Renamo à aldeia. Já antes, em 1982, algumas localidades na EN 1, situada a uns 30-40 km de Bango, tinham sido atacadas.²⁶ Em 1985, a Renamo tinha chegado a terras vizinhas (Mangunze e Chirime, e depois Chau), mas esperava-se em Bango que a calamidade acabasse por passar. No entanto, um dos habitantes, que tinha trabalhado na Beira e havia observado o processo de corte da ligação rodoviária e acompanhado o processo da evolução da Renamo ao sul do Save a partir de 1980-1, manifestava já nessa altura as suas dúvidas. Nas zonas vizinhas o recuo do poder do governo já tinha produzido os seus resultados. Em fins de 1987, o espírito Mungoyi fez-se sentir perto de Xidenguele, assumindo o controle espiritual e político na sua área de origem.²⁷

Bango foi atacada depois de Banhine, mas antes de Inhancutse. Por isso algumas pessoas fugiram para Inhancutse e ainda mais para sul (Mpoyombo), enquanto que outras preferiram retirar-se em direcção a Bungane e ao vale do rio Limpopo.

Inicialmente foi organizado um esconderijo comum fora da aldeia, no mato entre os bairros, onde a população pernoitava. Mas gradualmente ele deixou de oferecer segurança e as pessoas passaram a fazer "placa" individual, isto é, a ir passar a noite em pedaços fechados de mato. Em

Inhancutse havia um quartel com soldados e milícias, dotado de abrigos para os militares mas onde não cabia a numerosa população. Mpoyombo, entre Siaia e Inhancutse foi um local de último refúgio mencionado por muitos, mas também aqui a guerra chegaria. Durante este tempo de fuga, uma das lembranças mais fortes era de fome.

Entre 1990 e 1992 os ataques tornaram-se mais frequentes. As últimas pessoas deixaram a área apenas em 1992. Na altura do Acordo Geral de Paz, em Outubro de 1992, a zona encontrava-se completamente abandonada.

O relato do professor da escola, Felisberto A. Gwambe, dá uma idéia mais nítida da pressão que a guerra exerceu sobre a população.

"Nasci em 1960 na Província de Inhambane, Distrito de Zavala, em Nhassune. Eu sou professor desde 1979. Fui formado no centro de formação de professores em Inhamissa. Fui colocado aqui nesta escola de Bango em 1987. Nesse ano começaram as atrocidades da Renamo. Estávamos sempre a correr, porque a escola se situava aqui mesmo no bairro 6 [a leste], nesta subida. Quando se intensificou a guerra tivemos que deslocar a escola para o centro da aldeia [a oeste], entre os bairros 2, 1 e 3. Mas lá também passou a ser difícil porque as atrocidades continuavam a intensificar-se. Estávamos sempre a fugir de um lado para o outro com a população, e acabámos por ter que deslocar a escola para o bairro 1... Limpámos a área por baixo dos cajueiros e era ali que distribuíamos as turmas e dávamos as aulas... Sempre que as populações do bairro 6 sabiam da aproximação do inimigo vinham avisar a escola e nós fugíamos juntamente com elas. Nunca nos deixaram isolados. Então, sensivelmente em 1990, deslocámos a escola para Xihari, perto da estrada. Entretanto, as incursões do inimigo intensificaram-se de tal forma que em 1991 a escola teve que ser dissolvida. Foi unificada com uma outra escola vizinha daqui, a '7 de Abril'. Tornou-se uma única escola e tomou o nome da segunda, isto é, '7 de Abril'. A partir daí a escola passou a funcionar em regime de deslocada em Bungane, na Aldeia Comunal de Bungane. Eu fui transferido porque havia demasiados professores para o número de alunos, porque tínhamos conhecido momentos mesmo difíceis. Muitas crianças já tinham partido com os pais para as zonas de refúgio, a saber Inhancutse, Mpoyombo, Siaia, Chongoene, Maputo, Xai-Xai, Manjacaze e Chibuto. Porque nas cidades havia mais segurança, e ali havia militares que nos defendiam das atrocidades. Assim, fui transferido para Mpoyombo, para a escola com o mesmo nome. Em 1992, quando já queriam fazer o cessar-fogo, os ataques continuavam a acontecer lá lá. Dormíamos sempre no vale, com os alunos e a população — no vale de

Mpoyombo, que fica perto da própria aldeia. Foi numa dessas incursões que raptaram a minha mãe, e até aqui ela ainda não voltou. Entretanto, quando cessou a guerra pedi de novo à Direcção Distrital para regressar à minha escola inicial, porque gostava de estar aqui na aldeia e gostava também da própria escola e dos professores que comigo trabalham".²⁸

O tipo de agricultura obrigava as pessoas a deslocações quase diárias às machambas, portanto a dispersar-se. Por isso as milícias, que tinham um quartel numa palhota do bairro 1, não longe da sede do partido, não eram capazes de ter um papel na defesa da população em geral. Entre as milícias houve também muitas vítimas. Em 1994 um responsável lembrava-se que tinham morrido seis e doze tinham sobrevivido.²⁹

Como referimos atrás, a maior parte da população permaneceu em Bango até 1990 e pretendia ficar ali. Para assegurar a sua permanência em paz, em Março ou Abril de 1991 um grupo de pessoas, chefiado pelo secretário-adjunto do bairro 6, Afonso Mondlane, saiu às 3 da madrugada para ir visitar o médium de Mungoyi, perto de Conjoene. Chegaram às 7 e cultivaram nas machambas de milho, amendoim, abóbora e feijão (não viram lá mandioca). No mesmo dia chegaram também populações de Chau, Siaia, e Chongoene. Tudo leva a crer que os vários curandeiros locais tinham recebido um convite especial. As pessoas traziam aguardente e milho pilado. As oferendas foram registadas por escrito com o nome do doador, que não correspondia necessariamente à pessoa que as entregava.³⁰ Depois foram despedidos por uma "senhora baixinha, de cerca de 35 anos, que tinha *matimoni*" (espíritos), no dizer de uma crente cristã. O médium disse para as pessoas não terem medo e não fugirem, para deixarem que a Renamo levasse os bens que quisesse. Não haviam de morrer. Ninguém iria morrer.

A visita não trouxe alívio. Os peregrinos de Bango regressaram a casa às três da tarde, e às cinco houve um ataque da Renamo, no qual morreram duas pessoas. Isso abalou a confiança das pessoas em relação ao médium do Mungoyi, pelo menos no que dizia respeito à protecção contra a Renamo.³¹ Em contrapartida, a confiança no médium de Thovele, que tem a sua residência na mesma região,³² manteve-se forte desde o primeiro ataque e até se reforçou. Todos os cinco habitantes de Bango consultados a este

respeito, incluindo os cristãos, depositavam grande confiança em Thovele, cujo médium também visitavam individualmente, sobretudo para pedir uma intervenção que facilitasse o regresso de pessoas raptadas.³³ Nos contactos com Thovele as garantias eram que os habitantes não seriam mortos ou que poderiam regressar sãos e salvos depois de raptados. Numa situação em que a Renamo percorria já a zona de Bango a seu bel-prazer não havia já a esperança que um médium pudesse ser capaz de "fechar" a zona à entrada dos guerrilheiros.³⁴

Em Bango não actuaram tropas do governo, nem há problemas de minas. Como referimos, as milícias e a tropa regular tinham um quartel fortemente guarnecido perto do hospital de Inhancutse. A guarnição das lojas de Bungane e de Mpoyombo não parece ter feito uma defesa ofensiva. Apenas ao longo da EN 1, entre Xai-Xai, Chidenguele e Inhambane, a presença militar governamental era mais forte, montando emboscadas contra grupos que queriam assaltar camiões e carros ligeiros, e libertando os capturados das mãos da Renamo.³⁵

2. Organização da Renamo e Experiência dos Raptados

Os ataques contra estruturas e população de Bango iniciam-se numa altura em que noutras zonas ao longo da EN 1 (Chizavane, Inharrime, etc.) já ocorriam a segunda e terceira fases da campanha da Renamo para ocupar o sul de Moçambique. Na primeira fase tinha havido alguns ataques contra estruturas do partido e destruição de lojas e aldeias comunais, mas a população tinha apenas sido forçada a contribuir. Na segunda fase os ataques eram mais direccionados contra civis. Nela foram estabelecidas e mantidas algumas zonas onde a população era controlada pela Renamo, sobretudo em Inharrime e Macuacua. A terceira fase, depois de 1986/88, consistiu na conquista de zonas que até então tinham escapado à acção dos guerrilheiros, como a zona da Macia, Praia do Bilene e Chicumbane, e em ataques contra Chibuto, arredores de Xai-Xai e Chongoene, onde o escritório da administração chegou a ser incendiado. Nesta fase ocorreram fugas maciças de população para zonas mais

seguras.

As primeiras incursões vieram provavelmente das bases da província de Inhambane, nomeadamente Guambene e Xixokhoxa.³⁶ Em seguida, o centro organizativo dos guerrilheiros parece ter passado para Dindiza e Nhanala, a noroeste de Maqueze, perto de Nalazi. De Dindiza a Chibuto levava-se quase uma semana a pé, enquanto que a Nhalala cerca de um dia.³⁷ De notar que todas estas bases estavam situadas em zonas relativamente secas, com fraco potencial agrícola e longe das principais zonas habitadas. Só depois do Acordo de Paz se começou a cultivar ali. Na altura em que este trabalho foi redigido ainda não tinha sido possível estabelecer uma sequência da utilização das bases. Um relato menciona Hati-Hati, ao norte de Maqueze, como posto do Governo, enquanto que outro, de 1992, o considera como lugar da Renamo.³⁸

Os abusos sexuais contra mulheres não foram geralmente detalhados pelas entrevistadas (e o que elas disseram foi ainda mais resumido pelo intérprete). Mesmo no caso de uma mulher nova, que foi forçada a casar com um homem mais velho e teve, mais tarde, que fazer tratamentos contra uma doença de transmissão sexual, após a sua fuga do cativeiro, o intérprete acabou por omitir a maior parte da descrição da sua experiência.³⁹ Um jovem contou que foi capturado por rapazes que amarram o seu sexo com arames, mas que foi libertado no fim do ataque por um oficial da Renamo.

Em 1992, um velho e uma velha de cerca de 75 anos, ambos raptados, receberam ordens para manter relações sexuais em público. Como, por vergonha ou incapacidade, o velho se tivesse recusado a obedecer à ordem, foi morto.⁴⁰

Há alguns indícios de que os chefes da Renamo na base de Guambene tentaram estabelecer, por volta de 1988, contactos mais permanentes com a população, e que havia também uma certa continuidade de comando que terá facilitado tais contactos. Mas nos relatos recolhidos faltam dados detalhados sobre esta questão. Por exemplo, o antigo régulo de Bango teve o seu gado bovino roubado (ou requisitado) pela Renamo, que parece não ter demonstrado consideração especial visível pelo provável herdeiro do

regulado.

Nas incursões da Renamo o número de crianças nas suas fileiras não era predominante, segundo relatos dos raptados. Muitos guerrilheiros da Renamo eram homens de cerca de 25 anos, e embora muitos deles falassem Ndau, em alguns ataques já havia muitos changanas.

Citamos, nas palavras do professor que a traduziu e sumariou, a experiência de um dos raptados que sobreviveu:

"Luis Mahlayeye, residente no Bairro 2 desta aldeia, também sofreu muito as atrocidades da Renamo. Foi raptado em 30 de Outubro⁴¹ de 1988. Nesse grupo dos raptados estava também um sobrinho seu, filho do irmão mais velho. Depois de terem andado alguns quilómetros, os guerrilheiros mataram o sobrinho na presença do tio. Portanto, trata-se do testemunho ocular desse homicídio causado pela Renamo. Entretanto, eles prosseguiram com a incursão. Já de regresso, chegaram a Makwakwa, onde foram interceptados pelas forças da Frelimo. No combate, os da Renamo mataram três homens da força da Frelimo. Os restantes, como já não estivessem a 'aguentar', fugiram. Os guerrilheiros mandaram buscar os moribundos para junto deles. Depois cortaram-nos aos pedaços: braços, pés, orelhas. Mutilaram todos. Em seguida arranjaram lenha, queimaram aquilo tudo e prosseguiram. Isto aconteceu já na zona de Mangwenyane,⁴² naquela planície mesmo. Prosseguiram e chegaram a uma base de que ele não se recorda do nome, onde descansaram um bocadinho. No dia seguinte foram até à base de Gwambene, que era comandada por um tal Nyavunyavu, que se intitulava como aquele que tem mais força, dizendo que: 'Sou uma pessoa que deitada na vagina não tem problemas',⁴³ ou seja, propagava essas histórias para mostrar que era mais forte de que os outros. [O Luis] chegou a ver pessoalmente este comandante quando ele se reuniu com a gente. Decorridos alguns dias conseguiu fugir.⁴⁴ Regressou, tendo cá chegado. Nos princípios do ano de 1992 foi mais uma vez capturado, numa outra incursão. Dessa vez havia alguns que já o conheciam e perguntaram por ele. Ele acabou por dizer que sim, que estivera lá na base. Então contou a sua experiência ao comandante, que o mandou espancar ali mesmo. De tal forma de que até hoje os dentes dele não estão bons. Esse comandante tinha o nome de Filipe Sithoyi. Ele é que dirigiu o rapto das duas vezes... Era ndau".⁴⁵

Segundo uma menina que foi raptada aos 11 anos de idade e viveu mais de cinco na base de Nhanala (Ka-Gomes), não havia casas para os raptados, quando muito abrigos e mantas.⁴⁶ Não se fazia agricultura, nem produção de aguardente de masala ou outra. Viviam de milho e, de vez em

quando, do abate de cabeças de gado. Por vezes transportavam material entre as bases, e foi assim que ela ficou a conhecer algumas. Foi integrada no sistema como servente da mulher de um oficial. Esta última perguntou-lhe pelo pelo seu nome e o dos pais, e descobriu que pelo lado materno era parente do marido, tendo ambos o apelido de Mandlati. O marido até era conhecido da mãe. Foi provavelmente por isso, além da sua tenra idade, que fez com que ela tivesse ali permanecido todo o tempo do rapto.⁴⁷ Também este caso demonstra a eficácia dos laços de parentesco.

Duas mulheres novas, que haviam sido raptadas, conseguiram fugir no caminho de regresso do poço, aonde tinham ido buscar água. Fugiram individualmente, depois de combinar não regressar dessa viagem. Sabiam que seriam mortas se fossem capturadas. Uma delas entrou a correr na primeira base governamental que encontrou porque se sentia perseguida pelos soldados da Renamo. Teve muita sorte porque atravessou a correr a zona minada em volta da base. Chegou mesmo a accionar uma mina, que só rebentou depois de ela ter passado, magoando-a ligeiramente num braço.

Todas estas mulheres raptadas testemunharam assassinatos. Uma delas foi mesmo abandonada num caminho perto de Chongoene, dada como morta depois de violentamente espancada. Matar alguns dos raptados no caminho de regresso à base era um técnica da Renamo para amedrontar ou disciplinar os restantes. Quase todos os capturados com quem falámos mencionaram espontaneamente as mortes de muitos dos raptados.⁴⁸

Nas áreas atacadas só algumas casas eram logo queimadas. Aparentemente, queimavam-se primeiro as casas já abandonadas há algum tempo. Algumas eram queimadas com o mobiliário no seu interior. Em Junho de 1994 verificámos estilhaços de objectos de porcelana e vidro partido e fundido, arames de colchões, etc., indicando que se tratava de vandalismo indiscriminado, sem a preocupação de pilhar tudo. Algumas entrevistas deixaram em aberto a questão sobre quem pilhava as casas abandonadas.⁴⁹ Num caso, um aldeão, ladrão de coelhos e galinhas crónico, talvez mentalmente um pouco instável, aproveitou-se da fuga de

vizinhos para roubar as casas deles. A própria esposa descobriu penas e outros traços dos seus festins na palhota. O marido acabou por confessar os seus crimes, depois de ter ingerido *mondzo*, uma bebida inebriante preparada com matérias vegetais e, segundo pensam alguns, também com líquidos de caracóis. Parece que ele não sobreviveu à pancada que recebeu depois de identificado como ladrão.

Esta justiça espontânea indica, talvez, um enfraquecimento do poder do Governo e a organização de auto-defesa das comunidades de base. Fenómenos deste tipo ocorriam ainda em 1994.

3. Mobilização de Recursos e Número de Vítimas

Segundo uma informação do secretário actual da aldeia, que citou um relatório por ele elaborado, foram mortas durante a guerra 44 pessoas.⁵⁰ Como posteriormente se soube de mais mortes e outras pessoas continuavam ainda desaparecidas em Junho de 1994,⁵¹ além de que ninguém se lembra já do total da população em 1985, aquele número nada mais é que uma vaga aproximação do impacto da guerra, em termos de vítimas humanas. O número das vítimas deve rondar pelo menos os 4% da população,⁵² número que não está longe do resultado obtido através de uma amostra por nós colhida em relação ao Bairro 6.

De facto, no caso de um quarteirão do Bairro 6, que contava com 49 pessoas (cf. anexo⁵³), morreram três pessoas (um homem, uma mulher e um rapaz). Três mulheres foram raptadas, uma delas duas vezes, com um conjunto de 5 crianças, mas todos acabaram por regressar. Isso dá-nos uma taxa de 6% de mortes, distribuídas por cerca de 4 anos, talvez com maior incidência nos dois ou três últimos anos da guerra, de 1990 a 1992. Nessa amostra, 23% dos capturados pela Renamo morreram, isto é, foram mortos logo ou morreram nas bases. Uma outra amostra parece evidenciar dados semelhantes, mas foi inutilizada pelos autores.⁵⁴

4. O Impacto Psicológico Imediato dos Raptos e Mortes, e a Guerra na Retrospectiva dos Participantes

As pessoas capturadas recordam que foram ameaçadas de morte pelos soldados, com palavras como "*Na ku dlaya*" (vou matar-te). Presenciaram execuções⁵⁵ ou ouviram o som de pessoas a serem executadas nos primeiros dias da cativeiro. Muitos viram pessoas mortas no caminho, na ida para as bases.

Os raptos e as mortes deixaram traumas não só naqueles que sofreram directamente estas experiências e perderam a liberdade, mas também nos sobreviventes e familiares dos raptados. Muitas vezes, a fuga de Bango para zonas vizinhas seguiu-se imediatamente ao rapto de familiares próximos.

Mesmo depois de decorridos alguns anos, os entrevistados tornavam-se tristes ao lembrar pessoas do seu grupo de idade que foram mortas. Uma jovem lembrava-se particularmente dos milicianos mortos, que eram pouco mais velhos do que ela. Muitos lembram a morte de tios, irmãos, filhos, etc.

Por outro lado, as experiências do rapto continuam a ser objecto de conversa à noite, em torno da fogueira. Por exemplo, Luís Machaieie refere como mentalizava os assistentes para o que lhes iria acontecer quando fossem raptados.⁵⁶

5. Danos Materiais

Entre os danos materiais contam-se as perdas de capital produtivo (animais domésticos, cabritos, galinhas, porcos, bois), as árvores de fruto queimadas, a perda de pessoas e bens que constituem uma segurança social, ou de bens de uso doméstico, etc. Entre estes últimos temos de considerar a) bens que indicavam estatuto social; b) bens que poderiam ser vendidos, como por exemplo motas, bois, cabritos, etc.; c) bens que proporcionavam conforto; e d) bens e pessoas que davam segurança social. No que toca a bens, muitos casais tinham pelo menos uma cama com colchão, mantas, casas

com portas, mesas, cadeiras, janelas, e às vezes zinco no telhado, etc.

Com poucas excepções, as casas foram destruídas. As palhotas foram queimadas ou caíram, as barracas ficaram sem chapas, portas e janelas, as mobílias e loiças desapareceram. Os danos materiais são especialmente sensíveis nos casos em que os haveres constituíam bens acumulados ao longo de uma vida de trabalho nas minas. O caso de Ernesto T. Mandlati, um homem de aproximadamente 50 anos, que perdeu a mulher, os três filhos e todos os seus bens, e que já não é aceite para trabalhar nas minas, é ilustrativo dessa situação.⁵⁷ Viúvas já de certa idade, cujos filhos ou maridos foram mortos, encontram-se em situação semelhante. Perderam apoios "acumulados" anteriormente.

No que toca os danos materiais, nem todas as perdas podem ser atribuídas à Renamo. Senão as bases da Renamo teriam sido verdadeiras "cidades", com casas cobertas de chapas de zinco e a abarrotar de cadeiras, mesas, etc. Nenhuma das pessoas mencionou isto espontaneamente, em público ou nas entrevistas, mas corriam informações segundo as quais um dos responsáveis da aldeia, que acabou por não regressar tinha mobilizado, durante a guerra, um grupo de "rapazes" que tirava chapas e outros bens de casas abandonadas para venda posterior em Xai-Xai. Estas e outras informações mostram também uma certa desconfiança por parte de grupos sociais que não participavam nas estruturas do poder político. A onda de criminalidade que assolou a região em 1993 e 1994, conhecida como "matsanga dois"⁵⁸, foi atribuída a pessoas com apoios entre os elementos da polícia e outros funcionários de Xai-Xai.⁵⁹ "Vayivi va humu ka estrutura" foi a conclusão de uma anciã da igreja católica da área administrativa de Mandlakazi, após uma longa conversa que presenciei e que, aparentemente, não era para os meus ouvidos.

6. Organização da Fuga de Bango e Sobrevivência no Refúgio

Na fuga para Xai-Xai e Maputo, os afectados pela guerra utilizaram, em grande parte, as redes de parentesco.

Hospedavam-se muitas vezes em casas de familiares com emprego nas cidades. Os rendimentos dos mineiros eram também muito importantes neste aspecto. Muitos mineiros levaram as suas esposas e outros familiares para Xai-Xai ou outros pontos seguros. Por outro lado, os rendimentos em dinheiro facilitaram o restabelecimento daqueles que regressaram entre Outubro de 1992 e Maio de 1994. O regresso ainda não estava concluído em 11 de Junho de 1994, quando o nosso inquérito se iniciou.⁶⁰ O trabalho assalariado de membros da família foi, portanto, um elemento importante tanto na fuga como no regresso. Aqueles que se tiveram que sustentar predominantemente com base na agricultura sofreram muitas privações na fuga como no regresso.

7. Origem dos Recursos da Guerra e Reconstrução

O Governo recrutou alguns homens de Bango para o serviço militar obrigatório. Alguns dos recrutados serviram na província de Tete e pelo menos um morreu ali. Alguns regressaram à aldeia. Os milicianos, localmente recrutados, constituíam um grupo particularmente exposto. Cerca de um terço morreu, como já referimos.

O Governo custeou as despesas dos milicianos durante o seu curso de formação, forneceu-lhes as armas, e abasteceu o quartel de Inhancutse e as suas infraestruturas, que acolheram os raptados que conseguiram regressar. Também suportou os custos de algumas infraestruturas para acolhimento de refugiados em Xai-Xai, que a maioria não chegou a utilizar, assim como o sistema subsidiado de venda de alimentos através de cartões de abastecimento em Maputo, que beneficiou alguns dos que se deslocaram para a capital.

V

A SITUAÇÃO DEPOIS DA GUERRA (1993-1994)

Em Setembro de 1994, o chefe do posto descrevia assim a situação de Chongoene:

"O posto administrativo de Chongoene subdivide-se territorialmente em 6 localidades, nomeadamente Chongoene-Sede, Maciene, Siaia, Inhancutse, Banhine e Nhamavila. Portanto são seis localidades. Cada localidade funciona com um concelho executivo da assembleia da localidade, com o respectivo presidente. O posto administrativo de Chongoene conta com dez aldeias comunais e cada aldeia é dirigida por um chefe de aldeia, que tem também um adjunto. A população dispersa está agrupada por povoados, cada um deles dirigido por um chefe comunitário. No Chongoene existem ao todo vinte povoados. Quanto à rede sanitária e escolar, temos dois postos de saúde, um centro hospitalar grande, na localidade de Maciene, e três maternidades ..."⁶¹

Os postos de saúde foram reabilitados em 1993-4, incluindo o de Inhancutse. Existiam, para a população de mais de 83.000 habitantes, 23 escolas primárias do primeiro grau e cinco do segundo. A densidade da população será de 116 pessoas por km².⁶²

Algumas pessoas naturais de Bango, entre elas um certo número de membros da igreja católica, que haviam permanecido em locais como Bungane, regressaram logo decorridos apenas um ou dois meses após os Acordos de Roma e foram premiadas com uma boa colheita na estação das chuvas de 1992-3. Outras, que tinham fugido para mais longe, como Maputo, regressaram mas vieram apenas em fins de 1993 ou mesmo inícios de 1994. Outros ainda não chegaram a regressar. O presidente da aldeia ficou em Maputo, tendo regressado um irmão seu.⁶³ De entre as pessoas que reconstruíram as suas casas conta-se A. Tivane (Mamvura), antigo membro da cúpula da aldeia e presentemente reconhecido como autoridade máxima da mesma, o secretário-adjunto do Bairro 6, Afonso Fernando Mondlane (que manteve a sua residência principal em Xai-Xai), os professores, assim como alguns outros elementos importantes da sociedade e muitas mulheres. A organização da aldeia ainda não foi reconstituída mas parece que no novo esquema Bango funcionará apenas como "povoado" da

localidade de Inhacutse, que reunirá Bango, Bungane, Inhacutse e Chau. Os descendentes do antigo régulo não parecem ter papel oficial.

Em meados de 1994, as principais preocupações eram o enterro das ossadas dos mortos vítimas da guerra, a produção agrícola e a construção de abrigos e casas, o que fez desaparecer, a pouco e pouco, os restos de casas queimadas e outros sinais do conflito. Algumas casas foram reconstruídas por jovens com materiais locais. Outras pessoas traziam chapas, caniço e mesmo, alguns, cimento para fazer blocos.

Algumas pessoas tinham, portanto, regressado com recursos para recomeçar o trabalho, mas outras, como uma viúva com quem falámos, "ia trabalhar na machamba daqueles que pagam com farinha". Ali trabalharia alguns dias para obter comida com que se "aguentar" quando fosse trabalhar para a sua própria machamba. Outros dependiam já há meses apenas de frutos silvestres.

As primeiras pessoas que regressaram apoiaram depois outros familiares que as seguiram, na estação seguinte. Sem contar com transferências do exterior, o processo de reocupação teria lavado quatro a cinco anos, como se pode observar noutras zonas de Moçambique. No caso de Bango não houve ajuda do Estado ou de ONGs, mas mais de 70% dos agregados familiares parecem ter beneficiado de transferências das cidades e, assim, o processo de reconstrução foi relativamente mais rápido. Por exemplo, importou-se milho para semear. Faltava, por outro lado, rama (estacas) para plantar mandioca, como se notou pelo facto que em muitas machambas, entre Junho e Dezembro de 1994, apenas havia estacas minúsculas, com 7 ou 8 cm, um terço da altura das que existem em anos normais. Um informante mencionou que tinha ido buscar rama de mandioca às terras de Mungoyi (de Conjoene?), que conseguiram manter grandes machambas, muito admiradas por todos.

A escola começou a funcionar novamente com as crianças regressadas. Não obstante existir já mais um professor do que antes da guerra, nem todas as crianças se conseguiram matricular.

Em Junho de 1994 algumas pessoas já podiam dizer

que não precisavam de comprar comida. Choveu bem durante a época fria, de maneira que milho semeado em Maio deu alguma produção em Agosto. A produção de aguardente de massala era grande em Agosto de 1994, e continuava a fazer-se ainda em Setembro, vendendo-se a garrafa de 1 litro por dois mil meticais.⁶⁴ Um tractor com atrelado foi visto a procurar lenha em 1994-5, mas na estrada ainda não se viam molhos de lenha para vender. Devido à distância da cidade, esta fonte de receita não seria viável nesta zona.

Em 11 de Junho e 24 de Setembro de 1994, duas linhagens (Massingue e Chissano) celebraram "missa" (*kupahla timhamba*) pelos defuntos do período de guerra, quer tivessem sido enterrados na zona ou não. No final do ano já não se viam ossos de vítimas, anteriormente espalhados na área.

Em Setembro de 1994, na altura da preparação das eleições, os crentes locais da Igreja Católica depararam-se com o dilema de escolher um partido ao qual apoiar. Por um lado, não esqueciam a hostilidade que lhes fora movida pela Frelimo. Por outro, como membros da população, tinham sofrido os horrores da guerra e não podiam apoiar quem matava em nome da "liberdade" e "democracia". Eventualmente, acabaram por dar o seu voto a Chissano e à Frelimo. Mas o descontentamento que existia antes das eleições mostra que a lealdade tem limites, e que um Governo que não se solidariza com os interesses vitais da população (como por exemplo o acesso às terras de produção) pode vir a perder votos.

As chuvas de 1994-5 foram muito fracas, mas mesmo assim a maior parte dos habitantes conseguiu alguma produção. Muitos continuaram a receber apoios de familiares em 1995. A estação 1995-6 promete ser melhor, tanto no que toca ao milho, à mandioca e outras culturas, como em relação à produção de caju, que já em fins de Dezembro de 1995 alimentava os alambiques e postos de venda. Junto à estrada foram estabelecidas, em 1995, duas lojas, uma de alvenaria e a outra só de estacas e capim. Na varanda de uma loja destruída havia também um posto de compra de castanha, que irá talvez desaparecer depois da campanha. As vendedeiras de panelas de barro que se deslocaram de

Macupulene para esta zona, para vender as suas panelas para a fermentação de caju, ainda não encontraram grande poder de compra na zona e, portanto, não conseguiram fazer grandes negócios. Mas pela primeira vez desde a guerra, talvez mesmo desde a independência, quase todos os estabelecimentos comerciais estão a funcionar,⁶⁵ embora talvez só temporariamente e com preços considerados relativamente elevados, superiores mesmo aos de Maputo.

VI SUMÁRIO, CONCLUSÕES E OBSERVAÇÕES

Bango é uma zona cujos laços sociais e económicos se estendem até Xai-Xai, à zona suburbana de Maputo e, mesmo, até à África do Sul. Pode dizer-se que é uma zona rural que tem muitos habitantes que se preparam para uma vida urbana. Muitos dos que vão à escola aspiram a vir um dia a viver na cidade. Uma parte dos naturais desta zona já ali se encontram fixados. A zona rural tem, no entanto, uma função vital para a produção e reprodução social, e para lá se encaminham ou são encaminhadas as pessoas que é difícil sustentar na cidade. Mesmo sem ter em conta o impacto da guerra, pode afirmar-se que mais de 20% da população rural tem experiência de vida na cidade.

Estas redes de migração ligam, portanto, as zonas rurais aos centros urbanos. Há contactos com Xai-Xai, Maputo e África do Sul, mas quase nenhum com Chibuto ou a parte norte do distrito de Mandlakazi. As redes adaptam-se ao mercado do trabalho como estrutura económica dominante.⁶⁶

Dissémos já que uma importante fonte de rendimentos e meio de sobrevivência foram o trabalho assalariado na África do Sul e nas cidades de Maputo e Xai-Xai, assim como o apoio de familiares, portanto as transferências de rendimentos. Pode-se calcular por alto que cerca de 6 a 8 % da população masculina que vivia na aldeia em 1984 trabalham hoje na África do Sul, e que outros 10% (incluindo mulheres) trabalham hoje em cidades do sul de Moçambique.

Uma parte dos rendimentos do trabalho é canalizada para a zona rural, particularmente nos períodos de crise.

As redes de migração que foram aproveitadas por muitos dos que decidiram fugir da sua zona de origem, geralmente depois de terem sofrido o rapto de uma pessoa da família. Houve, no entanto, também algumas pessoas que ficaram na região porque não tinham lugar de refúgio em Xai-Xai ou Maputo. Apenas uma entre cerca de 20 mulheres foi também para um acampamento de refugiados, depois de ter passado algum tempo a dormir sob as varandas em Xai-Xai.

A percentagem de mortos na população foi de cerca de 5%, distribuídos sobre 4 anos. No que toca os raptados, podemos distinguir aqueles que não saíram da zona e regressaram a casa porque conseguiram fugir durante combates, os que foram levados para as bases da guerrilha e regressaram algum tempo depois, e aqueles que ficaram lá durante muitos anos, dos quais uma parte morreu e a outra regressou a casa só depois do Acordo de Paz.

No que toca à actuação das tropas do Governo, Bango revela um envolvimento bastante menor do que noutras zonas. As tropas do governo não participaram sistematicamente em combates e não houve os problemas de violência sobre a população (como por exemplo torturas para extrair informações) que são referidos para a área de Maqueze-Alto Changane, ou de pilhagem de bens, como aconteceu em certas áreas junto à EN 1 ou mais perto das bases da Renamo. Os poucos milicianos protegiam, ao que parece, as "estruturas" da aldeia e nunca chegaram a ter grande perfil. A população não chegou a participar eficientemente na guerra, em termos militares.

No que se refere às origens dos recursos para a guerra, a aldeia contribuiu com perto de 30 homens para as milícias e tropa, dos quais pelo menos 7 morreram. A Renamo cooptou sobretudo mulheres (algumas com filhos), raparigas solteiras e alguns homens como carregadores para levar os bens saqueados para as bases. Das mulheres que foram recrutadas para serviços mais permanentes, algumas fugiram ou tentaram fugir, e parte delas foi morta por isso. Algumas foram transferidas para outras bases ao sul do Limpopo, onde foram poucas as sobreviventes. A Renamo roubava comida e

outros bens, visto que nas suas bases não se produzia.

Ao que parece, ocorreu igualmente o roubo de bens da população por elementos criminosos da própria população, em parte apoiado ou organizado por alguns elementos de estruturas oficiais.

De salientar que tanto na fuga como no regresso a população não beneficiou do apoio directo do Governo ou de ONGs.⁶⁷ Beneficiou, no entanto, indirectamente através da reabilitação de infraestruturas, como a enfermaria de Inhancutse.

A reocupação desta zona rural processou-se de uma forma relativamente rápida — em 2 ou 3 anos — devido à transferência das zonas urbanas para a zona rural, como provavelmente já tinha ocorrido em crises e fomes anteriores. Em parte, ela também resultou de um processo de acumulação e investimento local por pessoas que não tinham recursos no exterior. Isso quer portanto dizer que o sistema de reprodução social das zonas rurais no sul depende parcialmente das zonas urbanas. Quando as cidades estão em crise, as zonas rurais também ficam mais expostas a calamidades.

No que toca à criminalidade, até certo ponto a comunidade tem conseguido defender-se de criminosos internos e vindos de fora. Mas o período da guerra implicou não só o enfraquecimento das estruturas do Estado como também das próprias comunidades.

Como em outras zonas da Província de Gaza (perto da Macia, por exemplo), nota-se, em parte, a manutenção das estruturas de povoamento criadas durante a guerra, com parte da população a evitar regressar para as suas terras de linhagem, que mantêm no entanto como propriedade.

A experiência de Bango é diferente da de algumas outras zonas, como o norte dos distritos de Chibuto e Mandlakazi onde a Renamo tentou estabelecer "zonas libertadas" em 1981-83. Bango viveu a guerra num período relativamente mais curto. No que toca à reabilitação pós-guerra, ela foi talvez mais fácil aqui do que em zonas mais afastadas, com problemas de minas e maior dependência económica e social em relação ao gado bovino.

NOTAS

¹A primeira versão deste artigo foi apresentada ao *workshop* "História social da Guerra em Moçambique" em Dezembro de 1994. O projecto foi financiado pela Fundação interuniversitária alemã "Deutsche Forschungsgemeinschaft" e coordenado por um grupo de trabalho do Departamento de História da Universidade Técnica de Hannover. O autor agradece ao Professor Helmut Bley e ao Dr. A. Harneit-Sievers, da Universidade de Hannover, a confiança de tê-lo encarregado da coordenação de um grupo de trabalho em Moçambique. As opiniões aqui expressas e interpretação dos testemunhos são da responsabilidade exclusiva do autor.

²Earthy 1933. No mapa escreve o nome "Mbangu". Os limites das regedorias existentes nos mapas publicados (Divisão Administrativa de 1970) e não publicados para os recenseamentos coloniais são vagos e até contêm erros na indicação dos nomes. A "Divisão Administrativa" de 1970 indica 26 km² como superfície para Bango, 30 km² para Bungane, 24 para Nhancutse, 28 para Chau, 44 para Chirrime, mas confunde Chai, Chicauane, Siaia, Chau, de maneira que os dados são pouco fidedignos.

³Cf. Lista de nomes de régulos no B.O, II Serie, nº 36, de 7 de Setembro de 1968, pp. 1881-1883.

⁴A área tributária do estado de Bingwane incluía provavelmente desde c. 1866, alguns chefes chope (Copi), p.e. na zona de Macupulene e Chidenguele-Madender. Estes mantiveram os seus *vankhoma* (reis tradicionais) dos clãs Langas, Nyantumbo, Mbanze, etc., mas passaram a pagar tributo. A zona de Zavala não parece ter estado incluída nesta área tributária. Bingwane morreu em 1889 cercado pelo exército de Ngungunyane em Chirrime. O seu filho Xipenanyane (Esperanhane, Spadanhane), que deve ter tido a função de co-governante desde pelo menos 1884, fugiu para Inhambane em Outubro de 1889 e regressou em 1895, seguindo o exército português, de quem foi aliado. Estabeleceu-se perto de Tavane. Tendo ficado poderoso e independente demais, foi destituído e desterrado para a Ilha de Moçambique em c.1898 (cf. Costa 1899:74, "preso e destituído como inconveniente para a nossa ocupação". Foi mandado regressar por pessoas que conheciam a sua aliança com os portugueses, mas o novo governador confirmou a ordem, da maneira que não foi reinstalado. O seu território foi então definitivamente subdividido.

⁵Cf. Costa 1899:74 (cf. Nota 4). No Cod. 432, no Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) há indícios de nomeação de chefes nas terras de "Espadanhane" a partir de 10 de Julho de 1898.

⁶Cf. B.O. cit. na nota 3.

⁷Na sua explicação entrava *mbango* (guerra), que talvez esteja relacionado com a explicação dada por Vasconcellos em 1909, citado abaixo (2.), segundo o qual Bango era a alcunha ou nome do *induna* que tomou conta da terra depois da morte violenta de Xihuchu. Este é mais um caso em que, decorrido mais de um século depois dos acontecimentos, já não se consegue recuperar o significado de nomes dados porque o contexto sócio-político se perdeu.

⁸Entre eles os Sithoye (Sitoi), Maxava, Tivane, etc..

⁹Earthy 1933:241, indica que a areia branca argilosa característica da área de Banhine (Banyine) tinha a designação de *banyi*. Este termo parece ser desconhecido entre a geração mais nova da área de Bango, que ignoram esta possível origem da designação Banyine.

¹⁰Alberto 1947:220.

¹¹Earthy 1933:245. Esta espécie de árvores predomina ainda em Gwamba, Panda etc., bem como na parte oriental do Zimbabwe.

¹²O trabalho de campo foi facilitado por Gertrudes Chissano e Isaura Sitoi, que contactaram um secretário-adjunto e chefe de quarteirão, Afonso Mondlane, e dois dos seus professores que já tinham voltado para a aldeia, e, mais tarde, o Secretário, A. Tivane, bem como o seu familiar Ananias Chissano, ancião da igreja católica. Samuel Mondlane informou sobre a história da zona (ver ainda lista de informantes em anexo). A estes e outros aqui não mencionados estendo os meus agradecimentos.

¹³O assunto não foi tratado estatisticamente. É possível que antigos vizinhos, amigos etc., também tenham tido um certo papel no processo, como o deixam antever os dados apresentados por J.G. Langa 1994:14, 16. No que toca a filhos orfãos e de divorciados, recolheram-se dados autobiográficos de duas pessoas com pais divorciados, e opiniões sobre a prática em geral.

¹⁴Abrahamson & Nilsson 1994: 172, tabela 7.1. É possível que os proprietários que ficavam se tornassem também mais expostos e "visíveis" em caso de contra-ataque das tropas governamentais. No seu estudo sobre Inharrime, Patrício de Jesus referiu estes casos, implicando que havia pouca possibilidade de sobreviver na zona de guerra.

¹⁵Dora Earthy viajou em 1917 de Lourenço Marques para Masiyeni

(Maciene), primeiro por mar, num barco que a levou a Xai-Xai. Dali foi de comboio até perto de Chongoene e daí, num carro puxado por burros, para a estação missionária (Earthy 1933:1-2). Na década de 20 a camionagem começou a desenvolver-se e ligava à então terminal dos Caminhos de Ferro de Xinavane. Na década de 30 circulavam os machimbombos dos Caminhos de Ferro (*Brado Africano*, 6-2-1932), de Noronha & Cia. (entre Magule e Inharrime, *Brado Africano*, 9-2-1932) e dos "Irmãos Oliveiras de Chibuto, que são comerciantes e têm um serviço de camiões e carreiras entre Chibuto e Lourenço Marques (*Brado Africano*, 13-4-1935). Havia ainda outros camionistas como Mário Ferreira, Filipe Cabral, etc. Com os camionistas privados a viagem Lourenço Marques-Inhambane custava cerca de 100 escudos e o serviço dos CFM 400.

¹⁶A velha senhora Carolina Nhlamuse ainda se lembrava do padre Boavida, um dos padres que dirigiu durante muitos anos esta missão. Uma obra (*Esforço* 1949:84-5) confirma que entre 1930 e 1939 a missão de Chongoene funcionava alternadamente como sucursal de Malehice (Maleise) ou de Mangunze.

¹⁷O relatório dos padres franciscanos (*Ação* 1970:31; cf. também Lopes 1972:611) partia de uma população total de 49.056 habitantes, que parece constar do censo de 1960. Em 1970 já se contavam perto de 70.000 pessoas em Chongoene. Relacionaram estes com os números para 1969. Omitiram ainda grupos de cristãos como Ziyoni e outros grupos protestantes não oficializados ou sincretistas, de maneira que o número dos pagãos ou "tradicionalistas puros" deve ter sido bem menor do que o indicado.

¹⁸Ver Ferrão 1909:222.

¹⁹Seis daqueles com quem falámos começaram a sua actividade nos anos 60 e início de 70 (1972). Três encontraram casas na zona de Chamanculo, Xipamanine e Maxaquene, respectivamente.

²⁰Entre essa zona e Lourenço Marques/Maputo operava e opera a empresa Oliveira Lda (OTTL). Hoje em dia há também muitos "chapas" a oferecer transporte nestes percursos.

²¹Existem, de facto, especulações sobre a origem do nome Bango, que alguns pensam ser um *xibongo* e não uma designação derivada de um *butho* de Nghunghunyane, como defendeu Samuel Nkondlane Mondlane.

²²Em outros casos em Gaza (por exemplo na grande regedoria de Messano) a aldeia comunal foi implantada no cajual do próprio régulo e

não foi abandonada depois da guerra.

²³Guideone Mondlane, presentemente em Matutuíne. Não sabemos a data da sua eleição ou nomeação. Em outras zonas de Gaza, o Governo mandou eleger grupos dinamizadores em 1975, retirando desse modo o poder local aos regedores, que deixaram de ser pagos e perderam o direito ao uniforme.

²⁴No que toca à legitimidade podemos definir: a) legitimação por estar de acordo com a visão cosmológica tradicional; b) legitimação por estar de acordo como novas visões cosmológicas (islâmicas, cristãs, nacionalismo secular), etc.; c) legitimação devido ao sucesso do projecto nacional; e d) legitimação democrática através da representação no governo dos grupos sociais presentes na zona. Alguns destes conceitos incorporam os conceitos formulados por Max Weber na base de conceitos da tradição greco-romana e ocidental (legitimidade carismática, que incorpora um pouco o conceito cosmológico, etc.).

²⁵Correcção proposta por G. Chissano e Isaura Sitoi na revisão do texto. Anteriormente tinha sido referida a data de 30 de Outubro de 1987 ou de 1988.

²⁶Cf. Langa 1994:5, informação do falecido Vicente Mainga, etc.

²⁷Vines 1991:117-8, citando H. Maier e outros. Em Setembro de 1987 tinha havido um ataque ao quartel de Xizavane, que acabou com a hegemonia deste. C.f. Langa 1994:6.

²⁸Entrevista com Felisberto A. Gwambe, 11 de Junho de 1994. Gwambe explicou mais tarde que a escola de Mpoyombo, para onde fora transferido, se situava no lado ocidental da entrada para Chongoene, "depois do hospital, como quem vai a Chongoene, na estrada principal, do lado direito de quem vai para lá".

²⁹Entrevista com A. Tivane e seu filho, 16 de Setembro de 1994.

³⁰Isaura Sitoi, que parece ter sido o único membro da sua família a participar nesta deslocação, entregou a dádiva em mone da sua mãe, cujo nome ficou registado por escrito.

³¹Informação de Isaura Sitoi, 6, 15 e 24 de Setembro de 1994. A data da visita foi talvez 12 de Abril de 1990. Segundo Fernando Matavele, entrevistado com a sua avó Lea Paunde Zandamela em Chamanculo, em Outubro de 1992, esse médium em Conjoene ou Chirime seria uma neta do espírito Mungoyi casada em Chirime, que começou a encarnar este espírito na zona da sua residência. (Ver A.H.M., entrevista

conduzida por S. Jaime e G. Liesengang, Cassete 978/979A, transcrita por Ana Mainga). O centro originário do Mungoyi encontra-se 30 quilómetros mais a leste, mais perto de Chidenguele (cf. Nhancale 1994). O pastor Salvador Mause, da 'Igreja dos 12 Apóstolos', entrevistado a 28 de Outubro de 1994, conhecia já esse centro de Mungoyi em Conjoene em cerca de 1969, quando frequentava a missão de Mangunze e ali procurou cura para a sua doença. Segundo ele, o centro teria sido fundado por um irmão de Madambwane. (Sobre Madambwane, ver Nhancale 1994a, e 1994b).

³²Ou em Conjoane, em Xihagwane, Manguze (A.H.M., Cassete 979A, tr. p. 105.).

³³Entrevista com Mariana Mondlane, Carolina Sithoye, Ananias Chissano e A. Tivane, 16 e 17 de Setembro de 1994.

³⁴"Fechar" é um termo utilizado em relação com o poder de curandeiros na Zambézia, e também por alguns informantes em relação ao Mungoyi de Ngoyini (Chidenguele).

³⁵Entrevista com Isaura Sitoi, 15 de Setembro de 1994.

³⁶Deve ser a base de "Xingocoxa" citada por Vines 1991:86 como tendo sido conquistada pelas FAM, segundo notícias distribuídas pela AIM em Dezembro de 1985.

³⁷Impressão de Francina Chissano em Outubro de 1994.

³⁸Entrevista com Catarina Manhique, Bango, 11 de Junho de 1994.

³⁹A transcrição do texto tsonga (changana) ainda não foi concluída. Pensamos analisar mais detalhadamente alguns dos percursos e experiências noutra publicação.

⁴⁰Agostinho Ndeve foi morto mas a mulher da história sobreviveu. Parece que a viúva de Ndeve ficou um pouco ressentida por a mulher se ter recusado. A viúva, uma avó lúcida que ainda fala um pouco de português "da década de 30", altura em que frequentou a escola da missão de Malehice (no tempo do padre Boavida), é pessoa séria e afável.

⁴¹Pode ter sido Novembro. Cf. nota 25 acima.

⁴²Ao norte de Mandlakazi e este de Coolele.

⁴³Segundo outros a tradução correcta seria: Eu sou mau, ninguém me

mexe, como uma vagina cheia de areia. Manyavunyavu teria sido transferido depois do fim da guerra para a base central de Nhanala (Ka-Gomes) para substituir Ngonhamo.

⁴⁴Se fugiu ou foi deixado ir, não ficou claro. Parece que os deixaram regressar.

⁴⁵Entrevista com Luís Mahlaieie, Bango, 11 de Junho de 1994, tradução sumária de F. Gwambe.

⁴⁶O mesmo parece ter acontecido com outras bases no sul, como Matsekenya (ao norte da Namaacha), que devido aos ataques frequentes a que era submetida funcionava como base móvel. Era este o padrão geral desde cerca de 1986. Cf. Vines 1991:86-7, 94.

⁴⁷Informação de Francina A. Chissano, 22 de Setembro, e de G. A. Chissano, 29 de Setembro de 1994.

⁴⁸O. Nhancale referiu informações obtidas por ele, segundo as quais havia um local específico, perto de Chongoene, onde alguns dos capturados costumavam ser mortos durante as missões da Renamo.

⁴⁹Entrevistas com Rosalina Chissano e Rosalina Muthetho, Bango, 11 de Junho de 1994.

⁵⁰Informação oral de A. Tivane, Mavura, 28 de Agosto de 1994, referindo-se a uma lista que tinha sido elaborado há algum tempo.

⁵¹Caso da mãe de Felisberto Armando Gwambe, por nós entrevistado em Bango em 11 de Junho de 1994. Um outro, E.T. Mandlati, só pouco tempo antes tinha sabido da morte da mulher e dos filhos.

⁵²Se estimarmos que a aldeia tinha 24 quarteirões com cerca de 50 pessoas cada um, ela deve ter tido uma população total de pelo menos 1.200 pessoas.

⁵³Contam-se as crianças que nasceram até 1994 mas não se consideram as pessoas que morreram antes da guerra.

⁵⁴No quarteirão 2 do Bairro 2, A. Tivane e o seu filho contaram 49 sobreviventes, que enumeraram. Vendo que o número de mortes por quarteirão rondava cerca de 3 a 5, que poderia parecer pouco, juntaram mais pessoas de outros bairros e quarteirões até chegar a 15 (Entrevista com A. Tivane, Bango, 16 de Setembro de 1994).

⁵⁵Parece que só excepcionalmente os assassinatos eram praticados na

presença dos cativos. Segundo informações de O. Nhancale, seria contra a ética deixar crianças ver como uma pessoa é morta.

⁵⁶Pensamos que os raptos, violações, etc., assume aqui quase o papel de um acto de iniciação obrigatória para todos.

⁵⁷Fiquei com a impressão que os filhos tinham sido levados para as bases de Ngungwe ou Matsequenha.

⁵⁸Teodósio Mandlati, administrador do posto de Chongoene, mencionou em 16 de Setembro que foi informado a este respeito quando trabalhava na zona, uma semana antes.

⁵⁹É possível que se trate do bando de Charife Hassane Issufo, e este é também o sentimento dos residentes do distrito de Manjacaze. Cf. o artigo de Nhancale: "Corrupção em Manjacaze inquieta residentes", *Savana*, 15 de Dezembro de 1995, p.12.

⁶⁰A lentidão do regresso tem essencialmente três razões: dúvidas sobre se a guerra "acabou de vez" (A.F. Mondlane), dificuldades em abandonar o novo ambiente, e dificuldades económicas, dada a falta de apoio material do Governo ou ONGs.

⁶¹Entrevista com o administrador do posto de Chongoene, Teodosio Alfredo Mandlati, 16 de Setembro de 1994.

⁶²*Ibid.* Segundo os dados da administração a população seria de 83.160 pessoas (todos já presentes?), e a superfície de 716 km².

⁶³O recenseamento foi feito em casa dele, sita, salvo erro, no Bairro 2, e que também serviu de local de voto. O irmão morreu entretanto (em Dezembro de 1994) num desastre de viação, e não sabemos se já foi designado um sucessor.

⁶⁴O teor alcoólico situa-se provavelmente um pouco acima dos 20°. Parece que tem menos matéria venenosa do que a aguardente de cajú feita a partir de vinho mal fermentado.

⁶⁵Em Junho de 1994 existia apenas um particular em Bango que vendia sal, petróleo, velas e pouco mais.

⁶⁶A rede de parentesco dos comerciantes muçulmanos de Gaza liga uma área geográfica maior (Xai-Xai, Chibuto, Maputo, etc.).

⁶⁷A população (cf. entrevista com Virgínia Mondlane), refere apenas uma distribuição de ervilhas.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

A.H.M. Fontes orais:

T.O. cassete 978/979A:

Entrevistas com Leia Paunde Zandamela e Francisco Júlio Matavele, conduzidas por S. Jaime e G. Liesegang, Chamanculo, 10 de Outubro de 1992, tr. MP c169, Cx 16.

Entrevistas do projecto depositadas no A.H.M.:

Bango, 11 de Junho de 1994: Afonso Fernando Mondlane, Virgínia Mondlane, Rosalina Mbukwane, Mariana Sitoi, Rosalina Ndlalane, Elisa Ndlalane, Felisberto Arnaldo Guambe (Professor), Frederico Ernesto Pinto Chauque (Professor), Rosalina Chissano, Madalena Muteto, Adelina Pedro Mandlate, Carolina Simbine, Ernesto Titos Mandlati, Luis Mahlaieie, Catarina Manhique, Agueda Ndeve, Celeste Durão Ndlalane, Armando Pedro Mandlati, Zulmira Feleciano Manhica, Crizalda Gaspar Chissano, Aida Ndlalane.

Bango, 18 de Junho de 1994: Ana Mandlati, Samuel Khondlane Matshambane Mondlane, Ananias Chissano, Marcelina Chambule, José Mazivila, Magaiza António Mathe, Vasco Tivane, Juliana Ndima.

Bango, Bairro 2, 19 de Junho de 1994: Carlos Gabriel Siteo, Luisa Vilankulo, Maria Alice Mahlaieie, Mateus Mbiza, Maria José Nhabanga, Deolinda Ndeve, Ermelinda Fernando Ndeve.

Chongoene, 16 de Setembro de 1994: Teodósio Alfredo Mandlati.

Bango, 16 de Setembro de 1994: Vasco Tivane, Francisco Vasco Tivane e Gertrudes Chissano.

Bango, Várias datas: Isaura Sitoi, Francina A. Chissano, Ananias Chissano, Mariana Mondlane, Carolina Sithoye.

Maputo, 28 de Outubro de 1994: Pastor Salvador Maússe.

A.H.M.: Fontes Manuscritas:

Cod. 432: Gaza, Registo de cartas patentes de régulos 1897-98.

Cod. 2548: Milandos, Gaza 1905-1907.

Publicações, Relatórios e Trabalhos Não Publicados:

ABRAHAMSSON, H. & NILSSON, A., 1994: *Moçambique em transição: Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Gothenburg e Maputo: Padrigu & CEEI-ISRI.

Ação dos Franciscanos em Moçambique durante o ano de 1970.
Vila Pery, 1970:122 pp (policop.), (AHM C 328d).

ALBERTO, M.S., 1947: *Os negros de Moçambique*. Lourenço Marques (1ª versão de 1945).

ALLÉN, T. & MORSINK, H. (ed.), 1994: *When refugees go home: African experiences*. Londres e Trenton: Unrisd & J. Currey & Africa World Press.

BRADO AFRICANO (Semanário), Lourenço Marques.

COSTA, A.M. Gomes da, 1899: *Gaza, 1897-98*. Lisboa

DIVISÃO ADMINISTRATIVA DE MOÇAMBIQUE POR REGEDORIAS.
(Lourenço Marques): Direcção Provincial dos Serviços de Planeamento e Integração Económica da Província de Moçambique, Estudos 13, 1970.

EARTHY, E.D., 1933: *Valenge women: The social and Economic Life of the Valenge women of Portuguese East Africa: an ethnographic study*. Oxford U.P., London: Frank Cass reprint.

FERRÃO, F. 1909: "Circunscrições de Lourenço Marques: Respostas aos quesitos feitos pelo Secretário dos Negócios Indígenas...", Lourenço Marques: Imprensa Nacional.

HARNEIT-SIEVERS, A., 1994: "Studying War and Society in Modern Africa: Comparative Perspectives". (manuscrito, 12pp).

JESUS, Patrício de, 1994: "Alguns aspectos do impacto da guerra em certas zonas dos distritos de Inharrime e Zâvala: Actuação dos agentes intervenientes, as deslocações, estratégias de sobrevivência das populações rurais". Maputo: Texto para o seminário sobre História Social da Guerra. 18pp.

LANGA, José Gabriel, 1994: "História Social da Guerra do ponto de vista dos camponeses de Xizavane (Gaza), 1982-1992 e algumas considerações sobre a sobrevivência dos refugiados de guerra na Matola D e Matola C." Maputo: Texto para o seminário sobre a História social da Guerra. 18pp.

LAURENCIANO, G. & WATERHOUSE, R, 1994: "Resettlement of Mozambican returnees: Communities in Transition. Results from a field study of the resettlement and re-organisation of returnee communities to Magude district, Southern Mozambique". (Undertaken for: Norwegian

Refugee Council). Junho, 23pp.

LOPES, F. Felix, 1972: *Missões Franciscanas em Moçambique 1898-1970*. Braga.

NHANCALE, O., 1994: "Cosmologia e conflitos: Papel das instituições do poder local na manutenção e reposição de ordem social: um estudo de caso das comunidades Copi do Sudeste de Mandlakazi". Dissertação de Licenciatura em História, U.E.M.

NHANCALE, O., 1995: "A questão de poderes paralelos durante a guerra e a defesa das populações — os casos de Mungoyi e Thovele." Maputo: Manuscritos para o *workshop* sobre a História Social da Guerra em Moçambique.

"O esforço missionário português: Arquidiocese de Lourenço Marques". Lisboa: 1950 AGC (A.H.U. C 284d).

PINHEIRO, F. M., 1992: *Na entrega do testemunho: Acção missionária portuguesa em Moçambique*. Torres Novas (A.H.M. C 2132d).

ROESCH, O., 1992: "Renamo and peasantry in Southern Mozambique: A view from Gaza". *Canadian Journal of African Studies*, 26, 3:462-484.

SAVANA, Semanário, Maputo.

SERRANO, M., 1891/94: "De Makiki a Inhambane pelo Ualuize (1890)". *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 13, 1894:397-447.

Van WYK, P., 1993: *n Fotogids tot die Bome van Suider-Afrika*. Cidade de Cabo: Struik.

VINES, A., 1991: *Renamo. Terrorism in Mozambique*. York, London & Bloomington: Centre of African Studies, Currey & Indiana U.P.

WILSON, K.B., 1993: "Assisting Repatriation: recent lessons from self-repatriation in Mozambique". Manuscrito para publicação pelo Finnish Refugee Council.

ANEXO

BANGO, BAIRRO 6, QUARTEIRÃO F LISTA E SITUAÇÃO DOS MEMBROS DOS AGREGADOS FAMILIARES

1º — Afonso Fernando Mondlane, n. 1956, antigo secretário-adjunto do Bairro 6, divorciado (por razões políticas?) da primeira mulher, baptizado em S. João de Brito. Estudou até 1967, trabalhou "na cidade" até 1971 e regressou depois, em 1984, tendo participado na construção da aldeia comunal. Trabalha agora em Xai-Xai. Tem Lídia Francisco Nhacume como primeira esposa, n. 1962, raptada duas vezes. Na primeira tinha uma criança de 6 meses (mais outras três), e ficou três meses com a Renamo antes de conseguir fugir e regressar. Na segunda vez foi raptada em 25 de Março de 1992, quando estava grávida de três meses. Ficou com a Renamo dois meses e meio e conseguiu regressar, não tendo perdido a filha, que nasceu depois do regresso. Filhos: Nelson Afonso Mondlane (n. 1976), Elcídio Afonso Mondlane (n. 1988) e Inês Afonso Mondlane (n. 1992). A segunda esposa de Afonso Mondlane é Linda Alberto Ndialane, n. 1959 (?), que tem um filho, Antonio Afonso Mondlane (n. 1978).

2º — Madalena Muteto, viúva de Sebastião Manusse, raptado e morto na guerra. Os filhos são Custódio Manusse, Venâncio Manusse, Harmatália Manusse e Isabel Manusse.

3º — Joel Come, polígamo. As suas mulheres receberam talhões separados na aldeia. Regressou a Bango, mas em Junho estava novamente em Maputo a resolver problemas familiares. A primeira esposa é Rosalina Muleia, cujos filhos estão no Bilene, para onde ela também se havia deslocado. A segunda esposa é Julieta Manhique (ver nº 8, abaixo). A terceira é irmã da primeira e está em Xai-Xai.

4ª — Alberto Manhique. Trabalhava já em Maputo antes da guerra e continuou na capital. Na aldeia vivem a esposa, Celeste Machava, e os filhos: José A. Manhique (está em casa), Zefanias A. Manhique (em casa), Pedro A. Manhique (na África do sul) e Celina A. Manhique (em casa). Celeste foi raptada mas conseguiu voltar. Mas tarde coube a vez à filha, Celina, que também conseguiu regressar.

5º — Albino Come, filho de Joel Come e Julieta Manhique (ver 3º). A esposa é Atália Mondlane e o filho Célio Come.

6º — Maria Massingue, viúva de Cândido Manhique, que morreu de doença em 1983. Maria também morreu de doença alguns anos depois. Os filhos são Luis Manhique, que estava na África do Sul em 1994, e oito filhas casadas que seguiram os maridos.

7º — Amélia Mondlane, viúva de Fernando Dimande, com os filhos Alberto Dimande, Serafina Dimande e Maria Dimande. Um outro filho, jovem, foi morto na guerra.

8º — Julieta Manhique, mulher de Joel Come (ver 3º), e filhos Rosália Come, Albino Come (em 5º, com casa própria), Gilda Come e Eugénio Come, que está na África do Sul.

9º — Talhão de Feliciano Manhice, que já morreu. A esposa foi raptada e morta na guerra, tendo sobrevivido a criança que estava com ela. Mais cinco filhos.

10º — Beatriz Bila. Foi para Xai-Xai e não mais voltou.

MULHERES E GUERRA: REINTEGRAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES REGRESSADAS DAS "ZONAS DA RENAMO" NO DISTRITO DE MANDLAKAZI

*Elisa Muianga**

I INTRODUÇÃO

1. Objectivos

A assinatura dos Acordos de Paz em 1992, significou o fim da guerra em Moçambique. Uma guerra que durou cerca de 16 anos e durante a qual muitas vidas humanas foram ceifadas. Alguns investigadores da matéria caracterizaram esta guerra como "um dos holocaustos mais brutais contra o ser humano desde a II Guerra Mundial...".¹ Esta guerra para além de ter vitimado milhares de vidas humanas, destruiu infra-estruturas económicas e sociais tendo obrigado a que grande parte da população abandonasse os seus haveres e se deslocasse para sítios que oferecessem maior segurança. Das zonas rurais, uma grande parte deslocou-se para as cidades e vilas onde ainda havia alguma segurança. A outra, sobretudo das zonas fronteiriças, refugiou-se em países vizinhos como o Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, Swazilândia e África do Sul.

**Docente de História e colaboradora do Centro de Estudos Africanos.*

Houve também uma grande parte da população que teve que viver nas zonas da Renamo, porque as suas aldeias foram ocupadas pelos guerrilheiros ou porque foi obrigada a transferir-se para as bases daqueles, através do rapto. O presente estudo incide sobre esta última categoria de afectados, tentando responder a certas lacunas existentes no conhecimento desta matéria.

Os trabalhos existentes sobre a história social da guerra pouco ou nada se referem aos problemas enfrentados por esta categoria e, dentro dela, pelas mulheres. Dada a extensão do país, a diversidade de culturas, a actuação da Renamo muitas vezes dependente das condições específicas de cada região e seus habitantes, não se pode fazer um estudo uniformizado à escala nacional. Daí que incidimos num estudo de caso no distrito de Mandlakazi, particularmente nas localidades de Hlalala e Macuacua.

O nosso estudo baseia-se na recolha oral, sobretudo em entrevistas com mulheres que estiveram nas bases da Renamo durante a guerra. Utilizámos diferentes obras sobre a guerra em Moçambique, e outras experiências análogas para poder desenvolver uma perspectiva comparativa. Procurámos também entender a sociedade de Mandlakazi antes do início da guerra, com vista a saber quais os papéis desempenhados pela mulher e o seu estatuto na sociedade. Para tal, além das entrevistas, baseámo-nos em fontes escritas, sobretudo em autores que estudaram as sociedades moçambicanas a sul do Save, particularmente o grupo changane.

No que concerne à análise do envolvimento das mulheres na guerra desde o rapto até ao retorno a casa, foram realizadas 41 entrevistas, na sua maioria com mulheres que regressaram das bases da Renamo, mas também com alguns homens raptados, familiares das mulheres raptadas, seus maridos e familiares destes. Foram também entrevistadas algumas pessoas importantes da comunidade, como curandeiros e responsáveis de aldeia.

Pela natureza da pesquisa, muitos aspectos poderão ser omitidos uma vez que dizem respeito à vida íntima das mulheres raptadas. Além disso, a guerra terminou à relativamente pouco tempo e existem ainda receios a nível destas comunidades.

O estudo debruça-se sobre as mulheres, sobretudo as mulheres raptadas, porque partimos do princípio que elas tiveram que enfrentar problemas específicos, desde a altura da sua ida para as bases da Renamo até ao momento da sua reintegração, quando regressaram.

O fenómeno de reintegração, no caso das mulheres, é como que permanente: com o casamento, têm que se integrar na família do marido e na comunidade deste, com a guerra tiveram que se integrar na vida da base, que constituía uma comunidade diferente.

Hoje, ao procurar analisar-se o processo da sua reintegração na comunidade em que viviam antes de irem para as bases, deve-se ter em conta que vários aspectos novos foram incorporados, aspectos esses que visavam responder a uma situação imediata da guerra. Por outro lado, novos elementos trazidos pelas pessoas regressadas das bases vão-se misturar com os da comunidade. Para melhor entender este processo de reintegração temos que ver como é que as mulheres estavam enquadradas na sociedade antes do rapto, que função tinham ali, qual era o seu estatuto, quais eram os seus deveres e obrigações. Será que quando elas voltam para as suas comunidades são aceites de igual maneira? Como é que a comunidade as vê? Como as recebe? E como é que elas se sentem?

Procurámos estruturar as questões do nosso estudo em três fases, da seguinte maneira:

Primeira fase: as mulheres antes da guerra. Como é que estas mulheres viviam nas suas comunidades? Qual era a sua principal função? Qual era o seu estatuto? Quais eram as suas obrigações perante a família e a comunidade?

Segunda fase: o início da guerra e o rapto de mulheres. Como é que elas foram parar às bases? Raptadas ou apresentadas voluntariamente? Quanto tempo lá ficaram? Que actividades desenvolviam? Quais eram as relações com os soldados? Como eram feitos os casamentos?

Terceira fase: a reintegração das mulheres. Quando saíram das bases? Antes ou depois da assinatura dos Acordos de Paz? Saíram de livre vontade? Como foram recebidas pela comunidade? Por quem? Foram submetidas a alguns rituais? Em que consistiam? Que problemas enfrentam actualmente?

2. Hipóteses e Problemática

A primeira hipótese é que estas mulheres tiveram um envolvimento na guerra que não foi exactamente no campo de batalha. Elas ajudaram a transportar o material de guerra e mantimentos para as bases ou de uma base para a outra. Elas garantiram também o sustento dos soldados, trabalhando nas machambas, transportando o saque dos alimentos e, ainda, confeccionando a comida nas bases. E foram ainda usadas para satisfazer os desejos sexuais dos soldados.

A segunda hipótese é que estas mulheres tiveram que se adaptar à nova realidade das bases e, a partir daí, talvez tenham começado a assumir que tinham que ser elas a lutar pela sua própria sobrevivência, participando no saque às populações, convivendo com os soldados. A dada altura elas ter-se-ão conformado com a situação, aceitando os soldados como maridos ou criando estratégias para evitar situações de risco maiores.

A terceira hipótese é a seguinte: apesar destas mulheres terem passado por esta experiência extrema, que incluiu abusos sexuais, a comunidade pode ser capaz de as aceitar de volta ao seu seio. Neste caso talvez os rituais de purificação aos quais são submetidas encorajem o seu enquadramento, e talvez as pessoas do seu meio também aceitem, considerando que depois de passar por tais rituais elas se tenham transformado em novas pessoas.

Se se concluir que a mulher não é reintegrada na sociedade, então criam-se situações graves uma vez que, segundo os princípios "tradicionais" de Mandlakazi, a mulher é reconhecida pela via do casamento e só a partir daí é que lhe são conferidos alguns direitos, como por exemplo a posse de terra, o reconhecimento dos filhos, etc. O que vai fazer com que estas mulheres fiquem reduzidas a um estado de grande penúria e marginalização.

Entre os factores indicadores do processo de reintegração contam-se rituais de purificação e é preciso ver até que ponto estas práticas são válidas nas comunidades, e se tendem ou não a desaparecer.

Por fim, se tivermos em conta que estas mulheres foram violentadas, sexualmente e não só, dado que assistiram

à morte de seus parentes directos, ou foram mesmo obrigadas a matá-los, temos que colocar a possibilidade de elas terem sofrido alguns traumas, talvez nem sempre facilmente identificáveis. Procuraremos também ver que papel desempenham as famílias neste aspecto particular da sua reintegração.

3. O Distrito Estudado

Para o presente estudo escolheu-se Mandlakazi, por razões ligadas à língua e à distância. A perspectiva inicial de estudar um dos distritos do centro do país foi inviabilizada pela falta de recursos financeiros para a deslocação, e pelas dificuldades de "penetração cultural" (nomeadamente a língua) que se adivinhavam.

Mandlakazi² é um distrito da Província de Gaza, e foi escolhido para o estudo por ter sido um dos mais afectados pela guerra. Dista da capital provincial Xai-Xai, cerca de 57 kms. Faz fronteira a sul com a capital provincial, a norte com Panda e Chibuto, e a oeste com Chibuto. O distrito tem uma população de cerca de 186.000 habitantes, segundo o censo de 1980.

Em termos culturais, é um distrito fronteiriço, onde se cruzam principalmente as culturas shangana e chopi, mas também outras culturas devido aos casamentos inter-étnicos. Contudo, as localidades estudadas são de cultura predominantemente shangana, tanto mais que é uma zona onde nem sequer se fala chopi.

No que concerne à divisão administrativa, é constituído por sete postos administrativos, nomeadamente: Hlalala, Macuacua, Xibonzane, Makupulane, Mazucane, Xidenguele e Chicavane. Os postos administrativos de Hlalala e Macuacua foram os escolhidos para o presente estudo. O posto de Hlalala é constituído por duas localidades que são Hlalala e Mussengue. Em Hlalala foram estudadas as aldeias de Coolela, Xithalu e Kadjahane. Em Mussengue estudou-se a aldeia do mesmo nome. O posto de Macuacua é constituído por duas localidades: a localidade sede de Macuacua e Chilatanhane. Nele só se estudou a localidade sede, concretamente a aldeia de Fumane.

Quadro 1
Aldeias Seleccionadas

<i>Posto Administrativo</i>	<i>Localidade</i>	<i>Aldeia</i>
Hlalala	Hlalala	Coolela, Xithalu e Kadjahane
	Mussengue	Mussengue
Macuacua	Macuacua	Fumane
	Chilatwanhane	

Durante o período da guerra todas estas aldeias foram alvo de constantes ataques, e os seus bens saqueados. Muitas famílias tiveram que se deslocar para a sede do distrito, outras para Xai-Xai e mesmo para o Maputo. Para entender melhor o nível de intensidade da guerra neste postos basta dizer que a localidade de Mussengue ficou abandonada desde 1987. Como procuraremos mostrar no capítulo seguinte, esta guerra foi uma guerra de guerrilha na qual uma das características de ambas as partes era a procura do apoio das populações. Notaremos que as mulheres foram, assim, grandemente envolvidas na guerra.

Por outro lado, este distrito deste o século XIX que constitui um grande potencial de reserva de mão de obra para as minas da África do sul. Embora desde 1976 se tenha reduzido o recrutamento da mão de obra moçambicana para as minas do *rand*, subsiste ainda essa tradição. Como tal, a maior parte da população masculina, quando atinge a idade de trabalhar, tem como primeira opção a emigração para a África do Sul, adquirindo passaporte por meios formais ou informais, violando a fronteira e entrando ilegalmente, se necessário. Esta tradição dos jovens emigrarem para as minas da África do Sul está associada ao facto de poderem obter o dinheiro para o *lobolo*, quando a partir dos finais do século passado o *lobolo* passou a ser pago em dinheiro.³ Ainda que não seja para trabalhar nas minas, a grande preocupação dos jovens é de ir à África do Sul, onde há maiores possibilidades de emprego. Fracassada essa tentativa, como alternativa vão procurar emprego em cidades como Xai-Xai ou Maputo. Normalmente, se conseguem arranjar emprego fora, só

regressam a suas casas decorridos um ou mais anos. Neste contexto, são as mulheres que asseguraram e asseguram a subsistência familiar, na ausência dos maridos. Como tal, quando a guerra eclodiu neste distrito, em 1982, as principais vítimas foram as mulheres.

A agricultura é a actividade básica. Cultiva-se o milho, mandioca, amendoim, abóbora e diversos tipos de hortícolas. Existe também o cajueiro, que é um grande recurso económico, sendo integralmente aproveitado: o fruto serve para alimento e fabrico de bebidas alcólicas, que são bastante apreciadas; a castanha serve para temperar os alimentos (sobretudo as hortaliças) e para a venda e aquisição de outros produtos como sabão, açúcar, óleo e roupa. Os habitantes deste distrito dão muita importância ao cajueiro, também porque é uma árvore bastante resistente à seca.

Para além da agricultura pratica-se a criação de gado. Esta população continua a considerar o gado como uma das principais riquezas. O gado, para além da alimentação, tem as importantes funções de auxiliar no cultivo das machambas e basear as compensações matrimoniais (*lobolo*). Todavia, as manadas do distrito foram quase inteiramente dizimadas pela guerra.

4. O Lugar das Mulheres e os Casamentos

Ao questionarmos a medida em que a guerra trouxe mudanças ao estatuto da mulher em Mandlakazi, temos necessidade de fazer uma retrospectiva do seu papel. Para tal, procuraremos analisar como eram feitos os casamentos, qual a posição da mulher no lar, na família e na sociedade. Nesta análise, recuamos até ao período imediatamente a seguir à independência, altura em que talvez as mudanças tenham começado a surgir mais nitidamente devido à grande mobilização desenvolvida pela OMM com vista à emancipação da mulher. Esta organização, apesar de ter condenado os ritos de iniciação e o *lobolo* sem investigar o alcance dessas práticas na estruturação social, desempenhou um papel muito importante pelo facto de ter despertado na mulher o sentido da luta pela igualdade de direitos. Fátima Mathe, uma das

mulheres entrevistadas confirma que a OMM introduziu mudanças importantes na vida das mulheres:

"(...) antigamente a mulher tinha um estatuto baixo, hoje tenho voz, tenho valor. O meu trabalho é valorizado, a forma como o meu marido agora se dirige a mim é mais cortês (...). O governo também está interessado na valorização da mulher..."⁴

Na altura a mulher era sobretudo uma produtora de bens. É tanto "melhor mulher" quanto mais trabalhadora na machamba fôr e quanto mais filhos der. Desde criança ela aprende os trabalhos da machamba e a tomar conta da casa. Quando se casa ela tem a sua machamba e a sua valorização é dada pela força que ela tem em produzir na machamba para garantir o sustento familiar. Quanto mais produzir e mais filhos tiver maior consideração terá dos seus familiares, particularmente do marido. Existe um provérbio shangana que diz: *mmintela hinkwapsu*, o que significa que para manter o lar a mulher deve aceitar submeter-se.

Nesta sociedade o casamento é feito através do *lobolo*. Este sistema exige grande participação das famílias dos noivos. Existem alguns paralelismos entre esta cerimónia e o casamento civil ou religioso. Ela, tal como os últimos, é orientada por alguém reconhecido e respeitado pela família, assistida por testemunhas, é uma cerimónia solene. A quantia do *lobolo* servirá depois para se *lobolar* uma outra mulher, compensando assim a família da noiva. A dissolução do casamento tem que ser testemunhada pelas famílias: tradicionalmente, só quando as mesmas chegam à conclusão de que não há outra saída é que a dissolução se consuma. A mulher, também, só se sente valorizada quando é *lobolada*. Para se chegar ao *lobolo* e à transferência da mulher de casa dos pais para a casa do marido, passa-se por várias etapas.

Começa-se pelo *kuthomia*, uma cerimónia que consiste na apresentação da intenção do noivo aos familiares da noiva. Esta apresentação é normalmente feita por uma pessoa íntima do noivo. Às vezes são familiares seus. Depois marca-se o dia do *lobolo*, em que se reúnem ambas as famílias. Se o noivo não dispuser do valor estipulado e demonstrar interesse em ter a sua futura mulher em casa com estatuto de esposa, os familiares dela podem autorizá-la a ir vivendo com o marido

comprometendo-se este a, assim que arranjar a quantia estipulada, pagar a sua dívida e, de facto, ele sabe que tem que o fazer para gozar de todos os poderes sobre a mulher.⁵

Por outro lado, se acontecer alguma anomalia no seu lar, como por exemplo a esposa não conceber normalmente, associa-se a desgraça ao facto da dívida não estar saldada e os espíritos dos antepassados estavam a castigá-lo, reivindicando a conclusão do pagamento do *lobolo*. Talvez pelo facto de não se circunscrever simplesmente ao pagamento de uma quantia, tendo também que ver com a comunicação com os antepassados, considerados como tendo o papel de iluminar, proteger e garantir a prosperidade e harmonia da família, o *lobolo*, apesar de muito combatido nunca deixou de ser praticado.

Entretanto devido a vários factores, nomeadamente à influência das religiões cristãs, o casamento "tradicional" passou a ser complementado pelos casamentos religioso e civil. Mas, em qualquer dos casos, o casamento tradicional, que inclui o *lobolo*, continua a ser o primeiro passo. O pagamento do *lobolo* vai subindo de acordo com o nível do custo de vida no país. Segundo Junod, o meio para se pagar o *lobolo* tem a ver com o que sirva, em cada época, para aumentar a riqueza e o prestígio nas comunidades.⁹ Na altura da independência, o *lobolo* fazia-se mediante o pagamento de cerca de 2.500 escudos mais uma cabeça de gado. Este era o valor mínimo que se exigia e praticamente todos estavam à altura de pagar.

Neste distrito, por tradição, as pessoas quando atingiam a idade de casar sabiam que tinham que ir trabalhar para as minas da África do Sul para poderem pagar o *lobolo*. Mas como os seus rendimentos eram muitas vezes acima do que se exigia para o *lobolo*, acontecia que os homens tinham quantas mulheres pudessem de acordo com as suas condições financeiras. Mesmo hoje, a nível das comunidades nota-se que são os mineiros quem tem mais do que uma mulher. Portanto, existe uma estreita ligação entre o *lobolo* e a poligamia.¹⁰

Mas de acordo com a importância da família da rapariga, este valor podia também variar bastante, chegando a atingir um grande número de cabeças de gado. Com a independência do país e todos os problemas decorrentes do

bloqueio económico promovido pela África do Sul, o recrutamento de trabalhadores para as minas reduziu-se bastante, o que afectou também bastante o sistema de vida instituído nas zonas rurais do Sul de Moçambique. Assim, o pagamento do *lobolo* passou a ser arbitrário, variando de acordo com as condições de cada família. Com a política de reabilitação económica associada à perda de muitos valores culturais, tem-se assistido, nos últimos tempos, a que a maior parte dos casamentos se processe pela união de facto, em que as pessoas se juntam informalmente e começam a fazer uma vida marital. Mas mesmo para este tipo de união, normalmente as famílias conhecem-se e sancionam-a, apesar de não terem sido cumpridos os formalismos exigidos.

Por tradição, neste distrito também se faziam casamentos poligâmicos, mas devido aos factores já acima referenciados, nomeadamente a influência da religião e a subida do custo de vida aliada à falta de emprego, já se torna difícil manter o sustento de uma família e muito menos de uma família constituída por mais do que um agregado.

Assim como o quadro se apresenta, com a família institucional em processo de mudança, mais difícil ainda se torna perceber como está sendo feita a reinserção das mulheres regressadas das antigas bases da Renamo. Se se continuasse a observar a constituição da família com base no *lobolo*, seria mais fácil perceber se as mulheres regressadas das bases estão ou não a ser marginalizadas pelos seus companheiros. Mas uma análise com base só nas formas de casamento poderia induzir em alguns erros, como por exemplo, sugerir que uma mulher regressada das bases, só pelo facto de não ter sido *lobolada*, estaria a ser vítima de menosprezo e marginalização.

II MULHERES E GUERRA

1. Origens e Desenvolvimento do Conflito

O conflito recentemente terminado opôs as forças governamentais, por um lado, e da Renamo, por outro. Para entender a guerra em Moçambique, é necessário voltar aos anos 70, onde se poderá encontrar a génese do que viria a ser a Renamo como movimento de oposição ao Governo. Procuraremos referir aqui brevemente, com base numa cronologia, o desenvolvimento dessa oposição.

Em 1974, na sequência do golpe de estado em Portugal, assiste-se à uma retirada da presença portuguesa em Moçambique. Com a assinatura dos Acordos de Lusaka e, posteriormente, com a independência de Moçambique e a implementação das sanções mandatórias das Nações Unidas por Moçambique, Ian Smith procurou desenvolver acções mais intensas com o Movimento Nacional de Resistência MNR, ao ponto deste movimento passar a constituir como que um prolongamento das Forças Armadas Rodesianas, reforçado por antigos elementos que faziam parte do exército português e por antigos membros da polícia secreta portuguesa que haviam fugido para a Rodésia aquando dos Acordos de Lusaka.⁸

Em 1976, o encerramento da fronteira com a Rodésia foi assumido por esta como uma declaração de guerra por parte de Moçambique. Ela passou a depender economicamente da África do Sul. Mas Moçambique, apesar de saber que em certa medida estava a minar a sua economia, tinha que cumprir com o seu dever internacionalista. A Rodésia ataca então os campos de refugiados de Nyazónia e Púnguè, resultando em vários mortos e feridos. A intensificação das acções rodesianas no interior do território moçambicano contou parcialmente com o recrutamento de moçambicanos ao longo das fronteiras com Manica, Tete e Gaza. Estes moçambicanos tinham como missão indicar os campos de refugiados, uma vez que falavam a língua e conheciam os caminhos.⁹ Este era um exército constituído por

autênticos mercenários mal pagos pela Rodésia, segundo as palavras do próprio Dhakama:

"... Na Rodésia éramos oprimidos pelos rodesianos, não tínhamos um líder na nossa organização para negociar as diversas questões (...) nem eu nem o comandante André Matsangaíza. Os ingleses é que determinavam as áreas a atacar e a recrutar, com a promessa de 300-500 dolares".¹⁰

Em 1978 as relações entre a Rodésia e a África do Sul alteraram-se com a subida de P.W. Botha ao poder. Intensificam-se as agressões, pois este último considerava Moçambique como base activa para do ANC, o movimento nacionalista sul-africano que representava uma forte ameaça, tanto para a Rodésia como para a África do Sul.

Em 1980, o Zimbabwe alcança a independência e com isso o Movimento de Resistência Nacional de Moçambique perde a sua base de apoio naquela zona. No mesmo ano, a África do Sul constituiu-se como retaguarda do MNR, na sequência da transferência da base do movimento para Phalaborwa, na África do Sul, perto da fronteira com Moçambique.¹¹ Foi a partir desta altura que a Renamo começou a estender as suas acções por todo o país. Embora mesmo antes dos anos 80 as populações já se queixassem de movimentos estranhos nas suas comunidades e ao longo da Estrada Nacional nº1. Neste período nota-se claramente que o objectivo era a desestabilização do Estado moçambicano.

Durante o mesmo período, a África do Sul preocupou-se em legitimar a imagem e as acções da Renamo, tendo para o efeito criado o seu programa e estatutos.¹² Ao mesmo tempo, as acções terroristas intensificaram-se, tendo como principais alvos as infra-estruturas económicas e sociais e a população. A Renamo passou a estar bem apetrechada com equipamento de comunicação bastante sofisticado, acampamentos móveis, etc. Segundo Minter, o sistema de comunicações usado pela Renamo era de tal maneira sofisticado, com rádios transmissores computerizados vindos dos EUA, que os aparelhos eram operados por pessoal especializado instruído na África do Sul. Isto dava-lhe assim uma grande vantagem, visto que o movimento conseguia estabelecer contactos a partir da base central com as

restantes bases bem como com a sua rectaguarda no sul.¹³ Segundo o mesmo autor, este pode ter sido um dos maiores investimentos feitos pela África do Sul, com o apoio dos americanos e de alguns Estados europeus, que estavam interessados em minar os governos socialistas através de uma guerra de guerrilha rural de baixa intensidade.¹⁴

A Renamo confirma que os seus objectivos eram criar a desestabilização do governo da Frelimo, evitando uma confrontação directa com as forças governamentais mas procurando destruir o máximo possível, como se pode ver nos extractos dos documentos capturados na Gorongosa:

"1 - destruir a economia de Moçambique nas zonas rurais; 2 - destruir as vias de comunicação para impedir a exportação e importação para o exterior e interior, e o escoamento de produtos internos; 3 - impedir as actividades dos estrangeiros (cooperantes) porque estes são os mais perigosos na recuperação da economia".¹⁵

Norteadas por estes objectivos, a Renamo arrastou uma guerra que durou cerca de dezasseis anos, uma guerra na qual foi importante a participação da população.

2. A Renamo e sua Actuação nas Diferentes Regiões do País

A Renamo actuou de acordo com as realidades que ia encontrando nas diferentes regiões. Por vezes, quando se instalava numa zona com o consentimento do chefe local, a população era mobilizada a prestar apoio aos guerrilheiros, indo trabalhar nas suas machambas ou dando uma parte da sua produção. Tal aconteceu com o régulo Fumane, aquando da fundação da base de Macuacua, tendo as populações sido obrigadas a dar uma parte da sua produção, conforme testemunhou a entrevistada Ana Machava.¹⁶ Por outro lado, e dependendo do nível de implantação, outras vezes a Renamo teve machambas para o seu auto-abastecimento, sobretudo no centro e norte do país, como testemunham diversos estudos.¹⁷ O projecto história social da guerra confirmou a existência de machambas da Renamo em áreas da Zambézia. Esta prática pode significar que as bases do norte eram, em geral, mais estáveis, permitindo o desenvolvimento da

agricultura. Mas no sul a Renamo não conseguiu grande implantação, tendo sido aqui que, segundo algumas interpretações, foram cometidas as maiores atrocidades. Talvez isto se explique pelo facto da Renamo ter tido como um dos principais fundamentos da sua luta a oposição à cúpula do governo, por ela identificada com pessoas oriundas do sul do Save.¹⁸ De qualquer maneira, no sul a Renamo teve uma presença "nómada": mudava constantemente de base e por isso não podia desenvolver qualquer tipo de actividade agrícola.

3. A guerra no distrito

a) A fundação da base de Macuacua

A guerra em Mandlakazi começa a fazer-se sentir a partir de 1982. Quando foi destruída a base da Gorongosa, as tropas da Renamo dispersaram-se, evoluindo uma parte para o sul, incluindo as zonas nortenhas de Inhambane. Porém, como as zonas de Vilanculo, Govuro e Funhalouro são secas, as tropas da Renamo tinham muita dificuldade de sobrevivência e começaram a descer para a zona sul da província, tendo criado o sector regional sul, que abarcava a parte norte da província de Gaza.¹⁹ Foi neste âmbito que se fundou a base Macuacua. Segundo um dos nossos entrevistados,²⁰ esta base foi fundada em 1982, com o apoio do régulo Fumane, que fora régulo da zona com o mesmo nome durante o tempo colonial. Com a independência ele deixou de exercer essa função e foi viver para Maputo até 1982, altura em que regressou à sua terra. Nesse período já se faziam sentir as acções da Renamo. Quando ele voltou a população ficou satisfeita, convencida que ele iria resolver o problema. Mas, pelo contrário, ele aliou-se ao grupo da Renamo que já andava nas redondezas. Segundo os mesmos entrevistados, este grupo prometera restituir-lhe o poder, daí ele ter-se prontificado a apoiá-los e tê-los trazido para a sua área de influência:

"... dantes nós sabíamos que os da Renamo viviam em Ribwane, mas a partir de uma dada altura ele (o régulo) achou que era melhor que eles se fixassem aqui..."²¹

As populações passaram então a ser obrigadas a trabalhar para os guerrilheiros e diariamente tinham que dar uma contribuição em géneros ou serviços:

"... Nós fomos à base, tínhamos que cozinhar para eles, duma maneira rotativa. Um dia era um bairro e no outro era outro. (...) Assim procedíamos segundo as ordens do chefe..."²²

Esta atitude do régulo Fumane assemelha-se às tomadas por alguns régulos do distrito de Erati, na província de Nampula, tal como foram descritas por Christian Geffray.²³ Contudo, esta base teve pouca duração porque em 1983 foi destruída pelas tropas governamentais. Segundo um entrevistado,²⁴ para a destruição desta base contou-se com a intervenção de mais forças do exército governamental vindas do comando provincial de Gaza. Ainda segundo o mesmo entrevistado, após a destruição desta base as forças da Renamo dispersaram-se para a zona leste e fundaram a base de Guambene. Depois da destruição desta base, viveu-se um período de relativo sossego no distrito porque logo em seguida foi montado o quartel de Macuacua, com um forte sistema defensivo que não permitia a penetração das forças da Renamo.

Mas a partir de 1986 o distrito volta a ser afectado pela guerra. Foi nesta altura que a sede do distrito foi atacada. Os guerrilheiros da Renamo ou "matsangas"²⁵ entravam de todas as direcções. Todas as aldeias estudadas, desde 1983 foram alvo de ataques esporádicos, que se faziam sentir com intervalos de dois a quatro meses. Nestes ataques, a Renamo tinha alvos concretos, nomeadamente os chefes dos grupos dinamizadores e outros elementos que desenvolviam actividades para a Frelimo e para o governo. Segundo alguns entrevistados, quando os guerrilheiros chegavam perguntavam por essas estruturas, chegando inclusivamente a conhecê-los pelos nomes, e depois batiam-lhes ou matavam-os. Depois os ataques tornaram-se ainda mais frequentes e indiscriminados: "...qualquer pessoa era raptada ou morta, queimavam as nossas casas e saqueavam os nossos bens ...".²⁶ Por isso a partir desta altura muita gente começou a abandonar as aldeias, procurando maior segurança nas sedes distritais e da província. Foi nessa altura que muita gente construiu

residências provisórias em Mandlakazi, onde se refugiavam quando a situação estava difícil. Quando a calma regressava voltavam para a aldeia, pois era lá que tinham as suas machambas. Entretanto houve aldeias que não conseguiram resistir e acabaram por ser completamente abandonadas, como foi o caso de Mussengue.

b) Aldeia de Mussengue

Tal como as outras, esta aldeia começou a ser atacada em 1983, e em 1987 os ataques intensificaram-se de tal modo que, para além de matar e raptar gente e levar bens, os guerrilheiros começam a queimar as casas. A aldeia era "visitada" com frequência e as pessoas deixaram de poder fazer os seus trabalhos da machamba. Sem outra alternativa, os habitantes, na sua maior parte, abandonaram Mussengue e foram fixar-se próximo de Mandlakazi, em Ndingane. Assim, esta aldeia ficou abandonada durante cerca de 5 anos. Mussengue foi uma das aldeias mais sacrificadas, pois que, enquanto que nas outras as pessoas iam mantendo as suas machambas, embora com todos os riscos de a qualquer altura serem surpreendidas, desta aldeia tiveram que sair. Em Ndingane os deslocados de Mussengue tornaram-se totalmente dependentes: não tinham terras para produzir e passaram a sobreviver da ajuda dos organismos vocacionados para prestar apoio às populações deslocadas. As populações só começaram a voltar depois da assinatura dos Acordos Gerais de Paz.

c) Kadjahane em Machaka-homo

Os ataques a esta aldeia começam em 1986 e intensificam-se em 1987. Paulina Mondlane, sobrinha de Eduardo Mondlane, afirma que esta aldeia era de certa forma respeitada pelos soldados da Renamo.²⁷ Durante este período os guerrilheiros da Renamo entravam na aldeia mas nunca iam a casa de Paulina. A mesma entrevistada disse ainda que certa vez eles entraram em sua casa e levaram alguns bens, mas para grande espanto seu, voltaram passados alguns dias para os devolver. Aparentemente, ter-se-ia tratado de um grupo que não conhecia bem a casa ou que não recebera as devidas instruções. Com tal procedimento a Renamo tentava

convencer que os seus ideais eram semelhantes aos de Mondlane. Da mesma forma, as pessoas desta aldeia eram raptadas apenas para transportar os produtos saqueados, sendo depois mandadas regressar à aldeia.

Contudo, a partir de 1989 a situação alterou-se com o estacionamento de uma força de segurança governamental na zona. A partir daí a Renamo deixou de respeitar a aldeia. Passou a raptar pessoas e a matá-las. Mesmo a casa dos Mondlane passou a ser devastada e saqueada. Muita gente foi raptada, muitos dos seus bens roubados. Foi neste período que muitas pessoas procuraram refugiar-se em zonas mais seguras. As que resistiram, permanecendo na aldeia durante o dia, ficavam nas suas casas e faziam as suas machambas, mas à noite iam dormir para abrigos e esconderijos. Muitas mulheres e crianças foram raptadas, porque eram surpreendidas em casa a fazer as suas actividades domésticas ou eram apanhadas nas machambas. Umas conseguiam fugir no decurso do rapto, outras foram levadas para as bases da guerrilha, onde ficaram até a assinatura dos Acordos de Paz.

d) Aldeias de Xitlalu e Coolela

Nestas aldeias os ataques começaram em 1983, mas também foram interrompidos e retomados depois, em 1986, com maior intensidade. A princípio os guerrilheiros não matavam, mas em 1986 começaram a matar e a raptar pessoas. Algumas pessoas, tal como no caso da aldeia anterior, fugiram para zonas mais seguras construindo suas casas ou ficando em casa de familiares. Mas a maioria permaneceu nas aldeias até ao fim da guerra. É nestas duas aldeias que se encontra a maior parte de mulheres regressadas das bases da Renamo. Em Xitlalu a média de raptados é de cerca de uma pessoa por casa.

4. O rapto de mulheres

Todas as entrevistadas das aldeias estudadas, disseram ter ido parar às bases através do rapto, que na maior parte das vezes se seguia aos ataques. Por vezes elas eram raptadas quando iam ou vinham da machamba. Eram levadas até às bases no

acto de carregar bens saqueados às populações ou das lojas. Segundo o administrador do posto administrativo de Hlalala, o grande número de pessoas raptadas neste distrito deveu-se, de uma maneira geral, à falta de experiência de guerra por parte das populações. Porque por exemplo em Massangene, onde ele fora administrador até 1991, houve pouca gente raptada porque as pessoas já conheciam a guerra desde os tempos da guerra com a Rodésia. Em Mandlakazi, pelo contrário, as pessoas nem sequer construíam abrigos.²⁸

No processo do rapto, no decurso da viagem desde a aldeia até às bases, eram cometidas muitas atrocidades. Dado o receio que tinham de ser surpreendidos pelas forças governamentais, os guerrilheiros imprimiam grande velocidade a estas caminhadas. Tudo o que constituísse obstáculo tinha que ser imediatamente eliminado. Deste modo muitas pessoas eram mortas porque já se encontravam cansadas, com fome e sede, e não conseguiam caminhar depressa. Muitos bebés eram mortos quando choravam de cansaço, fome e sede. À medida que o grupo avistava novas aldeias, a tendência era para as atacar, saquear e raptar mais gente, o que ia engrossando a coluna em marcha. Uma entrevistada conta:

"(...) a caminho da base, pelo interior do mato, apanhámos uma casa onde entrámos, deparando com um casal que estava a descansar. Os guerrilheiros mataram o marido e levaram a esposa com alguns bens da sua casa, por ela carregados..."²⁹

Era durante as caminhadas que se seguiam aos raptos que mais se praticavam os abusos sexuais. As mulheres que procuravam resistir podiam ser mortas. Segundo A. Chiúia

"...ao longo do caminho, se os guerrilheiros precisassem de alguma mulher podiam usa-lá... não se respeitava a disposição dela, nem a idade, nem o número deles..."³⁰

5. A Vida nas Bases

a) Breve descrição da base

A base era um sítio onde os soldados da Renamo se fixavam, longe das aldeias, um lugar aparentemente sem ninguém. Os guerrilheiros da Renamo acampavam neste lugar

juntamente com a população raptada. Improvisavam as suas residências, organizavam todo o resto da sua vida, incluindo os ataques a outros lugares. Enquanto as forças governamentais não tivessem conhecimento da existência deste lugar, os guerrilheiros achavam-se no território sob o seu domínio. Bastava que eles desconfiassem da presença de forças governamentais nas cercanias para abandonar o local e procurar outro, mais seguro e distante. De acordo com alguns testemunhos, uma base podia durar anos como podia durar só alguns dias.

A base era constituída por duas partes essenciais: a zona militar e a zona civil. A zona militar era constituída por uma espécie de quartel onde viviam os militares, guardavam o material de guerra e organizavam todos as suas acções militares.

Em volta da base existiam os *mutis*,³¹ onde vivia a população civil. À medida que ia chegando gente nova, ia sendo integrada em cada um dos *mutis* existentes. Mas a integração das pessoas nos *mutis* tinha que obedecer a certos critérios como, por exemplo, nunca juntar pessoas oriundas da mesma zona. Era nos *mutis* onde se faziam todas as actividades. Era esta população civil que garantia a alimentação aos soldados. Diariamente saíam diversos grupos com o objectivo de procurar comida nas machambas das populações, e trazer água e lenha. Além disso organizavam-se para cozinhar. Os grupos que saíam eram "escoltados" por militares. Eram eles quem fazia o reconhecimento da zona, e só depois as populações podiam começar a saquear as casas ou as machambas.

Na base, as casas da população eram simples cabanas cobertas de lona ou de capulanas saqueadas às populações. Em algumas bases grandes, como a base central de Nhanala, dirigida pelo famoso Comandante Gomes, havia casas feitas de caniço e cobertas de palha. De uma maneira geral, as casas não podiam ser muito sólidas uma vez que as bases podiam ser atacadas e destruídas a qualquer altura. Quando uma base sofria forte ataque os guerrilheiros abandonavam-na, fundando nova base noutro lugar. Dada esta mobilidade, não era possível terem agricultura, pois que a qualquer altura ela podia ter que ser abandonada.

b) Principais actividades

As actividades distribuíam-se da seguinte maneira: as mulheres ocupavam-se dos principais afazeres como cozinhar, recolher lenha e água. Contudo, um dos papéis mais importantes desempenhados pelas mulheres nesta guerra foi o transporte de material de uma base para a outra.

Assim, todas confirmam ter conhecido mais que uma base. As bases mudavam constantemente de localização, para evitar as forças governamentais; os guerrilheiros transferiam-nas frequentemente para outros lugares. Por vezes mudava-se a base porque a fonte de água secava. Nenhuma das entrevistadas que foram raptadas disse ter permanecido todo o tempo na mesma base. Sempre que havia necessidade de transportar material escolhia-se, de entre a população civil, quem o fizesse. Por exemplo, Vitória Wate conheceu, durante o ano em que esteve com a Renamo, oito bases nomeadamente: começou por ir para a base de Chixokocha; passadas semanas, fez parte do grupo que foi atacar Wahamusse a caminho de Chibuto; conheceu também a base de Guambene em Zavala, além das bases de Nwakuluve, Chidukuane, Bonguisine, Chidjogwuanine e Ndindiza. A sua história dá bem ideia de quanto caminhavam estas pessoas, no transporte de material de e para bases que ficavam muito distantes umas das outras. As caminhadas chegavam a durar mais de seis dias. Assumindo que uma marcha forçada de cinco quilómetros corresponde a uma hora, e que as pessoas a iniciavam às 4 horas da manhã e só podiam descansar ao pôr do sol, conclui-se que estas mulheres percorriam várias dezenas de quilómetros por dia.

A maior parte dos homens jovens, quando chegavam à base, eram transformados em "matsangas", soldados da Renamo. Esta afirmação foi confirmada por muitos entrevistados:

"(...) os trabalhos eram feitos sobretudo por mulheres. Na base havia mais mulheres do que homens. Os homens, mal chegavam à base iam logo para o quartel onde eram transformados em militares..."³²

Portanto alguns homens combatiam e os civis, incluindo as mulheres, procuravam lenha e alimentos nas machambas alheias.

c) As relações entre os militares e a população civil

Nas bases, muitas vezes os militares iam passar a maior parte do seu tempo na zona da população civil. Com esta eles conversavam no sentido de fazer esquecer a suas famílias, e procuravam enquadrar-se o mais rapidamente possível. Segundo algumas entrevistadas, era ao longo destas conversas que eles iam escolhendo as mulheres. Nem sempre as mulheres que lá estiveram se tinham que relacionar maritalmente de maneira forçada. Por exemplo, Judith Sitei afirma ter tido uma ligação com um soldado que ela mesma assume ser o seu marido.³³ Ela foi raptada ainda muito nova e cresceu numa base, tendo lá estado cerca de 6 anos. Só regressou a casa um ano depois da assinatura dos Acordos de Paz em 1993. Judith disse ter-se despedido do marido quando decidiu voltar para casa dos pais, e que ele ficou de se ir apresentar aos seus familiares mal voltasse do Zimbabwe, onde estava a treinar para fazer parte o novo exército. Entretanto, ela informou os seus familiares sobre a intenção do companheiro. Os familiares responderam que se essa era sua vontade eles estavam de acordo, pois o que se tinha passado ficava enterrado e o que eles desejavam era que eles se entendessem e que o marido tomasse conta da família. A posição desta família traduz um certo espírito de reconciliação existente na zona. É com este mesmo espírito que alguns maridos acolhem as suas esposas.

De acordo com a organização de cada base, as pessoas que lá chegassem tinham que ser registadas, para se assegurar melhor controlo. Os cativos tinham que demonstrar estar felizes com a sua sorte, pois o descontentamento e a desconfiança estavam a um passo da morte. A entrevistada Leta Macuacua confirmou ter visto uma pessoa ser morta por ter tentado fugir:

"... Na primeira base onde estive vi uma pessoa ser morta porque foi apanhada a tentar fugir. O comandante da base convocou uma reunião geral e, na nossa presença, a referida pessoa foi morta, cortada aos pedaços que foram distribuídos pelos presentes para queimar ou enterrar."³⁴

Muitas outras entrevistadas se referiram a este tipo de assassinatos. Esta atitude destinava-se a intimidar as pessoas,

para que elas nunca tentassem fugir. De facto, era necessária grande dose de coragem para se fugir da base. As pessoas que o faziam sabiam que se a tentativa fracassasse teriam morte certa. Mas apesar de toda esta intimidação, havia sempre pessoas que aproveitavam a mínima possibilidade para fugir.

Por outro lado, nas bases faltava comida e passava-se muita fome:

"... duas semanas depois de termos chegado à base já nos queixávamos da fome que passávamos (...) Foi então que numa das reuniões nos disseram que ali se vivia roubando a população..."³⁵

E de facto as pessoas tinham que assumir que deviam roubar as populações, pois ali tratava-se de um problema de sobrevivência onde os valores morais eram esquecidos. Se a pessoa não fizesse parte das campanhas para o saque tornava-se alvo de suspeitas e podia até ser morta, ou então não lhe davam alimentos e ela arriscava-se a morrer de fome.

b) Como eram feitos os "casamentos"

Na base não havia casamentos explícitos, mas cada mulher sabia qual era o seu "marido". Como se mencionou atrás, os comandantes podiam ter quantas mulheres quisessem e pudessem. Segundo Otto Roesch, este terá sido um dos aspectos que atraíam os jovens a alistar-se no exército da Renamo, pois conseguiam, assim, obter mulheres sem grande esforço. O esforço a que se referia relaciona-se com a necessidade de se ter que trabalhar para conseguir dinheiro para o *lobolo*.³⁶ Porém as ligações eram circunstanciais, na medida em que quando eram transferidos para uma nova base os guerrilheiros deixavam para trás essas mulheres. Uma vez na nova base eles iniciavam novas ligações. As outras mulheres que não fossem esposas de nenhum comandante mantinham-se na zona civil e se algum soldado as desejasse mandava simplesmente buscá-las. Na base era proibido que as mulheres lutassem por causa dos guerrilheiros, pois segundo eles, guiados pelos princípios tradicionais, tal traria "azar".

Nas vésperas de um ataque era obrigatório manter abstinência sexual, para garantir o sucesso da operação.

Embora as lutas entre mulheres pelo mesmo homem fossem proibidas, algumas entrevistadas afirmaram que elas ocorriam. Esta reacção pode demonstrar que estas mulheres acabavam por se envolver profundamente na nova lógica. As mulheres escolhidas como esposas tinham certas vantagens, pois beneficiavam dos despojos de combate que lhes eram oferecidos pelos seus companheiros. Algumas entrevistadas, confirmando este facto, afirmaram que numa base a melhor forma de distinguir se uma mulher havia sido ou não escolhida era pela roupa que usava. Se tivesse lenços, capulanas bonitas e novas, sabia-se logo que ela já tinha sido escolhida e era o marido que lhe arranjava essa roupa. Segundo Leta Macuacua, era fácil os guerrilheiros juntarem muitas mulheres para si porque nem sequer pagavam o *lobolo*.

Por outro lado, nenhuma destas mulheres se considera casada com o homem com quem teve ligação nas bases. Talvez isso se deva ao facto que tal ligação não obedeceu a nenhum dos trâmites exigidos pelas normas costumeiras, não passou de uma ligação que foi fruto das circunstâncias. De facto, a ligação tem que ter o aval das famílias e ser de comum acordo, porque mesmo quando na comunidade são os familiares a arranjar o noivo, existe um período em que se prepara a rapariga para ela aceitar o homem que lhe é proposto. Além disso, no acto da cerimónia devem estar presentes as testemunhas dos noivos, visto que no caso de problemas conjugais é a família a quem se recorre em primeira instância.³⁷ Por outro lado, a falta do pagamento do *lobolo* não dava consistência ao casamento, porque neste distrito, apesar de todas as dificuldades em se pagar o *lobolo*, as mulheres só se sentem "honradas" quando *loboladas*. Finalmente, os "maridos", nas bases, fomentavam a poligamia sem obedecer a nenhuma regra previamente estabelecida.

Contrariamente ao que acontecia no decorrer dos raptos e a caminho das bases, nestas havia aparentemente mais disciplina em termos da vida sexual. Pelo menos as mulheres dos guerrilheiros eram respeitadas pelos seus companheiros.

e) Mulheres guerrilheiras

Nas bases existiam mulheres com diferentes estatutos. Havia as "civis", a que nos temos vindo a referir, que viviam juntamente com o resto da população e desenvolviam as diferentes actividades. Contudo, algumas entrevistadas disseram que também havia mulheres no exército designadas de DFs.³⁸

"(...) eu convivia muito com os soldados a ponto de já falar ndau (...) eu era DF (...)"³⁹

O processo de selecção para o Destacamento Feminino baseava-se no dinamismo demonstrado, mas as que foram entrevistadas e disseram ter pertencido ao DF eram também mulheres de comandantes.⁴⁰ O papel destas mulheres não é claro. As mulheres "civis" afirmam que elas não passavam de esposas dos comandantes, e por isso andavam fardadas, mas não combatiam, obrigando as outras a servi-las. Aventina Muchanga, uma das entrevistadas, afirmou que:

"(...) havia sim DFs na base, que usavam fardamento (...). Essas DFs só tinham o nome, eu nunca as vi lutar. Quem lutava eram os homens (...). Elas tinham muitas pessoas a trabalhar para elas(...)"⁴¹

Todavia, estas mulheres tinham um papel importante: elas é que mobilizavam as outras para não fugir, dizendo-lhes que a guerra ia acabar, que elas deviam ter paciência. Elas tinham responsabilidades na área dos assuntos sociais, cuidando das crianças e dos feridos de guerra.⁴² Quase todas estas mulheres tinham um nível de escolaridade relativamente alto.⁴³ Josefina Eusébio disse ter sido enfermeira numa base. Recebeu "formação" de "uns brancos" que de vez em quando vinham de helicóptero visitar as bases, distribuindo mantas e capulanas.

f) Crianças soldados

A maior parte das crianças que viviam nas bases da Renamo iam para lá, tal como as mulheres, através dos raptos. Dado que muitas vezes não havia homens suficientes para combater, estas crianças eram também transformadas

em militares. Vários estudos e testemunhos confirmam este facto.⁴⁴ O treino militar destas crianças era efectuado nas bases, com o recurso a drogas para as encorajar. Normalmente era-lhes dado "mbangue" (suruma) para fumar. Uma testemunha da aldeia de Kadjahane,⁴⁵ afirmou que durante o ataque à sua aldeia as crianças fumavam suruma, usavam missangas e o cabelo entrançado (*rasta*) e pintado de "ntsumana".⁴⁶ De uma maneira geral, quando os jovens se preparavam para o ataque iam a um curandeiro para saberem qual seria o desfecho do mesmo, submetendo-se, quando necessário, a um tratamento por meio de vacinas.⁴⁷ Estes dispositivos e drogas, juntamente com ameaças, davam às crianças a coragem de matar e roubar, inclusivamente os próprios familiares.

Mas nem todas as crianças eram transformadas em soldados. Algumas eram utilizadas para carregar materiais ou efectuar trabalhos domésticos. Vários estudos confirmam o envolvimento de crianças na guerra e analisam as consequências do mesmo e o processo da sua reintegração.⁴⁸

III O REGRESSO E A REINTEGRAÇÃO

1. A Saída das Bases

Todas as entrevistadas chegaram às bases pela via do rapto, tendo deixado as suas casas, seus maridos e filhos. Uma vez nas bases quase todas desenvolveram relações com soldados da Renamo. Em alguns casos as mulheres voltaram para casa com filhos concebidos nas bases.

Por outro lado, a maior parte das mulheres que fugiram das bases fizeram-o quando iam à procura de alimentos nas machambas das populações. Nessa altura aproveitavam para se esconder do grupo que as acompanhava, permanecendo nas maçaroeiras até à noite, altura em que fugiam.

Das entrevistas feitas constata-se que a maior parte das mulheres que fugiram das bases antes da assinatura do Acordo de Paz eram mulheres com mais de 18 anos, muitas vezes casadas e com filhos, e que tinham ido parar às bases sem os levar, tendo ali permanecido sem saber nada deles.⁴⁹

As mulheres solteiras com menos de 21 anos, na sua maioria, só saíram das bases após a assinatura do Acordo de Paz. É de referir que mesmo nesta altura algumas bases continuaram a reter pessoas, pois precisavam delas como garantia face ao incerto futuro político de então, na perspectiva da Renamo. É natural que as mulheres mais novas mais facilmente se tivessem adaptado à vida nas bases. Além disso, talvez as mais jovens não se atrevessem a fugir, não só pelo medo de serem apanhadas e mortas como também por muitas vezes desconhecem o caminho de regresso. As mulheres mais jovens que regressaram eram muitas vezes procuradas por familiares ou por instituições como a Cruz Vermelha, que desenvolveram programas de recolha de crianças para as devolver aos seus familiares. Por exemplo, Francina Chissano,⁵⁰ uma jovem de 17 anos de idade, foi raptada com 11 anos, quando frequentava a 2ª classe, e esteve numa base durante seis anos. Só em 1993 voltou a ver sua família. Afirmou que tinha sido graças à Cruz Vermelha que regressara, pois esta instituição andava de base em base, tirando fotografias às crianças e levando-as para os seus distritos ou localidades, para as identificar. Quando os parentes não se encontravam em suas casas por diversas razões, as crianças eram mantidas nas bases. Mas se os familiares eram localizados, estas crianças eram levadas para a sede do distrito, onde os familiares as iam buscar. Foi assim que Francina Chissano conseguiu voltar a ver os seus familiares. Contudo, tal não significa que não tivesse havido casos de mulheres mais velhas que permaneceram nas bases até a altura da assinatura dos Acordos de Paz, embora em percentagem muito mais reduzida.

Quadro 2
Informação sobre entrevistados e sua permanência nas bases

Mulheres

No	Idade	Est.Civil	No.Filhos	Perm. Base	Saída	Como saiu
1	19	Cas	1	6 anos	dep.AGP	fugiu
2	31	Cas	4	6 meses	dur.Guerra	fugiu
3	29	Sep	6	1 ano	dur.Guerra	fugiu
4	40	Solt	7	2 meses	dur.Guerra	fugiu
5	22	Cas	0	5 anos	dep.AGP	autor.
6	24	Aban	3	1 ano	dur.Guerra	fugiu
7	36	Solt	6	45 dias	dur.Guerra	fugiu
8	19	Solt	2	7 anos	dep.AGP	fugiu
9	17	Solt	0	6 anos	dep.AGP	C.Verm.
10	18	Cas	0	2 meses	dep.AGP	autor.
11	39	Cas	5	1 mês	dur.Guerra	fugiu
12	45	Aban	10	1 ano	dur.Guerra	fugiu
13	42	Sep	5	5 anos	dep.AGP	autor.
14	18	Solt	1	6 meses	dep.AGP	autor.
15	35	Cas	2	6 meses	dur.Guerra	fugiu
16	17	Solt	4	6 anos	dur.Guerra	C.Verm.
17	30	Cas	6	3 meses	dur.Guerra	fugiu
18	50	Aban	7	3 meses	dur.Guerra	fugiu
19	19	Solt	0	6 anos	dep.AGP	autor.
20	28	Cas	3	2 anos	dur.Guerra	fugiu
21	30	Cas	10	6 meses	dep.AGP	fugiu
22	22	Solt	2	6 anos	dep.AGP	fugiu
23	21	Solt	1	6 anos	dep.AGP	autor.
24	17	Solt	0	6 anos	dep.AGP	autor.
25	35	Aban	0	1 ano	dur.Guerra	fugiu
26	32	Aban	7	1 ano	dur.Guerra	fugiu
27	39	Cas	6	2 anos	dur.Guerra	fugiu

(continua)

(continuação)

No.	Idade	Est.Civil	No.Filhos	Perm. Base	Saída	Como saiu
28	41	Cas	8	6 meses	dep.AGP	autor.
29	15	Solt	2	5 anos	dep.AGP	fugiu
30	18	Solt	1	7 anos	dep.AGP	C.Verm.
31	25	Solt	2	9 anos	dep.AGP	autor.
32	22	Solt	1	5 anos	dep.AGP	autor.
33	40	Cas	7	6 meses	dur.Guerra	fugiu
34	35	Cas	5	2 anos	dur.Guerra	fugiu
35	40	Cas	6	1 ano	dur.Guerra	fugiu
36	19	Solt	2	10 anos	dep.AGP	autor.

Homens

No	Idade	Est.Civil	No.Filhos	Perm. Base	Saída	Como saiu
37	84	Cas	12	2 horas	dur.Guerra	autor.
38	40	Solt	6	10 dias	dur.Guerra	fugiu
39	17	Solt	0	8 anos	dep.AGP	C.Verm.
40	46	Cas	6	1 semana	dep.AGP	fugiu
41	55	Cas	5	2 semanas	dep.AGP	fugiu

Legenda: Cas = casado(a); Solt = solteiro(a); Aban = abandonado(a); Sep = separado(a); dur.Guerra = durante a guerra; dep.AGP = depois da assinatura do Acordo Geral de Paz; autor. = autorizada a saída pelas autoridades da base; C.Verm. = levado(a) da base pela Cruz Vermelha.

Das 36 mulheres entrevistadas, 61% fugiram das bases durante a guerra e 77.2% eram casadas e com filhos (ver Quadro 2). Desse mesmo total, 38% corresponde ao número das mulheres que permaneceram nas bases, sendo quase todas solteiras.

b) A Reintegração Social

Uma vez saídas das bases, qual foi a recepção e a inserção destas mulheres nas suas aldeias de origem? Alguns indicadores ajudam-nos a verificar até que ponto estas mulheres estão ou não a ser genuinamente aceites pelas suas comunidades. O primeiro e, talvez, mais evidente, é o tratamento que recebem dos seus maridos e familiares. Outro indicador é se as mulheres casadas, quando regressam, voltam ou não a assumir as suas responsabilidades no lar e na machamba. Afinal, e dado que o acesso à terra se processa por via do marido, é importante saber se estas mulheres continuam a ter o direito do uso da sua machamba. No lar, é preciso saber se é ela quem administra a parte dos bens da casa que por norma são administrados pela mulher.

No caso das mulheres solteiras, as questões são ligeiramente diferentes. Por exemplo, será que as que voltaram com filhos conseguem casar-se e fazer-se respeitar pelos maridos?

Procuraremos responder a estas questões com base no Quadro 3, adiante, e na distinção entre as mulheres solteiras e casadas.

Todas as mulheres quando regressam dirigem-se a casa dos seus familiares. No caso das mulheres casadas são os seus familiares que se responsabilizam por informar os familiares do marido, ou directamente o marido, do seu regresso. Se estes estiverem interessados, preparam-se para ir buscar a esposa. As mulheres solteiras dirigem-se, igualmente, a casa dos seus familiares.

Todas as regressadas disseram ter sido bem recebidas. Mas esta foi uma primeira reacção, com base nas saudades e na satisfação pelo facto de saberem que elas voltaram com vida. Esta manifestação também deixa bem claro que os familiares e a comunidade em geral entendem que elas foram parar às base compulsivamente, e que o mesmo poderia ter acontecido a qualquer membro da comunidade.

Quadro 3
Informação sobre entrevistados, o seu regresso e reintegração

Mulheres

No	Idade	Est. Civil	Quem acolhe	Rituais	Que rituais	Orient	Ocupação
1	19	Cas	pais	sim	compl	curand	machamba
2	31	Cas	pais	sim	compl	curand	machamba
3	29	Sep	pais	sim	kuph	pai	machamba
4	40	Solt	pais	sim	kuph	pai	machamba
5	22	Cas	pais	sim	compl	curand	machamba
6	24	Ab	s/casa	sim	compl	curand	machamba
7	36	Solt	s/casa	sim	kuph	pai	machamba
8	19	Solt	pais	sim	kuph	pai	machamba
9	17	Solt	pais	sim	kuph	pai	estudante
10	18	Cas	pais	sim	compl	curand	estudante
11	39	Cas	fam.ma	sim	kuph	pai	machamba
12	45	Ab	s/casa	não	---	---	machamba
13	42	Sep	s/casa	sim	compl	curand	machamba
14	18	Solt	pais	sim	kuph	pai	machamba
15	35	Cas	pais	não	---	---	machamba
16	17	Solt	pais	sim	kuph	pai	machamba
17	30	Cas	pais	sim	kuph	pai	machamba
18	50	Ab	s/casa	sim	kuph	pai	machamba
19	19	Solt	pais	sim	kuph	pai	machamba
20	28	Cas	pais	sim	compl	curand	machamba
21	30	Cas	fam.ma	sim	kuph	pai	machamba
22	22	Solt	pais	sim	kuph	pai	machamba
23	21	Solt	pais	sim	compl	curand	machamba
24	17	Solt	pais	sim	compl	curand	machamba
25	35	Ab	s/casa	sim	kuph	pai	machamba

(continua)

(continuação)

No	Idade	Est. Civil	Quem acolhe	Rituais	Que rituais	Orient	Ocupação
26	32	Ab	s/casa	sim	compl	curand	machamba
27	39	Cas	s/casa	sim	kuph	pai	machamba
28	41	Cas	fam.ma	sim	kuph	pai	machamba
29	15	Solt	pais	não	---	---	estudante
30	18	Solt	pais	sim	compl	curand	machamba
31	25	Solt	pais	sim	compl	curand	machamba
32	22	Solt	s/casa	não	---	---	machamba
33	40	Cas	s/casa	sim	compl	curand	machamba
34	35	Cas	fam.ma	sim	kuph	pai	machamba
35	40	Cas	s/casa	sim	kuph	pai	machamba
36	19	Solt	pais	sim	kuph	pai	machamba

Homens

No	Idade	Est. Civil	Quem acolhe	Rituais	Que rituais	Orient	Ocupação
37	84	Cas	s/casa	sim	kuph	próprio	machamba
38	40	Solt	s/casa	sim	compl	curand	machamba
39	17	Solt	pais	sim	kuph	pai	estudante
40	46	Cas	s/casa	sim	compl	curand	machamba
41	55	Cas	s/casa	não	---	---	machamba

Legenda: Cas = casado(a); Solt = solteiro(a); Ab = abandonado(a); Sep = separado(a); dur.Guerra = durante a guerra; dep.AGP = depois da assinatura do Acordo Geral de Paz; autor. = autorizada a saída pelas autoridades da base; C.Verm. = levado(a) da base pela Cruz Vermelha; curand = curandeiro; Orient = Orientador; fam.ma = família do marido; s/casa = sua casa.

Porém a reintegração é algo mais complexo. Em todos os casos analisados estas mulheres começaram por ser submetidas a certos rituais. Este facto pode ajudar a observar que apesar da influência da religião cristã, a população, em momento de grande aflição recorre com maior confiança à

religião tradicional. Algumas práticas da religião "tradicional" parecem ser de tal maneira fortes que mesmo a população urbana recorre a elas, em determinadas alturas, para resolver os seus problemas. Estes rituais normalmente integram diversas fases ou cerimónias.

A primeira cerimónia é o *kuphahla*,⁵¹ para anunciar aos defuntos que a vontade dos intervenientes foi satisfeita, pois na opinião dos familiares se a mulher conseguiu voltar a casa foi porque os defuntos assim o quiseram. O *kuphahla* é normalmente orientado pelo chefe da família da regressada (pai ou tio).

A segunda cerimónia consiste em procurar um curandeiro que trate a regressada, dando-lhe um banho e outros tratamentos para que ela se esqueça de todas as coisas más por que passou, como por exemplo das mortes a que assistiu. Esse tratamento tem um efeito purificador, visto que a partir dele as visadas se convencem de se ter transformado noutras pessoas. De certa maneira, o mesmo tratamento ajuda-as a inserir-se na sua comunidade, pois todos se convencem que se trata efectivamente de uma nova pessoa.

De todos os entrevistados, 87% foram submetidos a estas cerimónias "tradicionais", começando pelo *kuphlahla*. De entre os submetidos às cerimónias, 42% fizeram cerimónias completas, que incluíam o *kuphlahla* e a purificação através dos banhos e outros medicamentos. Os restantes 58% foram submetidos só à primeira cerimónia, mas com a consciência de que têm que concluir com o tratamento. Há casos de mulheres que não foram submetidas a esses rituais porque os familiares na altura não tinham meios para os solicitar. Afirma uma entrevistada:

"(...) quando voltei o meu pai arranhou um curandeiro. Este disse que eu devia ser tratada de modo a limpar todas as impurezas da guerra (...). O problema é que o meu pai ainda não arranhou dinheiro. Logo que ele o arranje vou fazer esse tratamento..."⁵²

Estas cerimónias requerem, pois, algum dinheiro para pagar ao curandeiro e adquirir os medicamentos, comprar galinhas ou, mesmo, cabritos. Muitas vezes os familiares não têm meios para tal.

Mas aquilo que está em causa no processo de reintegração destas mulheres não se resume a estas cerimónias. Muito importante, como referimos atrás, são as relações estabelecidas entre estas mulheres e os familiares do marido, e o estatuto que gozam os filhos nascidos na base. A razão de se insistir na importância da família do marido deve-se ao facto que nesta zona ela exerce uma grande influência na vida da família. Quando a nora é bem aceite pelos familiares do marido o casamento pode durar muito tempo. No caso contrário, os familiares têm grande poder para influenciar o marido no sentido de ele deixar a mulher ou procurar uma segunda esposa.

Há casos de mulheres que ao voltarem encontraram os esposos com outras mulheres, mas não foram mandadas embora, tendo apenas perdido o estatuto de *nkhosi nkhadzi* (mulher principal). Esta tem um estatuto especial pois antes de se tomar qualquer decisão ela é consultada e é quem faz a distribuição das actividades pelos outros membros da família. Este é talvez o indicador que nos pode ajudar a ver quando é que se trata de uma poligamia natural e quando é que se trata de marginalização por ela ter estado na base.

Noutros casos em que a regressada deparou com outra mulher em casa, o marido justificou-se dizendo que arranjou outra mulher para lhe fazer companhia e ajudar a tomar conta das crianças. O caso de uma entrevistada pode ajudar a entender essa posição tomada por alguns maridos:

"...ele recebeu-me bem, embora eu tenha voltado e encontrado outra mulher em casa. Mas ele construiu uma casa para a outra mulher e eu voltei a ocupar a minha antiga casa (...). Ele continua a mandar comida e roupa e nós dividimos (...). Eu vivo à espera dele..."⁵³

Em relação às mulheres mais novas e solteiras, das nove entrevistadas com filhos nascidos nas bases nenhuma começou uma nova ligação quando regressou. Elas dizem não se sentirem muito seguras para começar um novo lar. As que voltaram sem filhos sentem-se mais à vontade para o fazer. Para demonstrar que o tipo de ligação criado nas bases "não tinha compromissos", quase todas disseram terem saído das bases sem se despedirem dos "maridos". Por outro lado, todas disseram que se os pais das crianças demonstrassem

vontade de voltar e oficializar a ligação elas estariam dispostas a tal:

"... eu tinha um marido militar na base, o pai deste meu bebé (...). Certo dia decidi que devia voltar para casa. Despedi-me dele. Eu não queria continuar na base (...). Mas se ele vier à minha procura hei-de regressar. Eu gostaria que ele me procurasse e me lobolasse..."⁵⁴

Esta posição pode demonstrar que as mulheres nesta situação podem acabar por se habituar aos "maridos das bases" e não se importam de viver toda a vida com eles. Isto pode ser um factor atenuante dos traumas destas mulheres regressadas das bases. Por outro lado, pode ser também uma atitude de resignação, manifestando estas mulheres o receio de não serem bem sucedidas na tentativa de um novo casamento. Muitas disseram ter receio de os maridos, em caso de briga doméstica, evocarem o facto de elas terem estado na base durante muito tempo, enquanto que se estiverem com o homem com quem viveram nas bases, o passado deixa de constituir um problema.

Todas as que voltaram com filhos das bases disseram que se os pais dessas crianças as procurassem com o objectivo de recuperar os filhos elas lhos dariam. Entregavam os filhos porque, segundo a tradição desta sociedade patrilinear, os filhos pertencem a família do marido, adoptam o seu apelido e vivem em casa dos familiares dele.⁵⁵ O que dá direito a tal "posse" é o *lobolo*. Por detrás desta intenção está, claramente, o desejo de serem *loboladas* e, assim, ocuparem um lugar na sociedade. Neste caso, como elas não foram *loboladas*, considera-se que os filhos nasceram em casa dos pais e, portanto, os mesmos devem ostentar o apelido da família da mulher, ficando com o mesmo estatuto que teriam caso fossem filhos de mulher solteira.

Pode haver casos em que o novo marido destas mulheres regressadas (e que, portanto, as *lobolou*) assume os filhos tidos por elas nas bases como seus próprios. Neste caso tais filhos ficam com o apelido desse homem. Aqui pode estabelecer-se o paralelismo com os casos de adultério das mulheres (por exemplo de mineiros ausentes na África do Sul) que é posteriormente perdoada pela família do marido. Existem então arranjos apropriados que a família faz de modo

a não perder nem a mulher nem o filho, passando esse filho de uma ligação exterior a adoptar o apelido do marido. Aplica-se aqui uma expressão em shangana, que justifica esta atitude: "*ah phaliwi ka tihomo tahina*", o mesmo que dizer que nasceu sobre o nosso *lobolo*. Esta norma pode mostrar como, nesta sociedade, se valorizam os filhos enquanto riqueza da família.

Segundo os dados obtidos, e logicamente, as mulheres solteiras que regressaram das bases mais facilmente conseguem uma nova ligação se não tiverem voltado com filhos. Afirma Lucrécia Muchanga:

"... tenho um marido. Ele trata-me bem talvez porque ainda estou há pouco tempo com ele (...). Acho que os seus familiares também gostam de mim...".⁵⁶

Uma outra jovem regressada de uma base, solteira e de 22 anos, diz ter regressado há dois anos mas que já tem um marido que promete ir *lobolá-la*. O seu relacionamento com o marido é bom.

3. Reintegração económica

A reintegração económica está estreitamente associada à reintegração social. As mulheres que são bem recebidas são reintegradas automaticamente na medida em que, por exemplo, as mulheres que são recebidas pelos maridos, têm acesso automático à terra controlada por eles para trabalhar, a machamba da família. No caso das mulheres solteiras, elas passam a trabalhar na machamba da sua própria família, normalmente na machamba do pai.⁵⁷

Segundo a lógica exposta, as mulheres que têm dificuldades de reintegração social vêem tais dificuldades reflectidas na esfera económica. Primeiro, têm o problema de terem perdido tudo durante o tempo em que estiveram na base. Se não têm apoio familiar torna-se-lhes muito difícil iniciar a vida na comunidade. Esta dificuldade deve-se, como referimos, à estrutura da sociedade. O principal recurso económico é a terra e a actividade agrícola. Segundo os princípios culturais, o acesso das mulheres à terra faz-se

através do casamento (*lobolo*). Nas entrevistas feitas notou-se que os herdeiros da terra são só os filhos varões. O pai, ainda em vida, tem a preocupação de dividir a terra pelos seus filhos.⁵⁸ As mulheres nunca são contempladas porque elas, quando se casam, vão passar a pertencer à família do marido e trabalharão na terra dele.

Assim, é certo que as mulheres marginalizadas vão enfrentar muitos problemas para obter terra, problemas esses parecidos com os de outras mulheres marginalizadas, como as separadas, viúvas e mães solteiras que são chefes de agregados familiares e que têm que sustentar os seus filhos. Assim, as regressadoas vêm engrossar as fileiras das mulheres marginalizadas de estatuto incerto na sociedade de Mandlakazi. A sociedade não está preparada para receber este tipo de agregados pois eles alteram todas as normas costumeiras. No seio da comunidade, uma mulher que não tenha marido e que esteja a dirigir um agregado não é reconhecida nem respeitada.⁵⁹ A sociedade de Mandlakazi está organizada de maneira a que o acesso e controlo dos recursos mais importantes como a terra seja feito pelo homem, prejudicando em grande medida as mulheres que se tornam chefes de agregados familiares.

IV CONCLUSÃO

O processo e reintegração das mulheres regressadas das bases da Renamo às aldeias estudadas no distrito de Mandlakazi conta, de um modo geral, com a participação dos familiares e da comunidade.

Ao iniciar este estudo estávamos convencidos que estas mulheres seriam totalmente marginalizadas pela sociedade e pelos seus familiares. Contudo, a nossa pesquisa demonstrou que a comunidade é flexível, dinâmica e capaz de, através de mecanismos próprios, adaptar-se aos novos tempos e recuperar ou melhorar as formas de integrar a sua população,

neste caso as mulheres regressadas das bases da Renamo.

Dum modo geral, a reintegração destas mulheres tem como principais suportes as cerimónias "tradicionais", orientadas pelo pai ou pelo curandeiro. Estas cerimónias revestem-se de grande importância, uma vez que tanto a pessoa em causa como os restantes membros da família e da comunidade se convencem que depois delas a pessoa fica apta a integrar-se na comunidade como membro de pleno direito.

No processo de integração destas mulheres há que distinguir dois grupos: o das mulheres solteiras e o das mulheres casadas. O grupo das solteiras é constituído por mulheres que geralmente foram raptadas ainda muito jovens. Dentro deste grupo há que diferenciar as mulheres que regressam das bases com filhos lá concebidos e as que voltam sem filhos. As primeiras sentiram normalmente muito maiores dificuldades de reinserção. As solteiras sem filhos mais facilmente se reintegram, sobretudo através de uma nova ligação matrimonial.

O grupo das mulheres casadas é, sem dúvida, aquele que enfrenta maiores dificuldades de reintegração. A sua reintegração depende acima de tudo da família do marido. Nesta comunidade de Mandlakazi, conforme foi já referenciado, a família do marido desempenha um papel muito importante, nomeadamente o de permitir à mulher o acesso aos recursos.

As mulheres casadas que não conseguem reintegrar-se passam por muitas dificuldades, porque são marginalizadas e engrossam o grupo de mulheres de estatuto "indefinido", como as mães solteiras, as viúvas e as separadas. Por isso sem reintegração social não há reintegração económica.

NOTAS

¹Abrahamson, H., 1994: 109.

²*Madhanghaze* é o verdadeiro nome do distrito, segundo Sarmento Muhlenga, um velho da aldeia de Kadjahane. Segundo ele, trata-se de uma palavra zulu composta por aglutinação: *Madha* + *Ngazi*, em que *Madha* significa "que come" e *Nghazi* significa "sangue". Portanto, *Madhanghaze* significaria "terra que come sangue", isto porque durante as lutas de ocupação colonial portuguesa travaram-se muitas batalhas nesta terra, que foi a última capital do Império de Gaza. Os portugueses, talvez por dificuldades de pronúncia do nome original, chamaram à terra, oficialmente, *Manjacaze*. Procuramos aqui grafar a palavra da maneira mais aproximada à sua pronúncia, *Mandlakazi*.

³Junod, H.A., 1974: 267.

⁴Entrevista com Fátima Mathe, Coolela, 26 de Outubro de 1995.

⁵*Idem*.

⁶Junod, H.A., 1974: 266-267.

⁷*Idem, ibidem*.

⁸Flower, K., 1987: 138.

⁹Abrahamson, H., 1994: 164.

¹⁰Tajú, G., 1988: 17.

¹¹*Idem*, 25.

¹²*Idem*, 23.

¹³Minter, W., 1994: 125-6.

¹⁴*Idem, ibidem*.

¹⁵"Documentos da Gorongosa", 1984:(extractos)(s/p), Centro de Documentação do CEA, cx.55D.

¹⁶Entrevista com Ana Machava, Macuacua, 28 de Janeiro de 1996.

¹⁷Tajú, G., 1988: 19.

¹⁸A confirmar tais diferenças existe ainda o resultado das eleições de Outubro de 1994, em que a Renamo conseguiu um maior número de votos nas províncias nortenhas e do centro, enquanto que em grandes zonas do sul o apoio que obteve quase não teve expressão.

¹⁹Ana Caetano: Comunicação pessoal, 25 de Abril de 1996.

²⁰Entrevista com Joaquim Macuacua, Macuacua, 27 de Janeiro de 1996.

²¹Entrevista com Ana Machava, Macuacua, 28 de Janeiro de 1996.

²²*Idem.*

²³Geffray, Christian, 1991: 16.

²⁴Entrevista com Joaquim Macuacua, Macuacua, 27 de Janeiro de 1996.

²⁵"Matsanga" era um termo generalizado entre as populações para designar os soldados da Renamo. Está associado ao nome do primeiro presidente da MNR, André Matsangaíssa. Dificilmente as populações entrevistadas se habituam a chamar Renamo ao movimento.

²⁶Entrevista com Júlio Munguambe, Coolela, 26 de Outubro de 1995.

²⁷Esta aldeia era respeitada por se tratar da aldeia de onde é originário Eduardo Mondlane, o primeiro presidente da Frelimo. Entrevista com Paulina Mondlane, Kadjahane, 13 de Julho de 1994.

²⁸Entrevista com Damião Massingue, Coolela, 25 de Outubro de 1995.

²⁹Entrevista com Felismina Machava, Kadjahane, 16 de Julho de 1994.

³⁰Entrevista com Argentina Chiúia, Xithalu, 16 de Julho de 1995.

³¹*Muti* é uma designação shangane que indica a residência da unidade familiar. Mas neste caso a família era criada mesmo na base porque à medida que iam chegando, as pessoas eram distribuídas pelas diferentes casas.

³²Entrevista com Leta Macuacua, Kadjahane, 16 de Julho de 1995.

³³Entrevista com Judith Sitei, Xithalu, 12 de Julho de 1994.

³⁴Entrevista com Leta Macuacua, Kadjahane, 16 de Julho de 1994.

³⁵*Idem.*

³⁶Roesch, Otto, 1992: 478.

³⁷Centro de Estudos Africanos, 1992: 79.

³⁸DF é acrónimo de Destacamento Feminino, designação que provém da luta de libertação nacional e passou a ser adoptada pela Renamo nesta guerra, para referir às suas mulheres combatentes.

³⁹Entrevista com Vitória Wate, Coolela, 25 de Outubro de 1995.

⁴⁰Vitória Wate é exemplo de mulher que foi do DF e também esposa de um comandante de base da Renamo. Ver *idem*.

⁴¹Entrevista com Aventina Muchanga, Mussengue, 5 de Dezembro de 1995.

⁴²Uma entrevistada em Coolela, que também foi DF, afirmou que a sua missão era tratar dos feridos de guerra. Entrevista com Josefina Eusébio, Coolela, 24 de Outubro de 1995.

⁴³Considera-se "nível alto" a 3ª ou 4ª classes, visto que em Mandlakazi só existe o ensino secundário na sede distrital. Nas restantes localidades do distrito, até a assinatura dos Acordos de Paz o ensino só ia até ao primário do 1º grau.

⁴⁴Segundo Leta Macuacua, os homens mal chegavam às bases iam logo receber treino militar. Leta Macuacua, Kadjahane, 16 de Julho de 1994.

⁴⁵Entrevista com Paulina Mondlane, Kadjahane, 13 de Julho de 1994.

⁴⁶*Ntsumana* é um creme que os curandeiros usam na cabeça, de cor avermelhada, que segundo eles os ajuda a ver os espíritos maus.

⁴⁷Esta prática enraíza-se na tradição do distrito, onde normalmente as pessoas recorrem aos curandeiros. Desde tempos recuados que os homens, antes dos combates, procuravam os curandeiros para se tornarem invulneráveis às balas. De maneira análoga, as tropas portuguesas, quando da luta de libertação, iam à missa e transportavam a cruz para se protegerem.

⁴⁸Exemplo de um desses estudos é Charley, H. e da Silva, T., 1995 "A reintegração das crianças combatentes, jovens soldados desmobilizados em Moçambique: necessidades e recursos".

⁴⁹De referir que nesta zona as mulheres casam muito cedo. A partir dos 17 anos são já consideradas demasiado "velhas" para casar.

⁵⁰Entrevista com Francina Chissano, Kadjahane, 10 de Julho de 1994.

⁵¹É uma cerimónia "tradicional" que consiste na evocação dos espíritos dos antepassados, normalmente para pedir a bênção para a realização de algo, ou para agradecer alguma surpresa boa e anunciar algo, como por exemplo um pedido de mais sorte. Esta cerimónia é feita num lugar específico, onde antes se espalha um pouco de rapé e se deita um pouco de água ou uma bebida alcoólica.

⁵²Entrevista com Aventina Muchanga, Mussengue, 5 de Dezembro de 1995.

⁵³Entrevista com Erlina Mondlane, Kadjahane, 13 de Julho de 1994.

⁵⁴Entrevista com Natália Cumbe, Xhitlalu, 8 de Julho de 1994.

⁵⁵Esta atitude pode também significar que as mulheres com filhos resultantes de ligações nas bases (portanto, não *loboladas*), se querem ver livres dos mesmos para começar uma vida nova.

⁵⁶Lucrécia Muchanga, Xithalu 12 de Julho de 1994

⁵⁷Embora ela desde criança trabalhe na machamba, é auxiliando a mãe e não por direito próprio. Trata-se de uma forma de se preparar para, no futuro, quando casada, trabalhar na machamba da família do seu marido.

⁵⁸Entrevista com Ricardino Nhancumbe, Coolela, 25 de Outubro de 1995.

⁵⁹Nunca dizem a casa da "dona fulana". Quando querem indicar a mesma usam o apelido dos pais dos seus filhos.

ANEXO

Lista dos Entrevistados

Entrevistado	Data	Entrevistado	Data
<i>Aldeia de Coolela</i>		<i>Aldeia de Kadjahane</i>	
Fátima Mate	26/10/95	Felismina Machava	16/07/94
Júlio Munguambe	26/10/95	Leta Macuacua	16/10/94
Vitória Wate	25/10/95	Argentina Chiúia	16/10/94
Josefina Eusébio	24/10/95	Delfina Sitoe	16/10/94
Adelaide Nhancumbe	24/10/95	Flora Souto	14/07/94
Damião Massingue	25/10/95	Paulina Mondlane	13/07/94
Américo Nhancumbe	25/10/95	Raúl Bila	13/07/94
<i>Aldeia de Mussengue</i>		Argentina Cossa	13/07/94
Aventina Muchanga	05/12/95	Francina Chissano	10/07/94
José Maluleque	05/12/95	<i>Aldeia de Xithalu</i>	
Ernesto Machine	07/12/95	Alegria Sitei	08/07/94
Pedro Muchanga	07/12/95	Natalia Cumbi	08/07/94
Aurélio Muchanga	07/12/95	Lucrecia Muchanga	12/07/94
Sara Novane	07/12/95	Judite Sitei	12/07/94
<i>Aldeia de Macuacua</i>		João Muchanga	09/07/94
Joaquim Macuacua	27/01/96	Sónia Guambe	09/07/94
Ernesto Zulo	27/01/96	Erlina Mondlane	09/07/94
Arnaldo Salomão	27/01/96	Pedro Rafael	11/07/94
Ana Machava	28/01/96	Salomão Banze	11/07/94
Zaituna Orá	28/01/96	Rosa Mati	19/06/94
Rosa Mati	26/01/96	Orlando Cossa	19/06/94
		Celina Nhaca	18/06/94

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Abrahamson, H; Nilsson, A (1994): *Moçambique em transição - um estudo da história do desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: CEEI-ISRI.

Alexander, Jocelyn (1994): "Terra e autoridade política no pós-guerra em Moçambique: o caso de Manica". In: *Arquivo*, 16, pp.95-134.

Almeida, JF; Pinto, JM (1990): *A investigação em ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.

Artur, M^a José (1992): "A composição da mulher e a contribuição feminina para a subsistência dos agregados familiares". Maputo: ARPAC.

Artur, M^a José (1992): "O estudo da mulher na Luta Armada". Maputo: ARPAC.

Assembleiada República (1996): "Anteprojecto da lei de terras" (versão preliminar). Maputo.

Boothby, Neil (1995): "Children of war: survival as a collective activity", s/r.

Cahen, Michel (1992): "Estado sem Nação: Unidade ou pluralismo do Estado em Moçambique e algures". Comunicação ao Colóquio *Moçambique: Realidades e Desafios do Pós-Guerra*. Maputo: ISRI.

Centro de Estudos Africanos, 1992: "Relatório sobre o direito a alimentos", Projecto Situação Legal da Mulher: 79.

Centro de Estudos Africanos (1993): "A mulher e a lei na sucessão e herança". Maputo: CEA/ Departamento de Estudos da Mulher e do Género.

Chingono, MF (1994): "Mulheres, guerra é transformação na província de Manica: uma herança ambígua. In: *Arquivo*, 16, pp.95-134.

Comissão Nacional do Plano (1994): "*Avaliação das actividades de reintegração e reconstrução a nível distrital*, relatório final", Maputo: Direcção Nacional de Estatística/Unidade de População e Planificação.

Darch, Colin (1992): "A guerra e as mudanças sociais em Moçambique (1986-1992): Cenários para o futuro. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, 23, pp. 213-227.

Davies, Rob (1990): "Algumas implicações dos possíveis cenários pós-apartheid para a região da África Austral". In: *Estudos Moçambicanos*, 8, pp.63-96.

Flower, Ken (1987): *Serving Secretly: Rhodesia's CIO chief on record*. Cape Town: Cape Town.

Fundação Getúlio Vargas (1986): *Dicionário de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: FGV.

Geffray, C (1991): *A Causa das Armas: Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento.

Gibbs, Sara (s/d): "Reports and coments on post-war social reconstruction in Mozambique: Re-framing children's experience of trauma and heling", Maputo.

Governo de Moçambique (1984): "Documentos da Gorongosa (extractos)", Maputo.

Jeichand, Yvette (1990): "Mulheres deslocadas em Maputo, Zambézia e Inhambane: Maputo: Projecto Mulher em Situação Difícil.

Martin, Susan (1991): *Refugee Women*. Londres: Zed Books Ltd.

Minter, William (1994): *Apartheid's Contras. An inquiry into the roots of war in Angola and Mozambique*. Londres e Johannesburg: Zed Books e Witwatersrand University Press.

Muteia, Helder (1996): "A problemática de terras em Moçambique (subsídios para uma revisão da legislação)". Maputo.

OIM (1994): "Deslocados Internos em Moçambique". Maputo.

O'laughlin, Bridget (1992): "A base social da guerra em Moçambique". In: *Estudos Moçambicanos*, 10, pp.107-142.

Olson, Thomas (1990): "A África do Sul e os seus vizinhos: Estratégias regionais em confrontação". In: *Estudos Moçambicanos*, 8, pp.15-62.

Santos e Silva, Alice (1994): "Estudos exploratórios sobre a comunidade de 'deslocados' do Bairro da Urbanização em Maputo: Uma perspectiva sociológica". In: *Estudos Moçambicanos*, 13, pp.79-124.

Ratilal, Prakash (1990): "Mozambique: Using Aid to End Emergency". Maputo: UNDP.

Refugee Studies Programme (1990): "Refugges in the 1990s: first annual meeting of the international advisory panel". Oxford.

Roesch, Otto (1992): "Renamo and the pesantry in Southern Mozambique: A view from Gaza province. In: *Canadian Journal of African Studies*, vol.26, 3, pp.462-484.

Tajú, Gulamo (1988): "Renamo: Os factos que conhecemos". In: *Cadernos de História*, 7.

Tajú, Gulamo (1994): "A reintegração social dos militares desmobilizados: os desafios de hoje e de amanhã (o caso de Manica)", Maputo.

UNICEF (1991): "Children in armed conflict. A report of the interregional training workshop on children in armed conflict". Mombassa.

Veira, Sérgio (1990): "África Austral: Conflitos, percepções e perspectivas na arena internacional". In: *Estudos Moçambicanos*, 8, pp.63-96.

Vines, Alex (1991): *Renamo: Terrorism in Mozambique*. Londres: CAAS/James Currey.

Wilson, Ken (1992): "Cults of violence and counter-violence in Mozambique". In: *Journal of Southern African Studies*, 18, 3, pp.527-583.

Wuyts, Marc (1980): "Economia política do colonialismo". In: *Estudos Moçambicanos*, 1, pp 9-22.

AS ELEIÇÕES MULTIPARTIDÁRIAS DE OUTUBRO DE 1994 NA PROVÍNCIA DE GAZA: UMA ANÁLISE

*Alex Vines**

As primeiras eleições multipartidárias de sempre em Moçambique tiveram lugar em 27-29 de Outubro de 1994. O Presidente Joaquim Chissano recolheu 53,3 por cento (2.633.740) dos votos contados e a sua Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) ganhou 129 assentos na assembleia. A antiga Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) teve melhor resultado do que se esperava. O seu líder, Afonso Dhlakama, obteve 33,7 por cento (1.666.965) dos votos e o seu partido conseguiu 112 assentos na assembleia. Apesar de derrotado, Dhlakama indicou, em Novembro de 1994, que estava preparado para cooperar com o governo no período que se seguiu às eleições.

Por detrás daqueles resultados estiveram razões complexas e ainda pouco estudadas, apesar da sua importância para o futuro de Moçambique. O autor do presente texto foi observador eleitoral das Nações Unidas na Província de Gaza durante as eleições, e nas linhas que se seguem procura registar o período eleitoral de Outubro-Novembro naquela região. A Província de Gaza tem o interesse especial de ser o "coração" da Frelimo, tendo "produzido" os três presidentes do movimento, Eduardo Mondlane, Samora Machel e Joaquim Chissano. A Renamo obteve poucos votos na província, apesar de ter controlado

**Investigador, Human Rights Watch.*

algumas zonas, como Chigubo, durante alguns anos. A experiência de Gaza está em contraste nítido com aquilo que ocorreu no centro de Moçambique e nas províncias de Nampula e Zambézia.¹

O Caminho até às Eleições

Entre 1 de Junho e 2 de Setembro de 1994, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) criou mais de 1600 brigadas de recenseamento em todas as onze províncias, de forma a registar a população com capacidade de voto (maiores de 18 anos de idade). No acto de recenseamento, os potenciais votantes receberam um cartão de eleitor. Nas eleições, os votantes tiveram que votar no mesmo local onde se haviam registado, e que apresentar os seus cartões às mesas de voto para poderem exercer o seu direito. Além disso, cada livro de registo usado durante o recenseamento continha os nomes de um máximo de 1000 eleitores. Isto significa que havia um máximo de 1000 eleitores por mesa de voto. O controle apertado sobre o número de eleitores por mesa de voto permitiu maior controle sobre os materiais eleitorais e padronizou o processo logístico de cada estação de voto.

O número de assentos na Assembleia Nacional foi determinado pelos eleitores registados em cada círculo eleitoral. O total de eleitores registados em Gaza foi de 398.381, correspondendo a 16 lugares na Assembleia Nacional. O processo de registo visava também servir como primeira fase de um processo de educação cívica, com as brigadas de recenseamento a distribuir materiais educativos e a explicar o processo democrático aos futuros votantes. Pretendia igualmente servir de "ensaio" para as autoridades eleitorais, dando-lhes a oportunidade de identificar e resolver problemas logísticos, financeiros e pessoais antes do dia da votação.

A Renamo propôs 23 candidatos para a Província de Gaza, dos quais 16 foram aprovados; a Frelimo propôs 26, todos aprovados. Os restantes partidos "não-armados", à excepção do PADEMO e do PRD, também alinharam os seus candidatos para as eleições legislativas na Província de Gaza.

Quadro 1
Estatísticas do Recenseamento Eleitoral

I. Progresso do Recenseamento					
Projeção da População Eleitora	Até 15 Ago 94		Até 20 Ago 94		Total de População Recenseada
	Total	%	Total	%	
729.473	367.222	50,34	392.567	53,82	398.381

II. Estatística do Recenseamento			
Projeção da População Eleitora	Brigadas de Recenseamento		Total de População Recenseada
	Planeadas	Constituídas	
729.473	132	132	398.381

III. Atribuição de Assentos à Província			
Total de População Recenseada	%	Cálculo dos Assentos	No. de Assentos Atribuídos
398.381	54,61	15,5713	16

Fonte: Comissão Nacional de Eleições, "Relatório Final da CNE", 1995.

O processo de recenseamento eleitoral deparou com inúmeros problemas. Um deles era que o último recenseamento populacional se realizara em 1980. De então para cá, a desorganização social provocada pela guerra tornava difícil a realização de estimativas precisas. Havia também o problema de recensear os moçambicanos que viviam fora do país. Na Província de Gaza, com uma longa tradição de trabalho migratório, este problema era particularmente sério. Além disso, a Renamo temia que aqueles que viviam fora de Moçambique viessem a votar massivamente na Frelimo e, assim, lutou para que o direito de votar fosse limitado àqueles que viviam no interior do território moçambicano.

Na Província de Gaza, a política também teve um papel central no processo de recenseamento. A Frelimo sabia que a

Província de Gaza votaria em seu favor e, portanto, dispendeu grande esforço, através das autoridades provinciais, para que a população fosse recenseada. O número estimado de 729.473 para a população total da província era manifestamente exagerado, correspondendo talvez a um "desejo político". Apesar das autoridades locais estimarem em 150.000 o número de pessoas deslocadas para fora da província devido à guerra, e de considerarem que 18.000 homens de Gaza se encontravam a trabalhar nas minas da África do Sul.

Apesar do grande esforço das autoridades provinciais para conseguir um recenseamento "máximo", a falta de um sistema de transportes adequado e as limitações logísticas representaram um desafio substancial ao processo de recenseamento.

A Educação Eleitoral

A consciencialização para os princípios democráticos foi limitada a uma estreita camada de população das zonas urbanas. Na Província de Gaza, subserviente à autoridade do marido, do régulo ou do agente partidário, havia pouco sentido de direitos políticos ou pessoais. Nas cidades, como Xai-Xai, realizou-se alguma educação eleitoral com recurso a filmes em vídeo e música gravada, ou ao teatro popular. Noutros distritos utilizaram-se "kits" fornecidos pela União Europeia para a simulação do acto eleitoral. Porém, tais simulações dependiam da disponibilidade de transporte para aqueles que as levavam a cabo. Em muitos casos simplesmente não havia condições. Alguns educadores viajavam de bicicleta (os "brigadistas de bicicleta"), transportando às costas os "kits". Os funcionários distritais da Frelimo ajudaram muitas vezes os educadores fornecendo-lhes transporte, mas mesmo assim menos de 60% da província beneficiaram dos esforços dos brigadistas. Um reflexo desta situação foi o elevado número de votos brancos ou nulos reportado pelos observadores eleitorais após a contagem.²

O Aparelho das Nações Unidas

A Província de Gaza tem onze distritos e quarenta e três postos administrativos. A Polícia da República de Moçambique (PRM) tem postos distritais em todos os distritos. Com excepção de quatro, todos os distritos têm mais postos distritais para além do da sede. Em 1994, a Província de Gaza era administrada principalmente por administradores governamentais. Porém, o distrito de Chigubo e algumas áreas dos distritos de Guijá e Chibuto estavam sob controle da Renamo. Chigubo foi objecto de uma séria disputa, no interior da Comissão de Administração Territorial, sobre que cidade era a capital distrital. Tal nunca chegou a ser resolvido.

Na Província de Gaza, a Polícia das Nações Unidas (CIVPOL) só estabeleceu um posto, numa área da Renamo, o Posto de Chigubo/Nalazi. A componente policial das Nações Unidas foi estabelecida em Moçambique através da Resolução 898 do Conselho de Segurança, que determinava que deveria ser de 1 144 homens. O seu mandato incluía a monitoração da polícia moçambicana, a monitoração dos direitos e liberdades dos cidadãos moçambicanos, a prestação de apoio técnico à Comissão Nacional da Polícia (COMPOL), a monitoração de uma campanha eleitoral correcta e a prestação de apoio às outras unidades da ONUMOZ, a operação de paz das Nações Unidas em Moçambique. A CIVPOL tinha, portanto, a tarefa de verificar se os direitos e liberdades de indivíduos e organizações eram respeitados. Para cumprir com o seu mandato, a CIVPOL tinha a garantia técnica de acesso a todas as áreas e instalações da PRM.

A CIVPOL devia receber as reclamações e realizar ela própria as investigações, assim como patrulhar e levar a cabo visitas às instalações da PRM. Com o início da campanha eleitoral, a 22 de Setembro de 1994, a CIVPOL ficou responsável pela monitoração da conduta dos comícios políticos, em coordenação com a divisão eleitoral.

A CIVPOL começou a funcionar na Província de Gaza em 1 de Janeiro de 1994, contando na altura apenas com dez monitores (representando cinco nacionalidades) e dois veículos. Esta equipa estabeleceu o seu quartel-general em Xai-Xai. Por alturas de Setembro de 1994, o número tinha

crescido para 70 monitores (representando 17 nacionalidades) e 19 veículos. Desses totais, 13 veículos e 30 monitores foram disponibilizados para apoio à Componente Eleitoral.

Para além do seu quartel-general em Xai-Xai, a CIVPOL tinha cinco postos: Massangena, Chicualacuala, Mabalane, Chokwe e Nalazi. A partir das suas instalações, 18 equipas cobriam toda a província. Seis deles operavam a partir de Xai-Xai e os restantes dos outros postos. Além disso, o batalhão uruguaio da ONUMOZ, Urubat, tinha uma guarnição em Xai-Xai para patrulhar a Estrada Nacional No.1, e o Zambat, batalhão zambiano da ONUMOZ, patrulhava o corredor do Limpopo. Na semana que precedeu as eleições as patrulhas foram reforçadas, numa manobra para incutir confiança ao processo.

Quadro 2
Distribuição da CIVPOL na Província de Gaza (1994)

Posto	Data de Abertura	Composição da Força		Jurisdição	No. de Patrulhas
		Pres.	Autoriz.		
QG/Gaza	1 Jan	28	31	Bilene Xai-Xai Chibuto Manjacaze	6
Chokwe	29 Abr	10	12	Chokwe Massingir	3
Chicualacuala	22 Jun	6	6	Chicualacuala	2
Mabalane	3 Jul	6	6	Mabalane	2
Massangena	27 Jul	6	6	Massangena	2
Nalazi	29 Ago	10	12	Chigubo Guijá	3
TOTAL		66	73		18

Fonte: CIVPOL/Gaza, "Briefing Note", s/d.

A Campanha Eleitoral

Oficialmente, a campanha iniciou-se em 22 de Setembro de 1994. Contudo, na Província de Gaza era claro que a campanha não seria simples. Desde o início do ano que o Governador de Gaza punha obstáculos a que trabalhadores da saúde e outros tivessem contactos informais com a Renamo. Em Chibuto, o secretário do comité distrital, Alberto Langane, organizou comícios diários de apoio à Frelimo e procurava ser visto a fornecer assistência à CNE na distribuição de material eleitoral. Apesar da fraca presença da Renamo em Chibuto, houve vários pequenos comícios anti-Renamo em Setembro, nos quais se queimavam panfletos da Renamo e se insultavam os seus apoiantes. Segundo um relatório do Article 19 sobre a liberdade de informação em Moçambique, os órgãos de informação moçambicanos não foram imparciais durante a campanha eleitoral, tendendo no geral a apoiar a Frelimo.³

Alessandro Righetti, coordenador provincial da Divisão Eleitoral das Nações Unidas, admitiu ter havido 29 inquéritos formais em resposta a reclamações relacionadas com o processo eleitoral, algumas delas levantando acusações graves. Ele explicou que:

"No geral, a campanha eleitoral foi pacífica. A Frelimo realmente esforçou-se aqui, sabendo que Gaza era seu território. Houve grandes comícios políticos nas cidades, embora nenhum tenha reunido mais de 10.000 pessoas. A Frelimo foi também muito activa no aliciamento das autoridades tradicionais por toda a província. A Renamo, pelo contrário, pouco se esforçou, agindo sobretudo numa base porta-a-porta em cidades como Chibuto. Realizaram uma série de pequenos comícios nos quais ocorreu intimidação localizada. Como se viu, o comício final atraía apenas 3 a 4.000 pessoas, muitas delas sem idade para votar e provavelmente mais interessadas nas camisetas e capulanas que a Renamo distribuíra. Quanto aos pequenos partidos, não tiveram aqui impacto. Vimo-los vaguear em carros com megafones. Mas não ofereciam programa e só atraíram crianças, que os seguiam porque eles, também, ofereciam presentes".⁴

O incidente mais sério de intimidação, durante este período, ocorreu em Xai-Xai, no último grande comício da Renamo em Moçambique antes das eleições, em finais de Setembro. O autor destas linhas esteve presente e

testemunhou o que aconteceu. O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, deveria voar de Maputo para Xai-Xai, para se dirigir a uma multidão de algumas centenas de pessoas. O seu voo nunca chegou porque funcionários do aeroporto lhe disseram que o tempo estava demasiado mau para se poder aterrar na pista de Xai-Xai, embora estivesse um dia de sol. O encontro tornou-se violento quando membros da Polícia de Intervenção Rápida intimidaram os frustrados apoiantes da Renamo. O resultado foram pequenas escaramuças e alguns feridos. Um dos oficiais da polícia admitiu mais tarde que "recebemos instruções para dar a conhecer ao povo de Xai-Xai quem controla Gaza: não são os *matsangas*!"⁵

Os dias da votação propriamente dita foram calmos em Xai-Xai. Ian Bray, adido de imprensa da OXFAM UK, que foi observador eleitoral, não verificou violência nem intimidação.⁶

A ONUMOZ recebeu muitas queixas da Renamo sobre intimidações. Em Chibuto, um oficial de polícia brasileiro, A.Dias, era responsável por responder a tais queixas. Dois dias antes das eleições o autor destas linhas e um membro da CIVPOL, o australiano Adrian Gowned, foram abordados pelo delegado da Renamo em Chibuto, que era portador de uma lista manuscrita de reclamações sobre intimidações da Frelimo. Nós entregámos a lista a Dias que exigiu que tal lista fosse dactilografada pela Renamo em papel timbrado do movimento e em triplicado. O bocado de papel foi atirado para uma gaveta onde estavam bocados de papel idênticos. Gowned explicou que, em Chibuto, Dias circulava pela cidade a alta velocidade, procurando impressionar as mulheres. Ele nunca chegou a examinar qualquer queixa nem procurou visitar a prisão local, como constava do seu mandato. O funcionário eleitoral das Nações Unidas no local era um peruano, Jose Villareis, que procurava todas as oportunidades para se deslocar a Maputo, embora se apresentasse aos observadores internacionais das eleições como especialista em direitos humanos.

Explicava Gowned:

"É duro ser-se membro da CIVPOL aqui. Os meus colegas têm muitas origens. Para muitos o nosso mandato é sermos estrangeiros. A sua ética é, nada de trabalho e toda a diversão possível; estão aqui apenas por dinheiro. Este choque cultural é um grande problema. Um grupo de

australianos da CIVPOL foi retirado de Xai-Xai no início deste ano e substituído por egípcios porque estavam a desempenhar a sua missão. A situação é má, em termos de direitos humanos, mas fomos obrigados a fechar os olhos. Estávamos a criar muitos problemas a essa gente. As coisas são muito frágeis aqui. Ontem vi uma unidade de 12 homens armados a atravessar a estrada, perto de Funguane. Nada podemos fazer. Isto está sempre a acontecer. Só sabemos cerca de 5% daquilo que realmente se passa. Muitos dos nossos homens sabem muito pouco sobre este lugar, e ainda menos da língua portuguesa. Ninguém fala mais do que algumas palavras nas línguas locais. Mas acho que a nossa presença incute na Renamo e nos cidadãos ordinários alguma confiança. Seria ainda pior se a CIVPOL não estivesse cá."⁷

Mesmo assim, o elemento mais alto da Renamo em Chibuto, Joel Domingos Ngomane, revelava pouca confiança. Queixava-se ele:

"Gaza é terra da Frelimo. A ONUMOZ está aqui para fazer com que estas eleições sejam reais. Mas nada mudou. A Frelimo faz dinheiro com a ONUMOZ, a Frelimo dá raparigas e cerveja aos 'Civpols'. Os observadores eleitorais alugam casas aos comerciantes da Frelimo. Ninguém nos pergunta nada a nós! Os 'civpols' estão permanente em férias."⁸

Chris Dolan, académico britânico, foi observador internacional das eleições no distrito de Massingir. Era acompanhado por dois elementos da CIVPOL, um egípcio e um paquistanês, "que eram boas pessoas (...) mas cedo descobri que a sua filosofia era fazer o mínimo necessário, ou ainda menos se possível. Sempre que sugeríamos fazer alguma coisa que não estava nos seus planos entravam em explicações detalhadas sobre porque é que não era necessário fazer tal".⁹

Os observadores internacionais às eleições enviados para a Província de Gaza tinham muitas origens. Entre eles incluíam-se secretários do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, diplomatas russos, um administrador distrital da Zâmbia, um técnico hospitalar da Serra Leoa, pessoal das Nações Unidas em Nova York, cooperantes holandeses e britânicos, um médico suíço, uma filha do antigo embaixador norte-americano em Maputo, Townsend Friedman, e políticos como Sir David Steel, do Reino Unido. A maioria dos observadores pouco sabia de eleições e ainda menos sobre

Moçambique. Desta situação resultaram estranhas divisões mas também se cimentaram amizades.

O Representante Especial das Nações Unidas, Aldo Ajello, escreveu a todos os observadores eleitorais internacionais, antes das eleições, afirmando que "através da vossa presença e da vossa observação independente, imparcial e neutra do acto eleitoral e da contagem dos boletins de voto, vós desempenhareis um papel crucial nesta fase final do processo de paz. A observação constituirá a base de qualquer declaração a ser feita pelas Nações Unidas relativamente à liberdade e justiça das eleições que, se declaradas livres e justas, emprestarão credibilidade aos resultados finais".¹⁰

A maioria dos observadores internacionais às eleições recebeu pouca informação, a maior parte da qual sem relevância para aquele que deveria ser o seu papel. As reuniões de esclarecimento tiveram lugar em Xai-Xai e, ao nível local, nos distritos. Em Chibuto, a reunião de informação local consistiu na apresentação dos observadores ao administrador da vila e ao director do hospital local. Não houve o cuidado de introduzir a equipa aos representantes da Renamo nem de lhe passar informações sobre o distrito. A única informação prestada pela CIVPOL dizia respeito à localização do mercado e dos melhores locais para comer.

Na véspera das eleições o autor destas linhas visitou dois locais de votação com o seu companheiro da CIVPOL, o egípcio El-Zeweir. El-Zeweir passava o tempo a queixar-se das condições de Moçambique, embora estivesse alojado numa bela casa em Xai-Xai e tivesse várias mulheres moçambicanas a viver com ele. Apesar disso tinha claras tendências racistas e aconselhava-nos a não abrir demasiado a boca perto de moçambicanos porque poderíamos contraír doenças contagiosas. El-Zeweir tinha fama de destruir veículos e ficou bastante aborrecido quando Righetti, o coordenador provincial da Divisão Eleitoral das Nações Unidas, nos forneceu um motorista moçambicano, um jovem estudante que tinha por missão proteger o carro e este autor.

Na Província de Gaza havia, durante as eleições, 82 equipas de observadores das Nações Unidas, com 68 veículos à disposição. Vinte e dois veículos estavam munidos de

aparelhos de comunicações-rádio. As equipas tinham por missão monitorar 503 estações de voto em 240 locais de votação por toda a província. Os resultados de vinte e nove das estações seriam rapidamente apurados pelos observadores internacionais para que as Nações Unidas ficassem logo informadas sobre os resultados das eleições presidenciais.

As Eleições

Em Gaza, durante o período das eleições, este autor observou o processo de votação nas estações de voto de Godide e Meboi, distrito de Chibuto. Trata-se de uma área que fora objecto de contestação entre a Renamo e a Frelimo até à assinatura do Acordo Geral de Paz, em Outubro de 1992. Meboi tinha estado nas mãos da Renamo, enquanto que Godide tinha sido uma linha da frente.

Na véspera das eleições visitámos esses locais e encontrámos os funcionários eleitorais auxiliares moçambicanos nos seus postos. Em Godide tratava-se de uma escola, enquanto que em Meboi era um edifício em ruínas. El-Zeweir nunca havia estado antes em qualquer dos locais e lamentava-se da falta de sanitários e dos perigos que havia em procurar alguma privacidade no mato devido às cobras e às minas.

Chegámos a Godide em 27 de Outubro às 6 horas da manhã, e esperámos que a estação de voto abrisse as portas. Em frente, centenas de votantes formavam longas filas, divididos por sexo. As condições no interior das estações de voto eram satisfatórias, embora em Meboi houvesse falta de espaço e, conseqüentemente, pouca privacidade para o acto individual de votação. No primeiro dia votaram 50% ou mais dos que ali estavam registados. Havia, como se disse, longas filas e longa espera. Em Chibuto as mulheres desempenharam importante papel como votantes, formando uma grande maioria, o que reflecte claramente a herança da guerra e o trabalho migratório masculino.

As estações de voto estavam completamente equipadas, em termos de pessoal, com cinco membros da mesa e dois auxiliares. A segurança era bastante discreta,

com polícias armados a ir e vir do local. Em ambas as estações os presidentes da mesa eram homens, mas em Meboi os observadores da Frelimo e da Renamo eram do sexo feminino. Ambas se ajudavam mutuamente a cuidar das respectivas crianças e quando a observadora da Frelimo adoeceu recebeu ajuda da representante da Renamo. Não havia qualquer indício de hostilidade. Em Godide, porém, o observador da Frelimo era uma mulher e o da Renamo era um homem de meia-idade e havia um ambiente de maior suspeição entre eles.

Embora o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, se tenha retirado das eleições no final do dia 26 de Outubro, véspera das eleições, só ouvimos a notícia no final do dia 27. Os delegados da Renamo ignoraram o acontecimento e continuaram a desempenhar o seu papel de observadores. No final das eleições o autor destas linhas perguntou a uma observadora da Renamo se ela soubera da desistência de Dhlakama. Ela respondeu:

"Eu ouvi a notícia mas não confiava na rádio. Como não recebemos qualquer indicação de Chibuto eu continuei a observar as eleições. Estas eleições eram pela paz: nós sabíamos que elas tinham que ter lugar. Já houve demasiada guerra."¹¹

Dhlakama acedeu finalmente às intensas pressões diplomáticas internacionais e exerceu o seu direito de voto em 28 de Outubro, assinalando o regresso formal da Renamo ao processo eleitoral. Uma consequência do abandono anterior de Dhlakama foi o alargamento do período de votação a um terceiro dia, 29 de Setembro, por parte da CNE. Tratou-se de um terceiro dia muito calmo nas estações de voto, uma vez que todos haviam votado em 27 e 28 de Outubro. O autor destas linhas acabou por conduzir uma longa lição de língua inglesa de cinco horas à equipa da estação de votação em Godide, para aproveitar a longa espera enquanto se esperava pela contagem dos boletins, após o encerramento da estação. Ajudámos igualmente a criar condições em ambas as estações, fornecendo lâmpadas e lanternas para a contagem nocturna. Também fornecemos alimentos, necessários porque as equipas das estações de votação só tinham alimentos para os dois dias inicialmente previstos. As equipas mostravam-se

preocupadas com a possibilidade da CNE não lhes pagar o terceiro dia de trabalho. Finalmente, procurámos ainda usar o tempo disponível para saber mais sobre a história recente da zona e a origem dos membros das equipas.

Naquela zona os combates haviam sido agudos entre 1990 e 1991. A zona havia sido sujeita a fortes ataques do General Gomes, da Renamo, que nas suas unidades incluía crianças-soldados. Disseram-nos que tanto Godide como em Meboi tinham sido palco de grandes massacres. Mesmo os observadores da Renamo confirmaram tais detalhes, revelando-se pouco preocupados em esconder o passado. A observadora da Renamo em Meboi admitiu ter aderido ao movimento pouco antes das eleições porque eles lhe haviam prometido uma bolsa de estudos. O observador da Renamo em Godide tinha sido soldado da Frelimo, passara para a Renamo, abandonara o movimento mas voltara a aderir a ele porque lhe haviam prometido terras quatro meses antes das eleições.

A Contagem dos Votos

Após o encerramento das estações, na noite de 29 de Outubro, teve início a contagem dos boletins de voto. A contagem foi geralmente bem organizada e levada a cabo de uma forma que seguia sistematicamente o estipulado nos manuais. O processo decorreu lentamente mas quase sem incidentes. Numa estação de voto da Província de Gaza um observador alemão insistiu em contar pessoalmente todos os boletins de voto, pois pensava ser esse o seu dever; num outro incidente, uma brasileira insistia que só ela podia decidir se os votos eram válidos ou não. Mas este tipo de incidentes foi raro. No geral, os observadores presentes tendiam a prestar mais atenção ao escrutínio dos boletins do que os representantes dos partidos, dos quais alguns se envolveram na monitoração de facto. O resultado foi que os agentes acabavam por não defender os interesses dos seus partidos e que foram diminutas as reclamações durante a contagem. Os votos em branco foram de cerca de 10%.¹²

Por volta das quatro horas da manhã a contagem chegou ao fim em Godide e Meboi. Chissano e a Frelimo ganharam por esmagadora maioria, com a UD a figurar em segundo lugar e a Renamo quase no fim da lista. Os resultados das duas estações de votação de Godide figuram nos Quadros 3 e 4.

Quadro 3
Resultados das Eleições Presidenciais em Godide, Distrito de Chibuto

Candidatos	Estação de Votação	
	6089	6090
Máximo Diogo José Dias	7	6
Carlos José Maria Jeque	1	1
Casimiro Miguel Nhamithambo	1	2
Mário Fernando Carlos Machele	0	0
Carlos Alexandre dos Reis	3	3
Afonso Macacho Marceta Dhlakama	3	4
Jacob Neves Salomão Sibindy	1	0
Padime Mahose Kamati Andrea	2	1
Domingos António Arouca	0	1
Vasco Campira Alfazema	2	1
Wehia Monakacho Ripua	1	0
Joaquim Alberto Chissano	453	764
Total de Eleitores Registados	636	963
Total de Votos Válidos	473	783
Total de Votantes	549	869
Total de Ausentes	87	94

Fonte: Observação nas Estações de Votação, 30 de Outubro de 1994

Quadro 4
Resultados das Eleições Legislativas em Godide, Distrito de Chibuto

Partidos e Coligações	Estação de Votação	
	6089	6090
AP	10	9
UNAMO	5	3
PT	5	5
FUMO/PCD	14	26
Frelimo	306	523
SOL	20	18
PIMO	26	6
Renamo	11	8
PRD	-	-
PACODE	7	8
PADEMO	-	-
PPPM	5	5
UD	35	62

Fonte: Observação nas Estações de Votação, 30 de Outubro de
1994

Discussão dos Resultados das Eleições Nacionais

Os resultados eleitorais foram complexos, mas dominados pelos dois grandes partidos e seus presidentes. Dos 12 candidatos presidenciais apenas três (para além de Dhlakama e Chissano) obtiveram mais de 2 por cento dos votos. No pleito parlamentar participaram doze partidos e duas coligações mas segundo a lei eleitoral eram necessários 5 por cento dos votos a nível nacional para se conseguir um assento no parlamento. Só a União Democrática (UD) o conseguiu, conseguindo passar com 5,15 por cento. Alguns dos votos

foram depositados como protesto contra a Frelimo e Chissano pessoalmente, e não como indicação de um apoio cabal à Renamo e Dhlakama. Foi generalizada a evidência de votação táctica. Porém, Chissano conseguiu em média mais 10 por cento que o seu partido, obtendo um total de 53,3 por cento dos votos. Dhlakama conseguiu 33,7 por cento.

A distribuição provincial dos assentos ganhos nas eleições constitui o melhor indicador das tendências. O sul e o extremo norte votaram sobretudo em Chissano e na Frelimo, enquanto que as províncias centrais de Manica e Sofala foram dominadas pela Renamo, numa indicação que a política regional e étnica exerceu influência. A Renamo ganhou em 5 das 11 províncias, incluindo nas províncias densamente povoadas e férteis de Nampula e Zambézia, onde se registou 41 por cento do eleitorado. Mesmo assim, a Frelimo conseguiu 40 por cento dos votos nessas províncias, em parte porque aldeias vizinhas votaram muitas vezes em candidatos opostos. A nível nacional, a Frelimo conseguiu 57 por cento dos votos nos distritos urbanos, em comparação com os apenas 28 por cento de votos do seu principal rival, a Renamo. Mas nos distritos rurais a Renamo conseguiu uma estreita supremacia, com 41 por cento dos votos (a Frelimo obteve 40 por cento).

A política local e um generalizado desejo de paz contribuíram para este complexo resultado, com comunidades e grupos religiosos a encorajar a votação táctica em algumas áreas, como por exemplo Chissano para as presidenciais e a Renamo para as legislativas. As autoridades "tradicionais", régulos e feiticeiros, foram também mobilizadas para pressionar a população a votar em determinados candidatos. Por ocasião das eleições, ambos os lados tentaram influenciar essas pessoas com promessas de prémios após as eleições. Em algumas áreas da Renamo os feiticeiros assustaram as pessoas, afirmando que os espíritos ancestrais revelariam como elas haviam votado, para que elas não encarassem o exercício eleitoral como um acto individual e secreto.

A Frelimo não ajudou à sua campanha ao começar tarde a sua campanha eleitoral e recorrer a funcionários detestados em muitas áreas para a conduzir, dando de si uma imagem de complacência. Em muitos sentidos a Frelimo e

Chissano tiveram sorte em obter os resultados que obtiveram, se considerarmos o nível de ambivalência do partido, que nos últimos anos tinha dado de si uma imagem de corrupção e arrogância crescentes. A UD não fez uma campanha séria a nível nacional e parece ter recolhido alguns votos à custa da sua posição no boletim de voto. O posicionamento no boletim de voto foi determinado por sorteio em ambos os casos (presidencial e legislativo); Chissano era o último candidato nos boletins para as presidenciais, e a Frelimo, durante a campanha, dizia às pessoas para votarem no candidato do fundo. À UD calhou o lugar do fundo no boletim para as legislativas e, assim, muitos dos que votaram na UD terão tido, provavelmente, a intenção de votar na Frelimo.¹³

A 2 de Novembro as Nações Unidas emitiram uma declaração afirmando que as eleições tinham sido conduzidas de forma pacífica e que nada tinham observado que substanciasse alegações de fraude ou qualquer padrão de incidentes que pudesse afectar a credibilidade das mesmas. Embora os resultados finais das eleições só viessem a ser anunciados em 19 de Novembro, Dhlakama já os tinha aceitado em telefonema de 14 de Novembro para o Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Ghali: "embora considerando ter havido irregularidades nas recentes eleições... ele aceitou os resultados e mostrou-se preparado para cooperar com o Governo de Moçambique na era pós-eleitoral."¹⁴

Análise do Resultado das Eleições na Província de Gaza

Os resultados eleitorais de Gaza constituíram uma clara vitória para a Frelimo e o Presidente Chissano. A Renamo não conseguiu sequer um assento parlamentar. O eleitorado gazense elegeu os candidatos que figuram no Quadro 5.

Quadro 5
Representantes de Gaza na Assembleia

A) FRELIMO	
1	Sebastião C.M. Mabote
2	Salomé M.M. Moiane
3	Eugénio Numaio
4	Aurora Mussane Morrime
5	Eliseu Joaquim Machava
6	Leonardo Santos Simão
7	Isabel Elias Valoi
8	Castigo J. Correia Langa
9	Pedro Abrahamo Macamo
10	Maria José Mucavel
11	Manuel N. Benzane
12	Sarifa Amad
13	Sabina Isaías Nhaca Fache
14	Jacinto Manuel Muchanga
15	Jorge Francisco Banze

B) UD	
1	Palmeirim António Maússe

Fonte: CNE, "Relatório Final da Comissão Nacional
de Eleições", 1995.

Embora sempre se tivesse previsto que a Frelimo viria a ter um bom resultado eleitoral na Província de Gaza, pelo menos os observadores internacionais ficaram surpreendidos pela escala da votação a favor da Frelimo e de Chissano. Hans van den Hoogen, da ONG holandesa NOVIB, foi observador internacional no Chókwè. Segundo ele:

"Quando estava no Chókwè também eu tentei entender porque é que as pessoas votaram tanto na Frelimo. Os camponeses do Chókwè não ganharam muito após a independência. No tempo colonial foram expulsos das suas terras pelos portugueses, que edificaram um regadio para os seus agricultores brancos. Após a independência, os camponeses vieram para o regadio mas, em 1977, foram forçados pela Frelimo a trabalhar nas machambas estatais. Todos os camponeses foram expulsos. Actualmente, as machambas estatais entraram em colapso mas os camponeses continuam a não poder ir para as suas terras. Apesar de marginalizados, 95% votaram na Frelimo. A única explicação que me deram foi: *A Frelimo é nossa, nós somos Changana, a Frelimo é Changana*. Assim, também eles acham que a Frelimo é o partido do sul, da sua tribo. Acho que a Frelimo não lhes deu muito."¹⁵

Um polícia uruguaio de Montevideo, Wilson Guinares Arrudes, foi enviado para Chigubo como observador internacional. Ele explicou que:

"Em Chigubo ficámos num posto arruinado, cercado de minas. Durante a campanha eleitoral os funcionários locais da Renamo afirmavam todos que Dhlakama era o pai da democracia em Moçambique. Todavia, durante as eleições notámos que a grande maioria da população votou na Frelimo. Vimos mesmo um funcionário da Renamo a votar em Chissano. Ele esquecera-se de dobrar o seu voto antes de o depositar na urna. Nunca me atrevi a perguntar as razões. Mas um elemento da PRM disse-me que a maior parte da população de Chigubo queria sair dali e que a Renamo a mantinha cativa. Assim eles arranjaram forma de protestar votando contra os seus captores".¹⁶

A nível internacional, as eleições na Província de Gaza não atraíram muita atenção. O presidente da Internacional Liberal, Sir David Steel, lembra-se das eleições em Gaza porque:

"A meu ver há uma pequena história que resume o problema do país. Um simpático bancário sul-africano negro, que estava na minha equipa de monitoração na Província de Gaza, mostrava-se muito preocupado com o grande volume dos seus três milhões de meticais, tal era a catastrófica desvalorização da moeda. Afirmava que o único local seguro para guardar o pacote era o frigorífico do quarto do seu hotel porque tinha fechadura. Na manhã seguinte ele disse-me: *está tudo bem. O meu dinheiro não está congelado. O frigorífico não funciona*."¹⁷

Conclusão

As eleições multipartidárias foram livres e justas na Província de Gaza. As equipas moçambicanas nas estações de voto mostraram-se profissionais e imparciais. O processo esteve virtualmente livre de fraudes ou irregularidades significativas. Foram escassos os sinais de intimidação aberta nas estações de voto, embora se tivessem referido casos isolados.

A preparação para as eleições na Província de Gaza foi menos justa. Ocorreram limitações à liberdade de acesso por parte dos partidos, militantes e observadores em alguns distritos; tais limitações dificultaram o registo e a educação eleitoral. Houve exemplos claros de intimidação que as Nações Unidas e, particularmente, a CIVPOL não conseguiram resolver. Embora a CIVPOL e os observadores internacionais não se tenham revelado particularmente eficazes, a sua presença ajudou a estabelecer um clima de confiança, e certamente que a participação de um tão grande número de estrangeiros fez ver aos moçambicanos que as eleições eram uma ocasião especial,* mesmo que muitos deles tenham permanecido confusos quanto ao seu alcance.

A monitoração internacional do processo de recenseamento foi porventura mais importante do que os dias propriamente de votação. Uma melhor monitoração das campanhas eleitorais e do papel desempenhado pelos meios de comunicação na preparação das eleições foi também uma área a que as Nações Unidas não prestaram especial atenção mas que se revelou claramente importante.

Apesar de todos os problemas, mesmo que não tivesse havido intimidação o eleitorado de Gaza teria votado na Frelimo. Em Gaza houve muito pouca evidência de votação táctica tal como ocorreu em outros lugares. Ali, era forte o sentimento que a Frelimo era o partido do povo e que a Renamo era a principal causa do sofrimento de todos. Os abusos dos direitos humanos verificados nos últimos anos eram atribuídos à Renamo e estavam frescos na memória das pessoas. A medida em que a Frelimo continuará a gozar de apoio popular em Gaza, no futuro, dependerá da estratégia local do movimento, especialmente no que respeita à posse da terra e à corrupção.

NOTAS

¹Ver John Saul, "Mozambique: The Peace Election", *Southern Africa Report*, Dezembro de 1994.

²Ver National Democratic Institute, "Imagining Democracy. A Report on a Series of Focus Groups in Mozambique on Democracy and Voter Education", Junho de 1993.

³Article 19, "Mozambique. Freedom of Expression and 'The Vote for Peace'", No.44, Outubro de 1995.

⁴Entrevista com Alexandro Righetti, Xai-Xai, 26 de Outubro de 1994.

⁵Entrevista, Xai-Xai, 1 de Novembro de 1994.

⁶Entrevista com Ian Bray, Oxford, 7 de Fevereiro de 1996.

⁷Entrevista com Adrian Gowned, Chibuto, 1 de Novembro de 1994.

⁸Entrevista com Joel Domingos Ngomane, Chibuto, 27 de Outubro de 1994.

⁹Comunicação pessoal de Chris Dolan, 10 de Novembro de 1995.

¹⁰Representante Especial das Nações Unidas, Aldo Ajello, em carta de boas-vindas aos observadores internacionais às eleições, 4 de Outubro de 1994.

¹¹Entrevista com Maria, Meboi, 29 de Outubro de 1994.

¹²Sobre as eleições, ver dois relatórios muito úteis: Oxfam Canada, "The 'Peace Election': Another Step on the Road to Stability?", Doc.569, Novembro de 1994; e "Mozambique Presidential and Legislative Elections. Report of the United Kingdom Observers Attached to ONUMOZ", 1995.

¹³Ver também Alex Vines, *Renamo. From Terrorism to Democracy in Mozambique?* Centre for Southern African Studies/The Eduardo Mondlane Foundation/James Currey, 1996, pp.159-161.

¹⁴Nações Unidas, SG/SM/5477.

¹⁵Fundação Eduardo Mondlane, "Elections in Mozambique. Seminar Report", Novembro de 1994, p.64.

¹⁶Entrevista com Wilson Guinares Arrudes, Xai-Xai, 1 de Novembro de 1994.

¹⁷Em *Liberal Democratic News*, 11 de Novembro de 1994.

A MISSÃO SUÍÇA E O SISTEMA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL PARA RAPARIGAS:

As experiências de Maússe e Chicumbane (1930-1974)¹

*Teresa Cruz e Silva**

As políticas coloniais desenhadas por Portugal nos finais dos anos 20 e inícios da década de 30, particularmente no que se refere à população 'indígena', circunscreveram e limitaram as actividades das Missões Protestantes na área da educação. Ao procurar sistemas alternativos para fazer face à nova legislação, referente ao trabalho de Missões estrangeiras, e à crise social generalizada que caracterizou este período, em 1930 a Missão Suíça introduziu em Moçambique novos métodos de trabalho com as comunidades cristãs e criou um sistema de educação não formal visando sobretudo as camadas mais jovens.

Embora a educação para rapazes e raparigas se baseasse em princípios similares a perspectiva de género inerente às metodologias e práticas de trabalho da Missão Suíça contribuiu para que a orientação da educação para as raparigas reforçasse a concepção conservadora do papel subalterno jogado pela mulher na sociedade.

Utilizando as experiências das escolas de Maússe (Manjacaze) e Chicumbane este artigo analisa o sistema de educação não formal introduzido pela Missão Suíça no Sul Moçambique depois de 1930. O foco da discussão centra-se na forma como se delinearam as construções sociais e culturais da diferença de sexos² através das práticas de trabalho da Missão.

*Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.

I Introdução

As primeiras Missões Protestantes estabeleceram-se na região Sul de Moçambique em finais do século passado. Os contactos iniciais dos missionários Suiços com Moçambique tiveram lugar em 1880. Seguiram-se outras missões e o seu posterior estabelecimento nas regiões das actuais Províncias de Maputo e Gaza.

A fase de fixação da Missão caracterizou-se pelo desenvolvimento de relações amistosas com os chefes locais e as populações. Esta situação foi facilitada i) pela existência de factores identitários de raiz etno-linguística entre os evangelistas negros do Transvaal e as populações de Moçambique, mais tarde reforçados por uma identidade religiosa e ii) pelo facto das unidades políticas desta região geográfica gozarem ainda de uma independência em relação à administração Portuguesa. Contudo, os interesses políticos e económicos de Portugal sobre o Sul de Moçambique levaram a que a presença dos Suiços no território fosse vista com desconfiança e as suas actividades toleradas com relutância.

A ocupação efectiva do Sul pelos Portugueses, no limiar do século XIX, foi acompanhada por uma guerra que levou a uma demarcação de posições políticas em campos opostos entre missionários Suiços e a administração colonial. O contexto sócio-económico em que decorreu o desenvolvimento da Missão nas primeiras décadas do século XX, foi largamente marcado por uma estrutura social discriminatória e uma política 'indígena' desenhada para reforçar a exploração da mão de obra e a reprodução da autoridade colonial. O novo regime surgido da evolução política do período pós 1926, coerente com esses princípios acabou por introduzir a diferença constitucional entre 'indígenas' e cidadãos.

O papel primordial que a educação pode jogar quer na indocinação do regime quer ainda no controlo social e no estabelecimento de redes de influência, fez desta actividade uma área de potencial conflito entre o Estado colonial e as Missões Protestantes.

A legislação Portuguesa e consequentes regulamentos

de 1929³ circunscreveram as actividades das Missões Protestantes na educação da população nativa. Conscientes do papel jogado pelas línguas vernáculas na criação e desenvolvimento de identidades, os Portugueses restringiram o campo da sua utilização ao mesmo tempo que introduziam normas para regular o acesso de crianças 'indígenas' à educação e conter o crescimento das escolas e influência das Missões Protestantes. Assim, os decretos 167 e 168 de 1929 impunham entre outras medidas: i) a proibição de utilização das línguas vernáculas para o ensino e obrigação do uso da língua Portuguesa; ii) limite de idades para acesso às escolas e internatos, iii) regras para a construção de escolas e sua localização, iv) professores com qualificações reconhecidas pelas autoridades administrativas, v) condições para realizar a propaganda religiosa em línguas vernáculas, e outras medidas referentes aos locais de culto e às actividades dos catequistas e Pastores.

A aplicação dos decretos 167 e 168 criou uma situação dramática às Missões Protestantes. A sua incapacidade humana e financeira de responder às normas estabelecidas pelos novos regulamentos para a educação levou ao encerramento de numerosas escolas no campo, nos anos subsequentes e à transferência de algumas crianças para as escolas das Missões Católicas.

Dando prosseguimento às medidas introduzidas na década de 20, em 1930 o governo definiu os principais objectivos da educação para 'indígenas', que veio a nortear as políticas das décadas seguintes. A sua orientação fundamental assentava na promoção da população nativa do seu estado de 'primitivos' para o estatuto de 'civilizados', uma condição essencial para responder ao projecto de assimilação da ideia de nacionalidade e cultura Portuguesas pela população nativa.⁴

Um dos instrumentos fundamentais da política de assimilação era a Educação Rudimentar. O papel a jogar neste processo pela Igreja Católica como um meio de legitimação e justificação da empresa colonial foi confirmado pelo Acto Colonial de 1930 e reforçado pelas relações institucionais estabelecidas entre o Estado Colonial Português e o Vaticano através da assinatura da Concordata e do Acordo Missionário de 1940, bem como do Estatuto Missionário de 1941. As

Missões Católicas nas colónias passaram então a gozar de um estatuto privilegiado, tendo recebido a responsabilidade pela Educação Rudimentar destinada à população 'indígena'.

No período pós-Concordata as posições assumidas pelas Missões Católicas em conjugação com a administração Portuguesa, pela aplicação da legislação em vigor, tornaram mais agressiva esta orientação ideológica, resultando na utilização de métodos repressivos de controlo que afectaram as Igrejas não-Católicas e os seus crentes.

II

Alternativas Educacionais à Legislação de 1929/30: uma leitura sobre construções sociais e culturais da diferença de sexos

1. *"Mintlawa", um sistema de educação não-formal*

Tentando fazer face à agressividade colonial do período 1929/1930 a Missão Suíça encetou o estudo de possíveis alternativas às barreiras criadas para dificultar a sua acção. Este processo levou-a a uma análise profunda da crise sócio-económica existente no país com reflexos para a própria Igreja, na sequência da qual se introduziram novas metodologias de trabalho e novos programas experimentais para a educação. Com estas medidas a Missão visava não só garantir a continuidade do seu trabalho educacional mas também um bom relacionamento com as gerações mais novas e a reprodução da própria Igreja enquanto instituição. O resultado das experiências iniciais levou à criação de um sistema de educação não-formal baseado no trabalho com grupos, conhecido por 'mintlawá'.⁵

Inicialmente inspirado nas experiências das patrulhas de jovens Suíços, o sistema foi adaptado para Moçambique na base da assimilação de valores 'tradicionais' e princípios que norteavam os pequenos pastores Tsonga das zonas rurais, tais como as regras de organização e hierarquização num grupo, o sentido da responsabilidade e cooperação, solidariedade e liderança. Entre 1930-1934, dão-se os primeiros passos para a estruturação deste sistema de educação e a definição básica

dos seus princípios de funcionamento. Tendo-se iniciado com grupos de rapazes, em 1933 criam-se os primeiros grupos de raparigas. As fases seguintes são de estabilização e extensão. A partir da cidade de Lourenço Marques e de Ricatla (Marracuene) os 'mintlawas' são aceites com sucesso em outras regiões, com um destaque especial para as escolas de Maússe (Manjacaze)⁶ e Chicumbane, em Gaza.⁷

Com o objectivo de moldar a personalidade das novas gerações dentro de um espírito Cristão, os princípios e métodos do sistema de educação não-formal baseavam-se em certos códigos de conduta, visando encorajar os seus membros a assumir o sentido de responsabilidade e auto-suficiência. A prática de actividades lúdicas como jogos, danças, drama, canções e participação em acampamentos entre muitas outras estimulavam deste modo o desenvolvimento de um certo número de capacidades. Assim por exemplo, os jogos podiam ser utilizados para estimular aptidões para o planeamento, organização, auto-suficiência, liderança, criando ao mesmo tempo a disciplina do corpo e do espírito.⁸ O drama, ao dar a possibilidade de envolver ao mesmo tempo pessoas com diferentes capacidades e habilidades, constituiu uma forma de desenvolver trabalho com grupos. O cinema as leituras e os debates podiam estimular diversas capacidades, mas sobretudo criar uma abertura maior para um novo universo de conhecimentos.⁹

O trabalho de organização, disseminação e implantação dos grupos de juventude levou à construção gradual de um programa balanceado onde a combinação de actividades físicas e espirituais permitiram criar uma 'alma sã em corpo são'.

Nos 'mintlawas' a educação para rapazes e raparigas assentava em princípios comuns, embora as actividades fossem diferenciadas por sexos e consequentemente assim orientadas. À semelhança dos grupos de rapazes o programa para raparigas também era desenhado para estimular o desenvolvimento de capacidades e habilidades, onde as actividades lúdicas como os jogos, o drama, o cinema, as leituras e os debates estavam incluídas.

Embora os rapazes fossem educados para poder realizar tarefas domésticas usualmente atribuídas às raparigas (transportar água e lenha, cozinhar, entre outras), quando

necessário, as suas actividades estavam particularmente voltadas para a aprendizagem de tarefas do 'domínio masculino', como por exemplo o artesanato ou a agricultura. As raparigas eram introduzidas na aprendizagem da culinária, costura, *crochet*, *tricot* e um certo número de outras actividades relacionadas com o papel que elas deveriam desempenhar no lar. Assim, ao moldar as personalidades dos rapazes e raparigas através dos 'mintlawá', a educação veiculada pela Missão Suíça acabou por reproduzir os modelos de organização onde os espaços sociais das mulheres se identificam com a vida familiar e doméstica.

O emblema do grupo é por si um testemunho da forma como a Missão Suíça delineou as construções sociais e culturais da diferença de sexos. Assim, o emblema do grupo de rapazes é representado por um triângulo barrado, significando a existência de um homem com corpo, inteligência e espírito.¹⁰ O lado esquerdo do triângulo simbolizando o desenvolvimento do corpo, o lado direito o desenvolvimento intelectual e a base o papel do espírito. Finalmente, a barra cortando o triângulo simbolizava a capacidade dos seus membros para servirem Deus e ajudarem os seus camaradas. O emblema das raparigas era formado por um círculo cortado por um triângulo, onde o círculo simbolizava a unidade entre as raparigas, a vida familiar, a casa, a panela para cozinhar, a dança e a aldeia.¹¹

O permanente envolvimento da Missão no desenvolvimento da qualidade da educação realizada através dos 'mintlawá' levou à necessidade de institucionalizar a formação de rapazes e raparigas como instrutores. O processo teve o seu início em Ricatla e mais tarde foi disseminado para outros centros como os de Maússe e Chicumbane. A formação de instrutores era diferenciada por sexos e orientada para moldar a personalidade dos jovens dentro dos princípios acima referidos. As suas actividades práticas evidenciavam capacidades particulares entre as quais é importante mencionar a organização, auto-suficiência e liderança. Um número considerável de líderes da Igreja,¹² incluindo leigos, foram também instrutores, uma ilustração de que a educação não-formal deu um importante contributo para a sua reprodução como instituição.

2. Os internatos: a experiência de Chicumbane

Apesar do imenso esforço feito pela Missão Suíça para manter as suas escolas em funcionamento, o crescer das pressões exercidas pela administração colonial e pelas Missões Católicas sobre as comunidades Protestantes não conseguiu evitar a transferência de estudantes para as escolas Católicas. Uma das estratégias encontradas pela Missão para fazer face a esta competitividade consistiu no melhoramento da qualidade de ensino ministrado sem contrariar os regulamentos vigentes. Isto levou-a a concentrar a maior parte dos esforços nas escolas centrais e nos internatos.

Os internatos, para além de facilitarem o acesso à escola às crianças residentes em zonas distantes, ofereciam novas oportunidades para continuação de estudos aos estudantes mais velhos, uma vez que aqui, os limites de idade de frequência regulamentados em 1929 eram mais dilatados (18 anos para os internatos), permitindo também desenvolver uma educação mais integrada.

O primeiro embrião do internato de Chicumbane nasceu em 1935, tendo tomado corpo no período 1940-1947.

O internato de Chicumbane conseguiu combinar os programas da Ensino Rudimentar e Elementar com as técnicas básicas de agricultura para rapazes e actividades domésticas para raparigas (incluindo também a agricultura).¹³ A vida diária em grupo ajudava a reforçar o espírito de cooperação, os princípios da hierarquia e as capacidades de liderança e organização introduzidas nas práticas dos 'mintlawá'.

Tomando partido da possibilidade que os internatos lhes davam de poder desenvolver múltiplas tarefas combinadas os missionários Suíços conseguiram fazer um ensino formal com melhor qualidade pedagógica e um treinamento profissional (agricultura, carpintaria, mecânica), preservando ao mesmo tempo parte das experiências culturais e sociais dos seus estudantes. Este tipo de educação conseguiu em parte contradizer os princípios que norteavam a Educação Rudimentar, direccionada para responder aos objectivos do projecto assimilacionista de Portugal.

A estação missionária de Chicumbane tinha parcelas de terreno para agricultura, um hospital, a escola para alunos internos e externos e um centro para a formação de

instrutores de 'mintlawá'. Assim, o internato criava uma série de possibilidades para associar a educação dos jovens com a vida intensa da estação. A cooperação inter-missionária na área da educação juntava aqui jovens de várias Igrejas Protestantes e de diversas faixas etárias permitindo uma maior camaradagem e amplitude dos seus diferentes universos de conhecimento.

Os internatos da Missão Suíça, pelo tipo de educação ministrada tornaram-se conhecidos. No caso particular das raparigas o tipo de formação que as preparava para serem boas esposas e boas mães, porque se 'encaixava' com o papel que normalmente cabia à mulher na sociedade Tsonga, fizeram destes mesmos internatos escolas procuradas e bem aceites pelos pais. A educação para raparigas ministrada nos internatos da Missão Suíça é em seguida claramente ilustrada pelos comentários de uma das nossas informadoras:

"Muitos pais enviavam os filhos para o internato porque viviam longe da escola da Missão. Tinha a vantagem de se aprender muito mais do que em 'mintlawá'. Nos 'mintlawá' e no internato as raparigas eram preparadas para o casamento: o comportamento de uma mulher casada, o respeito que ela devia ao seu marido e à família do marido e também à sua própria família, como cozinhar e organizar as refeições e a casa. Havia uma pequena cozinha onde aprendiam a cozinhar em pequenas quantidades como se estivessem em casa. Aprendiam a fazer machamba, maticar as casas e quase tudo o que uma mulher precisa para cuidar da casa. No hospital da Missão aprendíamos a cuidar de crianças. As raparigas também aprendiam a lavar, passar, arrumar a casa e outras actividades.

No internato nós estávamos organizadas por grupos. As meninas mais velhas aprendiam a cuidar das mais novas, que deviam educar dentro dos princípios do respeito pelos mais velhos e pelos chefes. Tínhamos também as tarefas domésticas do internato, como arrumar e ir à machamba".¹⁴

3. Os Grupos de Mães: a continuidade das aprendizagens adquiridas na juventude

Para além de todos os sistemas voltados para a educação da jovem rapariga, a Missão Suíça criou outros mecanismos para a formação das mulheres. Assim, na fase adulta elas eram geralmente integradas nos grupos de mulheres da Igreja. Com a denominação de Grupos de Mães,

foi assim criada em 1928/29, a secção feminina da Missão, que veio a ganhar expressão nas décadas seguintes.¹⁵ Era no seio destes grupos onde se desenrolavam as actividades das mulheres, quer no campo da formação, quer no trabalho de ligação com as comunidades onde estavam inseridas. O período inicial decorreu sob orientação das esposas dos missionários. Com a emancipação gradual da Igreja, a liderança destes grupos passou para as mulheres moçambicanas.

Nas suas actividades junto das comunidades, as mulheres organizadas nos Grupos de Mães realizavam actividades de aconselhamento familiar, apoiavam os grupos de jovens e idosos, bem como o Pastor, na sua tarefa de ganhar mais crentes para a Igreja.

A esposa do missionário, do Pastor ou do evangelista criavam à sua volta grupos de mulheres que se encontravam regularmente para aprender a costurar, tricotar, fazer crochet ou discutir os problemas da família, da higiene ou da educação das crianças.¹⁶ Estas actividades práticas eram muitas vezes complementadas por cursos de formação para mulheres. A orientação desses cursos pode ser ilustrada pela imagem transmitida por um artigo publicado no jornal da Missão Suíça 'Nyeleti Ya Miso',¹⁷ em 1933,¹⁸ onde se faz referência à existência de uma escola para mulheres em Valdézia, num centro da Missão Suíça no Transvaal. O artigo menciona que a escola tem por objectivo preparar mulheres Protestantes para actividades domésticas, por forma a transformá-las em boas esposas. O programa de actividades trata temas como: usos e costumes dos Bantu, Cristianismo, a mulher e o lar, a mulher e as suas obrigações para com o marido e os cuidados a dispensar às crianças.

As linhas que orientavam a formação da mulher adulta, quer através das práticas diárias quer através de cursos com um carácter mais formal, mostram-nos a existência de um processo de continuidade entre as aprendizagens adquiridas nos grupos de juventude e a vida adulta, reforçando ainda a ideia já referida, da mulher moldada para assumir o papel secundário de companheira do homem, onde o seu espaço social deve ser desenvolvido na esfera doméstica.

III Conclusão

O Cristianismo ao introduzir novos valores morais e de conduta criou uma crise identitária, levando as comunidades à criação de novas identidades que por sua vez geraram a necessidade de procurar novas formas de relacionamento familiar, social e cultural de acordo com os princípios Cristãos.

O sistema de educação não-formal embora tivesse assimilado alguns valores da cultura Tsonga rejeitou as práticas da educação 'tradicional' Africana consideradas pagãs por serem contra os princípios morais Cristãos, tais como os ritos de passagem e certas práticas relacionadas com o casamento. Deste modo, os missionários consideravam que os seus programas libertavam as raparigas da 'escravatura da família' e das tradições africanas¹⁹ e introduziam novos modelos de família e de sociedade. Contudo, ao educar as raparigas para assumirem o papel subordinado de companheiras dos homens, boas esposas e mães e para aceitarem os limites e a disciplina do trabalho feminino, a Missão Suíça não se opôs frontalmente ao papel subalterno normalmente jogado pela mulher na sociedade e neste caso numa sociedade patriarcal, mas pelo contrário enfatizou o universo do doméstico como o espaço privilegiado da mulher, reforçando assim a forma conservadora do estabelecimento de relações sociais e culturais entre homens e mulheres.²⁰

O universo sócio-cultural restricto em que a maioria das mulheres vivia, particularmente nas zonas rurais, constrangiu ainda mais os seus horizontes de conhecimento, dificultando muitas vezes a aplicação das capacidades adquiridas na escola e na Igreja e limitando a criação de condições favoráveis à mudança.

As mudanças sócio-políticas e o desenvolvimento de contextos de nacionalismo e lutas de libertação em finais dos anos 50 e inícios dos anos 60 abriram novos espaços para a educação da mulher,²¹ a sua mobilidade e o seu universo de conhecimentos, criando assim um campo mais amplo para mutações. A história da Missão Suíça tem vários exemplos de mulheres que tirando partido deste contexto utilizaram os instrumentos de análise e capacidades adquiridas na educação

aí recebida para alargarem o seu espaço social para além da esfera doméstica.

A organização da Igreja Presbiteriana (à qual a Missão Suíça está vinculada) estimula a discussão dos problemas e a participação dos crentes de ambos os sexos na tomada de decisões, através dos seus representantes eleitos. Uma análise geral da história da Missão Suíça mostrar-nos-á através de vários exemplos que a mulher não está ausente dos espaços públicos, quer se trate de jovens (líderes de grupos da juventude, catequistas, instrutores), quer de adultos (líderes de grupos de mulheres, anciãs da Igreja). Uma leitura mais atenta e profunda desta situação poderá contudo levar-nos a concluir que esse 'espaço público' na realidade, é na maior parte dos casos um prolongamento do espaço doméstico e está quase sempre separado do espaço masculino.

NOTAS

¹Pelas sugestões apresentadas à primeira versão deste artigo gostaria de expressar os meus agradecimentos a David Hedges, Ana Loforte e Maria José Arthur.

²PERROT, M., "Identité, Égalité, Difference. Le Regard de l'Histoire". In: *Mission de Coordination de la 4e. Conférence Mondiale sur les Femmes*, Pékin, Septembre 1995; *La Place des Femmes. Les Enjeux de l'identité et de l'égalité au Regard des sciences sociales*. Paris, Éditions la Découverte, 1995, p.39.

³"*Regulamento do Exercício das Missões Religiosas de Diversas Confissões e Nacionalidades e das Escolas do Ensino Primário pelas Mesmas*", *Aprovado pelos Diplomas Legislativos n. 167 e n. 168 de 3 de Agosto de 1929*. Lourenço Marques, Imprensa Moderna, 1929.

⁴FERREIRA, E.S., *Le Colonialisme Portugais en Afrique: la fin d'une ère*. Paris, Les Presses de l'UNESCO, 1974; CRUZ, M.B. *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa, Editorial Presença, 1988.

⁵*Mintlawa* (sing. *ntlawa*) é uma palavra Tsonga que significa grupos. Na literatura sobre educação não formal na Missão Suíça, utiliza-se também 'Patrulhas' com o mesmo sentido.

⁶A estação missionária de Maússe, embora pequena desenvolveu experiências interessantes com jovens rapazes e raparigas. Eduardo Mondlane fez aí a sua Educação Rudimentar, e teve como professores Ntala Sumbane (pré-escolar) e Casimiro Mathié.

⁷A estação missionária de Chicumbane tornou-se bastante conhecida pelo seu hospital e mais tarde pelos internatos para rapazes e raparigas.

⁸Para mais informações veja: CLERC, A.D. e MORGENTHALER, E. *Le Mouvement des Équipes ou Patrouilles "Ntlawa" au Mozambique*. Lausanne, 1950 (Mimeo); BREW, J.M. *Youth and Youth Groups*. Londón, Faber & Faber, 1957.

⁹*Idem*.

¹⁰Inspirado no YMCA (Young Men's Christian Association), uma associação fundada em Londres em 1844. Os objectivos visavam ganhar homens jovens e rapazes para a causa de Cristo, unindo-os pela camaradagem, através da realização de actividades desenhadas para estimular e desenvolver ao mesmo tempo o corpo, a inteligência e o espírito.

¹¹CLERC, A.D. e MORGENTHALER, E. *Le Mouvement...*; CLERC, A.D. *La Pratique de la vie Chrétienne dans les groupes de jeunes garçons de l'Église Presbyterienne (Reformée) du Mozambique*, 1963 (mimeo); MATTHEY, J. *Le Travail Educatif de la Mission Suisse au Mozambique, Les Ntlawa du Mozambique*. Mémoire de Theologie Pratique. Faculté de Theologie, Université de Lausanne, 1971.

¹²A Missão Suíça iniciou em finais dos anos 40 um processo gradual de 'Africanização' da Igreja com a nomeação de Pastores Moçambicanos para lugares de liderança. Em 1970, deu-se a total autonomia da Igreja que passou a denominar-se Igreja Presbiteriana de Moçambique.

¹³ROHRBASSER, C. *L'Oeuvre Sociale de la Mission Suisse au Mozambique*. Mémoire. Université de Lausanne, 1991.

¹⁴Angelina Macávi, entrevistada por Teresa Cruz e Silva, Chicumbane, 19 de Outubro de 1993.

¹⁵Comissão de Senhoras da Igreja Presbiteriana de Moçambique, numa entrevista colectiva a Teresa Cruz e Silva e Eulália Tembe. Maputo, Setembro de 1992.

¹⁶BIBER, C. *Cent Ans au Mozambique. Le parcours d'une minorité*. 2nd ed. Lausanne, Éditions du Soc, 1992, pp.64-65.

¹⁷Para mais informações sobre os jornais publicados pela Missão Suíça veja: MALULEKE, S.T., "A Morula Tree Between Two Fields". The Commentary of Selected Tsonga Writers on Missionary Christianity. Doctor of Theology in the subject of Missiology. University of South Africa, 1995; SOPA, A., "Catálogo de Periódicos Moçambicanos, precedido de uma introdução histórica, 1854-1984". Trabalho de Diploma, licenciatura em História com especialidade em documentação. Universidade Eduardo Mondlane, 1985.

¹⁸Nyeleti Ya Miso, Maio de 1933, p.3.

¹⁹CLERC, A.D. e MORGENTHALER, E. *Le Mouvement...*, pp.16-17.

²⁰Veja nota 3.

²¹WILSON, F., "Ethnicity and Gender in a Modernising World". In: KAARSHOLM, P. and HULTIN, J. eds. *Inventions and Boundaries: Historical and Anthropological Approaches to the Study of Ethnicity and Nationalism*. Roskilde, International Development Studies, University of Roskilde, 1994. pp.151-162 (Ocasional Paper no.11).

Entrevista:

SUBSÍDIOS PARA A BIOGRAFIA DE SAMORA MACHEL

Na rubrica Entrevista deste número apresentamos alguns subsídios para a biografia de Samora Machel, com base em diversos depoimentos recolhidos no âmbito da Colecção de Fontes Orais da História, do Arquivo Histórico de Moçambique. O trabalho editorial consistiu em encadear as diversas entrevistas, "montando" os depoimentos numa sequência cronológica para evitar repetições e tornar mais claro o quadro, que cobre o período desde a infância de Samora Machel à altura em que ele deixa Moçambique para se juntar às forças nacionalistas.

São as seguintes as entrevistas que constam desta edição, cujos sumários e anotações se devem em grande medida a Gerhard Liesegang e Alpheus Manghezi:

1. Entrevista com Mulaleni Matonga Dzimba, Paulo Machel, Tokiso Gabriel Machel, Filimone Menchane, Samora Mukhavele, Sara Machel, Musindo Dzimba, Ana Mbazima e André Sitoi; Investigadores: Alpheus Manghezi; Local da entrevista: Chilembene (Gaza); Data: 26 e 27 de Agosto de 1983; Língua: Tsonga e português; Referência: T/T no. 6Z025.

2. Narrações de diversos familiares de Samora Machel e comentários do mesmo; Investigadores: Gerhard Liesegang e Alpheus Manghezi; Local da entrevista: Chilembene (Gaza); Data: 26 de Agosto de 1983; Língua: Tsonga e português; Tradutor: Ana Loforte; Referência: T/T no. 6Z026.

3. Entrevista com Mandhande Moisés Machel, Mulungwanyini Machel, Josefata Machel e Orlando Machel; Investigadores: Alpheus Manghezi e Gerhard Liesegang; Local da entrevista: Maputo; Data: 20 de Agosto de 1983; Língua: Tsonga e português; Referência: T/T no. MP-C148.

4. *Entrevista com Albino Maheche*; Investigadores: Gerhard Liesegang e Alpheus Manghezi; Local da entrevista: Maputo; Data: 25 de Agosto de 1983; Língua: Português; Referência: T/T no. MP-C149.

5. *Entrevista com Lemos Macuácuá*; Investigador: Maria Inês Nogueira da Costa; Local da entrevista: Maputo; Data: 29 de Agosto de 1983; Língua: Português; Referência: T/T no. MP-C150.

* * *

1. O Passado em Chilembene e a Família Machel

Vários — Maguigwana era comandante em chefe de Nghunghunyane. Quando as hostes de Nghunghunyane decidiram cercar a fortaleza de Chipenyane, Maguigwana não estava lá. As hostes viram-se impotentes e mandaram dizer a Nghunghunyane que não conseguiam. Então Nghunghunyane mandou regressar Maguigwana, que estava a lutar mais para norte, numa outra frente.

Ao chegarem à fortaleza de Chipenyane ele disse: "É melhor não mexermos. O poço e a machamba de mandioca estão fora. Eles ou vão comer o castelo ou serão obrigados a sair dele. Vamos apenas cercar". De facto, foi esta a estratégia deles. Passado algum tempo, com as pessoas já desidratadas lá dentro e as crianças a morrer, resolveram abrir o castelo.

Ao abrirem o castelo, algumas pessoas pediram para que o Bingwane (pai de Chipenyane), porque estava velho fosse colocado no meio (fosse protegido). Bingwane recusou-se e exigiu que incendiassem a sua palhota com ele lá dentro. Enquanto a palhota ardia Bingwane dizia: "Chipenyane, Chipenyane, eu não te dizia que não havias de conseguir lutar com os Nguni? Queima-me dentro da minha palhota que eu não quero morrer atravessado por uma azagaia!" Foi um choro grande. Naquela noite (porque isto foi à noite), ardeu a grande palhota e serviu de luz.

Muita gente que estava no interior do castelo foi morta. Chipenyane fugiu com alguns soldados para Inhambane, onde se juntaram aos portugueses. Conseguiram arranjar um espião que veio queimar as palhotas onde se encontravam as armas e munições dos seus rivais. Estas armas eram fornecidas pelos ingleses, que estavam interessados em que os portugueses fossem vencidos para poderem tomar conta desta terra. A nossa gente não estava a ver isto.

Havia um tio e uma tia do Nghunghunyane que queriam usurpar o reino. Não apoiavam o Nghunghunyane e aliaram-se clandestinamente aos portugueses.

Nghunghunyane, como era o rei de tudo isto, preparou as suas hostes e organizou-se para receber os portugueses. Então, aqueles familiares do Nghunghunyane foram a Inhambane avisar os portugueses, dizendo que não valia a pena virem naquele momento porque se viessem morreriam.

Como a logística era fraca (não tinham géneros nem dinheiro para sustentar os soldados por muito tempo), Nghunghunyane, ao ver que os portugueses não vinham, passados alguns meses, dispersou as suas tropas. Uns voltaram para Magude, outros para o Guijá e Macia. O tio e a tia foram avisar os portugueses de que agora já podiam vir, porque o Nghunghunyane já estava sem homens.

Os portugueses chegaram e encontraram o Nghunghunyane sem soldados. Ainda por cima tinham arranjado maneira de queimar as palhotas que serviam de paiol. Nghunghunyane não tinha homens, nem armas nem nada. Nesta altura o Maguigwana tinha ido para à África do Sul a ver se arranjava mais armas.

Enfim, o Nghunghunyane foi vencido e foi para Chaimite. Quando viu que os portugueses vinham, mandou o filho com dinheiro e dentes de elefante para lhes entregar e dizer que queria fazer as pazes. Os portugueses prenderam o filho. Mandaram dizer a Nghunghunyane que o seu filho estava preso e ele procurou fugir e atravessar o Guijá para alcançar a fronteira. As esposas de Nghunghunyane, que o seguiam, saíram das carruagens ao saber da notícia, sentaram-se no chão e disseram que não valia a pena avançar porque o filho de Nghunghunyane estava preso. Voltaram de novo para Chaimite.

c.1827	Sochangane (Manukuse), primeiro rei de Gaza, estabelece-se pela primeira vez no vale do Limpopo (definitivamente, por volta de 1837).
c.1830-35	Nascimento de Malengani (Maghivelani) Machel, avô de Samora Moisés Machel
1838	Morte de Sochangane, a 11 de Outubro.
1859	Em Março-Maio, fuga de Muzila, filho de Sochangane, para o norte do Transvaal, onde procura apoio de João Albasini. Morte de outros irmãos de Muzila. Mawewe acha-se estabelecido como sucessor de Sochangane.
1861	Em 16 de Dezembro, tropas da aliança entre Muzila, Magude Khosa e caçadores das chefaturas das cercanias de Lourenço Marques batem pela primeira vez, decisivamente, as tropas de Mawewe em terras de Gaza. Mawewe refugia-se na Swazilândia (Batalha de Ka-Vonguchane).
1862	Muzila vai para Gaza, em Janeiro, mas não consegue fixar-se porque é atacado por um exército de Swazis que apoiam Mawewe. Em volta de Abril, retira-se para a zona montanhosa ao norte do rio Save, conhecida por Mussapa ou Mussurize. O centro do vale do Limpopo e as suas antigas capitais fica sob as ordens de Nwandrovo Ntyatyti-Ntyatyti Dlamini.
1884	Em Agosto Muzila morre em Mussurize. Em Novembro, Nghunghunyane (c.1845-1906) já se acha estabelecido como sucessor.
1886	Batalha de Xikhonguza, perto de Marracuene, que leva à expansão do distrito de Inhambane à custa de Gaza.
1889	Em Maio um exército de Bilene chega a Mussurize para ajudar a transferir a capital de Gaza para o Sul. É provável que Malengani tenha participado nesta missão. Entre Junho e Setembro, mudança da capital de Mussurize para a actual zona de Mandlakhazi. Muitos Ndaus são forçados a juntar-se a Nghunghunyane. Perto de Dezembro, conquista da paliçada de Xirime (ao sul de Mandlakhazi e em território de Chongweni), morte de Bingwani e fuga de Xipenenyane para Inhambane.
1892-93	Terceira campanha contra Bahule, chefiada por Magigwane. Termina com a conquista desta ilha. Malengani casa com uma mulher capturada nesta campanha, a futura mãe de Moisés.
1895	Campanha contra Gaza. Em 28 de Dezembro Nghunghunyane é preso.

- 1897 Entre Março e Julho é a guerra de Mbuyseni. Em 28 de Julho, batalha decisiva de Makonteni, entre Chibuto e Chaimite. Em 10 de Agosto, morte de Magigwane em Mapulangweni.
- 1899 Estabelecimento da missão de S.Paulo de Messano, perto da lagoa Chwali. (Entre c.1898 e fins de 1909, a sede do distrito de Bilene localizava-se em Inchovani, perto da antiga povoação de Magigwane. Depois passou para a Macia).
- 1903 Com o apoio da "Compound Mission" (que indica já a importância do trabalho migratório), é fundada uma igreja independente, por Abel Chambale e Jonas Nkambako.
- 1917 Casamento de Madhandhe Moisés Machel com Gugiye Thema Dzimba.²
- 1920 Nascimento do primeiro filho, Isaya.
- 1922 Morte de avô Malengani Maghivelani Machel.
- 1926 Após novo contacto, Moisés deixa de ir à África do Sul e dedica-se à agricultura. Compra uma charrua na África do Sul.
- 1927 Abre a escola rudimentar de Uamexinga, que é frequentada pelo primeiro filho, Isaya.
- 1933 Em 29 de Setembro, nascimento de Samora Moisés Machel.³
- 1937-40 Os dois chefes da igreja protestante de Chilembene, Abel Chambale e Jonas Nkambako, são exilados. Chambale fica com residência fixa em Bela Vista (Matutúfne), e Nkambako em Vilankulu.⁴
- 1941 Samora Machel começa a frequentar a Escola Rudimentar no.21, de Uamexinga, situada a 8 ou 9 quilómetros da casa paterna (cerca de 7 quilómetros em linha recta).
- 1943 Samora Machel é expulso da escola.
- 1944 Morre Isaya na África do Sul. Samora Machel tenta, provavelmente, frequentar a escola de S.Paulo de Messano.
- 1948 Morre Abel Chambale. Samora Machel conclui a terceira classe rudimentar em S.Paulo de Messano.
- 1950 Baptismo forçado. Conclui a quarta classe.
- 1951 Prática em Xai-Xai.
- 1952 Vai para o Hospital Miguel Bombarda.

Então chegou o Mouzinho, com 47 soldados portugueses. Aqui há que dizer a verdade: boa parte destes soldados não eram portugueses, eram traidores. Tratava-se de homens que os portugueses haviam comprado com vinho, arroz, sardinhas, etc. Os portugueses compraram os nossos. E porque os nossos estavam ao lado dos brancos eram chamados de "Gungwe" — que quer dizer chapas de zinco, partidários dos brancos. Os portugueses compravam esta gente, davam-lhes armas e eles lutavam contra os próprios irmãos, a não ser em Maagul. Aqui não morreu ninguém. No dia em que aprisionaram o Nghunghunyane não morreu ninguém.

Em Mapulanguene foi a mesma coisa. Quando o Maguigwana subiu a uma árvore, viu os soldados e deixou-os passar. Quando chegou a vez dos "gungwe", que vinham a uma distância de cerca de 5 km em relação aos primeiros, ele sózinho, lá de cima, com uma arma, matou alguns mais os seus cavalos.

Mandhande (Moisés) Machel — O meu pai era Malengani ou Maghivelani. Ele pertenceu ao *butho* (classe de idade) de Chanqula, formado no tempo de Manukuse (ou Sochangane) e tomou parte nas guerras no tempo de Manukuse, Muzila e Nghunghunyane. Presenciou a queda do Império de Gaza em 1895 e a insurreição de Maguigwane, e ainda estava vivo quando Mandhande (Moisés) esteve na África do Sul pela primeira vez (morreu em 1922).

Paulo Machel — Eu posso dizer porque ele me contou, embora eu ainda fosse jovem na altura. O Maghivelani viajou muito, com os Nguni, até chegar a Bahule, às paliçadas dos Copi. Quando um homem é um grande herói ele gosta de *ku giya*, de falar da sua valentia. Ele entrou na fortificação, num lugar onde ninguém tinha entrado, este Malengani Maghivelani. Recebeu este nome porque atacou. O seu nome próprio era Malengani. Depois de entrar ele atacou, atacou, mesmo lá dentro. Depois saiu e voltou com mulheres. A mulher que escolheu foi a mãe do pai Moisés (Mandhande).

Ele *lobolou* três mulheres, o resto eram *nhlampsa*, mulheres secundárias ajudantes dadas pelo chefe porque ele

era um herói. Isto foi na guerra do Nghunghunyane em Bahule, comandada pelo Magigwana, o comandante dos Mamboza.

Ele participou em muitas guerras. Os Copi tinham construído jangadas na lagoa de Nyambavale⁵ e vencido o Magigwana, mas este voltou, fez um segundo ataque e venceu.

Filimone Menchane — Nghunghunyane queria trazer os Ndaus, especialmente os Mamboza. Então mandou o Maghivelani a Mussapa, e ele os trouxe aqui para baixo. O Nghunghunyane e o Chipenyane eram da mesma idade, eram Mamboza, aqueles que nunca voltam atrás. Os Mamboza tinham uma erva chamada *mabope*, que comiam para não voltar atrás. Era misturada com carne e quem a comia não voltava atrás.

O Maghivelani soube que uma das suas mulheres, Mukaka Mwamasinge, estava lá em Mussapa. Quando foi lá encontrou-a com um homem novo. Ele disse a esse homem: "Quero a minha mulher". O homem não protestou e disse: "Leva-a". Ele trouxe-a.

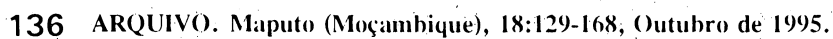
Fez duas viagens. A primeira para trazer os Ndaus e a segunda para trazer a mulher. Isto é o que sei, que Maghivelani contou.

Maghivelani era Qhanqhula. Os Qhanqhula tinham entre os 80 e 100 anos, enquanto que os Mamboza tinham setenta e tal.⁶ O primeiro comandante dos Mamboza era Nkhuyu, irmão de Muzila. Maguigwana tomou a posição dele, depois de uma guerra com os Ndaus em que Nkhuyu se mostrou covarde. Até se dizia que tinham que carregar o Nkhuyu para a campanha de machila!

Makhavanyane, irmão mais novo de Maghivelani, participou na guerra de Mbuyieseni, em 1897, mas morreu antes de Maghivelani. Era do *butho* Mamboza. (Maguigwana não era do *butho* Mamboza mas foi promovido a ele. Makhavanyane morreu cerca de 1918, e Malengane Maghivelani em 1922. Isaya ainda o viu.

Samora Machel — O Maguigwana vivia aqui. Foi preso e morto quando fugia para Magude. É o homem que organiza a resistência dois anos depois de o Nghunghunyane ter sido preso.

Matine
|
Xithlangi
|
Marimani
|
Khayihla no Maghayeye
|
Seye
|
The thewayo
|
Chaya ni tihavu
|
Ntshovani
|
Ngomani
|
Maghurumbani
|
Manchiyani
|
Niewani



Depois da prisão do Maguigwana os portugueses vieram aqui, destruíram a casa dele e construíram a administração do Bilene, nos anos de 1897 e 1898. Devido a algum acidente a administração incendiou-se. Então foi transferida para aqui, para um local onde, à noite, se podem ver claramente as luzes de Chibuto. Em 1910 a administração é de novo transferida para a Macia, e por isso chama-se Bilene-Macia. Não se pode abandonar este nome porque ele é a origem da administração. E daí vem o nome da praia.

Porque vieram construir aqui a administração? Era um sinal que o Maguigwana já tinha sido derrotado. Para não haver dúvida nenhuma e se provocar o efeito psicológico.

Aqui eu tenho que fazer uma ligação: em 1968 (isto é política realmente deliberada) vieram destruir a casa de meu pai e construíram-lhe outras ao lado, para mostrar que o filho já tinha morrido. Que o filho não havia de voltar. A política praticada em 1897 voltou a ser praticada em 1968. Foram destruir a casa de meu pai porque eu conduzi a guerra. Destruíram tudo para não ficarem vestígios. Então o meu pai e outras pessoas disseram que era sinal que eu tinha morrido: "Ele morreu, não há-de voltar mais. Aconteceu o mesmo que a Maguigwana".

Acontece que este local era a machamba da minha mãe. Eu é que mandei cercá-lo porque as sombras eram as sombras de Maguigwana. Queriam cortar as árvores. Mas devia construir-se uma casa no local, que é de interesse histórico. Gerou muitas histórias, histórias ligadas a incêndios. Ninguém passava ali a noite. Havia um mito. Mas nós cultivávamos lá. Era a nossa machamba, aonde íamos de carroça buscar lenha, em 1941 e 1942.

2. Mandhande (Moisés) Machel

Mandhande (Moisés) Machel — Os meus pais gostavam de mim e eu era um filho obediente, tomando conta do gado com consciência. Cresci e em 1912 fui à África do Sul pela primeira vez, a pé. Trabalhei nas minas de Brakpan, Mhlati, Mahleko e outras. O trabalho lá era duro e o salário baixo.

Ganhava duas libras e dez shillings. Mandava para casa dinheiro e outras coisas. Se bem que o dinheiro fosse pouco, ajudou muito a família que tinha ficado em casa. O dinheiro era entregue ao meu pai e eu não me preocupava como ele era utilizado. Primeiro recebia em moedas de ouro e depois em papel. Na altura dessa mudança os salários foram um pouco aumentados. Não me fixei na África do Sul, como o fizeram outros, que arranjavam emprego logo que o seu contrato acabasse. Fiz nove contratos. Deixei a África do Sul em 1926. Nessa altura já estava casado (casei-me em 1917) e já tinha comprado uma charrua.

Quando deixei a África do Sul concentrei-me na agricultura. Já tinha algum gado. Depois fui comprando mais charruas até chegar a ter sete.⁷ Comprava-as com o dinheiro ganho nas minas. Eu e outros fomos os primeiros a utilizar charruas nesta zona de Xilembene. Cultivava milho, grão, ervilha, feijão, alho e, mais tarde, algodão. Cheguei a ter 32 hectares.⁸

3. Chilembene Antes do Estabelecimento do Colonato

Vários — Antes do estabelecimento do colonato, a população vivia nas zonas mais altas do rio, nas colinas que não eram atingidas pelas cheias do rio, sem uma estrutura residencial fixa. Havia, porém, uma certa tendência para parentes ou amigos, ou certos grupos, como os cristãos, se concentrarem em certas zonas. Em algumas famílias há uma grande continuidade residencial. Foram encontrados casos em que as casas que foram habitadas em 1884 só ficavam a cerca de 300 metros de distância das casas habitadas em 1969, e num desses casos a mudança tinha sido provocada pelas cheias do rio Limpopo.

A casa de Mandhandhe Moisés Machel estava situada numa pequena colina arenosa, talvez com 600 metros de diâmetro, e aproximadamente a 2 quilómetros do rio Limpopo. Em redor da colina havia terra fértil e baixa, de cor escura (*bila*, de onde deriva o nome de Bilene), que nos tempos das grandes cheias ficava inundada durante alguns dias.

Nesta zona abundam os traços do império de Gaza. Os dois régulos da área,⁹ Mwamuxinga e Khanyeze, são descendentes de famílias Nguni. Nwamuxinga era o nome da filha de Mulungo Nqumayo, que foi para o exílio com Nghunghunyane. Antes de 1909 ela sucedeu a seu irmão, que se suicidou. Khanyeze era neto de Nwandrovo Ntyatyi-Ntyatyi Dlamini, que governava esta zona no tempo de Muzila. A sua povoação era Xigidela e ficava a 4 ou 5 quilómetros da casa de Moisés Machel.

A antiga residência de Magigwane Khosa, que chefiou a insurreição contra o regime colonial em 1897, fica em Ntlhuvane, apenas a 5 ou 6 quilómetros, em linha recta, a sudoeste da residência de Moisés Machel. É nesta zona que procuram a lenha que falta no vale, e onde praticam as culturas que requerem solos arenosos.

Magigwane descendia da população mais antiga do vale do Limpopo e ascendeu socialmente à sua própria custa. Para além da resistência anti-colonial, esta razão deve ter contribuído para o seu prestígio.

A norte do rio Limpopo e, por isso, um pouco fora, já, desta zona (e também, numa outra divisão administrativa colonial) encontra-se, a apenas 10 quilómetros de distância em linha recta, a campa do primeiro rei de Gaza, Sochangane ou Manukuse, em Chaimite, lugar onde morreu. O local onde Nghunghunyane foi capturado em 1895 fica, ainda, 2 quilómetros mais adiante e pertence, também, à zona de Chaimite, no actual distrito de Chibuto.

Existe em Uamexinga, a 7 ou 8 quilómetros da casa dos Machel, a Escola Rudimentar no.21, uma das 50 escolas rudimentares construídas na antiga Província de Lourenço Marques (que então incluía as actuais províncias de Maputo e Gaza), e das 190 existentes em todo o país, excluindo a área da Companhia de Moçambique.¹⁰

Até aos anos quarenta, a área é uma "reserva indígena". Se esquecermos por um momento os planos de Trigo de Morais e outros, nos anos vinte, só a construção do caminho de ferro cria interesse para a colonização europeia, no tempo do Governador Tristão de Bettencourt.

Alberto Ndeve — A primeira pessoa a utilizar charrua (*gedju*)

nesta zona foi Nghazani Nkambako, por volta de 1919. Ele trabalhou na mina de Modder East e provavelmente comprou a charrua na África do Sul.

Paulo Machel — Os principais cereais eram o milho e a mapira. A mapira nunca se vendeu.¹¹ Vendia-se algum milho, mas não muito porque havia sempre o risco da falta de chuvas. Havia celeiros grandes como este quarto (cerca de 3 x 4 metros) e levavam-se apenas algumas bacias de esmalte cheias de milho para as lojas. Trocavam-se por açúcar. O algodão veio mais tarde, os nossos avós não o conheceram. Isto aqui (a casa dos Machel) era machamba de algodão. Quando o caminho de ferro chegou passou a vender-se mais. O algodão era vendido a 50 escudos o saco. Para o produzir tinha que se gastar muito¹² e assim rendia pouco. As vezes até se ficava a dever. Quando se cultivava milho dava-se um pouco àqueles que tinham ajudado a colher, mas com o algodão não se podia fazer isso.

Mulaleni Matonga Dzimba — O milho, e também muito feijão, era vendido nas lojas, em troca de tecidos, açúcar e bebidas. Os donos das lojas exportavam algum milho e guardavam outro para vender aos camponeses nas alturas de seca.¹³

Tokiso Gabriel Machel — Cultivava-se também *tindlovu* (feijão-jugo), e amendoim em alguns locais, batata-doce, mandioca (nas partes altas da "serra", e não na planície *bilene*).

Filimone Menchane — Produziam-se ainda abóboras e feijão (*tingolokodzo*) que, juntos, são preparados para fazer uma papa bastante resistente, *penisetum* (*mahuba*) e *naxenim* (*eleusina coracana*, *mungoza*). Os celeiros eram tipo cesto (*tingula*), no caso da mapira. Antigamente, quando havia muito milho, faziam-se celeiros subterrâneos que serviam no tempo das grandes fomes, porque resistiam muito tempo embora algum milho apodrecesse. Alguns já conheciam o algodão do trabalho do *xibalo* em Moamba. Os portugueses ensaiaram este cultivo pela primeira vez em 1939, tendo mandado cultivar pequenos talhões. Como deu bem no ano seguinte aqueles que tinham enxadas foram obrigados a

cultivar 70 x 70 metros (cerca de meio hectare), enquanto que os que tinham charrua tinham que cultivar 100 x 100 metros (um hectare). Isto era o começo do problema do "rapaz com buraquinhos" (a palmatória). Quem se recusasse a plantar algodão apanhava "porrada" e ia para o *xibalo*. Depois veio o período em que se vendia o milho às lojas: uma bacia a 10 escudos e um saco a 60. Quando o algodão foi introduzido viu-se que não dava muito dinheiro.

Sara Machel — Quando o algodão foi introduzido até se abandonava o milho para se conseguir concentrar no algodão. O dinheiro que pagavam era "apenas para provar". Era sempre preciso guardar milho, só se vendia algum. Dependia-se das chuvas e por isso era preciso ter muito cuidado.

Samora Machel — Toda esta zona de Chilembene tinha que trazer algodão para a feira durante o mês. Vendia-se o algodão a 1\$50 o quilo. A história da exploração do algodão, desse trabalho forçado, culminava aqui neste lugar. As lojas ao lado da escola eram do António e do João Chitonhane. Eram ao mesmo tempo banco, correios... Estes indivíduos tinham corrompido a administração e, ao trocarem-se aqui as folhas de vencimento as pessoas eram obrigadas a comprar isto e aquilo. Não podiam levar tudo em dinheiro, não! Era uma rede bem montada. Tinham que comprar capulanas, bebidas, etc., e eles marcavam o preço que queriam. Criaram gado com o roubo através do vinho. Levavam os seus trabalhadores em três camiões, à procura de quem tinha bebido vinho no dia anterior e registavam: "Você bebeu um garrafão de 5 litros e não pagou. Entravam no curral e apanhavam o gado. Foi assim que criaram gado, os bandidos.

Não podíamos levantar todo o dinheiro do feijão que vendíamos. Trazíamos feijão, ervilha, grão-de-bico, alho. Vendíamos hoje a 4\$00 e vinhamos comprar no dia seguinte a 8\$00. O meu pai vendeu uma vez, numa destas lojas, 60 sacos de milho e recebemos apenas 4.000\$00. E cada saco tinha que estar a transbordar e pesar mais de 100 kg. Havia também o método de roubar nos pratos da balança. Estes comerciantes eram ladrões, construíram casas em Maputo. As casas e prédios de Maputo estão ligados a eles.

Alberto Ndeve — Quando se estabeleceu o colonato as pessoas que viviam na área tiveram que sair, quisessem ou não. O pai Moisés não queria mas foi obrigado. Registaram todas as casas e celeiros e prometeram dinheiro. Alguns receberam e outros não. Pagavam indemnizações pelos celeiros, à volta dos 2, 3 ou 4 contos. Havia também convites para ir viver no colonato e na aldeia. Em 1963, quando ele entrou, era fácil, mas por volta de 1970 era já muito difícil. Só podiam cultivar arroz de regadio e tinham que o entregar todo à administração do colonato. Mas escondiam algum para ter comida em casa. Outras famílias, como o Paulo Machel, deixavam a mulher a cultivar milho fora ou empregavam pessoas para cultivar no regadio. Porém o Paulo teve que abandonar os seus 4 hectares passados quatro anos. Para o gado faziam vedações fora do colonato e davam direito a ter-se 7 cabeças.

4. O Jovem Samora

Mandhande Moisés Machel — O meu primeiro filho foi Isaya, que nasceu em 1920. Depois veio o Josefát. O nosso presidente (Samora) nasceu depois, em 29 de Setembro de 1933. O seu nascimento foi festejado como festejámos o nascimento de todos os nossos filhos, porque os filhos são preciosos e são raros. Nós o criámos e ele era uma criança obediente, tal como os seus irmãos. Estava sempre pronto a ouvir as ordens, nunca retilava e trabalhou muito e bem. Fazia todo o trabalho da agricultura. Fez isto em conjunto com os seus irmãos: tomava conta do gado, trabalhava na agricultura e respeitava o pai. A coisa mais importante que os filhos devem fazer é mostrar respeito. Ele mostrou respeito, tal como os irmãos dele. Eu nunca o critiquei porque ele sempre mostrou respeito.

Samora Machel — Em 1941 o meu pai mandou-me para a escola. Eu tinha 8 anos. Vim para esta escola. Vinha a pé desde a minha casa em Chilembene até aqui. Pelo caminho onde passava (era tudo gente de família) diziam: "Então o

Machel faz sofrer a criança mandando-a andar assim tanto a pé!" Eu chorava, pensando que tinham pena de mim. Muito mais tarde compraram-me uma bicicleta.

O meu primeiro professor foi o Gregório da Conceição. Sentávamo-nos no chão, não havia carteiras. Andei na 1ª A e depois na 1ª B, quando estava um pouco mais avançado. Passei para a 2ª. Aí já tínhamos carteiras e bancos. O professor não tinha um vencimento que lhe permitisse ter criado. Os alunos é que cozinhavam as suas refeições.

Ensaíávamos o canto coral entre as mafurreiras. O terreno ao lado era para a marcha e havia um caminho que ia dar à igreja de Abel Chambal. Não foi por acaso que construíram a escola aqui. Foi para controlar o protestante, o primeiro fundador do protestantismo nas províncias de Gaza e Inhambane. A história da Igreja Anglicana em Gaza começa aqui e influencia Inhambane e Maputo. Abel Chambal fundou a igreja aqui em 1903, e Roberto Machava em 1912.

A escola é de 1927. O primeiro aluno foi o meu irmão, o primeiro filho do meu pai que nasceu em 1920 e morreu em 1944. Ele e o irmão do Aurélio Chambal foram os primeiros alunos dessa escola. Tínhamos também o mastro da bandeira. Aos domingos íamos içar a bandeira e tínhamos tempo para ir depois à igreja dos nossos pais.

Josefat Machel — Ele ia à escola e trabalhava. Cresceu com a charrua. Saía das aulas e ia pegar outra vez na machamba. Não havia férias. As férias eram a machamba. Cultivar a machamba até chegar o tempo de ir outra vez para a escola.

Filimone Menchane — Quando ia para a escola de manhã trabalhava em casa da parte da tarde. Quando as aulas eram de tarde, trabalhava de manhã nas machambas. A caminho da escola havia um lugar com espíritos. Tinham que dar uma grande volta para não passar por lá quando regressava para casa à noite.

Samora Machel — Em 1943 eu sou expulso. Depois de sair o professor Gregório entrou o David Zacarias Mathe. Este era malandro, bebia muito. Não era católico, era da missão suíça. Em 1943 a concordata decide que as escolas oficiais onde

estudavam os pretos deviam ser entregues à Igreja Católica. Eu era filho de um protestante e fui expulso. Foi então que regressei à casa do meu pai e tornei-me pastor e agricultor. Não podia voltar para a escola.

Fiquei até 1946 sem fazer nada. O meu pai tinha 12 charruas e 500 cabeças de gado em casa. Fiquei a tomar conta destas coisas. Em 1948 fiz a 3ª rudimentar. Como estava um pouco avançado estudava em casa.

Mulaleni Dzimba — Os rapazes iam às planícies para guardar os animais, bois e cabritos. Levavam o gado para ali. Traziam alguma coisa para comer, cozinhavam e depois brincavam. Nessa altura o gado já tinha comido e estava a descansar, a ruminar na sombra. Depois de brincar iam outra vez pastar o gado e quando a noite se aproximava levavam o gado para casa.

Samora Mukhavele — Os rapazes, nessa altura, eram mandados para as planícies para aprender a lutar. Através disso nós vimos que este filho era um *ngwazi*, um herói. Os de Chigidela, os da Serra (*nthlava*, zona de mato) e os de Chilembene encontravam-se ao pé de uma pequena *ngivi*, uma lagoa chamada Ndzimbabwe, e lutavam, faziam *mughayiso*. Quem não soubesse proteger-se apanhava uma pancada na cabeça. Quando tal acontecia, ia para casa mostrar a ferida aos pais. Estes não faziam nada, não havia razão para queixa. As coisas eram assim antigamente. Os rapazes mais velhos eram os chefes destes encontros. Este processo chama-se *ku keka*.

Josefat Machel — O *mughayiso* era o treino para a guerra. Eles podiam começar a luta incitando os bois a lutar. Cada grupo incitava o seu boi principal a lutar contra o boi mais forte do outro grupo. Quando um boi era derrotado os seus donos avançavam e diziam: "Derrotaram o nosso boi. Pensam que também nos derrotam a nós?" E os rapazes de cada grupo alinhavam-se. Primeiro lutavam os primeiros de cada fila. Aquele que fosse batido era substituído pelo seguinte. O vencedor ficava. Não começavam necessariamente com os mais experientes. Às vezes estes ficavam para o fim. No final,

o grupo vencido tinha que submeter-se (*ku khonza*) e pagar tributo.

Paulo Machel — Exigiam ovos ao grupo vencido. Diziam: "Levem as vossas coisas e tragam ovos para o grupo vencedor. Era o acto de pagar tributo (*ku luva*). Assim, os vencidos tinham que ir a casa roubar ovos, e até galinhas. Tinham que roubar para pagar tributo e não apanharem outra vez.

Josefat Machel — Depois, o grupo vencedor levava o gado para outra área. Faziam *moghayiso*: "Queremos governar-vos!" E assim começava outra luta. Às vezes não havia tempo para começarem com os bois — os rapazes começavam logo, directamente. Alinhavam e batiam-se. Às vezes um conseguia vencer dois mas, quando chegava o terceiro, já estava um pouco cansado e era batido. Assim, os mais fortes às vezes eram batidos pelos nossos mais pequenos. E nós já estávamos certos de ganhar porque tínhamos grandes de reserva. Se o chefe fosse batido o seu adjunto ficava desmoralizado. Era assim a vida dos rapazes desta zona do Guijá. Nascia um rapaz, tinha que ser guerreiro. Não podia ter medo de ninguém. Se fosse batido, wo! wo! wo! acabava ali mesmo. Não havia razão para haver queixas entre os pais. Era assim o processo do *ku keka* entre bois e homens.

Por exemplo, ouve-se dizer que há um boi muito forte numa certa colina. Vai-se lá com uma manada grande, de talvez umas 500 cabeças, para fazer *mughayiso*. Provocar a guerra. A vida era essa, bater, anexar. Quem se queixava era um *mpfundlana*. Mesmo que houvesse uma ferida, se houvesse queixas o pai até podia bater outra vez. Por isso o melhor era ficar calado.

Alberto Ndeve — À noite os homens, os rapazes e as mulheres tinham lugares separados. Os grandes e os pequenos não se sentavam juntos. Havia muito respeito.

Nas lutas usavam-se as mãos (*swibakele*) e varas (*liswazi*), estas últimas na serra (*nthlaveni*). Eles perdiam sempre porque mesmo que se concordasse na utilização das varas os do vale deitavam fora as varas, começavam a lutar

com socos e ganhavam.

Josefat Machel — Abaixar, apontar bem e bater no queixo do outro. Ele caía logo!

Alberto Ndeve — E não eram só os rapazes quem fazia isto. As raparigas (*tinombi*) também tinham as guerras delas, tinham *ku keka* e *mughayiso* de luta livre (*ku pfinyane*). Isso faziam até ao casamento.

Paulo Machel — Quando Samora foi para a escola a responsabilidade de pastar passou para o irmão mais novo, o Boaventura. Uma vez tinham levado o gado para a área de Nwaswakayi. Quando voltavam para casa tiveram que atravessar o rio Mhlampfungeni. Samora demorou-se um pouco à procura de *wuchiwani*, uma raiz doce parecida com a cenoura. Era uma manada grande — tinhamos muito gado. Então um crocodilo apanhou uma cabeça. Alguns começaram a gritar: "Samora, Samora, a tua cabeça foi atacada por um crocodilo!" Quando Samora ouviu isto saltou imediatamente para a água. Era uma vitela grande (o gado nesse tempo era grande, não é como agora). Dentro da água, Samora batia com um pau: "whi! whi! whi!" Agarrou a vaca pelo rabo e tentou tirá-la desse modo, puxando. Os crocodilos assustaram-se e fugiram. Quando tiraram a vaca da água Samora disse: "Não hei-de voltar para casa. Hão-de bater-me porque a vitela foi atacada pelo crocodilo".

Mais tarde eu fui investigar o que tinha acontecido. Depois de ver eu disse a Samora: "Anda cá, vamos para casa". Apanhámos mezinhas dos Nguni e a vaca foi levada para casa com muito cuidado. Em casa utilizaram-se esses remédios dos Nguni para esfregar na ferida, que estava muito feia porque o crocodilo tinha lacerado a carne. A vaca deitou-se. Trouxeram hastes de mapira para a alimentar e água para beber. A vaca sobreviveu.

Orlando Machel — Lembro-me que nessa altura eu estava na machamba com os meus irmãos. Estávamos a cultivar e o Samora pegava na charrua. De repente apareceu uma cobra. Ele simplesmente agarrou-a e nós gritámos: "Deixa a cobra,

que ela há-de morder-te!" Mas ele não deixou. Apertou-a muito e matou-a com as mãos. Era uma cobra muito perigosa.

Josefat Machel — Sim, uma cobra cuspideira a que chamamos *fezi*. Este episódio era já um sinal, uma indicação de que ele era excepcional. Os irmãos viam isso e eu expliquei-o mais tarde ao Gabriel Makhavi.

Filimone Menchane — Samora mostrou o seu valor quando cultivava aqui. Agarrou uma cobra pelo rabo e fê-la girar. Samora nunca atacou uma cobra com um pau, apanha-a pelo rabo. Dizia: "Não vale a pena utilizar o pau para matar a cobra, agarra-se pelo rabo e mata-se". Não tinha medo, nasceu para ser herói. Não tinha medo das coisas difíceis.

Mandhande (Moisés) Machel — Enquanto eles continuavam a trabalhar, mandei-os para a escola, para receberem educação.¹⁴

Veio depois o tempo em que recrutavam os filhos dos régulos (e dos machambeiros) para a escola. O Josefat já estava na escola, na Manhiça. As escolas eram poucas. Queriam os filhos dos régulos, mas na nossa zona não conseguiram. Eu ouvi falar nisso na machamba. Os polícias voltaram, depois de terem falhado na procura dos filhos dos régulos. Eu disse para eles: "Ah, nós queremos ir à escola. Talvez o meu filho...". Depois disse ao meu filho: "Eh, Samora, deixa a charrua agora mesmo!" E depois mandámos chamar a mãe que estava noutra machamba. Prepararam a comida para o caminho. As tias dele também disseram: "Samora, vai à escola!" Depois os polícias levaram o Samora para a vila da Macia, para a Missão de S. Paulo de Messano.

Ele estudou ali. Na escola os alunos tinham muitos problemas. Levantavam-se muito cedo e tinham que ir trabalhar nos machongos húmidos (*matshobyá*) da missão. Voltavam às duas horas da tarde, comiam e depois começavam a estudar.¹⁵ Como se podia estudar nestas condições? Quando voltavam da machamba encontravam aquele padre, o Ntletlewu (Sardo), que era muito duro.

Este Ntletlewu acompanhou uma vez o Samora para Xilembene e ficou numa escola lá perto. Depois chegou o dia

em que deviam voltar. O padre ia pelo caminho de Xiguidela e Samora tentou encontrá-lo. Ele ralhou muito com Samora e disse-lhe que ele tinha que ir a pé para a escola.¹⁶ "Tens que te meter ao caminho hoje e quando eu chegar amanhã à Missão quero ver-te lá!" Isto aconteceu num domingo. Eu estava na igreja e quando voltei fiquei surpreendido por encontrar Samora em casa. "Que aconteceu, meu filho?" Samora disse: "O padre arranjou-me muitas dificuldades, diz que tenho que fazer todo o caminho até Messano a pé. Como hei-de conseguir fazer isso?" Eu respondi: "Não vás. Dorme aqui, passa a noite em casa!"

Ele dormiu em casa e levantou-se muito cedo de manhã. Eu acompanhei-o à escola de Messano. Fomos a pé. Quando chegámos o responsável mostrou-se muito contente e disse-me: "Agradeço muito que tenha acompanhado o Samora até aqui". O padre ainda não tinha voltado, de forma que quando o fez já encontrou o Samora na escola. Não obstante o seu comportamento anterior, acolheu-me bem, deu-me esteira e cobertores e mostrou-me uma casa para passar a noite. Pernoitei ali, levantei-me de manhã e regresssei para a minha machamba.

Antes de ir lá a Messano, um dos professores tinha passado em Chilembene e contou-me que o meu filho sofria muito na escola. Respon-di-lhe: "Temos que sofrer para obter uma educação." Mas quando fui lá pessoalmente, convenci-me que era demais, que havia muito sofrimento. O que vi não me deixou contente.

Depois da minha visita à escola o Samora fugiu e voltou para casa. Eles seguiram-no mas não o forçaram a voltar porque eu era alguém.¹⁷

Samora voltou para a escola de Messano e foi bem recebido e os padres gostaram muito dele. Depois chegou o período dos exames. Nessa altura o administrador da Macia visitou a escola e disse que queria o Makaveni, o Gabriel Qhakama e o Samora para trabalhar na vila como oficiais de secretaria. O padre disse: "O Samora não vai para a administração porque quer fazer um curso de enfermagem. Queremos mandá-lo para Lourenço Marques para ser enfermeiro".¹⁸ O administrador compreendeu, anuiu e disse: "Nós não temos enfermeiros que cheguem para o país". Ele

ficou muito contente por o Samora querer ser enfermeiro e deixaram o assunto assim. Levaram-nô para a Macia para fazer os requerimentos necessários. Lá perguntaram-lhe se o seu pai tinha problemas com a administração e ele respondeu que o pai não tinha feito nada de mal. Eles escreveram tudo isso. Depois ele voltou para Chilembene. Mais tarde voltou à Macia e depois para Xai-Xai.

Samora Machel — Em 1949 fiz a 3ª classe elementar na Missão de S.Paulo. Quando faltavam 15 dias para o exame da 4ª classe disseram-me: ou és baptizado ou abandonas a Missão. Foi o padre Romano (aquele que viria a ser morto na Missão de S.Roque, em Benfica) que disse. As irmãs da caridade e ele vieram ter comigo e disseram: "ou és baptizado ou saís da Missão".

Faltavam 15 dias para o exame e eu tinha metido os papéis. Era chantagem. Eu aceitei, fui baptizado e crismado. Deram-me muitas ofertas. Terços com a cara de S.Francisco Xavier, etc. Ficaram satisfeitos porque tinham ganho, tinham convertido um protestante. Isto foi já em 1950.

Eu pensei: "Bem, agora fiz a 4ª classe, e como aluno brilhante vou para o liceu. Se não for para o liceu pelo menos quero ir para o comércio, para a Escola Sá da Bandeira — Escola Técnica Sá da Bandeira". Quando fiz os requerimentos para lá os padres vieram ter comigo e disseram: "Vais para o Seminário, para Magude, para o Seminário Menor". Eu disse: "Não! Não vou! Eu quero seguir o ensino secundário normal. Não quero nada disso!"

Então foram falar com o administrador e bloquearam tudo. Eu não consegui nada. Ainda cheguei a ir a Lourenço Marques mas não consegui nada. Voltei para Xai-Xai em 1951 e lá fiquei até 1952. Nesse ano parti para o Hospital Miguel Bombarda.

Albino Maheche — Depois da instrução primária Samora esteve em Xai-Xai, na antiga Delegacia de Saúde, a praticar. Quer dizer, a adquirir alguns conhecimentos de enfermagem, enquanto esperava que o chamassem para o Hospital Central (antigo Miguel Bombarda). Nesta situação os médicos, isto é os delegados de saúde, admitiam certos rapazes que

acabavam a instrução primária para praticarem nas delegacias, à espera de serem chamados. Recebiam uma certa importância, que não era bem vencimento. Muitas vezes eram equiparados a serventes para poderem ganhar qualquer coisa, calças, sabão, etc. Não era suficiente mas era uma forma de estimular as pessoas.

Depois, em Xai-Xai ele concorreu à enfermagem e foi chamado a Lourenço Marques, onde frequentou o curso de enfermagem auxiliar.

Josefat Machel — Esteve no hospital de Xai-Xai e o médico gostava muito dele. Esperou ali pela abertura do curso. Quando abriram o curso, seis meses mais tarde, saiu de Xai-Xai e foi para Lourenço Marques, para o Hospital Miguel Bombarda. Entrou ali em 1951. Tinham lá alunos de todo o país. Ficou até 1954. Foi o primeiro classificado.

5. Samora, Enfermeiro e Estudante

Lemos Macuácu — Em 1951, quando Samora entrou para o curso de enfermeiro auxiliar, todos os alunos eram internos. Foi o primeiro ano em que se começou a sentir maior afluência de alunos do sul. Antes só havia alunos vindos do norte. A principal razão era que a saúde tinha salários muito baixos, o que levava a maior parte a escolher profissões melhor remuneradas: de carpinteiro, pedreiro, etc. Além disso havia a relutância natural em tratar de feridos. Era, portanto, a influência do ambiente. Os primeiros enfermeiros não vieram voluntariamente, foram recrutados. Eram, na maior parte, professores. Nesse ano, aqui da Província de Maputo éramos quatro.

Devo dizer sinceramente que havia conflitos tribais a nível da camarata. Todo o aluno, no dia em que entrava sofria uma "desinfecção".

Josefat Machel — Quando entrou no hospital Samora ainda era novo. Os mais velhos começavam a chatear. Diziam: "Tú estás doente", e começavam a desinfetar a cama. Às vezes,

de manhã, mandavam-no tomar banho de água fria, chuveiro. Às vezes, no tempo frio, tiravam-lhe os cobertores. Desinfectavam a cama dele e ele calava-se. Mas um dia disseram-lhe para ir tomar banho. Eram sete horas da manhã, na altura da mudança de turno. Ali na camarata estava um "gigante", o Sumbane, que era o chefe. O chefe de uma camarata com quase 100 homens. Ele disse a Samora: "*Famba wa hlemba!*" (Vai tomar banho). Samora estava cansado, tinha trabalhado toda a noite, e respondeu: "*Ni ya hlamba?*" (Tenho que tomar banho?) "Sim! Vai tomar banho! Vai tomar banho!" E o Samora: "Mas isto não é regulamento, eu já tomei banho!" E o Sumbane continuava: "*Famba wa hlamba! Famba wa hlamba!*" E depois: "Este rapaz é atrevido, não tem respeito. Ele quer lutar, ele quer lutar..." (*xi hlava ku luwa*). Samora não se mexeu. Ficou simplesmente ali, à espera. "Pela última vez, vai tomar banho!" Samora respondeu: "Eu, nunca!"

O gigante atacou. Samora só se cobriu. Os outros, em redor, encorajavam. De repente, Samora dirigiu um único soco ao queixo dele e o gigante caiu. Um único soco e o Sumbane caiu de costas, com as pernas para o ar. A reacção geral foi: "Ooh! Ooh!" Um gigante assim ficou KO!

E o Samora: "Querem outro chefe? O chefe apanhou porrada!" Ele ficou logo chefe. Mas não quis que continuassem a chatear as pessoas mandando-as tomar banho. Acabou! A camarata gostou dele porque havia justiça. Ele corrigiu o que estava errado.

Lemos Macuácuá — Eu, como estava mais próximo fui dos primeiros a ingressar no curso. Começámos na mesma altura a frequentar o 1º ano. O curso era feito em dois anos, tendo como instrução de base a quarta classe.

O Samora logo que começou adaptou-se ao ambiente. Era muito sociável. Digo sinceramente que não manifestou grande influência tribal e associou-se a várias pessoas, quer do norte quer do sul. No primeiro ano transitámos. No segundo ano havia uma enfermeira muito má, muito "carrasca". No primeiro dia ela identificava os alunos, chamava-os e dizia: "Você, rapaz, não pode ser enfermeiro, é melhor escolher outra profissão". Esse aluno era então

perseguido e não tirava o curso. "Você não pode tirar o curso, você cheira mal, não tomou banho". Em cada chamada ela dizia: "Você ontem teve zero, hoje você tem dois zeros". Ela era a monitora Sofia. Mas é bom esclarecer que houve outra Sofia nada parecida com esta.

No segundo ano, quando faltavam três meses, a monitora começava a marcar as pessoas que deviam ficar. O nosso curso era constituído por 33 alunos. Passaram 16 e ficaram 17, incluindo o Samora. Ele ficou excluído porque estava marcado. Os alunos reprovavam com nota de 3. Como ela dava uma disciplina prática, ela podia fazer tudo. "Este aluno tem 3 e pronto". Quem tivesse menos que 9 valores reprovava, mesmo que tivesse 20 em todas as outras disciplinas. Estes 17 alunos ficaram, todos com nota de 3 valores. E não era a prática que era difícil. A prática era só preparar material dentro de um tabuleiro e mais nada. Samora continuou e concluiu o curso em 1954.

Durante o curso faziam-se vários estágios. Samora entrou no serviço de psiquiatria, passou para a enfermaria de psicologia, depois orologia, onde esteve com o Sr. Augusto Hungwana, pai do Sr. Teodato Hungwana.

Albino Maheche — O curso começou em 1951 e terminou em 1954. Durante a sua permanência lá, Samora trabalhou em muitas enfermarias de medicina, que compreendem vários ramos: infecto-contagiosas, tuberculose, doenças transmissíveis, cirurgia, que possibilitam a um indivíduo uma certa preparação e capacitação para resolver problemas ao nível da enfermagem.

Na camarata dos enfermeiros, no Hospital Miguel Bombarda, o Samora formava grupinhos com outros enfermeiros para discutirem política. Perdiam noites e noites a discutir política. Samora acompanhava as correntes políticas com os outros, que tinham certos pseudónimos. Ele era também um homem que gostava muito de boxe. Era raro que acontecesse um encontro deste tipo sem que ele estivesse presente. Apreciava muito este tipo de desporto.

Depois de terminado o curso de enfermaria auxiliar, devido à escassez de vagas, os alunos com o curso tinham que esperar um ano ou mais, até três anos, continuando a

ganhar como praticantes de enfermagem (concretamente, um praticante de enfermagem ganhava 202\$50). Ele também ficou sujeito a este regime.

Neste curso de Enfermagem Auxiliar um indivíduo tinha que esperar muito tempo para ser promovido, porque havia três situações: para haver vagas era porque tinha que morrer alguém, ou alguns eram expulsos do quadro de enfermagem ou, ainda, os mais velhos eram promovidos à 2ª classe ou 1ª classe. Depois é que, na bicha, chegava a vez dos alunos com cursos, que eram promovidos ao grau imediato. Assim, levava-se muito tempo na camarata. Ou, outras vezes, as razões eram financeiras, pois não havia verba para suportar novos quadros. Por isso, os "alunos praticantes com curso" demoravam muito na Camarata. O Samora ficou sujeito a esta situação.

Numa dada altura os praticantes fizeram uma reivindicação para um aumento de vencimentos. Foram aumentados aproximadamente para 1.300\$00 por praticante. Samora também aderiu e houve consequências, pois a polícia portuguesa, uma vez conhecedora da situação começou a perseguir os praticantes e até ameaçou de prisão as pessoas que se salientassem nessa reivindicação. Era, digamos assim, a reivindicação de um direito que lhes assistia.

Lemos Macuácuá — Na altura da reivindicação eu não estava, mas sei que foi no tempo do Sr. Administrador Saraiva de Freitas. Eu soube que os alunos foram fechados no anfiteatro e alguns foram detidos. O Sr. Lourenço foi suspeito de ser o cabecilha do grupo.

Albino Maheche — Depois, em finais de 1956, foi promovido a Ajudante de Enfermeiro Auxiliar e colocado na Bela Vista. A partir daí foi destacado para alguns postos, um dos quais o Posto da Inhaca, onde esteve muito tempo.

Josefat Machel — Sim, Samora foi afectado em Matutuíne. Mas o médico lá, quando viu que ele era inteligente, nem o deixou ficar. Transferiu-o para a Inhaca.¹⁹ Ficou três anos na Inhaca sem nenhum médico ir lá. Ele era como médico e enfermeiro ao mesmo tempo. Tudo era ele que fazia.

Lemos Macuácuá — Samora era muito amigo da leitura. Quando esteve na Inhaca leu muitos livros. Não passava sem ler o jornal, especialmente as notícias do estrangeiro. Nessa altura era arriscado. Não podíamos ser apanhados a ler as notícias do estrangeiro, procuravam logo saber qual o interesse que a pessoa tinha nessas notícias. Ele sabia estar com as pessoas, mas seleccionava-as. Falava com todos, mas sobre as questões políticas só falava com determinadas pessoas.

Albino Maheche — No que diz respeito ao seu perfil político, Samora, na sua vida, sempre manifestou tendências nacionalistas. Quando estava na Inhaca entrou em problemas com o Chefe do Posto. Ele não se submetia ao Chefe do Posto, não se subordinava às idéias mesquinhas que ele tinha. Caprichos sem sentido nenhum, só para mostrar que ele era um elemento com certos privilégios, como colono, perante um indivíduo como o Samora, que era um simples enfermeiro. Por isso houve certos desentendimentos entre ele e o Chefe do Posto da Inhaca.

Uma vez houve uma epidemia de desinteria na Inhaca. Se uma pessoa sobrevivesse dois dias já estava salva. Trouxeram até uma enfermeira de Lourenço Marques. O Samora andava de uma casa para a outra a curar as pessoas. Era no tempo quente mesmo. Ele então conversava com toda a gente, troçava. Mas nunca provocou uma luta. Mas quem o provocasse estava em apuros.

Por volta de 1958 ou 1959, Samora pediu transferência novamente para Lourenço Marques, para vir tirar o curso do liceu.

Josefat Machel — Sim, depois de três anos viu-se obrigado a voltar a estudar, até cumprir o quinto ano. Tirou novamente o curso normal. Mas havia segregação racial. Quer dizer: tiravam o curso ao mesmo tempo, o mesmo curso, mas o branco não ficava auxiliar, ficava enfermeiro, enquanto que o preto ficava auxiliar. A diferença era só essa, o curso era o mesmo. Assim, o africano, o preto, tinha que ter o quinto ano para entrar no quadro normal, enquanto que ao branco bastava a quarta classe para ter aquela categoria.

Lemos Macuácu — Samora voltou da Inhaca em 1959 para continuar os estudos. Frequentou então o primeiro ciclo numa escola particular. A partir de 1959 o curso de enfermagem geral começou a abrir o sistema de admissão. Qualquer indivíduo com o primeiro ciclo já podia frequentar o curso de enfermagem geral, enquanto que antes disto qualquer candidato misto ou negro não o podia frequentar. Mesmo que tivesse habilitações havia o obstáculo da raça.

Em 1955 tinha havido a primeira exceção, em que entraram dois indivíduos que eram muito protegidos. Mas só a partir de 1959 é que começaram a aparecer alunos que eram ex-seminaristas, com a 9ª classe, que era então o 5º ano. O Samora, quando regressou, fez o 1º ciclo, a trabalhar, e concorreu ao curso normal ou geral de enfermagem. De dia frequentava este curso e à noite ia às aulas do 2º ciclo dos liceus. Esteve primeiro com o professor Alcântara Guerreiro e depois aqui no colégio Barroso.

Albino Maheche — Samora frequentou o curso do liceu até ao segundo ano, e depois concorreu para o Curso de Enfermagem Geral, como se disse. Este curso era só para europeus, mas dada a situação de pressão que os colonialistas sofriam, então começaram a abrir também as portas aos assimilados, mistos, etc. Estes começaram a ter acesso ao curso devido à pressão política que os portugueses já sofriam a nível do continente africano.

Portanto, Samora candidatou-se a este curso. Foi admitido para o frequentar. Mas, no princípio do curso, Portugal decretou uma lei que dizia que os enfermeiros auxiliares que tivessem a habilitação do segundo ano do liceu, com alguma prática no campo da enfermagem, podiam ser submetidos a um curso intensivo para poderem adquirir a promoção para a categoria de enfermeiro geral, ou normal. Então ele candidatou-se e frequentou o curso intensivo.

Paralelamente ao curso de enfermagem nós frequentávamos o curso dos liceus. De dia estávamos nas aulas de enfermagem a tirar o curso e à noite íamos para as outras aulas. Nas folgas íamos também para as aulas, a tentar tirar o quinto ano. Lembro-me de termos frequentado as explicações do Dr. Pires Moreira, que era um padre. Depois

frequentámos as explicações de um colégio da Malhangalene, que era de uns pastores protestantes da Igreja Metodista, e finalmente, para fazer o quinto ano, a escola "Fernando Pessoa" do Dr. Jaime Rebelo. Foi isto entre os anos 1961 e 1963. Só não me lembro se Samora frequentou a escola dos "Antigos Estudantes de Coimbra". Mas frequentámos muitas escolas particulares.

O quinto ano era importante porque se o conseguíssemos tirar ficávamos com as portas abertas para vários graus de ascensão: para o quadro administrativo, para os quadros técnicos, etc. Com o quinto ano podia-se tirar um curso qualquer, tanto do ramo administrativo como técnico. Além destas promoções directas, havia também a perspectiva de um indivíduo aumentar os seus conhecimentos para qualquer coisa que viesse no futuro. O Samora era um homem que gostava sempre de aumentar os seus conhecimentos.

Nesta altura já ganhávamos 1.800\$00, dos quais tirávamos 500\$00 para pagar a escola. Primeiro, como disse, começámos por ganhar 202\$50, como praticantes de enfermeiro-auxiliar. Depois, quando passámos para ajudantes de enfermeiro-auxiliar passámos para 800\$00. Em terceiro, lugar, antes da situação da altura, tínhamos sido promovidos a enfermeiros de 3ª, com 1.300\$00 mensais.

Lemos Macuácu — Sim, como aluno do curso auxiliar o salário fora de 202\$50. No curso geral o vencimento era de 1.150\$00. O Samora era aluno externo e além do vencimento tinha um subsídio de alimentação. Como aluno externo ganhava 2.200\$00.

Albino Maheche — Nesta altura Samora trabalhou nas enfermarias de cirurgia, medicina, doenças infecto-contagiosas e, finalmente, no Instituto de Investigação Médica de Moçambique. Ali trabalhou com médicos-professores portugueses que faziam investigação de medicina tropical. Ele colaborou muito com eles, trabalhavam juntos. Sobretudo na 13ª enfermaria, que era o centro de investigação da malária e outras doenças tropicais.

Lemos Macuácu — Quando regressou da Inhaca, Samora

esteve muito tempo na 16ª enfermaria. Depois concorreu para esse curso do Instituto de Investigação Médica. Foi o único candidato habilitado. A vaga tinha sido criada exclusivamente para colocar um indivíduo praticamente analfabeto, que tinha a 3ª classe, enquanto que o Samora já tinha a frequência da secção de letras do segundo ciclo dos liceus. Samora tinha conhecimento da matéria, que estava muito relacionada com a enfermagem. Sabia distinguir os caracóis... Mas como o outro era protegido do monitor, fez-se a prova e o júri corrigiu-a para proteger o outro. Mas o director propositadamente anulou-a e obrigou a que se fizesse recurso. Ele entrou.

Albino Maheche — Entretanto, na camarata cada qual tinha a sua corrente, havia grupinhos. O Francisco Langa era conhecido por *Chou-en-Lai*, os outros eram da linha *Mao-tsé-Tung*; o Likela era conhecido por *Gamal Abdel Nasser*; outro era o *Pierre Mendès-France*; o Samora era conhecido como *Jack Dempsey*, o homem do soco; eu próprio, que vos estou a falar, tinha o pseudónimo de *Bulganine*.

Lemos Macuácuá — Durante este tempo eu tive contacto diário com o Samora. Notava já transformações nele, em relação ao tempo anterior. Quando veio da Inhaca e frequentou o 1º ciclo era já uma pessoa diferente. Tinha grande capacidade de memória e de assimilação, como todos verificaram mais tarde: uma grande capacidade de registar tudo. Era também muito sociável. Na 16ª o encarregado da enfermaria tinha uma certa admiração por ele. Mesmo que o encontrasse a ler o jornal não dizia nada, enquanto que com as outras pessoas reclamava. Com ele não. O Samora também dizia: "Não admito que um analfabeto mande em mim, nunca vi um burro montar o cavalo. Eu sei o que faço, não sou um autómato".

Josefat Machel — Às vezes, no hospital, batiam nos enfermeiros. Mas ele nunca aceitou. Uma vez houve um caso com o dr. Paes de Sousa, especialista de ossos. Ele quis bater no Samora mas este agarrou-lhe os braços. O médico parou e recuou. Começou a ver que aquele homem não queria abusos. Agarrou mesmo a mão e olhou cara a cara. O outro

olhou, largou e recuou. Mas em geral gostavam dele porque trabalhava, conhecia.

Lemos Macuácu — Havia muitos médicos que simpatizavam com ele. Embora não fosse encarregado da enfermaria, todos os médicos gostavam de trabalhar com ele, porque sabia o que fazia. Além disso gostava dos doentes. Era sociável em todos os aspectos. Por isto tudo ele foi seleccionado para trabalhar na enfermaria do Instituto de Investigação Médica, por ser o melhor e o mais qualificado. Houve até um médico que prometeu ajudá-lo relativamente aos filhos, metê-los na creche, etc. Era o Dr. Lomba Viana. Em resumo, tinha um comportamento excepcional.

Albino Maheche — Nesta altura o Samora era sempre um homem revoltado, com um espírito nacionalista. Acompanhava sempre o panorama da política internacional e não se poupava de dizer abertamente que "isto é errado". Dizia o que tinha a dizer. Lembro-me que muitas vezes, nas aulas, ele se levantava e provocava as pessoas a pronunciarem-se sobre os dirigentes portugueses, incluindo o próprio Salazar. Tinha um feitio revoltado e nacionalista. Na camarata, para além do boxe, gostava muito de política. Não era introvertido, era um homem que falava com toda a gente. Era um homem muito dado. Aquele aspecto trocista dele sempre o teve, desde pequeno. Troçava com todos. Era muito espevitado, nada introvertido. O aspecto que veio a mostrar depois já mostrava antes.

Lembro-me que nas horas vagas discutíamos política. Havia, portanto, várias correntes que analisavam a política da altura. Ainda não tínhamos um núcleo a que estivéssemos ligados, mas tínhamos esta necessidade de acompanhar a política mundial. Os portugueses não gostavam disto. Apercebiam-se que a camarata era um foco de qualquer coisa.

Lemos Macuácu — Em 1961 e 1962 existiam já em Lourenço Marques uma série de nacionalistas. Quem tinha influência não era uma organização mas um amigo, antigo preso político no Malawi, que era o Artur Fernandes. Esse é que falava muito com o Samora e com aquele ele foi criando

maturidade. O José Craveirinha exercia influência mas através das crónicas e da poesia que escrevia no jornal e que o Samora admirava. Não creio que tivesse havido contactos directos entre eles. O Craveirinha só se manifestou com força mais tarde, já depois da saída do Samora.

Albino Maheche — Quando o Samora era aluno da enfermagem geral a situação piorou muito. Em dada altura, em Março de 1961, aquando da vinda do Dr. Eduardo Mondlane a Moçambique, nós, entusiasmados com a presença dele, começámos a frequentar a Missão Suíça, no Khovo. Íamos cumprimentar o Dr. Mondlane, conversávamos com ele. Lembro-me que a certa altura fomos lá dar-lhe algumas informações e ele levou os nossos nomes para uma lista, por ele organizada, de moçambicanos que iriam receber bolsas de estudo no estrangeiro. Mas a PIDE vigiava-nos. Tinha destacado uma brigada para aquela zona, logo que o Dr. Mondlane chegou a Moçambique. Esta brigada acompanhava os nossos passos.

Lemos Macuácuca — Sabia-se que o hospital estava minado de PIDEs. A pessoa, quando vinha para o serviço, não sabia se ia regressar ou não. Todo o cuidado era pouco. Mesmo assim as notícias dos movimentos de libertação despertavam em nós grande interesse. Mesmo antes de contactar os Mondlane o Samora já tinha estas manifestações. Eles só o encorajaram, deram motivação para ele continuar os estudos no exterior. Nessa fase ainda não tinha sido criada a Frelimo e saía-se do país só para estudar.

Nesse ano de 1961 assistimos também ao julgamento dos 13 presos políticos: Virgílio de Lemos, Amaral Matos, Calane da Silva, etc. Começaram então as perseguições da PIDE-DGS. O Samora foi chamado e passou uma noite a ser interrogado pelo Comandante Segurado, que era marido de uma enfermeira. Passou a ser controlado passo a passo, fora e dentro do hospital. A toda a hora. Muitas vezes ele saía para almoçar (ele sofria de uma gastrite e fazia uma dieta especial) e a PIDE ia atrás dele. Nessa altura já dizia: "Não posso continuar com esta vida". Às vezes ficávamos a almoçar num cubículo da enfermaria, ele, o Sr. Hungwana e eu. Ele

brincava: "Qualquer dia vou-me embora, vou para fora estudar e quando regressar vocês escrevem um bilheteinho a pedir" "Favor dar emprego ao rapaz".

Albino Maleche — Em Março de 1961 espalhámos panfletos para todo o país, assim que o Dr. Mondlane saiu de Moçambique. Nesses panfletos estava escrito que havia partidos nas áreas de Nampula, Cabo Delgado e Niassa. Lembro-me que um dos partidos referidos no panfleto era o "Mukhando". Mas isto era uma forma de agitação política. Praticamente não havia nenhum partido, era só agitação política para que, quando o Dr. Mondlane chegasse às Nações Unidas fosse acompanhado pela notícia de um levantamento da população a reclamar alguma coisa. Assim, o Dr. Mondlane podia vir a ter grande apoio das Nações Unidas quando levantasse o problema. Pois, sim senhor! Em Moçambique há pensamento político, as pessoas, as populações, estão lá a reclamar certos direitos, eles pensam em proclamar a independência do país, etc. Portanto, para haver apoio a uma acção que ele desencadeasse lá nas Nações Unidas cá em Moçambique devia haver agitação política.

Quando o Dr. Mondlane saiu, via Rodésia, logo após a divulgação dos panfletos, o Sr. Amaral Matos, que estava na estação de radio-telegrafia, emitiu um telegrama para as Nações Unidas, a avisar das prisões que se sucediam cá em Moçambique. Infelizmente isto foi detectado pela PIDE e o Sr. Amaral Matos entrou na cadeia. Ele era um radio-telegrafista da Rádio Naval Portuguesa. Tínhamos tudo organizado para o Dr. Eduardo Mondlane ficar em contacto com Moçambique através deste sistema todo: panfletos e mensagens radio-difundidas. Mas infelizmente eles detectaram isso.

Muitos desses panfletos foram cair nas mãos de alguns enfermeiros, pessoas que já eram perseguidas, que já constavam nos dossiers da PIDE. Então houve pretexto para prender alguns enfermeiros. Quando fomos presos, procuraram saber de mim quais as ligações que tinha com o Samora; e quais as ligações que tínhamos com o Dr. Eduardo Mondlane, que tipo de informações lhe havíamos fornecido. Aí fomos firmes a dizer que não. Não tivémos contacto com o Dr. Mondlane nem fornecemos informações! Queriam saber

que ligações é que Samora tinha com Mondlane, o que é que Samora andava a dizer ao Mondlane, se pediu bolsa de estudo. Recusámos redondamente. Pessoalmente a mim, que sabiam que estava ligado ao Samora, apertaram-me muito. Mas eu disse que não, que não, que não até sair. Ele também estava cá fora a receber certa pressão. À medida em que estavam a fazer-me o interrogatório lá dentro também o chamavam constantemente para a Vila Algarve, sede da PIDE, para prestar declarações. Que contactos tinha tido com Mondlane, que informações passara, etc. Não se apurou nada porque nós não vacilámos, não confessámos nada que nos compromettesse. Isto era já um trabalho clandestino, o princípio dos trabalhos clandestinos em Moçambique, em 1961. Quando saí da cadeia montaram então uma equipa de espionagem para nos acompanhar os passos todos.

Samora frequentou portanto o curso intensivo, fez a prova escrita e passou. Então veio a prova oral e aí é que houve barreiras, porque ele era uma pessoa que vinha a ser perseguida pela polícia política portuguesa. Estava naquela que se costuma chamar a "lista negra". Reprovaram alguns alunos que estavam nesta situação e, entre eles, o próprio Samora, atingido por estas represálias.

Josefat Machel — No hospital começaram as prisões entre os enfermeiros. Chegou uma altura em que todas as semanas era preso um enfermeiro. Mesmo quem lesse o jornal em público era "caçado". Foi uma altura em que o meu pai foi chamado à PIDE por duas vezes.

A perseguição era demais e, por isso, a saída tinha que ser feita o mais depressa possível. Não podíamos sair todos ao mesmo tempo e no mesmo dia. Iríamos presos e isso era uma desgraça. Tínhamos combinado que se um ficasse preso não havia que o ir visitar, era só avançar.

Albino Maheche — O Samora ficou muito aborrecido com a situação, além de que estava traumatizado com as perseguições da PIDE. Lembro-me que numa altura em que andávamos pelo Xipamanine a comprar blocos para as nossas casas ele me convidou para sairmos juntos do país. Eu, como estava psicologicamente traumatizado, não liguei muita

importância. Foi nesta altura que ele começou a preparar o caminho da fuga. Começou a contactar certas pessoas que lhe podiam facilitar a saída de Moçambique para o exterior. Uns padres que eram muito amigos dele apoiaram bastante a preparação dessa saída. Eram padres anglicanos africanos. Um era o padre Moisés, natural de Gaza. O outro era o padre Muhlangula, natural de Matutuíne, Bela-Vista.

Lemos Macuácu — Sim, o Samora dizia: "Vou-me embora desta vida. Aqui não posso mais. Não posso". Pessoas amigas como o Artur Fernandes, da Zambézia, que tinha sido preso político e estava a ser controlado, começaram a ajudá-lo. Ele foi-se preparando. Outro que lhe mostrou o caminho foi o tal padre Moisés (que neste momento é um desgraçado). Eu dizia ao Samora: "Mas tú tens filhos, como é que vai ser?" Ele dizia: "Eles não morrem, hei-de voltar a encontrá-los". Mas eu continuava com receio.

Nessa altura o Samora foi transferido para a reanimação. Passadas três semanas pediu para entrar de férias, que as ia gozar em Chilembene. Dizia-me: "Compadre, eu não volto mais". Preparou-me a mim para tomar conta dos velhos e dos filhos. Nós somos "bi-compadres". Eu sou padrinho dos seus filhos e ele é dos meus. Eu dizia: "mas eu também quero ir". E ele: "Você ainda não está organizado. Fique a organizar-se". Dito e feito. Preparámos a viagem e ele apresentou-me aos filhos e à família, e seguiu para Chilembene. Não posso precisar a data.

Albino Maheche — Em 4 de Março de 1963 o Samora despediu-se e saiu para o estrangeiro, via Matutuíne.

Lemos Macuácu — Avançou com o Matias Mboa e com o Guilherme Pessoa.

Josefat Machel — Nós tivémos sorte. Samora ficou preso no Zitundo, a caminho da Ponta do Ouro. Mas como conhecia o intérprete, mentiu: "Estou de férias aqui, e venho comprar gado porque sei que aqui o gado é barato..." Não dormiu e naquela noite atravessaram a fronteira. Do Zitundo até à fronteira eram cerca de 30 km a pé. Era ele e outro.

Avançaram toda a noite e atravessaram a fronteira para a África do Sul, entraram na Swazilândia, em Ingwavuma e, depois, Golela. Ficaram três dias em Golela. Depois Manzini e Mbabane. Em Mbabane ficaram alguns dias antes de avançar para o Botswana. Para atravessar a África do Sul era necessário terem documentos da Swazilândia.

Albino Maheche — Foi muito difícil a saída deles, pois os swazis na altura não compreendiam a nossa luta, o nosso trabalho. Muitos outros países por aí fora não compreendiam. O objectivo era atingirem a Zâmbia ou Dar-es-Salaam primeiro, para depois fazer o resto. Mas muitos países aqui ao nível da África Austral não compreendiam a nossa luta. Nomeadamente a Swazilândia e o Botswana. Claro, eles tinham a sua maneira de ver. Sentiam muitas dificuldades, eram protectorados, eram colónias. Alguns líderes desses países fizeram alguma coisa, mas os seus próprios governos eram governos coloniais.

Josefat Machel — Depois, em Mafeking, que fica a 5 km da fronteira com a Bechuanaland, era preciso mostrar documentos swazi ou da Zâmbia, que nessa altura era Northern Rhodesia. Tinham que ter esses documentos e, por isso, foi necessário procurar um agente político na Swazilândia. Era só desta maneira. Sem este documento não se passava, ia-se para a prisão. Entraram na África do Sul, ele e o Matias Zefania Mboa, e passaram pouco tempo em Park Station, a estação central de Johannesburg. Eu também cheguei lá de manhã. Tínhamos muito medo. A preocupação era chegar o mais depressa possível ao limite, para poder passar. Na África do Sul ninguém gostava de parar. Eles os dois chegaram a Mafeking e entraram no Botswana.

Quando estavam no Botswana, Samora enviou uma carta para mim, em código: "São onze horas e eu espero apanhar hoje mesmo o avião em direcção ao norte da Europa, à Suécia". Fiquei a saber que iria para um país livre. Como as cartas eram lidas, souberam. Segredei a outras pessoas. Três ou quatro dias depois fui chamado.

Lemos Macuácu — Devido ao grande controle da PIDE as pessoas até tinham medo da sua própria sombra. Quando passaram as duas semanas de férias e o Samora não regressou, a PIDE começou a suspeitar. Um agente apareceu. Chamaram-me lá e fizeram uma série de perguntas: "Onde está o Samora? Conhece a casa dele?" Achavam que eu devia saber tudo porque andávamos sempre juntos. Durante todo o ano de 1962 eu não ouvi falar mais dele. Depois ele escreveu-me. Depois vi o Matias Mboa com um fato do Samora e fiquei muito preocupado, pensando que ele pudesse ter sido assassinado. Mas à noite o Matias entregou-me uma carta do Samora. Foi um alívio. Na carta ele queria saber notícias dos que tinham ficado. Eu tive receio porque duvidava do Matias. Muito mais tarde, já depois da independência, da primeira vez que ele, já Presidente, veio ao hospital reconheceu-me logo. Depois disso convidou-me a ir à presidência. Pude apreciar a sua capacidade de reter todos na memória, e a sua grande inteligência. Era um homem que procurava estar sempre ligado àqueles que lhe podiam dar a visão real da vida do povo. Um homem actual que vivia os problemas de África.

Paulo Machel — Depois da saída do Samora houve muito sofrimento. O pai dele até dormiu muitas vezes no mato por causa do *Mahonga*,²⁰ que administrava o Guijá. Foi esse que nos tirou dali. Havia árvores de *mapfilwa* e tiraram-nos todas as árvores. Diziam: "Queremos ver quando é que o Samora chega aqui!"

Alguns africanos diziam para o Mandhande: "Tú és pai de um bandido (*xighevenga*)!" Os portugueses diziam: "Samora Moisés Machel, onde está ele?" *Mahonga* era chefe da PIDE. Eles até vieram fazer uma busca à casa. As caixas, abriram todas. Se alguém nos vinha visitar mandavam a polícia para fazer revista. Olhavam especialmente para os mais novos, como o Orlando, e sobretudo para quem viesse de carro. O chefe de posto também controlava.

Filimone Menchane — Mesmo quando eu ou o Paulo chegávamos a casa do Mandhande era a mesma coisa. Não queriam que ninguém lá fosse. Queriam saber se o Samora escrevia cartas através das visitas. O sofrimento era grande.

O Mandhande chegou mesmo a dizer: "Podem levar-me e matar-me. Eu não sei onde está o meu filho. O meu filho está convosco".

Então nós visitávamos o pai para rezar em conjunto. Falávamos de David. David venceu porque confiou em Deus. Se não tivesse confiado em Deus não teria saído vitorioso.

Alberto Ndeve — A Igreja Protestante era uma forma de resistência porque a Igreja Católica estava aliada ao regime colonial. A Igreja Católica era dirigida pelo governo. O padre era dirigido pelo governo. Por isso, quando a água começou a ferver ali, quando viram que a guerra tinha começado, também eles rezavam aqui. Vi isso com os meus próprios olhos. Iam à igreja rezar para ficarem vitoriosos. Era a Igreja Católica.

A Igreja Protestante apoiou a Frelimo. Foi o catequista (*muwengel*) Novela, da Missão Suíça, que ainda está em Hlalukwane, que me contou. Ele contou-me que quando a Frelimo estava a aumentar a pressão ele veio a uma reunião da igreja e disse: "A Frelimo há-de vencer!" Disse isso. Eu sou católico, não sou protestante. Mas os protestantes apoiaram a Frelimo.

Paulo Machel — A Igreja Protestante rezava para Deus apoiar o filho de Moisés Machel. Rezávamos pelos soldados do mato.

Samora Mukhavele — Também se rezava por Samora. No tempo em que foram presos Josefata e os outros trabalhou-se muito aqui. Temíamos que a Frelimo perdesse a guerra. Na igreja não falávamos abertamente porque tínhamos medo dos informadores da PIDE. Se se falasse íamos presos.

Ana Mbazima — As mulheres iam de casa em casa, todas as semanas a uma casa diferente. Eram reuniões de mulheres para rezar. Rezavam pelos filhos que estavam a sofrer. Diziam: "Estamos a rezar pelos filhos que estão a sofrer, que estão na 'luta do boxe'." Isto aconteceu! Rezava-se todas as quartas, sextas e sábados. Na sexta-feira até nem comíamos até às três da tarde. Só se bebia água. Isto aconteceu!

Filimone Menchane — Só que não se podia fazer tudo isto abertamente, senão éramos presos.

Alberto Ndeve — O administrador e a PIDE trabalhavam em conjunto. Concordavam que *bava* Machel tinha que ser levado pela polícia e tirado da sua casa. Machel não sabia desta decisão. Alguns polícias sabiam. Um dos polícias, Ntsanwani, soube disso e disse-lho em segredo. Ntsanwani ainda vive, está em Kahokwe, a alguns quilómetros da Madragoa. Ntsanwani esperou que fosse noite e disse a *bava* Machel: "Há um problema. Amanhã querem levar-te. A PIDE há-de vir levar-te". E assim ele ficou avisado e pôde preparar-se. De manhã tomou banho, falou com as mulheres e parentes da casa.

A PIDE não sabia que ele já sabia. Então preparou-se. Tinha até uma galinha para o caminho. Quando tudo estava preparado saiu para fora. Sentou-se cá fora e viu chegar o carro da PIDE, que parou directamente na administração. Viu-os falar e ir em direcção à casa. Ele estava pronto e preparado, com gravata e capote por cima do braço. Eles pararam na estrada e falaram muito tempo. Depois entraram outra vez no carro e foram-se embora. Era o fim desta história. Foi uma das coisas que aconteceram.

Tokiso Machel — Quando chegaram nós estávamos sentados. Como era seu irmão, perguntei: "Vais-te embora?" Ele disse: "Sim, mas não vou dizer mais nada. Samora é meu filho. Não quero dizer nada!" Eu vi com os meus próprios olhos. Depois vieram as lágrimas e nós dissémos: "Não chorem!" As mulheres choravam. Depois a PIDE foi-se embora e nós ficámos aqui, esperando. "Há-de voltar ou não há-de voltar?"

Alberto Ndeve — Ouvimos depois as notícias acerca da guerra. Soubémos o que se passou. Ouvíamos rádio, a Rádio Tanzania. A população em geral apoiou a guerra da Frelimo. Falava-se dos rapazes, diziam que estavam a lutar a soco — *swibakela*. Os colonialistas não sabiam o significado desta palavra.

NOTAS

¹Propõe-se esta data porque ele pertenceu ao *buthu* (regimento, classe de idade) Maqanqula, um (que não dos últimos) formado no tempo de Soxangane. O facto de ele ter participado em guerras e missões entre 1889-93, provavelmente em lugares de chefia, leva-nos a não indicar a data de nascimento antes de 1830.

²Provavelmente em 1919.

³Segundo declarações de Samora Mukhavele (um homem de cerca de 80 anos de idade, presente na entrevista de 26 de Agosto de 1983 e parente da família), foi ele quem esteve na origem do nome de Samora dado à nova criança. Ele prestara serviço no exército colonial em Tete, onde havia um oficial português chamado Samora, de quem gostava. Recebera assim o mesmo nome como alcunha. Quando regressou, deu o nome a uma criança que morreu. Voltou a dá-lo a Samora Moisés.

⁴Segundo as normas da administração colonial, deverá existir um processo sobre este assunto. Quando regressam, juntam-se à Free Methodist Mission de Nhamachafu, Inharrime, para terem apoio contra a Igreja Católica. Em frente à casa de Abel, ao pé da escola, existe uma mafurreira com um baloiço mencionado por Samora Machel na entrevista. Informação prestada em 26 de Agosto de 1983 por Aurélio Chambale, filho de Abel e administrador do Chokwe.

⁵Nyambavale é uma lagoa perto de Chidenguele, mas não a de Bahule.

⁶O irmão mais novo de Maghivelani, Makhavanyane, pertenceu ao *butho* Mamboza e ainda tomou parte na guerra de 1897, sob as ordens de Maguigwana.

⁷Numa outra versão referem-se 12 charruas.

⁸Não menciona quando foi baptizado nem quando aprendeu a ler e escrever. Quanto ao número de hectares, Josefata Machel referiu "30 e tal" e "38-39".

⁹Para uma lista dos regulados ver "Circunscrições de Lourenço Marques. Resposta aos quesitos feitos pelo Secretário dos Negócios Indígenas Francisco Ferrão", Lourenço Marques, 1909, pp.168-9.

¹⁰Para uma lista das escolas, ver A.Sousa Ribeiro, *Anuário de Moçambique*, Lourenço Marques, 1940, pp.295-6.

¹¹Segundo Josefate, a mapira foi abandonada quando, depois de 1939, o cultivo do algodão exigiu muito trabalho.

¹²Por exemplo, gastos com *tsima*, fazendo bebidas e convidando pessoas para trabalhar.

¹³Não há referência às "feiras de cereais", talvez estabelecidas apenas nos anos quarenta. São mencionadas na entrevista que Samora Machel concedeu a John Saul.

¹⁴Deve referir-se à escola rudimentar.

¹⁵Noutra entrevista refere-se que os alunos trabalhavam 3 dias por semana.

¹⁶São cerca de 40 km a partir de Chilembene.

¹⁷Aqui há um salto, e Mandhandhe omite que o filho voltou a frequentar a escola rudimentar local e lá fez a terceira classe rudimentar.

¹⁸A narração omite a tentativa de Samora para ir para uma escola secundária e a recusa de ser padre.

¹⁹Noutra versão, Josefate Machel diz que o médico de Matutuine era bom. Que Samora, pouco depois de ter chegado à Bela Vista regressou a Maputo e dali para a Inhaca.

²⁰Este personagem não foi identificado.

CINCO RELATÓRIOS DE INSPECÇÃO AO ANTIGO CONCELHO DE GAZA

1

Inspector Administrativo Dr. Francisco de Melo e Costa, Relatório e Documentos Referentes à Inspeção Ordinária à Junta Local e Concelho de Gaza e às Circunscrições de Chibuto e Muchopes, 1941", (extracto), Colónia de Moçambique, Província do Sul do Save, Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas. In Arquivo Histórico de Moçambique, *Fundo da Inspeção dos Serviços Administrativos [e dos Negócios Indígenas]*, Caixa 21.

(...) III

Política Indígena

Para informar sobre a acção de tutela e protecção que era dispensada às populações indígenas pelas autoridades administrativas, indagando do modo como eram tratados, para conhecer das suas queixas e aspirações, a fim de as transmitir superiormente, fiz reunir no Concelho e circunscrições inspeccionadas as autoridades gentílicas, reuniões a que assistiu sempre o respectivo administrador.

Recebido com os "bayetes" do costume, começou o intérprete por lhes explicar a minha situação oficial e a principal razão da minha presença naquela banja.

De uma forma rápida e clara fiz-lhes ver a sua situação — se Sua Excelência o Chefe do Estado era a suprema autoridade em Portugal e Império Colonial, Sua Excelência o Governador Geral na Colónia, o Exmo. Governador na Província e o Administrador na Circunscrição, eles eram nas suas terras os representantes daquelas autoridades que usando um uniforme, que tinham solicitado, deviam fazer-se respeitar das suas populações às quais deviam transmitir as recomendações que ali lhes fazia o Inspector.

Em seguida foi-lhes explicado quais as suas principais obrigações e muito especialmente que lhes cumpria:

- a) obedecer prontamente às autoridades administrativas, exigindo também obediência aos indígenas das suas terras;
- b) manter a ordem e a disciplina nas suas terras onde o máximo respeito lhes era devido;
- c) transmitir ao administrador todas as queixas e pedidos das suas populações, comunicando-lhes os óbitos, nascimentos e casamentos que se derem, para serem devidamente registados;
- d) participar todas as ocorrências que se dêem nas suas áreas, muito especialmente qualquer crime, doença suspeita, quer nas pessoas, quer nos gados e ainda a abertura de estabelecimentos comerciais, vendedores ambulantes e demarcações de terrenos;
- e) comunicar a passagem ou estabelecimento de qualquer indivíduo não indígena, prendendo e trazendo à presença do administrador qualquer indígena, estranho às terras, que não esteja devidamente documentado, fazendo-lhes ver que a presença desses indígenas era sempre suspeita;
- f) estreitar ao máximo as suas relações com as autoridades administrativas, mantendo um íntimo contacto com estas, pois só assim as autoridades poderão ter uma noção mais exacta da forma como vivem, das suas necessidades e do auxílio mais eficiente a prestar-lhes;
- g) denunciar o fabrico de bebidas alcoólicas pois o indígena embriagando-se prejudica a saúde e gasta mal o dinheiro que ganha e perdendo a cabeça falta mais facilmente ao respeito devido aos chefes, fazendo desordens, razão porque depois aparece no calabouço, também sofrendo com o abuso das bebidas alcoólicas os seus descendentes, nascendo com taras que não lhes permitem trabalhos árduos, não podendo ganhar a vida;
- h) obrigar as populações indígenas a trabalhar, o trabalho traz a felicidade, escolhendo o género de trabalho que entendam; para trabalhar têm as minas na União, os agricultores da região e vizinhanças, podendo também trabalhar nas suas machambas, semeando primeiro que tudo produtos para a sua alimentação — milho e mandioca, e depois produtos que possam vender — algodão, amendoim e arroz — géneros com preços remuneradores nos mercados, assegurada pelo Governo a sua compra; foi-lhes aconselhada a cultura do milho nas várzeas e da mandioca nas terras altas, fazendo-lhes ver que este último produto, o mais resistente à falta das chuvas, tão irregulares nestas regiões, deverá ser preferido para evitar que sentissem a fome de que agora tanto se queixam, nunca devendo aproveitar a mandioca para destilar; que deveriam ouvir os empregados do Governo que nas terras faziam a propaganda do algodão e do arroz, mas semeando esses produtos nas terras próprias para a sua cultura;
- i) dar conhecimento ao administrador quando os patrões não paguem os salários devidos aos indígenas;
- j) não permitir nas terras bruxarias; os feiticeiros não trabalham e vivem explorando os indígenas, não tendo poder algum nem ciência

para resolver qualquer problema que lhes apareça;

k) obrigar os indígenas ao pagamento do seu imposto, explicando-lhes a aplicação deste — enfermarias regionais, serviços veterinários, feiras de gado, tribunais, missões portuguesas e escolas — e que também os brancos pagam impostos muito superiores aos que eles pagam; foi-lhes explicado que carecem de ter o imposto em dia, pois não o pagando na altura própria desorganizam a sua vida, fugindo e abandonando a família sem auxílio nem recursos;

l) mostrar aos indígenas que o Governo manda prestar gratuitamente assistência médica, não devendo ter relutância em recorrerem aos médicos e enfermeiros do Estado, abandonando os curandeiros e feiticeiros, nunca esquecendo que o médico cura e nada recebe, e o curandeiro não cura, mas nunca deixa de receber; as mulheres devem recomendar, seguir os conselhos das parteiras oficiais, recorrendo aos seus conhecimentos,

m) esclarecer os indígenas das suas obrigações quando contratados é que não devem abandonar os seus salários na Administração; muitas vezes acontece que não recebem os salários devidos porque não têm o cuidado de ir à Administração perguntar por eles, ficando depois com uma impressão errada das autoridades e sem vontade de voltar a trabalhar.

Ainda foi recomendado aos regedores que fizessem ver aos indígenas as vantagens da caderneta de identificação e do trabalho, que era "a sua cabeça" e por último que aos cipais em serviço nas terras não era permitido fazer malandrices, roubar galinhas, ovos, cabritos e as mulheres dos indígenas das suas terras quer ausentes, quer presentes, devendo informar o administrador sempre que estas autoridades procedessem de forma pouco digna, para que o administrador os castigasse pelos abusos que tivessem cometido.

Em Vila de João Belo quase todos os regedores se manifestaram pesarosos com a notícia da próxima saída do administrador; um alvitrava que tendo que sair, devia deixar escrito um papel informando o sucessor como os tratava para que este seguisse essas indicações.

O encarregado das terras de Chiname solicitou que os indígenas, regressando das minas, continuassem a dar aos regedores, como gratificação, uma libra, mas foi logo informado pelo Inspector que não podia ser imposta tal obrigação ao indígena, pois era contrária à lei.

No Chibuto os regedores, queixando-se da prolongada falta de chuvas, informaram haver muita fome nas terras, solicitando o auxílio do Governo para acudir a esta miséria, queixando-se da forma como eram explorados pelos comerciantes na venda de géneros e enganando-os na troca dos produtos.

Foram informados que o Governo da Província tendo conhecimento do que se passava, já tinha enviado milho para ser distribuído pelos mais necessitados e que também já ordenara que fosse

distribuído milho e arroz para semente.

Sobre os comerciantes foram informados de que tendo dúvidas, podiam fazer pesar os seus produtos na administração antes de os levarem às lojas, evitando assim que os enganassem e ainda que a lei não permitia que fossem espoliados fosse por quem fosse, e que deviam dar conhecimento ao administrador do que se passasse, indicando-lhe factos concretos e as testemunhas que tivessem presenciado estes, para que a autoridade pudesse actuar.

O regedor Thatlene apresentou então a queixa que consta do auto de notícia que foi lavrado, finda a banja, e que transcrevo:

"Aos quinze dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos e quarenta e um, nesta Secretaria da Administração da Circunscrição do Chibuto, estando presente o Excelentíssimo Senhor Inspector Administrativo em serviço na Província do Sul do Save, Doutor Francisco de Melo Costa, comigo Manuel Arnaldo Ribeiro secretário da Circunscrição do Chibuto, servindo de escrivão neste auto, e com o intérprete oficial Sebastião Matias Matsinhe, que também serve de oficial de diligências, compareceu o regedor da regedoria Thatlene, que por intermédio do citado intérprete declarou o seguinte: Chamar-se Manhungane Macamo, de quarenta anos de idade provável, casado cafrealmente, regedor da regedoria de Thatlene, aonde reside e é natural, área desta Circunscrição do Chibuto. Que na quarta-feira, dia doze do corrente, pelas doze horas, fôra ao estabelecimento comercial da firma Eduardo Dias Capela Limitada, na povoação comercial de Mohambe, desta Circunscrição, com a importância de cem escudos para comprar um saco de milho, tendo pedido ao empregado da firma, europeu Guilherme Capela, para lhe vender o milho pela medida indicada no edital do Governo; que o referido empregado lhe respondera que não podia vender por aquelas medidas, mas sim pelas medidas do costume, que é uma lata que tinha servido a bolacha, e que custava cada lata dessas de milho quinze escudos; que em virtude do preço ser elevado e fora da tabela, comprou apenas dois litros e meio de farinha de milho que lhe custou cinco escudos para dar às mulheres que o acompanhavam. Mais declarou que o comerciante Capela costuma por no balcão as medidas indicadas pelo Governo quando ali passa o Senhor Administrador mas esconde-as assim que este volta costas. Ainda mais declarou que não apresentou a queixa na quarta-feira para a apresentar na ocasião da banja para a qual tinha sido convocado e que se realizou hoje, tendo então falado no caso ao Excelentíssimo Senhor Inspector. Apresenta como testemunhas dos factos: indígenas Maguiguane Mucavele e Muchiqueia Suto, ambos maiores e chefes de povoação do regedor Vuiaze, aonde residem, área desta Circunscrição. E mais não disse".

Nas banjas realizadas em Manjacaze e Chidenguele, Circunscrição Civil dos Muchopes, igualmente os regedores que desejaram ser ouvidos se queixaram da fome nas suas terras e dos

comerciantes que os enganavam nas medidas em uso.

Logo foram informados das providências que tinham sido tomadas e de como haviam de proceder quanto aos comerciantes.

O régulo Macujane pediu para ser aberta uma escola nas suas terras, porque apesar de ser um dos maiores regulados da Circunscrição não tem escola alguma.

* * *

Tem constituído uma grande preocupação para o Inspector a identificação dos indígenas e por todas as formas se tem feito sentir às autoridades administrativas a grande vantagem do exacto cumprimento desta determinação legal, mostrando às autoridades gentílicas os grandes benefícios para os indígenas da sua identificação.

Felizmente a Repartição Central dos Negócios Indígenas propôs a Sua Excelência o Governador Geral da Colónia um novo Regulamento do serviço de identificação indígena que foi aprovado pela Portaria no. 9.354, de 9 de Agosto do corrente ano, regulamento que entrou em vigor em 1 de Outubro findo.

O modelo adoptado satisfaz plenamente o prazo da sua validade, com acerto, foi elevado para 5 anos.

Falta, porém, que seja fornecida com a caderneta uma lata onde os indígenas a possam guardar, evitando a sua deterioração.

Esta deficiência certamente será reparada logo que as circunstâncias internacionais permitam a aquisição deste invólucro.

O Regulamento obriga à identificação não só os indígenas válidos mas também os isentos e inválidos, sendo a estes fornecida gratuitamente.

No Concelho de Gaza o administrador, sem a mais ligeira pressão, conseguiu que os indígenas espontaneamente se apresentem com duas fotografias — uma para ser aposta na caderneta do indígena interessado e outra na folha do seu registo.

Os mapas que seguem mostram-nos como tem corrido a identificação nos organismos inspeccionados:

Concelho de Gaza

Anos	Palhotas Tributadas	Cadernetas Emitidas
1938	20.648	5.200
1939	21.680	5.050
1940	22.373	5.350
1941	22.853	4.194 (a)

(a) Até 6 de Novembro.

Circunscrição Civil do Chibuto

Anos	Palhotas Tributadas	Cadernetas Emitidas
1938	32.035	8.204
1939	32.982	6.355
1940	33.713	7.516
1941	33.799	4.705 (a)

(a) Cadernetas emitidas até 13 de Novembro.

Circunscrição Civil dos Muchopes

Anos	Palhotas Tributadas	Cadernetas Emitidas
1938	25.730	8.976
1939	28.707	7.400
1940	28.800	7.900
1941	34.930	4.604 (a)

(a) Cadernetas emitidas até 24 de Novembro.

A fraca emissão deste ano explica-se pela razão de ter sido suspenso tal serviço em Julho último, a fim de poderem ser condicionadas todas as cadernetas de identificação ao novo Regulamento, assim que fosse posto em vigor.

Pelos números que acabamos de reproduzir, é evidente que o serviço de identificação dos indígenas não tem corrido mal, mercê das frequentes recomendações aos administradores no sentido de prestarem a sua especial atenção a este serviço, e da prontidão com que têm atendido os indígenas que se lhes apresentam para se identificar.

A identificação dos indígenas deve contribuir bastante para repriminir a emigração clandestina.

Os indígenas desta região são no geral dóceis e acessíveis, gostam de saber ler e escrever mas indolentes por natureza e fortemente influenciados pela hereditariedade, pelo clima e pelo meio ambiente, não têm persistência no estudo e no trabalho.

Tem pronunciadas aptidões para as artes e ofícios mas não procura aprendê-los, principalmente pela prisão a que para isso tem que submeter-se.

Muito observador, copia interessadamente a conduta dos brancos que sujeita a acerbas críticas, copiando o que neles observa, mas quase sempre só o que é mau lhe satisfaz as vaidades e as suas

ruins paixões.

Gosta de viver isolado, constituindo muitas vezes uma só palhota uma povoação; regra geral as povoações constam de duas ou três palhotas.

Prefere o isolamento não só pelo que lhe desagrada o contacto com os malefícios dos vizinhos, mas principalmente devido à forma adoptada para a cobrança que torna o chefe de povoação responsável pela totalidade do imposto devido pelos seus habitantes.

Os aldeamentos têm, indubitavelmente, grandes vantagens, mas haverá que primeiro civilizar o indígena. No estado actual do seu grau de civilização tem ainda desvantagens: 1 — difícil observar a higiene, desenvolvendo-se as epidemias com mais intensidade nos grandes aglomerados; 2 — sendo muito dado à embriaguez mais facilmente surgem conflitos, generalizando-se mais do que vivendo no isolamento.

O indígena considera a embriaguez um estado de felicidade e o vinho que encontre nas cantinas pelo mato é para ele tanto melhor quanto mais álcool tem. Ordinariamente pouco alimentado, embriaga-se com facilidade.

Torna-se absolutamente necessário proibir todas as bebidas, atendendo a que é impossível que ele se mantenha no justo limite.

Há épocas do ano, bem conhecidas das autoridades, em que o movimento dos tribunais aumenta devido à embriaguez dos indígenas. É exactamente nessas épocas que uma maior fiscalização deve ser exercida nas terras, reprimindo o fabrico e venda de bebidas alcoólicas e fermentadas, dando ao alcoolismo combate sem tréguas. Junto dos limites do Chibuto com os Muchopes, durante a inspecção, foram roubados 4 postes de ferro dos telégrafos que depois foram encontrados, já cortados e preparados para servirem de alambiques, na povoação de um régulo que foi logo preso.

Em Vila de João Belo, certo dia, observei que um dos cipais, de farda desabotoada, estava perdido de bêbado, metido no calabouço, no dia seguinte não se recordava de coisa alguma.

Deve portanto ser ordenada uma intensa propaganda contra o alcoolismo, feita pelas autoridades e missionários, dificultando-se a abertura de novos estabelecimentos para a venda de bebidas e na época própria não deixar em descanso as populações indígenas com repetidas buscas, apreendendo tudo que possa servir para destilação e castigando severamente os que detenham esses artigos. Não hesito em preconizar o uso dos castigos corporais para casos destes. Se os indígenas são considerados crianças grandes com necessidade de serem tutelados, devem ser castigados como crianças, mas sempre com justiça e sem violências escusadas.

A população indígena das áreas inspeccionadas e que consta dos recenseamentos efectuados em 1930 e 1940 é a seguinte:

Concelho de Gaza

1930..... 58.576

Varões.... 34.894

1940

Fêmeas.... 39.142

Total..... 74.036

Circunscrição Civil do Chibuto

Varões.... 72.464

1940

Fêmeas.... 87.836

Total..... 160.300

Não encontrei elementos sobre o recenseamento de 1930.

Circunscrição Civil dos Muchopes

1930..... 70.049

Varões.... 50.612

1940

Fêmeas.... 67.679

Total..... 118.291

Emigração para o Rand e Pagamento Diferido

Não cabe neste relatório tratar e muito menos discutir as vantagens ou desvantagens da emigração para as minas do Transvaal, mas parece-me oportuno relatar como este serviço está montado e como funciona na região de Gaza. A entidade recrutadora — W.N.L.A. Lda. — instalou um acampamento a três quilómetros de Vila de João Belo, onde, segundo as necessidades do recrutamento, faz reunir os indígenas da região. Este acampamento, muito bem situado, está sofrendo grandes melhoramentos, tendo já boas instalações para os indígenas, em alvenaria, cobertas a zinco, com o pavimento em cimento, bem arejadas, com boas cozinhas e sanitários, podendo abrigar mais de mil indígenas.

Além da parte destinada aos indígenas, os seus empregados, todos portugueses, à excepção do pagador, por força do convencionado inglês mas falando correntemente o português, têm boas moradias, garagens e um bom escritório para os seus serviços.

Os indígenas são recrutados neste e noutros acampamentos, tendo visitado os de Chibuto e Manjacaze, onde os empregados são também portugueses, como portugueses são os diversos indígenas que os ocupam.

Todos os acampamentos que visitei apresentam aspecto higiénico e de limpeza, produzindo a mais agradável impressão.

Está de tal forma enraizada no espírito dos indígenas a ida para as minas que o pessoal recrutador pouco ou nenhum trabalho tem com o recrutamento do contingente fixado pela direcção para cada região.

A dificuldade está em afastar aqueles que excedem os contingente.

É suficiente tornar conhecido que está aberto o recrutamento para que os indígenas acorram ao acampamento. Depois de inspeccionados, celebram os seus contratos, como no Chibuto, ou seguem para Vila de João Belo com o mesmo fim.

Reunidos os contingentes em Vila de João Belo, munidos da sua caderneta de identificação e depois de inspeccionados pelo médico do Estado a quem a W.N.L.A. paga uma avença, são contratados, seguindo por via marítima para esta cidade, onde tomam o combóio para Ressano Garcia.

O vapor "Limpopo", que semanalmente transporta os indígenas que regressam à Colónia e os que seguem para as minas, não é famoso, desconhecendo se oferece as necessárias condições de segurança.

Em Ressano Garcia os indígenas voltam a ser inspeccionados por um médico privativo da entidade recrutadora.

A W.N.L.A. toma as suas precauções, só permitindo que sigam para o trabalho homens válidos, sem qualquer doença contagiosa. É frequente, nestas sucessivas inspecções, afastar indígenas, por não terem as necessárias condições físicas.

Indígenas de Manjacaze, Chibuto e Vila de João Belo,
Recrutados para o Transvaal

	1939	1940	1941
Chibuto	1.204	4.206	3.971 (a)
Manjacaze	4.610	4.116	3.849
Vila de João Belo	4.020	4.075	4.035

(a) Até 6 de Novembro de 1941.

Findo o contrato e a sua prorrogação, em geral os indígenas prestam serviço nas minas durante dezoito meses, são repatriados até Ressano Garcia; aqui são divididos em três grupos, segundo o local onde têm a receber o pagamento diferido.

Sobre Vila de João Belo são dirigidos os indígenas do Concelho de Gaza e circunscrições civis do Chibuto e Muchopes, seguindo todos, via Lourenço Marques, onde embarcam para aquela Vila.

Geralmente o dia da chegada é o Domingo, recolhendo logo às instalações destinadas a esse fim e de que já nos ocupámos.

Acompanhara os indígenas uma relação dos repatriados, mencionando quanto tinham a receber e o fiscal da Emigração em Ressano Garcia enviara ao administrador do Concelho a lista dos descontos a efectuar.

Estes descontos constam dos débitos ao Estado — direitos aduaneiros e taxas de emigração e dos adiantamentos feitos pela Breynner & Wirth, que são os seguintes:

Alimentação em Lourenço Marques	3\$00
Alojamento em Lourenço Marques	1\$60
Caminhão em L.M. pago ao C. de Ferro	2\$80
Taxa de passageiros em L.Marques	5\$60
Taxa Municipal	5\$00
Alimentação no destino (mínimo)	1\$00
	<hr/>
	19\$00
Despesas gerais e n/remuneração (10%)	2\$40
Passagem marítima	70\$00
	<hr/>
Total dos descontos	91\$40

No dia seguinte à chegada, de manhã, começa o pagamento diferido.

Os indígenas munidos dos seus documentos começam por receber o pagamento, passando depois a pagar as suas dívidas. Um empregado da Breynner & Wirth cobra os adiantamentos feitos por esta firma e um funcionário da Administração os direitos aduaneiros e as taxas de emigração.

Todas estas operações vão sendo escrituradas nos documentos dos indígenas e no final o administrador do Concelho ou o seu delegado verificam se foram bem feitas, entregando o saldo ao repatriado que não sai daquele compartimento sem fazer a sua verificação. Como tudo está documentado e fica devidamente escriturado, findo o pagamento todos os funcionários verificam as suas caixas.

Pareceu-me que tudo corre bem, com muita ordem, atendendo-se a todos os interesse.

Quando aparece qualquer indígena reclamando, suspende-se o pagamento para logo verificar o fundamento da sua reclamação.

Apesar dos pagamentos e dos descontos a fazer, estas operações fazem-se muito rapidamente, despachando-se uma média de 100 indígenas por hora.

Findo o pagamento os indígenas para Manjacaze, Chicomo e estações intermediárias tomam logo o combóio que está já formado, tomando os outros os vários camiões que os levam às suas terras. Os repatriados são demorados em Vila de João Belo apenas o tempo necessário para receberem o que lhes é devido. Combóios e carros seguem ao seu destino regularmente ao meio dia de segunda-feira.

O mapa seguinte mostra as importâncias pagas em 1938, 1939 e 1940 e os descontos, direitos aduaneiros e taxas de emigração cobradas nos mesmos períodos:

Pagamento efectuado	1938	1939	1940
	25.653.481\$84	24.824.463\$54	18.804.372\$16
	Descontos para o pagamento de transportes, alojamento e alimentação durante o percurso, por conta da Breyner & Wirth		
	2.193.487\$56	2.135.816\$62	1.516.551
Direitos aduaneiros cobrados	292.753\$43	256.068\$21	109.179\$76
Taxas de emigração cobradas	1.088.180\$00	877.380\$00	590.940\$00

Estes dados mostram bem claramente a importância que representa para a economia da região e emigração para as minas.

Longos anos lutou o Governo da Colónia para estabelecer o pagamento diferido de metade dos salários durante parte do contrato e do recontrato, o que foi incluído na convenção de 11 de Setembro de 1928.

Na revisão desta convenção, em 17 de Novembro de 1934, voltou a tratar-se do pagamento diferido, tendo os delegados portugueses conseguido um pequeno aumento, ficou regulado no artigo XIII da nova convenção (revisão de 1934), conseguindo-se assim que menos gastassem no Transvaal, trazendo mais economias para a Colónia.

Os indígenas portugueses, quando chegam às minas, têm vários encargos que satisfazem por descontos, nos primeiros meses de trabalho.

Esses encargos são:

Passaporte	£ 0-10-0
Renovação do passaporte	£ 0-05-0
Caderneta de identificação	£ 0-02-0
Vestuário distribuído em Ressano Garcia	£ 1-02-6
Transporte até Ressano Garcia	£ 0-17-6
Transporte de R.Garcia até às minas	£ 1-01-0
Vestuário distribuído nas minas — calçado, capacete, fato, lanterna	£ 2-10-0
Pass inglês	£ 1-01-0
Total	<hr/> £ 6-09-0 <hr/>

Seria de toda a justiça que voltando a discutir-se a convenção não seja feito o desconto do vestuário próprio para o trabalho que deve ser considerado como ferramenta.

Em média, cada indígena que emigra legalmente representa, para a economia da Colónia, directa ou indirectamente, um benefício de £ 25, assim representado:

Receita directa através da Curadoria dos Negócios Indígenas, Alfândega e Caminhos de Ferro	£ 7-0-0
Pagamento Diferido	£ 12-0-0
Transferência em mão, ou por intermédio da Curadoria de Johannesburg	£ 6-0-0

São importâncias a considerar, sabendo-se que, sendo o actual contingente de 100.000 indígenas são repatriadas anualmente £ 65.000.

O indígena que trabalha nas minas ganha uma média de £ 3 por mês, tendo encontrado indígenas empregados como "indunas" nos acampamentos das minas ganhando £ 11 e £ 8.

Estou convencido de que nada poderá evitar a emigração para o Transvaal, de tal forma entrou nos hábitos do indígena ir trabalhar para as minas, mas torna-se necessário reprimir com toda a energia a emigração clandestina que nenhum benefício traz, sendo a primeira vítima o indígena que quando regressa, se regressa, aparece nas terras espoliado por todos os comerciantes além e aquém fronteiras.

A criação da nova circunscrição civil do Alto Limpopo, com sede no Pafúri, vai certamente contribuir muito para dificultar a emigração clandestina.

Inspector Administrativo Júlio Augusto Pires, "Relatório da Inspeção Ordinária à Intendência do Distrito de Gaza, 1951", (extracto), Colónia de Moçambique, Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas. In Arquivo Histórico de Moçambique, *Fundo da Inspeção dos Serviços Administrativos [e dos Negócios Indígenas]*, Caixa 21.

(...) A Intendência da Vila de João Belo foi criada por decreto 35.733 de 4 de Julho de 1946, por força do restabelecimento do Distrito de Gaza que a primeira divisão administrativa, depois da promulgação da R.A.U., não tinha previsto.

Iniciou os seus serviços no dia 1 de Junho de 1947, conforme o artigo 11.º da portaria 6.917 de 27 de Maio do mesmo ano, em virtude da mudança da sede do Governo da Província do Sul do Save, de Lourenço Marques para Inhambane.

O estabelecimento desta Intendência veio satisfazer as ambições bairristas da população do velho "Xai-Xai", sempre em chamas, com os residentes sempre desavindos, mas sempre unidos na conquista das suas aspirações, na ânsia do seu engrandecimento.

É que nós — assim se expressou um velho residente — "*sêmos* como mulas, Senhor Governador; podemos andar espalhados pela campina, mas quando nos atacam juntamos as cabeças e é coice para todos os lados"...

Era mesmo assim. O "Xai-Xai" fez-se por si, pelo seu trabalho e persistência. Foi assim que conseguiu os seus pergaminhos de que se orgulha.

O "Xai-Xai" nasceu dos actos heróicos dos grandes homens ainda dos nossos tempos. Daquele sonho — a prisão do Gungunhana — com que Caldas Xavier e Mouzinho se embriegavam e carinhosamente, em comum, afagavam, convictos de que, tornado realidade, Gaza seria livre e teria ordem dentro do nosso absoluto domínio.

O "Xai-Xai" que surgiu como minúsculo forte militar estabelecido por Gomes da Costa em 1897, foi o herdeiro do Governo do Distrito militar criado em 7 de Dezembro de 1895 e que antes de mudar a sede para o Chibuto, esteve em Languane, na margem direita do Limpopo, já depois de aniquilado o poder do aguerrido Mundungaz ou Gungunhana, filho de Muzila, neto de Manicusse que, animado pelos Jameson, Stephens e Felz, agentes da Chartered, não punha limites às suas arrogantes ousadias de irritante ironia. E mais irritante quando confundia a subserviência com o orgulho cheio de confiança na protecção e poderio da Chartered cujos agentes para isso empregavam os seus cobiçosos sobornos, satisfazendo-lhe até a insaciável luxúria

com as próprias mulheres brancas, como aconteceu com o aventureiro Felz, que sem escrúpulos, lhe entregou a mulher de origem inglesa, tão aventureira como ele.

Orgulhosa das suas tradições, a Vila do "Xai-Xai" suportou vicissitudes várias chegando, já nos últimos tempos, a ser a sede de um distrito administrativo, como Inhambane. Caiu, porém, no esquecimento na última divisão administrativa, mas nem por isso desanimou na defesa das suas prerogativas, um pouco ciumenta do lugar de destaque que coube a Inhambane, e conseguiu impressionar os poderes públicos levando-os à criação do Distrito de Gaza pelo diploma já acima referido.

Para conseguir os seus fins não se poupou a promessas e alegações de facilidades de instalações dos serviços da Intendência, já que não podia chegar à posição de Inhambane agora tornada sede do Governo do Sul do Save.

Satisfeitas as suas ambições, esqueceu as suas promessas e se na presidência da Junta Local não estivesse um funcionário administrativo, nem os serviços teriam tido um cantinho onde se instalassem, nem o Intendente teria uma casa onde se albergar. (...)

3

Inspector Administrativo Interino António Policarpo de Sousa Santos, "Relatório ao Concelho de Gaza, 1954", (extracto), Província de Moçambique, Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas. In Arquivo Histórico de Moçambique, *Fundo da Inspeção dos Serviços Administrativos [e dos Negócios Indígenas]*, Caixa 24.

(...) Capítulo III
Política Indígena

Por terem cabimento, danos aqui como reproduzido tudo quanto, sobre este capítulo, referimos nos nossos relatórios anteriores.

O Administrador tem dado inteiro cumprimento ao determinado na circular 1.628/B/24/4/1, de 21 de Abril de 1953, da Repartição Central dos Negócios Indígenas.

Pelos documentos apensos a este relatório, vêm-se as actividades que empregam mão de obra indígena na área do Concelho e Posto, com indicação da assistência prestada aos trabalhadores.

São as seguintes, as actividades referidas:

Sede:

Companhia das Lezírias do Incomati e Limpopo, Lda.
Sociedade Agrícola e Pecuária do Lumane, Lda.

V.L.Teixeira
Fábrica de Cerâmica de Gaza, Lda.
Álvaro da Silveira (Herdeiros), Lda.
Algodoeira do Sul do Save
João Baptista de Carvalho
Carlos Ribeiro de Carvalho
Brigada Hidráulica Agrícola

Posto do Chongoene:

Brigada Agrícola do Siaia
J.J.da Cruz, Lda.
Campo de Ensaio de Arroz do Chongoene
Manuel Mendes, Lda.

O problema das concessões de terreno, em toda a área de Gaza, é dos mais agudos e necessita, a nosso ver, de cuidadoso estudo, para evitarmos males futuros. Sabemos que os Poderes Públicos vêm dedicando a este problema a sua melhor atenção e não se lhes deve recusar todo o apoio para que possam conseguir a melhor solução para o caso.

O mal vem de longe e o remédio tem de ser dado com cautela, para não cairmos em abusos, quer da parte dos brancos, quer da parte dos indígenas.

Um dos casos resultantes da baralhada do estado das concessões de terrenos no Distrito, está bem patente nos documentos juntos sobre a situação dos terrenos hoje na posse da Fábrica de Cerâmica de Gaza, Lda.

A zona do Distrito, segundo o dr. Manuel Peres, é caracterizada por um regime anti-ciclónico e de depressões das latitudes médias. As 4 estações das zonas temperadas são mal definidas, sendo melhor reuni-las em dois períodos: Verão, época quente ou de chuvas, e inverno, época fria ou seca. O regime pluvial é *ciclónico*, caindo as chuvas com a passagem das depressões.

Na época seca, as pressões mantêm-se altas, estabelecendo-se sobre todo o sul do Continente Africano um regime anti-ciclónico. Porém, na época quente (chuvosa) as baixas pressões do norte deslocando-se para sul, cortam o anti-ciclone de inverno e empurram os dois centros de altas pressões, assim formadas, para os oceanos vizinhos: o Índico e o Atlântico, respectivamente.

A sucessão do bom ou mau tempo e a marcha das depressões, são idênticos nas duas épocas.

A causa imediata da chuva, como sabemos, é a reunião das gotas de água das nuvens, mas isto é só um mecanismo de precipitação: as verdadeiras causas da chuva são as que dão lugar às nuvens. E, desta forma, podemos classificar as chuvas em três categorias:

1) *Chuvvas de convecção* — devem a sua origem aos movimentos gerais da atmosfera: movimentos ascendentes do ar entre as duas faixas dos alíseos, movimentos do ar do equador até aos polos, uma vez passados os trópicos.

2) *Chuvvas ciclónicas* — são devidas às perturbações dinâmicas da atmosfera: ciclones, tormentas e depressões atmosféricas.

3) *Chuvvas orográficas* — devidas ao movimento ascendente que toma uma corrente de ar horizontal, quando encontra um terreno em encosta.

As chuvvas do Sul do Save são de carácter ciclónico e as populações estão fixadas, sobretudo, na zona costeira ou sub-costeira.

A falta de arborização natural é uma consequência da escassez de chuvvas, prejudicada, ainda, pela acção do indígena, com a derruba necessária para as suas machambas e cortes de árvores para lenha e outros fins.

O repovoamento florestal, tal qual vem sendo exigido pela legislação vigente, não tem dado os resultados que seriam para desejar: julgamos preferível o Estado obrigar os concessionários de cortes de árvores a fazerem, eles próprios, os respectivos povoamentos.

Sabemos que S.Ex.^a o Governador Geral tem dedicado ao assunto do abastecimento de água no Sul do Save (para brancos, indígenas e gado) a melhor atenção e, na Circunscrição de Magude, por exemplo, grandes benefícios já se vêm sentindo.

Por outro lado, o Exmo Governador do Sul do Save, para garantir aos indígenas sob sua jurisdição alimentação durante os anos de escassez de chuvvas, mandou dar o maior incremento à cultura da mandioca, por ser um produto que resiste, admiravelmente, às secas, ordens que têm sido cumpridas, diligentemente, por todos os funcionários administrativos.

Foram já abertos muitos poços pelas autoridades administrativas, segundo orientação directa de S.Ex.^a o Governador Geral e do Exmo Governador do Sul do Save, e, pelo primeiro destes Altos Funcionários, foram distribuídas bombas de elevação de água, mas, infelizmente, algumas foram mal aproveitadas, tendo sido ordenado, há tempos, um inquérito sobre o assunto.

Mantemos a opinião de que, da colaboração estreita e sincera entre as autoridades administrativas e missionárias, muito se poderá conseguir saber sobre a repercussão das ideias subversivas entre as massas indígenas, vindas de territórios vizinhos.

Na povoação do Gumbe, na barra do Limpopo, foi estabelecido, em 1944, como sócio da firma Tulsidas Bhangi & C.^a, com sede naquela localidade, o hindú Kalangi Bhangi, que fora acusado de mandar amarrar a uma árvore, no quintal do estabelecimento, o seu capataz indígena Faztudo, agredindo-o, violentamente, com socos, pontapés e à paulada, de que resultou a sua morte.

Dizem que, depois deste criminoso acto, o Kalangi mandou

chamar o então régulo Mula, de nome Chirraminhane, e ofereceu-lhe uma determinada importância, vinho e outros artigos, a fim de ele encobrir o crime.

O régulo Mula participou à Administração que o indígena Faztudo tinha falecido de morte natural, pelo que ele, régulo, havia mandado proceder ao seu enterramento.

Decorridos 8 ou 9 meses, o cabo de mar António Duarte Calado participou ao então Administrador do Concelho de Gaza, Mendes Serra, a morte do Faztudo, atribuindo-a ao Kalangi. Foi levantado o respectivo auto, que foi remetido ao Tribunal da Comarca de Gaza.

Inquiridas as testemunhas oferecidas pelo cabo de mar Calado e feita a exumação do cadáver, foi o Kalangi pronunciado como autor do crime de homicídio voluntário, pelo que foi preso.

No mesmo processo foram acusados, como colaboradores do crime, o Baia, conhecido também pelo nome de Baio Gopa, e mais um indígena serviçal do Kalangi.

Os três indivíduos estiveram presos durante 2 ou 3 anos.

Além destes, foram, ainda, envolvidos no mesmo processo, o régulo Mula e a viúva do Faztudo. Porém, em audiência de julgamento e defendidos pelo falecido Dr. Henrique Cabral, foram os réus absolvidos e o Meretíssimo Agente do Ministério Público recorreu da sentença, que foi confirmada pela Relação.

Depois de absolvido, o Kalangi respondeu no Tribunal de Gaza, pelo crime de falsas declarações, tendo sido condenado.

Logo a seguir, o Kalangi seguiu para a Índia, donde acaba de regressar. Há dias, um indígena procurou o regente agrícola do Fundo do Algodão, de nome Fernando Vieira, e disse-lhe que os indígenas da área estavam todos alarmados, porque havia regressado às terras do Gumbe o Kalangi.

Julgo de boa política, já que o Kalangi voltou a Moçambique novamente, que este não vá residir nas terras onde se deu o crime.

Foram realizadas 3 banjas com os indígenas e com as autoridades gentílicas: 2 na sede do Concelho e 1 no Posto de Chongoene.

Junto uma relação de indígenas nossos, há muito na África do Sul, e que os chefes gostariam de saber se estão vivos e onde estão. Aqui fica, pois, o pedido que nos foi feito na primeira banja que fizemos na sede do Concelho, para que, se o Governo assim o julgar conveniente, transmitir às nossas autoridades dali, por intermédio da Repartição Central dos Negócios Indígenas.

Damos a seguir a nota das quantidades e dos valores dos principais produtos ricos produzidos e vendidos pelos indígenas da área do Concelho e Posto, nos últimos 3 anos, esclarecendo que a baixa que se verifica no algodão, na campanha 1952/53, foi devida às cheias provocadas pelas chuvas torrenciais que caíram nesse ano.

Arroz

Campanha	Quantidade	Importâncias Pagas
1951/52	727,950 tons.	1.015.556\$70
1952/53	1.081,833 tons.	1.514.566\$20
1953/54	1.645,587 tons	2.303.821\$80

Algodão

Campanha	Quantidade	Importâncias Pagas
1951/52	488,270 tons.	1.180.614\$30
1952/53	259,229 tons.	608.902\$70
1953/54	899,886 tons	2.143.443\$60

Trigo

Campanha	Quantidade	Importâncias Pagas
1951	52,896 tons.	132.240\$00
1952	60,333 tons.	150.832\$50
1953	219,391 tons.	548\$477\$50
1954	1.250,000 tons.	3.125.000\$00

Damos, a seguir, o número de agricultores inscritos para a cultura de cada um dos produtos atrás mencionados:

Arroz

1951.....	2.482 agricultores
1952.....	3.348 agricultores
1953.....	3.134 agricultores
1954.....	4.867 agricultores

Algodão

	1950/51	1951/52	1952/53	1953/54
Agricultores	364	340	335	475
Cultivadores	2.672	2.145	2.175	2.930

Trigo	
1951.....	95 agricultores
1952.....	246 agricultores
1953.....	498 agricultores
1954.....	1.160 agricultores

Vejamos agora qual foi a média anual, por indígena, em cada uma destas culturas:

Arroz		
	<u>Média Produzida</u>	<u>Média Recebida</u>
1951	293 kgs	409\$16
1952	322 kgs	452\$37
1953	525 kgs	735\$10

Algodão		
	<u>Média Produzida</u>	<u>Média Recebida</u>
1951	160 kgs	475\$09
1952	104 kgs	249\$59
1953	358 kgs	529\$49

Trigo		
	<u>Média Produzida</u>	<u>Média Recebida</u>
1951	556 kgs	1.392\$00
1952	245 kgs	613\$14
1953	440 kgs	1.101\$36
1954	1.076 kgs	2.693\$96

Como sabemos, com excepção do trigo, todos os outros produtos atrás mencionados são cultivados num ano e colhidos no seguinte. Por isso, só em 1955 se poderá saber a média produzida pelos agricultores inscritos em 1954.

Quanto ao arroz, há que considerar a quantidade de, pelo menos, 25%, que o indígena não vende e que se destina à sua alimentação, e, quanto ao trigo, a quantidade que é retirada para o

pagamento da semente, além de algum que sempre fica em poder dos indígenas produtores.

Os números sobre o trigo, no corrente ano, são aproximados, pois só agora vão começar os mercados.

É digna de todo o elogio a acção de todos quantos se têm interessado pelas culturas atrás referidas, pois os números falam por si.

O pagamento diferido, feito na Administração em Vila de João Belo, aos indígenas do Concelho de Gaza, Chibuto, Manjacaze e Zavala, repatriados das minas da África do Sul, foi o seguinte:

1951.....	31.311.081\$15
1952.....	33.304.009\$44
1953.....	33.344.943\$88
Até Out. 1954.....	29.609.144\$92

É a seguinte a população da Sede do Concelho e Posto do Chongoene:

Sede

	Varões	Fêmeas	Menores
1951	13.244	13.523	19.152
1952	13.299	13.608	19.167
1953	13.699	13.732	19.727

Posto

	Varões	Fêmeas	Menores
1951	9.312	11.892	15.010
1952	9.359	11.916	15.066
1953	9.487	11.922	15.129

Estes números são aproximados, porquanto o último recenseamento foi feito em 1948-1949.

O número de indígenas contratados, anualmente, para as diversas entidades, desde 1951, foi o seguinte:

	Para dentro da Prov.	Para a A.do Sul
1951	639	6.107
1952	763	5.151
1953	1.324	5.837
1954 (até 31/10)	1.780	4.219

Os poderes superiores não se têm poupado a esforços para reprimir o abuso do álcool pelos indígenas: quer na Reforma Administrativa Ultramarina, quer em sucessivos diplomas e circulares, de há muito que vem sendo recomendado às autoridades administrativas a maior vigilância neste sentido.

Contudo, não podemos deixar de reconhecer que os resultados têm sido nulos ou quase nulos: só quem não passa pelo interior é que não encontra a cada passo indígenas bêbados, o mesmo sucedendo nos arredores de Lourenço Marques, sobretudo na estrada para Marracuene.

A castanha de cajú, as cantinas com a licença da verba 49, os milhares de brancos e até indígenas, escondidos e espalhados pelo interior, que cendem bebidas ao indígena, os diversos tubérculos que existem pelo mato, tudo serve para se embriagarem.

É frequente a apreensão, nas terras, de alambiques e de outra aparelhagem empregada para destilação, além de milhares de litros de álcool.

Ultimamente, o Governo da Província tem dificultado a concessão da licença da verba 49, mas é impossível, por mais esforços que façam as autoridades administrativas, reprimir o abuso do álcool nos indígenas.

Todos os jornais da Metrópole falam da abundância de vinho que existe em Portugal, quer da última colheita, quer da actual, quase todo por vender por falta de mercado comprador.

Julgamos oportuno estudar-se a possibilidade de obter um tipo especial de vinho para o indígena, com pequena graduação, para ser vendido em todo o nosso território ultramarino.

É possível que, desta maneira, sem o "rótulo da repressão", se obtivessem melhores resultados, além de podermos dar saída aos nossos vinhos, que são, indubitavelmente, muito menos prejudiciais à saúde do indígena do que o álcool que ele ingere de tudo quanto serve para destilar.

* * *

Propositadamente, deixámos para o final deste capítulo as concentrações da Inhamissa, já concluída, e a do Siaia, que entrou agora em plena laboração.

O trabalho ali desenvolvido é a imagem nítida do quanto podem o saber e a inteligência, quando postos ao serviço da boa causa.

Estas concentrações não teriam sido levadas a efeito se não fosse o apoio que lhes deu Sua Ex.^a o actual Governador Geral e a boa vontade de todos — brancos e indígenas — quantos ali dedicaram todo o seu esforço e boa vontade, para que a obra concebida por aquele Exmo Senhor fosse uma realidade.

Queremos, quanto à concentração de Inhamissa, prestar as nossas rendidas homenagens ao muito esforço, dedicação, inexcedível competência do Eng. Civil Sousa Monteiro, que conseguiu transformar os muchongos que ali existiam em terras férteis e aproveitáveis.

Para o Eng. Agrónomo Videira e Castro, colaborador directo do Eng. Sousa Monteiro, vão igualmente as nossas homenagens, pelo muito trabalho, superior competência e dedicação, didpendidos na preparação da concentração de Siaia.

Além destes dois distintos funcionários, ultimamente, para a concentração de Inhamissa foi mandado prestar serviço o Eng. Montez, rapaz novo, acabado de sair da Universidade, mas que, já hoje, é uma certeza de quanto a Província pode esperar dele.

A concentração de Inhamissa tem, presentemente, 1470 famílias indígenas.

Nos anos de 1951 a 1954 retiraram dali os seguintes podutos:

Milho		
1951/52	125 tons.	197.500\$00
1952/53	90 tons.	135.000\$00
1953/54	585 tons.	877.500\$00

Arroz		
1951/52	78 tons.	109.200\$00
1952/53	-- tons.	-\$-
1953/54	445,743 tons.	624.040\$00

A produção de 1953 foi, integralmente, destruída pela cheia do rio Limpopo. Foram efectuadas culturas de recurso, de milho e feijão, sendo a quantidade de milho produzida a mencionada acima, e a de feijão de cerca de 60 toneladas.

Fotam distribuídos, na presente campanha, mais de 5 quilos de sementes hortícolas destinadas ao abastecimento próprio e do mercado do Concelho.

Milhares de bananeiras circundam os arruamentos e limitam as machambas dos indígenas. Para se fazer uma ideia da sua totalidade,

basta dizer-se que estão plantadas de 4 em 4 metros, sendo a área de parcelamento de cerca de 750 hectares.

Para a campanha de 1954/55 foram já distribuídos 13.000 quilos de milho para semente, que ocupam uma área cultivada de 475 hectares, procedendo-se, dentro em pouco, à distribuição de arroz para o mesmo fim. A princípio, foi com certa desconfiança que o indígena para ali foi, mas hoje excedem já um milhar os indígenas inscritos para as novas concentrações. A área desta concentração é, como já acima se disse, de cerca de 750 hectares e a sua irrigação é feita por sistema de gravidade e infiltração, utilizando uma rede de distribuição de águas provenientes de nascentes naturais, das quais a mais importante é a ribeira do Chongoene.

A nova concentração do Siaia tem de área cerca de 700 hectares e encontram-se ali cerca de 1.000 famílias indígenas. Estamos certos de que os resultados desta nova concentração serão tão bons como os de Inhamissa, dado o valor dos que ali prestam serviço. A sua irrigação é feita do mesmo modo daquela.

Sua Ex.^a o Governador Geral, ultimamente, mandou seguir para o Niassa o Eng. Sousa Monteiro, a fim de ali fazer, nos mesmos moldes destas, outras concentrações. Só nos resta fazer votos, muito sinceros, que os resultados destas novas concentrações sirvam para encorajar os Poderes Públicos da Província a continuar nesta obra, sob todos os títulos merecedora dos maiores louvores.

Para que esta obra, verdadeiramente notável, fosse completa, resolveram os que nela trabalham e o actual Delegado de Saúde de Gaza, prestar aos indígenas que vivem nas concentrações assistência médica e medicamentosa. São do Delegado de Saúde, Dr. Francisco Pereira Fernandes Jr., as seguintes palavras, que reproduzimos na íntegra:

"Verificando-se na consulta externa da Delegacia, uma grande percentagem de doentes com parasitoses habitando a área do parcelamento de Inhamissa, resolvi revelar o facto ao Sr. Eng. Sousa Monteiro, indicando a necessidade de uma prospecção sanitária nessa área. De resto, a densidade populacional elevada, tendendo a aumentar extraordinariamente pelas facilidades de aquisição de terrenos, superior orientação técnica e controlada colocação dos produtos, já justificava, só por si, a existência dum posto sanitário.

Cerca de 1.500 famílias lá trabalham, em regime disciplinado, — voluntariamente disciplinado —, o que torna mais fácil tal prospecção.

Orientaram-se os trabalhos deste modo:

1º — Análises das fezes e urinas de todos os indígenas do parcelamento;

2º — Registo de todos os parasitados, com ficha sanitária individual, na qual são indicadas as análises e tratamentos efectuados. Registo da data em que é necessário efectuar novas análises;

3º — Inspecção sanitária das futuras famílias que ocuparão, progressivamente, o parcelamento. Até esta data já foram efectuadas 2.000 análises às fezes e urinas.

O ritmo de análises e tratamentos é trimestral, e actualmente já se administram cerca de 900 injeções intravenosas em cada visita, isto porque a percentagem de parasitados é, até esta data, de cerca de 65%.

É a bilharziose vesical, como de resto em toda a área da Delegacia, a parasitose predominante e, como a existência de valas é necessária, serão empregados produtos (solução de sulfureto de cobre) que, actuando em percentagem não tóxica para os peixes e plantas, o seja, contudo, para os caracóis hospedeiros.

Deste modo se conseguirá, cortando o ciclo vital dos parasitas, diminuir, grandemente, o número de indígenas parasitados. Sua Ex.ª o Governador Geral, por proposta apresentada pelo Sr. Eng. Sousa Monteiro, autorizou a construção de um Posto Sanitário.

E assim, controlados periodicamente os indígenas, por análises e exames médicos, certamente se conseguirá uma diminuição do índice parasitário. Sessões de cinema, culturais (filmes mostrando como se contraem as parasitoses predominantes), vacinações antivariólicas em massa, tratamento profilático palustre (hoje muito económico), assistência pré-natal, assistência infantil cuidadosa, tudo em boa coordenação, dar-nos-ão a possibilidade de melhorar as condições de vida dos indígenas do parcelamento, de maior rendimento no trabalho e, ainda, de melhor e mais robusta descendência".

Fechamos assim este capítulo, na certeza de que muito se tem feito já em prol do indígena e que muito mais se fará no futuro, tudo tendente a proporcionar-lhe melhores condições de vida (...).

4

Inspector Administrativo Interino António Policarpo de Sousa Santos, "Relatório da Inspecção Ordinária à Intendência de Gaza, 1955", (extracto), Província de Moçambique, Inspecção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas. In Arquivo Histórico de Moçambique, *Fundo da Inspecção dos Serviços Administrativos [e dos Negócios Indígenas]*, Caixa 21.

(...) Capítulo III
Política Indígena

O Intendente, como Presidente da Comissão de Defesa dos Indígenas do Distrito de Gaza, presidiu às seguintes reuniões:

1952:

I — Em 23 de Dezembro de 1952, sendo vogais o Exmo Snr. Dr. Bento Acácio Pereira Pinheiro, Delegado do Procurador da República e o Reverendo Padre Armando de S. José Pacheco, Superior da Missão de S. João Baptista da Vila de João Belo, sobre um pedido de assistência judiciária, tendo a Comissão resolvido reunir novamente, na presença dos indígenas interessados.

1953

I — Em 23 de Janeiro de 1953, com os mesmos Exmos vogais. Foram tratados dois assuntos:

a) O já tratado na sessão anterior, que se referia a um crime de adultério. Dada a conciliação obtida nesta sessão, a Comissão deliberou não pedir a assistência judiciária para os fins requeridos, visto que, em face do perdão do marido e consequente reconciliação, não assistia a este o direito de querelar.

b) Também sobre um pedido de assistência judiciária, tendo a Comissão resolvido reunir, novamente, na presença do interessado.

II — Em 24 de Fevereiro de 1953, com os mesmos Exmos vogais, sobre o assunto tratado na reunião anterior. Foi resolvido pedir assistência judiciária à Comissão respectiva, da Comarca de Gaza, a favor do indígena Ariel Zanguene, em questão, a fim de o mesmo intentar acção criminal contra o europeu Francisco Lopes de Castro, por agressão injustificada deste.

III — Em 20 de Julho de 1953, com os mesmos Exmos vogais. Foram presentes 4 assuntos tendo, somente, sido dado andamento a 1, — pedido de compra de uma arma por um indígena a um europeu, que foi deferido, — por os restantes não serem da competência da Comissão.

IV — Em 11 de Dezembro de 1953, com os Exmos vogais, Dr. Bento Acácio Pereira Pinheiro e Reverendo Padre António Augusto Esteves, Superior da Missão da Vila de João Belo. Foram tratados 3 assuntos:

a) Um pedido de licença de duas indígenas para conferirem mandato forense ao advogado Dr. Pedro dos Remédios.

b) Pedido de autorização de compra de uma viatura automóvel, pelo indígena Massemane Mause a António Paulo dos Santos.

c) Idem, pelo indígena Joaquim Sacor ao mesmo europeu.

Foram, pela Comissão, deferidos todos os pedidos.

1954

I — Em 19 de Abril de 1954, com os Exmos vogais Eng. Amadeu Vieira de Castro, 1.º Substituto, em exercício, do Delegado do Procurador da República junto da Comarca de Gaza, e Reverendo Padre António Augusto Esteves, Superior da Missão da Vila de João Belo. Foram tratados os seguintes assuntos:

a) Pedido de compra de uma arma pelo indígena Júlio Langa, ao europeu António da Costa Brites;

b) Pedido de compra de um bote pelo indígena Gauchane Tamele, ao não indígena Rassul Mussá Chande; e

c) Pedido da Administração da Circunscrição do Chibuto, para o indígena Moisés Francisco Tanguê ser autorizado a tirar a carta de condução de automóveis e lhe ser permitida a aprendizagem por instrutor próprio.

A Comissão deliberou deferir todos os pedidos.

II — Em 29 de Maio de 1954, com os mesmos Exmos vogais, sobre um pedido de autorização do indígena Matias Machavo, para comprar a José Mendes de Abreu um automóvel. A Comissão, depois de ouvida a Administração Do Conselho, foi de parecer deferir a petição.

III — Em 7 de Junho de 1954, com os mesmos Exmos vogais. Foram presentes dois assuntos:

a) Pedido da Administração da Circunscrição do Chibuto para o indígena Daniel Tcheco ser autorizado a tirar a carta de condução de automóveis e lhe seja permitido a aprendizagem por instrutor próprio; e

b) Pedido de José Pereira Martins para vender ao regedor Macupulane, dos Muchopes, uma motocicleta.

Foi deferido o primeiro e indeferido o segundo pedido.

IV — Em 25 de Novembro de 1954, com os Exmos vogais Dr. Jorge Feliciano Ferreira das Neves, substituto do Delegado do Procurador da República e o Reverendo Padre Diamantino Afonso. Foram tratados 2 casos:

a) Um, duma indígena que solicitou assistência judiciária, a fim de promover a instauração dum processo de investigação de paternidade ilegítima, dum filho que pertence ser dum europeu, da Circunscrição do Guijá; e

b) Outro, sobre uma transacção efectuada, sem conhecimento da Comissão, por um não indígena com um indígena, em que aquele se sente lesado, por falta do pagamento combinado.

Quanto ao primeiro caso, a Comissão foi de parecer, devidamente fundamentado, de que não devia ser pedida assistência judiciária para a indígena em questão, visto ela ser considerada uma prostituta. Quanto ao segundo, que o reclamante, misto Júlio Guerreiro, não tem razão de o ser, pois, o tractor que vendeu ao indígena Guiele, em face da vistoria que lhe foi feita, não merece mais do que o que ele já recebeu daquele.

* * *

Quer nos diários de serviço, quer em muita correspondência trocada com as divisões administrativas do Distrito de Gaza, verifica-se uma preocupação, absolutamente louvável, de reprimir a emigração, sobretudo a clandestina, para a União da África do Sul.

São apresentadas sugestões de toda a ordem, mas todos os Administradores pedem polícias e armas, para os auxiliarem na repressão referida, mas, dada a extensão das nossas fronteiras, todos

os polícias e até a força militar não chegariam para isso.

Contudo, em nossa modesta maneira de ver e pela experiência de mais de 20 anos, quase sempre em departamentos de fronteira, parece-nos que a única maneira eficaz de reprimir a emigração, é aquela que, há uns anos a esta parte, se vem adoptando na província: fixação do indígena à terra, pelo se aproveitamento e defesa, e cultura de produtos ricos.

Já no relatório sobre a inspecção ao Concelho de Gaza e Posto do Chongoene, tratámos, desenvolvidamente, deste assunto, mas queremos aqui realçar os números a seguir indicados, que justificam a proposta que fazemos no final deste capítulo.

O indígena que emigra para as minas da África do Sul, geralmente, regressa, *ao fim de 18 meses*, depauperado fisicamente, contaminado de doenças venéreas, encontra a família desmantelada, pois são raras aquelas que, respeitosamente, aguardam o regresso do marido, a casa caída, o gado perdido, as terras abandonadas, e, em média, trouxe a insignificância de:

Em 1951.....	1.442\$55
Em 1952.....	1.453\$50
Em 1953.....	1.470\$40
Em 1954.....	1.589\$58

Como referimos no relatório do Concelho de Gaza, a média anual dos produtos ricos produzidos na Província, pelos indígenas, nos mesmos anos, fôí a seguinte:

Trigo

Em 1951.....	1.392\$00
Em 1952.....	613\$14
Em 1953.....	1.101\$36
Em 1954.....	2.693\$96

este último, calculado muito por baixo, pois os mercados ainda não acabaram.

Algodão

Em 1951.....	475\$09
Em 1952.....	249\$59
Em 1953.....	629\$49

No ano de 1952 as grandes cheias destruíram a maior parte das machambas de algodão.

Julgamos de boa política que, do Fundo Algodoeiro, que atinge já muitas dezenas de milhar de contos, saísse a importância necessária para compensar o indígena produtor, em anos como o de 1952.

Arroz

Em 1951.....	409\$16
Em 1952.....	452\$37
Em 1953.....	735\$10

Acresce ainda que, a maioria, para não dizer totalidade, dos agricultores de trigo, o são, também, do algodão.

A cultura do trigo, a mais rendosa pelos números atrás indicados, é aquela que menos trabalho dá ao indígena.

Tem sucedido a indígenas que regressam da África do Sul, ao fim de *18 meses* de árduo trabalho nas minas, com a quantia de pouco mais de 1 conto, vir encontrar a mulher com 5 e 6 contos, tirados da terra de Moçambique.

Por conseguinte, pensamos que a melhor política para reprimir a emigração, sobretudo a clandestina, que é a que maiores inconvenientes nos traz, inclusivé o da propagação de ideias subversivas, pela falta de controle durante a estadia livre dos indígenas na África do Sul, seria a de todos, dentro da sua respectiva esfera de acção, auxiliarem o Governo da Província, leal e dedicadamente, sem quaisquer reservas na sua política de enriquecer a terra, que o mesmo é dizer aqueles que nela vivem.

Propomos que, em banjas com as autoridades gentílicas, se realçasse o rendimento das culturas ricas, fazendo a sua comparação com o rendimento que trazem da África do Sul, mostrando-lhes os inconvenientes da emigração, pelo depauperamento físico daqueles que para lá vão, abandono da casa, da família, da terra e do gado, num quase regime de trabalho forçado, sem compensações materiais convenientes.

Esta política só pode ser levada a efeito, com o desenvolvimento das culturas ricas atrás mencionadas e outras, pois que, antes disso, o nosso indígena não tinha meios de vida dentro da Província se aqui quisesse permanecer.

Era da maior vantagem conseguir-se que as indemnizações a pagar aos indígenas, por acidentes de trabalho, fossem pagas na Província, em vez de o serem na África do Sul, pois que aqueles que as recebem ali, chegam às terras quase sempre sem dinheiro. (...)

Inspector Administrativo do Ultramar Eng. Tito Lívio M. Feijóo, "Relatório da Inspeção Ordinária ao Concelho de Gaza, 1968", (extracto), Província de Moçambique, Inspeção dos Serviços Administrativos. In Arquivo Histórico de Moçambique, *Fundo da Inspeção dos Serviços Administrativos [e dos Negócios Indígenas]*, Caixa 21.

(...) II — População

O concelho tem 116.339 habitantes (...) dos quais 5.039 vivem na cidade de João Belo.

Etnicamente, a sua população nativa pertence ao grupo Bantu e comporta elementos dos sub-grupos Changane (o predominante), Muchope, Cambane, Mundau, Mungune e Chengue.

1. População autóctone

O povo Changane é, provavelmente, o mais numeroso do Distrito de Gaza, e teria vindo do sul, sucessivamente, desde os primórdios do século XIX. Já nessa altura existiam, ao que parece, na área cultural do Concelho de Gaza, dois povos — o Vanuanati (que deu origem ao Changana) e o Cande mais tarde denominado Muchopes.

Segundo a tradição, o primeiro grupo dos "Machanganes" fixou-se na vizinhança do povo Cande (Muchope), provavelmente ao longo do actual limite entre o Concelho de Gaza e o dos Muchopes. Estes primeiros "Changanes" são ainda hoje conhecidos por "Valengues" e diferenciam-se dos restantes machanganes (Cossas) por falarem, indistintamente, o Changane e o Chope que são dialectos predominantes no Concelho.

O povo Machangane constitui o total da população nativa dos Postos Sede e da Barra do Limpopo, e ainda parte daquela que habita o Posto do Chongoene.

As origens dos Muchopes, Mangaus e Tungunos é, por ora, obscura, pelo que me abstenho de, sobre eles, fazer qualquer referência.

a) Usos e Costumes dos Machanganes

Nascimento:

Assim como a mulher estéril é desprezada, a gravidez constitui um motivo de orgulho para os pais, e de alegria para toda a família. A notícia é transmitida ao marido pelas parentes mais velhas. Não há festejos. Quando se anuncia, ele oferece à mulher uma capulana preta

com que ela se envolve durante todo o período e que servirá de primeiro agasalho à criança que nascer.

Durante a gravidez, a mulher fica proibida de realizar tarefas pesadas e de ingerir quaisquer alimentos picantes ou quentes, ou ainda bebidas espirituosas.

Durante os trabalhos do parto, a mulher é assistida pelas velhas e experientes da povoação. Nascida a criança, fica a mulher interdita de sair de casa por cinco dias. Nesses dias é colocada, na soleira da porta da palhota, uma pernada de trepadeira conhecida por "Cungulume" que, segundo creem, tem o condão de evitar que, tanto a mãe como a criança, sejam contaminadas pela impureza dos visitantes adultos que tenham tido contactos sexuais nas vinte e quatro horas precedentes.

No quarto dia dá-se o nome à criança, cabendo à avó paterna o privilégio de o escolher. A partir do quinto dia após o parto, a mulher sai da palhota dedicando-se, normalmente, às tarefas que lhe competem.

As relações sexuais entre o marido e a mulher só poderão ser retomadas após a primeira menstruação. Ao contrário do que acontece com diversos povos do norte de Moçambique, não ficam interditas as suas relações sexuais durante o período de amamentação da criança.

Adolescência:

Desde o nascimento até à idade núbil, a vida decorre sem incidentes. Logo que os rapazes e as raparigas atinjam a puberdade há uma pequena cerimónia íntima, e os adolescentes são doutrinados, de preferência pelos avós, não só sobre a vida sexual, como sobre os deveres e direitos que lhes assistem como membros da sociedade tribal.

Ao contrário do que acontece com muitos outros povos do norte da Província, entre os machanganes não existe verdadeiramente uma iniciação sexual, para qualquer dos sexos, resumindo-se tudo a ensinamentos teóricos, e ao que se vai aprendendo no convívio quotidiano com os mais velhos.

Na antiga sociedade tribal, embora fosse reconhecida, e até aconselhada, a liberdade sexual pré-matrimonial ao homem, a virgindade da mulher era um requisito indispensável ao casamento oneroso. A falta desta condição poderia significar o repúdio pelo marido e a consequente devolução do "lobolo".

Na sociedade tribal hodierna que, dos costumes ancestrais conserva apenas a forma, tendo perdido já, ou estando a perder paulatinamente o espírito e a intenção, a liberdade sexual pré-matrimonial é admitida na mulher. Esta circunstância tem tido efeitos perniciosos na estabilidade do casamento.

Casamento:

O "lobolo" que se tem prestado a tanta controvérsia, foi uma medida de largo alcance na antiga sociedade tribal. Era, e ainda hoje é,

o sinal material da legitimidade do casamento. Conferia estabilidade à união e punha a mulher, de certo modo, ao abrigo do desamparo, em caso de repúdio sem culpa, ou de viuvez.

Os antigos recebiam o "lobolo" da filha, duma forma geral, em cabeças de gado. Quando isso não acontecia, os pais da mulher tinham a preocupação de converter as libras do "lobolo" em boas cabeças de bovino. A presença do "lobolo" da filha, representado por muitas cabeças de gado no curral do pai, era considerada sinal evidente da felicidade matrimonial.

Hoje o "lobolo" perdeu o espírito com que fora outrora instituído. É recebido em dinheiro e esbanjado antes mesmo do casamento.

O facto de, actualmente, os pais da rapariga poucas vezes estarem em condições de devolver o lobolo da filha, leva o marido a tolerar a esta muita infidelidade conjugal, durante as suas ausências. Impossibilitado de receber o lobolo e de contratar nova mulher legítima, vai tolerando a infiel e admitindo no seu lar os filhos tidos de outros homens. Assim, a estabilidade do casamento tribal vai desaparecendo com o andar dos tempos.

O namoro era coisa inexistente na antiga sociedade tribal. O rapaz, quando atingia a idade núbil, juntava o necessário para o pagamento do "lobolo" e fazia a sua escolha entre as raparigas casadoiras da povoação. Seguidamente comunicava aos seus pais, e estes por sua vez informavam os conselheiros.

No dia para o efeito designado, dois "madodas", ou velhos conselheiros, dirigiam-se à palhota dos pais da rapariga e pediam a mão desta para o mandante. Combinava-se o "lobolo", a modalidade do seu pagamento e fixava-se o dia para a entrega do mesmo. A noiva não tinha voz activa no assunto. Uma vez que os pais aceitassem o futuro genro, a única coisa que lhe restava fazer era resignar-se a aceitá-lo também.

No acto da entrega do "lobolo" a representação do noivo era mais numerosa. Além duma meia dúzia de "madodas", faziam parte da comitiva seis mulheres velhas da povoação. Trocavam-se os habituais cumprimentos, o "lobolo" era entregue aos pais da rapariga e, para finalizar, estes presenteavam os representantes do noivo com um cabrito, sinal aparente da aceitação do "lobolo". Era naquela altura que se fixava a data do casamento.

Chegava-se assim ao dia de núpcias. O noivo fazia-se acompanhar dos seus parentes e amigos e realizava-se então a tradicional festa, com grande profusão de bebidas, sendo também abatida uma cabeça de gado para a refeição. Para finalizar, o pai da noiva entregava, aos noivos, diversos artigos de uso doméstico, como sejam um pilão com o respectivo pau, diversas panelas de barro, duas esteiras, etc. Estava assim realizado o casamento.

Na sociedade tribal hodierna a coisa processa-se, mais ou

menos, em moldes similares. Devido, sem dúvida, ao contacto com a civilização, existe hoje uma espécie de namoro que tem a vantagem de facultar à noiva o direito à escolha e a um melhor conhecimento do noivo.

Separação:

A dissolução do casamento pode ser solicitada por qualquer dos consortes. São razões para a separação:

Para o marido: 1) a infidelidade da mulher; 2) a recusa pela mulher do cumprimento dos deveres conjugais; 3) o abandono do domicílio conjugal pela mulher.

Para a mulher: 1) maus tratos infligidos pelo marido; 2) falta de assistência material; 3) infidelidade conjugal; 4) falta de cumprimento dos deveres conjugais pelo marido.

Uma vez declarada a intenção de denunciar o contrato matrimonial por uma das partes, o caso é julgado pelos "madodas" e, se a separação for decidida, a mesma se concretizará pela devolução do "lobolo", se for caso disso, e pela separação dos conjugues. A mulher devolve ao marido todos os artigos do seu uso pessoal que ele lhe tinha oferecido.

No caso da separação ser motivada por culpa da mulher, não só haverá lugar à devolução do "lobolo", como esta perde direito aos filhos do casal que ficarão na companhia do marido. Em caso contrário, os pais da rapariga não devolverão o "lobolo" ao genro e aquele terá o direito a conservar os filhos.

Cerimónias fúnebres:

Quando morre um indivíduo, é sempre chamado o "curandeiro" para afugentar, segundo pensam, os espíritos maus. Ao enterro segue-se o batuque funerário que se pode prolongar por diversos dias, conforme a categoria social do morto e as posses dos seus parentes. Os chefes gentílicos são sempre enterrados na respectiva povoação.

Direito sucessório:

Na antiga sociedade tribal a sucessão fazia-se, normalmente, pela linha colateral, e na falta desta, pela directa. Na actualidade, ela faz-se sempre pela linha directa. Contudo, entre outros sub-grupo, existem ainda vestígios do antigo direito sucessório.

Religião e magia:

Entre os não cristãos, o culto tradicional é o dos antepassados, que, embora duma maneira apenas simbólica, é conservado, ainda hoje, pelos nativos cristianizados que todos os anos celebram a festa dedicada aos seus maiores.

Os feiticeiros e curandeiros são elementos que, através dos tempos, tiveram influência marcante na vida tribal, embora a sua acção

nem sempre fosse considerada benéfica pelas populações. Hoje tendem a desaparecer devido à perda de prestígio resultante dos contactos com a civilização. Embora o curandeiro seja aceite, temido e consultado, é muitas vezes denunciado. O feiticeiro é considerado um elemento pernicioso, embora temido. As virtudes destes dois elementos são consideradas hereditárias.

Alimentação:

A base da alimentação dos Machanganes é o milho, o amendoim e ainda o peixe e a carne, esta proveniente de animais domésticos e de caça. As oleaginosas mais apreciadas são o amendoim, a "mafurra" e ainda o gergelim, em pequena escala. Devido a consecutivos anos maus para as culturas tradicionais, vão-se habituando a comer a mandioca e o feijão. O milho é consumido na tradicional forma de "massa". Os condimentos mais usados são o sal e o piripiri. Também se usa a cebola, em pequena escala.

2. Emigração

Segundo elementos que me foram facultados em 1967, foi o seguinte o movimento emigratório, em relação ao Concelho de Gaza:

Destino	No. de emigrantes
África do Sul	5.257
Malawi	4
Rodésia	3
Diversos	76
Total	5.340

Escusado será dizer que os números indicados estão longe de traduzir o volume do movimento emigratório verificado, dado que, ao lado da emigração oficial, também se desenvolveu a clandestina, infelizmente muito difícil de evitar, e que elevou, estou certo, o número de emigrados para mais de 7.000, o que é relevante se atendermos a que existiam naquele ano, no Concelho, apenas 27.783 habitantes do sexo masculino de idade igual ou superior a 18 anos.

Quer dizer, em 1967, cerca de 25% da população masculina em idade de trabalhar emigrou.

Como atrás se viu, praticamente, toda a emigração do Concelho se fez para a República da África do Sul.

Exercem a sua actividade, na área do Concelho, duas empresas recrutadoras: Witwatersrand Native Labour Association (W.E.N.E.L.A.)

e a ATAS, angariando esta última pessoal para os patrões da África do Sul que não tenham contratos firmados com a W.E.N.E.L.A. Quanto à forma como decorrem as actividades das empresas recrutadoras, contrariamente ao que aconteceu no passado, não compete hoje à Inspeção dos Serviços Administrativos averiguar seja o que for, dado que esta função compete à Inspeção do Trabalho, dependente do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social.

A emigração, no caso específico do Concelho de Gaza, tem servido, em muitos casos, para absorver o excesso de mão de obra, por vezes verificado e resultante de uma acumulação de anos agrícolas francamente maus, isso sem falar, é claro, do importante contributo que os "rands" vêm dando no sentido do equilíbrio da balança de pagamentos da Província.

Sobre certo aspecto deste importante problema transcrevo, por achar pertinente a sua inclusão neste trabalho, a seguinte passagem do muito bem elaborado relatório do Excelentíssimo Governador do Distrito de Gaza respeitante a 1966 (I volume, pags. 21 e 22):

"... outro aspecto importante no tocante à emigração que não poderemos deixar de focar é o das condições em que são passados os documentos de viagem aos emigrantes que pretendem empregar-se na África do Sul. Nos termos do Art. 4 do D.L. no.2.549, de 28.11.964, o documento de viagem obtém-se mediante requerimento verbal ou escrito do interessado, apresentado a qualquer das autoridades ou funcionários com competência própria ou delegado para a conceder, devendo o impetrante declarar o motivo do pedido, o país onde deseja trabalhar e fazer prova da sua identidade.

Ora, esta prova de identidade do interessado pode fazer-se de duas maneiras: documentalente, por meio de bilhete ou caderneta de identificação, ou por meio de duas testemunhas que certifiquem conhecer o impetrante, como prevê o #2 do referido art. 4 do D.L. no.2.549 já citado. E é à sombra desta modalidade que desertores das Forças Armadas, criminosos, vadios e indivíduos da mesma natureza conseguem documentos de viagem para a África do Sul e escapar ao controle das nossas autoridades.

O problema foi posto à consideração do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social por este Governo de Distrito, obtendo-se daquele organismo a seguinte orientação:

"Segundo informação do Delegado deste Instituto na África do Sul, são aos milhares os nativos de Moçambique que para ali emigram clandestinamente, a fim de se empregarem na agricultura, nas minas e noutras actividades. Como não apresentam qualquer documento de identificação e, naturalmente, os interessados não informam dos verdadeiros motivos que os levam a atravessar a fronteira, são-lhes passados pela referida Delegação ou suas dependências os indispensáveis passaportes ou documentos de viagem, para ali

permanecerem e poderem empregar-se legalmente. Há dezenas de anos que assim se vem fazendo, por entendimento entre as autoridades sul-africanas e a extinta Curadoria e com conhecimento e consentimento dos Governos dos territórios interessados, estando presentemente o assunto regulado pelo Acordo de 3 de Maio de 1965, aprovado pelos Governos de Portugal e da República da África do Sul, que autoriza o mesmo procedimento.

2 — Assim, admite-se ser possível que, entre os milhares de emigrantes clandestinos, se encontram desertores do serviço militar, criminosos fugidos ao cumprimento de penas, ladrões que conseguiram escapar-se antes de serem localizados, e até suspeitos de actividades subversivas.

3 — Todavia, sempre que chega ao conhecimento daquela Delegação que qualquer nativo é procurado pela Polícia ou por qualquer entidade oficial da Província, tem a mesma procurado promover o seu imediato repatriamento.

4 — Com efeito, se lhes forem comunicadas em devido tempo, as fugas de soldados desertores ou a evasão de presos, e se lhe forem enviados os respectivos elementos de identificação, fotografias e impressões digitais, haverá possibilidade de os mesmos virem a ser localizados através dos seus registos, sendo então provável promover-se a sua repatriação".

Posteriormente a este expediente foi detectado pelo Administrador do Posto de Massangena, Concelho do Limpopo, um indivíduo que pretendia obter documento de viagem para a África do Sul mas que uma cuidadosa investigação do respectivo Administrador do Posto provou ser de nacionalidade rodesiana, culto, de apelido Sithole e, provavelmente, da família de um político africano do mesmo nome que as autoridades da Rodésia mantêm sob rigorosa vigilância.

Dada a atitude conformista com este estado de coisas demonstrada pelo Instituto do Trabalho foi novamente o assunto exposto à consideração superior, mas desta vez ao Serviço de Centralização e Coordenação de Informações, esperando-se que desta diligência se providencie para que, por via legislativa, se acabe com a prova de identidade por meio de testemunhas na obtenção de documentos de viagem, pelos graves inconvenientes que resultam de tal sistema, que oportunamente se apontaram.

III — Evolução Administrativa, Municipal e Judicial

1. Evolução administrativa

Por Decreto de 7 de Dezembro de 1895, sendo então Comissário Régio António Enes, foi criado o distrito militar de Gaza,

atendendo à necessidade de completar a acção pacificadora da região, iniciada pelas armas que haviam submetido, à nossa soberania, os seus insubmissos povos.

O referido distrito militar foi constituído, provisoriamente, por todôs os territórios dos distritos de Inhambane e Lourenço Marques não compreendidos nas circunscrições das chamadas "Terras da Coroa" desses distritos, e ficou directamente dependente do governador geral da Província e sujeito a um regime especial administrativo e militar.

O chefe do distrito e governador militar teria, junto de si, a funcionar uma secretaria encarregada do expediente de todos os serviços do distrito e dividida em duas secções: a primeira, de "administração civil e militar", e a segunda de "fazenda".

O território do distrito poderia ser, sob proposta do governador, dividido em circunscrições administrativas e militares.

Em 1897, sendo Comissário Régio Mouzinho de Albuquerque, foi alterada, pelo Decreto Provincial no.84 de 9 de Outubro, a organização administrativa e militar do Distrito de Gaza, decretada em 7 de Dezembro de 1895, e a sede do governo foi instalada no Chibuto, com a designação de Praça do Chibuto. Todo o distrito militar de Gaza foi considerado em estado de rebelião e de perigo eminente, sendo o seu chefe o governador militar que tinha, junto de si, a funcionar uma secretaria, encarregada do expediente de todos os serviços do distrito e então dividida em três repartições: 1 Repartição — Administração Civil; 2 Repartição — Militar; 3 Repartição — Fazenda.

Já o governador Freire de Andrade, reconhecendo que aquele distrito havia cumprido a missão que lhe competia, não se justificando portanto já a sua existência, propôs a sua extinção que foi determinada por Decreto de 23 de Maio de 1907, que aprovou a "Reorganização administrativa da Província de Moçambique".

Os territórios que compreendia foram então distribuídos pelos distritos de Lourenço Marques e Inhambane.

Dado o envolvimento que vinha tomando a povoação de Chai-Chai, sede da circunscrição do mesmo nome, foi esta classificada como Concelho por Portaria no.421 de 22 de Junho de 1908, ficando a área da acção da Comissão Municipal de Gaza, criada por Decreto de 29 de Agosto de 1903, circunscrita à do Concelho do Chai-Chai.

Com a promulgação do Regulamento das circunscrições dos distritos de Lourenço Marques e Inhambane, aprovado pela Portaria no.671-A, de 12 de Setembro de 1968, é criada a circunscrição do Chai-Chai, a sétima do distrito de Lourenço Marques, também com sede na povoação do mesmo nome.

Por Decreto de 21 de Janeiro de 1969, foi novamente estabelecido o Distrito de Gaza, com o carácter civil, de que passou a fazer parte o actual Concelho de Gaza.

Em virtude da prática ter demonstrado a necessidade de se separar a administração da circunscrição do Chai-Chai da administração

do concelho do mesmo nome, foi, por Portaria no.766 de 21 de Setembro de 1910, determinada essa separação, passando a sede da circunscrição para o Chongoene. O concelho de Chai-Chai passou a ser constituído apenas pela povoação do mesmo nome e os subúrbios, não sofrendo, contudo, alteração a área de influência da Comissão Municipal de Gaza.

Em 1917, por Portaria no.485, de 30 de Junho, foram alteradas as áreas do concelho de Chai-Chai e das circunscrições do Chongoene e dos Muchopes, sendo anexadas àquele concelho as áreas dos regulados Chirrame, Languene e Dandaboia, pertencentes à 7ª circunscrição do Chongoene, e incorporadas a esta as terras constituídas pelos regulados de Malache, Muchachene e Shanguanhana, e chefes independentes Uamissine e Mucumbuzane, pertencentes à 8ª circunscrição dos Muchopes.

Por portaria no.480, de 26 de Maio de 1923, é novamente extinto o Distrito de Gaza, passando toda a sua área para o de Lourenço Marques.

Igualmente é extinta a circunscrição de Chongoene, e criada em sua substituição a de Gaza, com sede em Vila Nova de Gaza, abrangendo as terras daquele, com excepção dos regulados de Malache, Muchachene e Shanguanhana e chefes independentes Uamissine e Mucumbuzane que passaram para a circunscrição de Manjacaze. A 29 de Junho do mesmo ano, a portaria no.510 determinou que as terras do concelho de Vila Nova de Gaza passassem, juntamente com a circunscrição de Gaza, a constituir uma nova circunscrição denominada "Circunscrição de Vila Nova de Gaza", com sede na mesma Vila.

Em 14 de Outubro de 1933, por Portaria no. 2187, é extinto o posto administrativo do Chongoene. Mais tarde, a Portaria no. 6162, de 13 de Outubro de 1945, cria o posto administrativo do Chongoene, no concelho de Gaza, com sede na povoação do Chongoene, abrangendo a área que tinha quando foi extinto em 1933.

Em face da nova divisão administrativa da Colónia de Moçambique estabelecida pelo Decreto no. 35.733, de 4 de Julho de 1945, foi criado o distrito de Gaza, com sede em Vila de João Belo, compreendendo as áreas do concelho de Gaza e circunscrições do Alto Limpopo, Bilene, Chibuto, Guijá, Magude, Manhiça, Muchopes e Sabié.

Por Decreto no. 39.858, de 20 de Outubro de 1954, é estabelecida a nova divisão administrativa da Província Ultramarina de Moçambique que, entre outras alterações, fixou a nova área do distrito de Gaza que passou a abranger: concelho de Gaza e circunscrições do Limpopo, Bilene, Chibuto, Guijá, Magude e Muchopes.

É criado no concelho de Gaza, o posto administrativo de Barra do Limpopo, com sede na povoação de Gumbe, compreendendo as regedorias de Mula e Chiconela, desanexadas do posto da Sede do mesmo concelho (Portaria no. 12.144, de 7 de Outubro de 1957).

Por Portaria no. 13.441, de 31 de Outubro de 1959, a Sede do

posto administrativo da Barra do Limpopo é transferida da povoação de Gumbe para o local denominado Zongoene e distante 3 kms. daquela povoação.

2. Evolução municipal

Criado o distrito militar de Gaza, com sede no Chibuto, em 1896, e alterada a sua organização administrativa em 1897, só em 25 de Agosto de 1903, por decreto do então Ministério da Marinha e Ultramar, nasceu a Comissão Municipal de Gaza, composta de 3 membros, nomeados pelo governador geral da província e presidida pelo governador do distrito, nomeação essa que veio a concretizar-se em 26-11-903 (Portaria no. 767).

Em 1907, por Portaria no. 404-A, foi dissolvida a referida Comissão Municipal e nomeada outra.

A Portaria no. 421, de 22-6-908, classificou, o concelho, digo, como concelho, a circunscrição civil do Chai-Chai, com sede na povoação do mesmo nome, e circunscreveu a área de acção da Comissão Municipal de Gaza à do respectivo concelho.

A povoação do Chai-Chai foi elevada à categoria de vila, por Decreto de 27 de Outubro de 1911.

O Decreto no. 2490, de 1 de Julho de 1916, aprovou o foral do Município de Gaza.

Foi criada, por Portaria no. 472, de 30 de Junho de 1917, a Comissão de Melhoramentos Sanitários do Chai-Chai.

Em 1922, por Portaria no. 307, de 2 de Dezembro, foi determinado que a vila do Chai-Chai se denominasse Vila Nova de Gaza, e, em 4 do mesmo mês, por Portaria no. 332, foi concedido ao município de Gaza uma faixa de terreno no local conhecido por Contracosta (actual Praia Sepúlveda), para fins de turismo.

A portaria no. 510 de 29-6-923, que fixou a área da Circunscrição de Vila Nova de Gaza estabeleceu os encargos obrigatórios da respectiva Comissão Municipal, em relação à referida circunscrição.

A organização dos serviços da Comissão Municipal de Vila Nova de Gaza foi aprovada pela Portaria no. 88, de 25 de Abril de 1925.

O Decreto no. 14.979, de 2-2-928, determinou que a referida povoação do Chai-Chai, no distrito de Lourenço Marques, à qual havia sido dado o nome de Vila Nova de Gaza, passasse a denominar-se Vila de João Belo, em homenagem à memória do Comandante João Belo que foi Ministro das Colónias.

O Diploma Legislativo Ministerial no. 1, de 6-8-956, concedeu à Vila de João Belo o privilégio de usar escudo de armas e bandeira própria.

Em 1959, por Portaria no. 13.068, de 4 de Abril, a Comissão Municipal de Gaza foi elevada à categoria de Câmara Municipal.

A Vila de João Belo foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de "Cidade de João Belo", conforme Portaria no. 15.349 de 7-10-961.

A Portaria no. 15.833, de 27-2-962, criou a Junta Local do Chongoene, no Posto Administrativo do mesmo nome, no Concelho de Gaza.

A denominação de "Cidade de João Belo" foi alterada para João Belo, em face do disposto na Portaria no. 16.537, de 22-12-962.

3. Evolução judicial

Por Decreto de 10 de Setembro de 1903, foi criado o Julgado Municipal de Gaza, dependente da Comarca de Lourenço Marques, abrangendo todos os territórios que, provisoriamente, constituíam o distrito militar de Gaza, e tendo como sede Chibuto.

Posteriormente, atendendo à exposição apresentada pelos comerciantes e mais habitantes do Chai-Chai, tendo em vista os progressos ali realizados e o desenvolvimento da povoação, foi, por Portaria no. 725, de 4 de Dezembro de 1907, mudada a sede do Julgado Municipal de Gaza para o Chai-Chai.

Em 9 de Setembro de 1916, pela Portaria no. 186, é alargada a competência do Juiz do Julgado Municipal de Gaza, para a instrução e julgamento, em todo o território do antigo distrito de Gaza, de acções cíveis e comerciais até ao limite de 500\$00.

Em face do Decreto no. 14.453, de 20 de Outubro de 1927, que aprovou a "Organização Judiciária do Ultramar", foi criada a Comarca de Gaza, com sede em Vila Nova de Gaza e tendo como área jurisdicional as circunscrições civis de Vila Nova de Gaza, Muchopes, Chibuto, Guijá e Bilene.

Por Decreto no. 20.235, de 19 de Agosto de 1931, é extinta a Comarca de Gaza, sendo a sua jurisdição incorporada na de Lourenço Marques, em virtude do seu pouco movimento.

Por Decreto no. 26-6-936, é criado, na Comarca de Lourenço Marques, o Julgado Municipal Especial de Gaza, com sede na Vila de João Belo.

Por Portaria Ministerial no. 21, de 7-10-942 é, de novo, criada a Comarca de Gaza, com sede em Vila de João Belo. (...)

Capítulo IV Política das Populações

I — Introdução

No capítulo I deste relatório tratei da população, de uma forma genérica, e dos autóctones em especial, e referi-me à relevância da

corrente emigratória de nativos para a República da África do Sul. Por isso me abstenho agora de, sobre o assunto, fazer mais considerações.

A análise dos problemas do trabalho, nomeadamente o da mão de obra nativa, que outrora fazia obrigatoriamente parte deste capítulo, escapa hoje à competência dos inspectores administrativos. Daí, me limitei a indicar, sobre a mão de obra, apenas o seu custo, quando tratei das actividades económicas do Concelho.

Ao referir-me, na primeira parte deste trabalho, à agricultura, à pecuária, ao comércio e à indústria, examinei, dentro das limitações próprias de um relatório desta natureza, à sua projecção na política das populações. De igual modo procedi, em relação aos problemas de abastecimento de água, de educação, das missões religiosas e da saúde e assistência.

No entanto, independentemente de todas as referências já por mim feitas sobre as matérias que poderiam ter sido enquadradas neste capítulo, quero aqui deixar mais umas ligeiríssimas considerações, além do mais, acerca da promoção social dos autóctones, bem como das relações das populações entre si, e entre elas e as autoridades e, finalmente, acerca da posição actual dos nativos perante a política seguida por Portugal.

II — Promoção Social

Durante a inspecção tive oportunidade de constatar a existência, entre os nativos, de uma grande ânsia de aprender, de forma a poderem elevar-se rapidamente na escala social, ânsia essa, dia a dia, estimulada pelas notícias transmitidas através da imprensa e, especialmente, da rádio, sobre a constante ascensão de indivíduos da raça negra a altos postos da política, da administração, etc., e acerca das celebridades negras que vêm surgindo, a cada passo,, no mundo das várias modalidades da arte e do desporto:

Os autóctones têm hoje plena consciência de que, na realidade, só conseguirão atingir os mais altos níveis de bem estar social e de prosperidade económica através da educação. Há disso, entre eles, uma incontestável compreensão.

Todos e por toda a parte pedem, acima de tudo, escolas e professores, e não escondem o seu desgosto quando o elemento docente não satisfaz (uma realidade sem dúvida consoladora, a que teremos que corresponder, na medida dos nossos recursos em pessoal e dinheiro, com realizações oportunas, concebidas por um plano de ocupação escolar inteligentemente gizado, e que nos proporcione, no mais curto lapso de tempo possível, uma ocupação escolar eficiente que nos dê, por sua vez, a garantia de uma razoável taxa de escolarização.

É certo que apesar das nossas deficiências em matéria de ensino, que aliás não deixei de constatar neste Concelho,, podemos dizer que nos encontramos, neste campo, na vanguarda em relação ao

que se passa na maioria dos países africanos. Todavia ainda temos um árduo e longo caminho a percorrer e, muito especialmente, no que se refere ao ensino primário elementar oficializado, a cargo das missões.

A assistência sanitária é também, sem dúvida, um dos factores de maior relevância na promoção social das populações. Devo dizer que me impressionou, muito favoravelmente, o grande número de autóctones que hoje se dirigem aos diversos estabelecimentos de assistência. O esforço do pessoal médico e paramédico tem sido grande, e as verbas gastas muito vultuosas. Alguma coisa de relevante tem sido feita neste capítulo, todavia ainda nos encontramos bastante longe do que seria para desejar. Há que tomar medidas draconianas para evitar que o desmazelo de um ou outro funcionário possa comprometer uma obra que todos queremos que seja grandiosa.

O abastecimento de água às populações do Concelho, através de um grande número de poços, tem tido uma marcada influência na melhoria das condições de vida dos nativos. Este problema, honra seja feita, vem sendo encarado com verdadeiro sentido das realidades. É preciso que se prossiga, sem desfalecimento, com a certeza de que, dessa forma, se está a dar um contributo valioso à promoção social do autóctone.

Aproveito esta oportunidade para realçar a minha satisfação pelo manifesto progresso de grande número de nativos, no que se refere ao amanho da terra, ao emprego de sementes seleccionadas, e à aceitação, de uma maneira geral, das técnicas evoluídas da agricultura.

Ainda no domínio da promoção social do autóctone, deixo aqui mais o seguinte apontamento: ele hoje já se dirige aos departamentos técnicos de agricultura pedindo providência para os seus problemas. Também já compreende e aprecia a eficiência das máquinas e motores agrícolas, e esforça-se por obtê-los. A obra dos colonatos, a que me aludi quando tratei da "agricultura", foi também, sem dúvida, de grande alcance na promoção socio-económica das populações de débeis recursos. Todavia, penso que ela se encontra, presentemente, numa fase de quase estagnação. Há que promover, e quanto antes, nova arrancada.

Outro indício de promoção social do nativo é a evolução que hoje notamos, passo a passo, na sua indumentária. Apraz-me registar que, em todas as reuniões que tive com as autoridades tradicionais (banjas), e a que assistiram, no seu conjunto, alguns milhares de autóctones, estes apresentaram-se satisfatoriamente vestidos, e muitíssimos deles calçados.

No domínio do trabalho, é também incontestável a promoção social verificada nestes últimos anos. Foi o que constatei durante os variadíssimos contactos que tive, tanto com as entidades patronais como com os trabalhadores, do mais qualificado ao mais boçal.

Em consequência da aceleração do ritmo de promoção sócio-económico verificado nestes últimos anos, surgiu uma mais rápida

estratificação social entre as populações autóctones, e compreensivelmente, em especial, entre aqueles que mais de perto contactam com o elemento europeu.

A africanização dos quadros do Estado que, dia a dia, se vem acentuando, tem desempenhado um papel importantíssimo no processo dessa estratificação.

Não é também de minimizar a projecção que, no futuro, poderão vir a ter, na sociedade nativa, os actuais pequenos comerciantes autóctones, estabelecidos ao abrigo do Diploma Legislativo no. 2.671 de 4-1-1966 e que hoje exercem o comércio nas suas modestas "tendas". O pouco que acabei de dizer, sobre alguns aspectos da promoção social das populações do Concelho de Gaza, é suficiente, creio eu, para provar que a evolução do autóctone se vai processando em níveis outrora jamais atingidos.

III — Relações das Populações entre Si e entre Elas e as Autoridades

Aparentemente, as relações de convivência entre os diversos povos são normais. No entanto devo frizar que os habitantes de origem indiana e de origem chinesa vivem num quase absoluto isolamento relativamente às restantes etnias.

Nas relações entre os europeus e os autóctones existe, potencialmente, e muitas vezes, abertamente, um "pomo de discórdia" susceptível de criar, e tem criado, problemas sociais muito graves. Trata-se da ocupação e fruição dos terrenos do Estado.

Sei que esta questão das terras foi tratada proficientemente pelo Excelentíssimo Inspector Superior, Dr. Hortêncio de Sousa, quando da sua inspecção ao Distrito de Gaza, pelo que agora me limito a dizer que o problema persiste. Não é matéria que possa ser tratada com a profundidade e extensão que merece no âmbito de um relatório desta natureza. Na minha modesta opinião, é assunto que deverá ser desde já entregue a um profundo estudo de uma comissão, para o efeito especialmente criada, e constituída por juristas e técnicos.

A morosidade que tem acompanhado, de uma maneira geral, a resolução de certos processos de concessão de terrenos e, sobretudo, a ineficácia da legislação presentemente em vigor, no que se refere às repressões, têm contribuído, grandemente, para semelhante estado de coisas. Há que agir e com urgência, de forma a evitar situações graves, como as que, dia a dia, vêm sendo denunciadas.

No que se refere às relações dos habitantes com as autoridades, de nada de anormal me apercebi, o que não quer dizer que esteja convencido que não existam casos, mais ou menos graves, de ressentimentos recalcados, contra este ou aquele funcionário, que serve, ou porventura tenha servido no Concelho.

Apraz-me registar a forma entusiástica como fui sempre recebido pelas autoridades tradicionais e, sobretudo, a franqueza que

sempre usaram para comigo durante as reuniões que com eles tive, e cujas actas fazem parte deste capítulo.

IV — Autoridades Tradicionais

Durante a inspecção tive oportunidade de verificar que as autoridades tradicionais, de uma maneira geral, têm prestígio nas respectivas áreas. Esse prestígio ainda é, graças a Deus, uma manifesta força dentro da sociedade nativa. Infelizmente, tempos houve em que as autoridades administrativas não souberam, ou quiseram, tirar dele todo o partido.

Existem, em todo o Concelho, 16 regedorias, cujas autoridades tradicionais mantêm normais relações com as autoridades administrativas.

No mapa seguinte estão relacionados os regedores do Concelho de Gaza, por ordem de prestígio, segundo indicação que me foi prestada pelo administrador do Concelho, e nenhuma razão tenho para dela discordar:

	NOME	REGEDORIA	ÁREA
1	Samuel Monjane	Nhacutse	P.Chongoene
2	Paulino Chiacho Uamusse	Chiluvane	P.Chongoene
3	Munete Michave	Bila	P.Barra do Limpopo
4	Matsenhengue Matavele	Chirrinzene	P.Sede
5	António Mufaniquisso Monjane	Bungane	P.Chongoene
6	Estevão Nhacassane Mucavele	Chiluvane	P.Sede
7	Joaquim Bila	Jovucaze	P.Sede
8	Mundau Matusse	Chiconela	P.Barra do Limpopo
9	Muchechane Monjane	Chirime	P.Chongoene
10	Punguine Bila	Langoene	P.Sede

continua

continuação

	NOME	REGEDORIA	ÁREA
11	Zefanias Mahumane	Siaia	P.Chongoene
12	Vicente Simbine	Carre	P.Sede
13	Cristiano Matusse Monjane	Chau	P.Chogoene
14	Uamutsotso Arone Manhique	Magola	P.Sede
15	Ernesto Betene Monjane	Bango	P.Chongoene
16	Paulino António Fufo Mahumane	Mahumane	P.Chongoene

**V — Posição Actual dos Nativos do Concelho Perante a nossa
Política**

No Concelho de Gaza, como aliás em todo o Distrito, até hoje, graças a Deus, não se registaram quaisquer ocorrências que possam ser consideradas como actos de terrorismo. No entanto, não podemos deixar de lembrar que um grande número de dirigentes dos movimentos contra a nossa posição em Moçambique, são naturais do referido Concelho, ou das áreas administrativas limítrofes. O próprio Dr.Mondlane é natural da regedoria Coolela (Concelho dos Muchopes), que dista 75 quilómetros de João Belo.

Pertencem a famílias do Concelho de Gaza os seguintes elementos subversivos, presentemente nò estrangeiro:

1) Mateus Sansão Mutemba, que aderiu à Frelimo, tendo há dias sido morto. Antes da sua fuga para o Tanganhica foi encarregado do posto meteorológico de João Belo.

2) Cadmiel Fiziano Mutemba, que aderiu à subversão e está agora na Suazilândia.

3) Aniceto Sansão Mutemba, que fugiu também para a Suazilândia.

4) Luís Mutemba, igualmente vivendo na Suazilândia.

5) Josina Sansão Mutemba, filha do Mateus Sansão Mutemba, e que fugiu para o mesmo país.

Como se vê, só da família Mutemba registam-se, nada mais nada menos, de cinco elementos subversivos, alguns com relevância no partido Frelimo. Esta família Mutemba, ao que parece, é oriunda da

região de Catembe (Lourenço Marques), e está desde há muito radicada na área da regedoria Langoene, do Posto Sede de Gaza.

Da família Chissano, oriunda do Concelho do Chibuto e de há muito vivendo no Tavane (João Belo), há a apontar Joaquim Chissano, que foi secretário de Mondlane e de segurança da Frelimo.

Da família Manhique, natural de Gaza (regedoria Jovucaze), área do Posto Sede, há a indicar Fanuel Mahluza, ou Fanuel Guidione Manhique, ou ainda, Simão Salomão Manhique. Este indivíduo aderiu à Frelimo, passando, mais tarde, para a Udenamo. Tempos depois regressou à Frelimo e, seguidamente, passou a fazer parte do Coremo, onde desempenha as funções de secretário da educação.

Da família Mabote, também natural de Gaza e radicada na regedoria Langoene, há a indicar Milagre Mabote, que foi substituto do secretário de Mondlane e chefe da base de Catur.

São naturais do Concelho de Gaza mais os seguintes elementos subversivos:

Milagre de Jesus Mazuze, já condenado por actividades subversivas.

James David Machelele, que se encontra preso, também acusado de actividades subversivas.

António Julião Bila, que está cumprindo a pena de sete anos de prisão por ter aderido aos movimentos subversivos.

Da família Mutemba estão presentemente presos, na Província, os seguintes elementos:

Abiatar Sansão Mutemba, enfermeiro, condenado em 6 anos de prisão.

Abner Sansão Mutemba, também enfermeiro e que se encontra preso.

Milagre Sansão Mutemba, professor da Missão Suíça de Chicumbane e que também foi condenado na pena de 6 anos de prisão.

Live ou Levy Fiziano Mutemba ou Livingstone, igualmente condenado por actividades subversivas.

Rufina Sansão Mutemba, também condenada por idênticas razões.

Juvenália Sansão Mutemba, igualmente condenada pelas mesmas razões.

Esperança Sansão Mutemba, elemento angariador de estudantes para a Frelimo. Foi condenada e tem residência fixa em Muecate (Distrito de Moçambique).

Ainda no corrente ano, uma filha de Mateus Sansão Mutemba completou o ciclo preparatório na Escola Técnica Elementar de João Belo.

Da família Bila, natural de Gaza (regedoria Langoene do Posto Sede), aparece José Gutters Bila que presentemente se encontra em João Belo e que foi secretário do extinto Mozambique African National Congress.

Devo dizer que embora o regedor de Langoene (área do Posto Sede) seja também um Bila, segundo me informou o administrador do Concelho, e eu não tenho qualquer razão para pensar o contrário, o mesmo regedor é, politicamente, um elemento de confiança.

Parece-me que o panorama que acabei de apresentar é suficientemente sugestivo, o que, só por si, nos alerta no sentido de uma eficaz vigilância sobre todas as actividades suspeitas das populações e, muito especialmente, em relação às famílias que indiquei.

A meu ver, tanto as autoridades policiais como as administrativas não estão às alturas dessa especialíssima fiscalização. De resto, também o sabe o Governador da Província e, tanto assim que vai ser instalado, dentro de um mês, creio eu, em João Belo, um posto da Polícia Internacional e de Defesa do Estado.

* * *

Também não posso deixar de exprimir as minhas sérias preocupações acerca da existência, na área do Concelho de Gaza, de grande número de seitas religiosas. Nelas, como é sabido, a propaganda e a doutrinação política constituem, quase sempre, a preocupação dominante.

Ninguém também desconhece que a própria natureza dos programas de doutrina religiosa seguidos pela maioria dessas seitas, quanto mais não seja, é de molde a criar, no espírito do nativo pouco evoluído, uma grande receptividade às ideias políticas extremistas.

Em Gaza existem, com conhecimento das autoridades, as seguintes seitas: Igreja Baptista Escandinava; Igreja de Cristo; Igreja Etíope; Igreja Metodista Livre; Pilgrim Holiness Church; Seita Zione.

Além das enumeradas, também trabalham no Concelho, embora clandestinamente, pelo menos mais as seguintes: African Methodist Episcopal Church; Igreja São União Apostólica dos Negros da Província de Moçambique; Testemunhas de Jeová (conheci alguns adeptos desta seita, na Província de Cabo Verde, onde, graças à acção das autoridades responsáveis, ela deixou de ter expressão).

As autoridades e as Missões Católicas têm, nesta matéria, grande caminho a percorrer. As primeiras terão que exercer uma grande fiscalização, tão discreta quanto eficaz, sobre aquelas seitas que funcionam com o seu conhecimento. É de notar que tal fiscalização também deverá ser extensiva, e de forma não menos eficaz, às missões religiosas estrangeiras onde, como se sabe, têm sido educados inúmeros nativos que, mais tarde, aderiram à subversão.

Em relação às seitas que no Concelho trabalham na clandestinidade, há que desenvolver uma persistente acção repressiva, na qual deverão ser empenhadas todas as autoridades, sem esquecer o valioso contributo que, a esse respeito, se poderá esperar dos régulos de credo católico.

As especiais referências que atrás fiz, em relação a alguns nativos que têm aderido aos diferentes movimentos subversivos do exterior, necessitam de algumas palavras complementares. É que não são eles os únicos autóctones de Gaza que nos são desafectos, embora possa parecer o contrário.

Julgo, pelas conversas que tenho tido com muita gente, e pelos elementos de consulta e de informação escrita que tive ocasião de ler, que existem, em todo o Concelho, muito camufladamente, bastantes indivíduos desafectos e com ligações mais ou menos intensas, com elementos preponderantes dos vários movimentos subversivos, com sede no estrangeiro.

Há que prospectar, com inteligente discrição, de maneira a se poder conhecer, quer em extensão, quer em profundidade, o que porventura projectem os desafectos e, mais ou menos responsáveis, no sentido de perturbarem a ordem pública, ou de mesmo instalarem o terrorismo nesta área. Esse conhecimento, como é óbvio, é indispensável antes de qualquer tomada de posição.

É, sem dúvida, uma árdua tarefa e que, em meu modesto entender, apenas poderá ser executada com a necessária eficiência, pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado, embora também não seja de minimizar toda a colaboração das outras autoridades do Concelho e, de uma maneira geral, de toda a população que nos é fiel.

A despeito de todas as considerações feitas, posso esclarecer, em face de informações colhidas de uma fonte que reputo idónea, que apenas uma parcela mínima da população do Concelho (menos de 1%) é contrária à política ultramarina de Portugal, embora também existam alguns milhares de autóctones muito receptivos à doutrinação anti-portuguesa.

Os nativos de Gaza, na sua maior parte, ou já estão franca e conscientemente agarrados à sua condição de verdadeiros portugueses, ou são, pelo menos, sensíveis, e de forma favorável, à nossa nacionalidade. É precisamente para estes últimos, e para as dezenas de milhares dos que ainda vacilam se deverão, ou não, continuar fiéis a Portugal, que as autoridades responsáveis deverão dirigir a sua especial atenção, procurando transformá-los em cidadãos conscientemente portugueses.

Actas das Reuniões com as Autoridades Tradicionais

Acta da reunião com as autoridades tradicionais do Posto Sede do Concelho de Gaza, realizada em 16 de Maio de 1968

Aos desasseis dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade de João Belo e recinto da Administração do Concelho de Gaza, sendo dez horas, estando presentes o

Excelentíssimo Senhor Inspector Administrativo, Engenheiro Tito Lívio Maria Feijóo, o Senhor Administrador do Concelho, José Manuel Xavier Norton, e o cabo da polícia administrativa, Francisco Forman Nhampossa, servindo de intérprete, comigo Tomás Gomes Jorge, secretário da inspecção e escrivão desta acta, aqui compareceram, na sua totalidade, as seguintes autoridades tradicionais:

Regedores: Regedor do Chiluané, Estevão Nhamassane Mucavele; Regedor do Langoene, Punguine Bila; Regedor do Chirrinzene, José Matavele; Regedor do Jovúcaze, Mabuco Joaquim Bila; Regedor de Magula, Mutsotso Arone; Regedor do Carre, Oioio Vicente Simbine.

Chefes de Povoação: Chefe de Chongoanine, Filimone Maungatane Meringue; Chefe de Balanine, António Alberto Balane; Chefe do Nhachequene, Pedro Chinhongo Chilloso; Chefe do Denguene, António Manchuené Mazuze; Chefe do Chilaulene, Batrane Mazuze; Chefe do Zimilene, Manhanga Zimila; Chefe do Novunguene, Uafegane Alfredo Movunga; Chefe do Gulelene, Finiasse Matavele; Chefe do Chicumbane, José Mutema Bila; Chefe do Chimangue, Docodela Vasco Bila; Chefe do Totue, Elias Coloane Bila; Chefe do Mussire, Samissone Mataveis; Chefe do Chacula, Jaime Pedro Mataveis; Chefe do Mainguelane, Paulino Mainguelane Mataveis; Chefe do Caichane, João Baptista Mataveis; Chefe do Macandene, Adriano Marenze; Chefe do Chimbunhanine, Gaide Manhique; Chefe de Manhangane, António Bila; Chefe do Tsocolo, Juvené Azarias Seis.

Além das autoridades tradicionais, também assistiram à reunião centenas de autóctones, ocasionalmente no local.

O Excelentíssimo Inspector, depois de ter sido saudado pelas autoridades nativas com o tradicional "bayete" que agradeceu, por intermédio do intérprete, explicou qual a sua função, na qualidade de enviado de Sua Excelência o Governador Geral para tomar conhecimento, e transmitir superiormente, os anseios, preocupações e queixas da população.

Seguidamente, o mesmo Excelentíssimo Senhor abordou, em linguagem simples e clara, as seguintes questões:

- O respeito devido à Bandeira Nacional, bem como ao Chefe do Estado, à Assembleia Nacional, ao Governo, aos Tribunais e às autoridades em geral.

- Deveres e direitos das autoridades tradicionais, e o prestígio da sua função.

- Monogamia. Suas vantagens.

- A família. Sua importância na organização social. Benefícios da família legitimamente constituída.

- Vantagens do aumento da população.

- Garantia que assiste a todos de poderem receber assistência do Estado nos diferentes sectores, nomeadamente, no da saúde, no do ensino, etc.

- Benefícios que resultam para as populações de utilizarem os

postos sanitários, as escolas, etc.

- Inconvenientes da acção dos curandeiros e feiticeiros.
- Vantagens das grávidas se dirigirem às maternidades a fim de serem assistidas no parto.
- Promoção social. Formas de a conseguir. A educação e a promoção social.
- Aldeamentos.
- Registo Civil e Identificação. Suas vantagens.
- A valorização e a dignidade do trabalho. Escolha da profissão.
- Emigração legal e clandestina. Inconvenientes da última.
- Propaganda subversiva. Em que consiste e como evitá-la.
- Inconvenientes do uso e abuso de bebidas alcoólicas, nomeadamente daquelas de fabrico clandestino.
- Queimadas. Seus perigos. Seus inconvenientes na destruição da manta florestal, ocasionando a erosão e a esterilização do solo.
- Obrigação legal e social dos impostos. Imposto domiciliário e a sua extensão aos cidadãos de todas as condições.
- Carinho e respeito que deverão merecer as missões.
- Seitas religiosas à margem da lei. Como proceder para com elas de forma a acautelar os interesses de todos.
- Agricultura. Vantagens das culturas ricas e necessidade das culturas de subsistência. Como proceder para conservar o solo e a água. Vantagens da diversificação cultural. Vantagens da utilização de máquinas e alfaia agrícolas evoluídas.
- Pecuária. Integral aproveitamento das zonas de pastagens existentes. Vantagens em seguir os conselhos técnicos sobre a criação de gado. Vacinações. Utilização dos tanques carracidas.

Seguidamente, o Excelentíssimo Inspector convidou as autoridades a exporem os assuntos que entendessem pertinentes. Muitos quiseram pôr as suas dúvidas, e os seus anseios, conforme consta a seguir:

O Regedor do Carre disse: Que dada a localização da maternidade mais próxima — 25 kms — vêem-se as parturientes privadas de uma assistência eficiente, pois em casos de emergência são obrigadas a solicitar transporte a indivíduos possuidores de carros, no que nem sempre são atendidas e, quando o são, é com uma certa relutância. Pretende que na sua área seja construída uma maternidade.

O Regedor do Chirrinzene disse: Que manifestava desejos de que a sua regedoria seja dotada de um posto sanitário, pois o mais próximo fica a 16 kms, obrigando os necessitados a um exaustivo percurso. Disse ainda das dificuldades existentes no transporte de doentes em estado grave para o Hospital Regional de João Belo, o qual fica a 25 kms de distância das suas terras. Que o actual vencimento dos regedores (500\$00 mensais) não lhes permite levar uma vida

compatível com o cargo que desempenham, pois até um mero trabalhador braçal dos que se deslocam para a África do Sul ganha mais que um regedor. Dadas as suas ocupações em serviço do Estado, não lhes é possível cuidar convenientemente das suas "machambas" e, praticamente, é só com o vencimento que o Estado lhes paga que terão de fazer face às despesas concernentes a alimentação, vestuário e medicamentos. Que, por sua vez, com as fracas possibilidades financeiras de que dispõem, também não lhes é permitido dar uma instrução adequada aos seus filhos, que lhes faculte irem além da Instrução Primária, na melhor das hipóteses. Assim, entendia que o vencimento mínimo a pagar-lhes deveria ser de 2.500\$00 mensais. Que em 1965, o falecido Administrador Duran Madeira lhes prometera que seriam construídas moradias para os regedores, mas que até à presente data apenas tem conhecimento de ter sido construída uma, para um regedor da área do Posto de Chongoene. Que entendia que o Governo devia distribuir a cada regedor uma bicicleta, dado que o seu serviço obriga a consequentes deslocações e assim podiam cumprir com maior prontidão as várias obrigações que lhes são atribuídas.

O Regedor do Jovucaze disse: Que na sua área, com mais de 1 milhar de crianças em idade escolar, existe a necessidade premente de uma escola. Que essa escola já anteriormente lhe havia sido prometida pelo então Governador do Distrito, Inspector Óscar Ruas, tendo chegado a ser escolhido o terreno para a sua construção, que todavia se não fez. Que na sua área os hipopótamos estão destruindo as machambas, e que tendo solicitado aos Serviços de Veterinária providências, as mesmas ainda não foram tomadas, dado que o caçador daqueles serviços encontra-se em Mapulanguene, segundo consta.

O Regedor de Magula disse: Que tem necessidade de uma escola, pois a mais próxima fica a 8 kms, e mesmo essa já não comporta mais alunos. Que seria justo que aos chefes de grupo de povoações, a exemplo do que vem sendo feito com os regedores, fosse também atribuído um vencimento mensal, pois o cargo que desempenham é bastante trabalhoso e impede-os de consagrarem o melhor do seu esforço às suas ocupações particulares.

O Chefe de Grupo do Zimilene disse: Que a população da sua área tem necessidade de um posto sanitário, pois o mais próximo — o de João Belo — fica a 30 kms.

O Chefe de Grupo do Chimbonhanine disse: Que a instrução na escola existente na sua área é ministrada por um professor catequista das Missões, que praticamente só lhes ensina catequese e pouquíssimo de português. Nesta altura, o autóctone Carlos Mazivila que se encontrava também assistindo à "banja" do Exmo. Inspector, solicitou autorização para falar e informou que ele próprio tem 2 filhos estudando nessa escola, os quais, após 2 anos de frequência ainda não sabem escrever sequer o nome, pois o professor ensina-lhes catequese e cânticos religiosos em vez de lhes ensinar a falar e escrever a língua

portuguesa.

Em seguida, o referido Chefe de Grupo do Chimbonhanine solicitou que para aquela escola fossem enviados pelo menos 2 professores que estivessem às alturas das exigências, dado que a maior aspiração das suas gentes seria escrever e falar o português.

Que apoiavam plenamente a sugestão apresentada pelo regedor de Megula no sentido de, aos chefes de grupo, ser pago um vencimento mensal.

O Chefe de Grupo de Chacula: Solicitou um vencimento mensal para os chefes de grupo, alegando que, no seu caso, ele e a família passam privações uma vez que, estando quase sempre ocupado com serviço do Governo, não pode prestar a assistência devida à sua vida particular.

Que na escola existente na sua povoação a instrução é prestada por um professor-catequista das Missões, que apenas possui a 2ª classe e auferir um vencimento mensal de 200 ou 300\$00, ensinando quase só catequese. Que em resultado de tal deficiência de ensino, os seus filhos que frequentam essa escola, já há 3 anos, não sabem ainda ler nem escrever, e quando aparece uma pessoa dirigindo-se-lhes em português, têm de chamar uma outra para servir de intérprete.

O Chefe de Grupo do Denguene disse: Que a casa onde se encontra funcionando a escola da sua área não oferece as mínimas condições, pois é coberta a capim e apresenta-se em mau estado, e pretendia que em sua substituição fosse edificada uma escola de alvenaria.

Que o actual professor-catequista, que anteriormente exercia a profissão de pedreiro, também não satisfaz, pois passa a maioria do tempo tratando da catequese e pouquíssimo português ensina.

O Chefe de Grupo Cachane disse: Que o professor que ministra instrução na sua área também não está às alturas do lugar que desempenha dadas as suas fracas habilitações.

Que deveria ser solicitada a colaboração das entidades empregadoras de mão de obra, pois muitos trabalhadores há que não tendo as mulheres residindo nas respectivas povoações onde se acham recenseados, gastam todo o vencimento no local de trabalho e não pagam o imposto.

O Chefe de Grupo Totoè disse: Que o professor-catequista que existe na sua área é bom, mas que dado o elevado número de alunos a seu cargo, não lhe é possível dar o rendimento necessário. Assim, entende que há necessidade de, pelo menos, mais uma escola na sua povoação.

Que também ele e sua família passam privações, uma vez que o cargo que desempenha não lhe permite cuidar convenientemente da sua vida particular, pelo que entendia que o Governo devia atribuir, também aos chefes de grupo, um vencimento, à semelhança do que vem sendo feito com os regedores.

O Chefe de Grupo do Novonguene disse: Que pretende a isenção de licença de bicicleta para todas as autoridades tradicionais, dado que a maior parte das vezes as bicicletas que possuem são utilizadas nas suas deslocações em serviço do Governo, havendo ainda a agravante de eles, chefes de grupo, não receberem qualquer vencimento ou remuneração.

Disse ainda das enormes dificuldades em se conseguir que os indivíduos recenseados na sua área, e que se encontram a trabalhar em Lourenço Marques, paguem o imposto, uma vez que somente quando necessitam de uma nova caderneta de identidade ou de qualquer outro documento é que efectuam o seu pagamento e, unicamente, pela impossibilidade que têm de obter tais documentos sem a prova de pagamento do imposto.

Dado que mais nenhum dos presentes desejava falar, o Excelentíssimo Inspector agradeceu a presença de todos, e depois de se ter despedido, individualmente, de cada uma das autoridades tradicionais, deu por encerrada a reunião, eram doze horas e trinta minutos.

E para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada por ele, Excelentíssimo Inspector Tito Lívio Maria Feijóo, e por mim Tomás Gomes Jorge, escrivão que a dactilografei.

* * *

*Acta da reunião com as autoridades tradicionais do Posto
Administrativo do Chongoene, realizada em 23 de Maio de 1968*

Aos vinte e três dias do mês de Maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, nesta localidade de Chongoene e recinto do Posto Administrativo do Chongoene, do Concelho de Gaza, sendo dez horas, estando presentes o Excelentíssimo Senhor Inspector Administrativo Engenheiro Tito Lívio Maria Feijóo, o Senhor Administrador do Posto, José Eurico do Rosário da Costa Fernandes, e o intérprete, José João Franco, comigo Tomás Gomes Jorge, secretário da inspecção e escrivão desta acta, aqui compareceram, na sua totalidade, as seguintes autoridades tradicionais:

Regedores: Regedor do Chiluvane, Paulino Chiacho Uamusse; Regedor do Nhacutze, Samuel Jeremias Monjane; Regedor de Bongane, António Mufanequisso Monjane; Regedor do Bango, Ernesto Betene Monjane; Regedor do Chirime, Xavier Muchachane Monjane; Regedor do Chau, Cristiano Matusse Monjane; Regedor do Mahumane, Paulino António Fufo Mahumane; Encarregado da Regedoria de Siaia, Joel Davesane Mahumane.

Chefes de Grupo de Povoações: Chefe do Chiluvane, António Chiluvane; Chefe de Goanine, Agostinho Davene; Chefe do Cavelene, Arnaldo Mucavele; Chefe do Cunzulene, Paulino Boa; Chefe do Maciene,

Gaspar Macie; Chefe do Gangalene, Cabral Uamusse; Chefe do Nhatsembene, António Mutemba; Chefe do Nhapequene, Ernesto Machai; Chefe do Selevene, Alfredo Mutisse; Chefe do Chissanuine, Dezanove Matavele; Chefe do Tetene, Jossias Tete; Chefe do Nhamavila, Pedro Nhatave; Chefe do Nhocoene, Manuel Machambeiro Cossa; Chefe do Poiombo, Samuel Mahumane; Chefe do Chimutane, Pedro Monjane; Chefe do Chiarre, Alberto Monjane; Chefe do Chirrinze, Pedro Monjane; Chefe do Namuchoa, Vasco Monjane; Chefe do Chicuvane, Vasco Manhique; Chefe do Gumane, Alberto Gumane Dimande; Chefe do Macuelatava, José Mahumane; Chefe do Pomolene, Alfredo Mahumane.

Assistiram ainda à "banja" cerca de um milhar de autóctones, entre homens e mulheres.

O Excelentíssimo Inspector, depois de ter sido saudado com o tradicional "bayete" pelas autoridades nativas, por intermédio do intérprete, explicou qual a sua função, na qualidade de enviado de Sua Excelência o Governador Geral para tomar conhecimento, e transmitir superiormente, os anseios, preocupações e queixas da população.

Seguidamente, o mesmo Excelentíssimo Senhor abordou, em linguagem simples e clara, as seguintes questões:

- O respeito devido à Bandeira Nacional, bem como ao Chefe do Estado, à Assembleia Nacional, ao Governo, aos Tribunais e às autoridades em geral.

- Deveres e direitos das autoridades tradicionais, e o prestígio da sua função.

- Monogamia. Suas vantagens.

- A família. Sua importância na organização social. Benefícios da família legitimamente constituída.

- Vantagens do aumento da população.

- Garantia que assiste a todos de poderem receber assistência do Estado nos diferentes sectores, nomeadamente, no da saúde, no do ensino, etc.

- Benefícios que resultam para as populações de utilizarem os postos sanitários, as escolas, etc.

- Inconvenientes da acção dos curandeiros e feiticeiros.

- Vantagens das grávidas se dirigirem às maternidades a fim de serem assistidas no parto.

- Promoção social. Formas de a conseguir. A educação e a promoção social.

- Aldeamentos.

- Registo Civil e Identificação. Suas vantagens.

- A valorização e a dignidade do trabalho. Escolha da profissão.

- Emigração legal e clandestina. Inconvenientes da última.

- Propaganda subversiva. Em que consiste e como evitá-la.

- Inconvenientes do uso e abuso de bebidas alcoólicas,

nomeadamente daquelas de fabrico clandestino.

- Queimadas. Seus perigos. Seus inconvenientes na destruição da manta florestal, ocasionando a erosão e a esterilização do solo.

- Obrigação legal e social dos impostos. Imposto domiciliário e a sua extensão aos cidadãos de todas as condições.

- Carinho e respeito que deverão merecer as missões.

- Seitas religiosas à margem da lei. Como proceder para com elas de forma a acautelar os interesses de todos.

- Agricultura. Vantagens das culturas ricas e necessidade das culturas de subsistência. Como proceder para conservar o solo e a água. Vantagens da diversificação cultural. Vantagens da utilização de máquinas e alfaías agrícolas evoluídas.

- Pecuária. Integral aproveitamento das zonas de pastagens existentes. Vantagens em seguir os conselhos técnicos sobre a criação de gado. Vacinações. Utilização dos tanques carracidas.

Seguidamente, o Excelentíssimo Inspector convidou as autoridades a exporem os assuntos que entendessem pertinentes. Muitos quiseram pôr as suas dúvidas, e os seus anseios, conforme consta a seguir:

O Encarregado da Regedoria de Siaia, Joel Mahumane, disse: Que antigamente a população nativa tinha assistência médico-sanitária gratuita, mas agora era necessário pagar os tratamentos, o que não achava certo.

O Regedor de Chiluvane, Paulino Chiacho Uamusse, disse: Que a sua regedoria era a maior da área do Posto, tanto em superfície como em população. Que tinha 17 grupos de povoações e apenas dez escolas. Que isso obrigava as crianças a percorrerem grandes distâncias para as frequentarem pelo que pedia mais escolas, pelo menos uma para cada grupo de povoações. Que a população estava disposta a participar para a construção dos edifícios desde que se arranjassem mais professores. Disse ainda o regedor Chiluvane que "era uma boa coisa que os filhos conhecessem a terra de seus pais". Que quando da visita do Venerando Chefe de Estado, tivera oportunidade de lhe formular um pedido, bem como a S.Excelência o Ministro do Ultramar, no sentido dos regedores de Moçambique serem convidados a visitarem a Metrópole. Que tinha já decorrido muito tempo mas que nada lhe tinha sido dito sobre o assunto.

O Regedor do Chau, Cristiano Monjane, disse: Que desejava manifestar a sua gratidão pela visita do sr. Inspector de cujos bons conselhos tomara boa nota. Que tinha apenas um pedido a fazer: um tanque carracida para a sua regedoria, dado que aquele de que o gado da sua regedoria se serve fica na sede do Posto que dista 16 quilómetros. Que durante o trajecto o gado ocasiona muitos prejuízos nas culturas dos vizinhos, o que origina constantes questões.

O Regedor do Chirrimie, Xavier Monjane, depois de ter

manifestado a sua satisfação pela visita do Exmo. Senhor Inspector, disse que tinha a formular dois pedidos: um poço para a sua regedoria e um posto sanitário. Que a sua regedoria ficava a mais de 20 quilómetros do posto sanitário e a água a mais de 10 quilómetros da sua povoação.

O Exmo. Senhor Inspector interrogou o Administrador do Posto sobre o programa de construção de poços na área, ao que ele respondeu que na ordem de prioridade de poços a construir, figurava em primeiro lugar a povoação do regedor Chirrimbe.

O Exmo. Senhor Inspector disse então ao regedor que dada a informação prestada pelo Administrador do Posto, o problema do poço seria resolvido. Que quanto ao posto sanitário, iria incluir o seu pedido no relatório.

O Regedor Mahumane, Paulino Fufo Mahumane, disse que na sua terra a população estava a construir uma escola. Que as paredes já estavam levantadas, mas que não tinha ainda a cobertura, e por isso pedia um subsídio para o efeito.

O Regedor do Bungane, António Mufanequisso Monjane disse que tinha imenso prazer em anunciar que o Governo, satisfazendo um grande anseio da população, estava a construir uma escola de alvenaria na sua povoação. Que a sua regedoria tinha muitas crianças em idade escolar e que ele obrigava todas as crianças a irem à escola. Que esta tinha já alunos da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª classes. Que só um professor não podia ensinar convenientemente tanta gente e que, por isso, pedia que fosse colocado mais um professor.

O Regedor do Nhacutze, Samuel Jeremias Monjane, declarou que em 1956, tinha sido aberto, na parte do vale do Limpopo pertencente à sua regedoria, um parcelamento. Que este parcelamento beneficiara muito a sua gente. Que enquanto ele funcionou tinha tirado muito boas colheitas de milho, trigo e arroz. Mas que agora o parcelamento não trabalha por se terem entupido as valas e a gente da sua regedoria tem que recorrer à mandioca para matar a fome. Que apresentou já o caso ao encarregado do parcelamento, mas que ele lhe respondera que não havia verba para os trabalhos de abertura de valas. Ele, regedor, pedia apenas que as valas do parcelamento fossem abertas para a sua gente poder trabalhar.

O exmo. Senhor Inspector disse que iria consignar este pedido no seu relatório e que tinha a certeza de que o Exmo. Senhor Governador do Distrito faria o possível por resolver o problema por intermédio do organismo competente que é a Junta Autónoma de Povoamento Agrário.

Disse ainda o regedor do Nhacutze que pedia facilidades de transporte para ele e os seus colegas poderem deslocar-se ao Posto nos dias da reunião do Conselho dos Regedores.

O Exmo. Senhor Inspector perguntou ao Administrador do Posto quais eram as possibilidades que havia nesse sentido.

O Administrador do Posto disse que já tinha falado no assunto ao concessionário das carreiras e esperava conseguir alguns passes gratuitos para os regedores e chefes mais necessitados.

O Chefe Nhamavila, Pedro Nhatave, disse que pedia um tanque carracida e um posto sanitário para a sua povoação.

O Chefe do Chissanuine pediu um poço para a sua povoação.

O Chefe Nhapequene, Ernesto Machai também pediu um poço para a sua povoação.

O Chefe de Nhamuchua, Vasco Jafete Monjane, disse que este ano a produção de castanha de caju tinha sido muito pequena devido, em especial, a uma doença que tinha atacado os cajueiros e que depois se alastrara aos mandiocais.

O Exmo. Senhor Inspector perguntou ao chefe se tinha levado o caso ao conhecimento dos Serviços de Agricultura, ou do Senhor Administrador do Posto. O Chefe Nhamuchua disse que se tinha apresentado no Posto com estacas de mandioca afectadas pela doença, a fim de serem enviadas aos serviços agrícolas.

O Exmo. Senhor Inspector perguntou ao Administrador do Posto quais tinham sido as medidas tomadas. O Administrador do Posto respondeu que o caso dos cajueiros afectados pela moléstia tinha-lhe sido presente pelo chefe Cunzulene e o dos mandiocais pelo regedor do Nhacutze e não pelo chefe do Nhamuchua. Que tinha sido enviados à Repartição Distrital de Agricultura as amostras necessárias, e que aquela, por sua vez, tinha indicado aos interessados o tratamento a efectuar. Porém como a extensão do ataque foi muito grande, os agricultores nativos não tiveram possibilidade de adquirir os produtos necessários para debelar a doença, por não poderem suportar os encargos com a sua aquisição.

O Chefe do Chiluvane, Armando Chiluvane, disse que ele era um chefe de grupo de povoações mas que não tinha qualquer vencimento, recebia apenas 400\$00 no fim do ano, como gratificação pela cobrança do imposto. Que era casado, tinha mulher e filhos, e que esse dinheiro não chegava para sustentar a família. O Administrador do Posto disse que era de toda a justiça que este assunto fosse resolvido, pois a falta de remuneração levava muitos chefes a lançar impostos privativos para se poderem sustentar e que a autoridade não tinha a coragem moral para acabar com este estado de coisas uma vez que os chefes não eram remunerados e tinham que viver, desempenhar as suas funções, sustentar a família e comprar o seu fardamento.

O Chefe do Cavelene disse que tinha ouvido com atenção os conselhos do sr. Inspector, em especial o de mandar os filhos à escola. Mas que acontecia que agora as escolas oficiais excluíam os alunos que tivessem mais de 14 anos e que assim os seus filhos ficavam privados de frequentar a escola.

O Induna do Chefe de Cumine disse que ele era induna (auxiliar) do chefe e que pedia que lhe fosse concedida uma farda que o

distinguisse como tal.

Falou finalmente uma mulher nativa que se encontrava entre os presentes que, depois de ter cumprimentado o Exmo. Senhor Inspector disse que tinha ficado muito satisfeita de estar casualmente presente à "banja". Que tinha ouvido todos os conselhos do Sr. Inspector e que iria transmiti-los às outras mulheres do povo.

Dado que mais nenhum dos presentes desejava falar, o Excelentíssimo Inspector agradeceu a presença de todos, e depois de se ter despedido, individualmente, de cada uma das autoridades tradicionais, deu por encerrada a reunião, eram doze horas e quarenta e cinco minutos.

E para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada por ele, Excelentíssimo Inspector Tito Lívio Maria Feijóo, e por mim Tomás Gomes Jorge, escrivão que a dactilografei.

* * *

*Acta da reunião com as autoridades tradicionais do Posto
Administrativo da Barra do Limpopo, realizada em 7 de Junho de
1968*

Aos sete dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, nesta povoação de Zongoene e recinto do Posto Administrativo da Barra do Limpopo, sendo dez horas e trinta minutos, estando presentes o Excelentíssimo Senhor Inspector Administrativo Engenheiro Tito Lívio Maria Feijóo, o Senhor Administrador do Posto, José Vaz Ferreira, e o intérprete, Filipe Elias Manhique, comigo Tomás Gomes Jorge, secretário da inspecção e escrivão desta acta, aqui compareceram, na sua totalidade, as seguintes autoridades tradicionais:

Regedores: Regedor de Mula, Amone Muhete Michavo; Regedor do Chiconela, Marcos Manenguanhane Matusse.

Chefes de Grupo de Povações: Chefe de Mahanuquene, Jossias Marrumbine Mahanuquene; Chefe do Chirrinzanine, Armando Muzamcomo Chirrinzano; Chefe de Gutsuine, Zacarias Macalelane Mula; Chefe do Chirrambelene, Adriano Chichongue Mutambe; Chefe do Novela, Vasco Majenane Novela; Chefe do Nhabanga, Fernando Guanzane Nhabanga; Chefe do Guíne, Maquinhe Mariquela; Chefe do Maingane, Davide Monguane Matusse; Chefe do Choane, José Muzonde Matusse; Chefe do Lumane, João Jelene Matusse; Chefe do Mahamo, António Mangachuanne Matusse; Chefe do Mungo, Ernesto Monguane Matusse; Chefe do Chocane, Júlio Muchandine Matusse; Chefe do Matsoluene, Geraldo Chelecane Matusse.

Além das autoridades tradicionais, também assistiram à reunião cerca de 900 autóctones, entre homens e mulheres.

O Excelentíssimo Inspector, depois de ter sido saudado com o tradicional "bayete" pelas autoridades nativas, por intermédio do

intérprete, explicou qual a sua função, na qualidade de enviado de Sua Excelência o Governador Geral para tomar conhecimento, e transmitir superiormente, os anseios, preocupações e queixas da população.

Seguidamente, o mesmo Excelentíssimo Senhor abordou, em linguagem simples e clara, as seguintes questões:

- O respeito devido à Bandeira Nacional, bem como ao Chefe do Estado, à Assembleia Nacional, ao Governo, aos Tribunais e às autoridades em geral.

- Deveres e direitos das autoridades tradicionais, e o prestígio da sua função.

- Monogamia. Suas vantagens.

- A família. Sua importância na organização social. Benefícios da família legitimamente constituída.

- Vantagens do aumento da população.

- Garantia que assiste a todos de poderem receber assistência do Estado nos diferentes sectores, nomeadamente, no da saúde, no do ensino, etc.

- Benefícios que resultam para as populações de utilizarem os postos sanitários, as escolas, etc.

- Inconvenientes da acção dos curandeiros e feiticeiros.

- Vantagens das grávidas se dirigirem às maternidades a fim de serem assistidas no parto.

- Promoção social. Formas de a conseguir. A educação e a promoção social.

- Aldeamentos.

- Registo Civil e Identificação. Suas vantagens.

- A valorização e a dignidade do trabalho. Escolha da profissão.

- Emigração legal e clandestina. Inconvenientes da última.

- Propaganda subversiva. Em que consiste e como evitá-la.

- Inconvenientes do uso e abuso de bebidas alcoólicas, nomeadamente daquelas de fabrico clandestino.

- Queimadas. Seus perigos. Seus inconvenientes na destruição da manta florestal, ocasionando a erosão e a esterilização do solo.

- Obrigação legal e social dos impostos. Imposto domiciliário e a sua extensão aos cidadãos de todas as condições.

- Carinho e respeito que deverão merecer as missões.

- Seitas religiosas à margem da lei. Como proceder para com elas de forma a acautelar os interesses de todos.

- Agricultura. Vantagens das culturas ricas e necessidade das culturas de subsistência. Como proceder para conservar o solo e a água. Vantagens da diversificação cultural. Vantagens da utilização de máquinas e alfaia agrícolas evoluídas.

- Pecuária. Integral aproveitamento das zonas de pastagens existentes. Vantagens em seguir os conselhos técnicos sobre a criação de gado. Vacinações. Utilização dos tanques carracidados.

Seguidamente, o Excelentíssimo Inspector convidou as autoridades a exporem os assuntos que entendessem pertinentes. Muitos quiseram pôr as suas dúvidas, e os seus anseios, conforme consta a seguir:

O Regedor de Mula disse: Que agradecia a presença do Exmo. Senhor Inspector na área da sua regedoria, assim como a oportunidade que lhe dá de expor os seus problemas.

Seguidamente informou que a sua população há 4 anos que vem suportando a fome, pois as terras da sua regedoria sitas na baixa do Limpopo não têm sido devidamente drenadas, dado que as valas existentes para o efeito não têm capacidade suficiente, e o povo é impotente, à face dos seus recursos, para poder levar a cabo os trabalhos de alargamento e aprofundamento dessas valas.

Que ele regedor tem sempre reunido a sua população, aconselhando-os a pagarem prontamente o imposto e explicando-lhes que esse dinheiro é utilizado em trabalhos e construções várias, das quais eles vêm a beneficiar.

Que a maioria da população vem cumprindo com os seus deveres tributários, mas outros há que mostram certa relutância em satisfazê-los e, regra geral, são rapazes que indo trabalhar para Lourenço Marques chegam à altura de casar e levam as mulheres com eles para aquela cidade e, uma vez lá, jamais enviam dinheiro para o imposto. Que esse é um dos grandes problemas que ele regedor tem, e acha que o Governo devia insistir com as entidades patronais no sentido das mesmas colaborarem na cobrança do imposto.

Terminou agradecendo, não só em seu nome como também da sua gente, a honra que o Exmo. Senhor Inspector lhes deu com a sua presença.

O Chefe de Mahanuquene disse: Que uma vez que o regedor já tinha falado por todos expondo convenientemente os problemas mais prementes, nada lhe restava acrescentar a não ser agradecer ao Exmo. Senhor Inspector a sua presença e a oportunidade que lhes foi dada de exporem os seus anseios.

O Chefe do Mongo disse: Que a população tem trabalhado bastante nas "machambas", mas teve agora a pouca sorte de 3 dias seguidos de chuva que lhes inutilizou as sementeiras.

Tal como o regedor de Mula, falou também na insuficiência de drenagem das valas existentes nos terrenos da baixa do Limpopo, e disse que ia pedir ao Senhor Administrador do Posto para lhe arranjar 6 pás pois tinha algumas pessoas que, voluntariamente, iriam trabalhar no arranjo dessas valas. Nesta altura, o Excelentíssimo Inspector recomendou ao Senhor Administrador do Posto que providenciasse no sentido de serem fornecidas as pás ao chefe de grupo, tal como ele solicitou.

O agricultor Paulo Muzimba Macamo, da povoação do chefe Maingue, disse: Que tinha para o auxiliar no amanhã da terra 8 cabeças

de gado. Que após as cheias do ano anterior, morreram 4 cabeças e, das que ficaram, 1 encontra-se doente, só lhe restando 3 cabeças aptas para o trabalho. Assim, pedia para que o Governo lhe fornecesse 4 cabeças de gado, que ele pagaria a prestações com o produto das culturas.

O agricultor Jeremias Nhumaio, da povoação do regedor de Mula, apresentou semelhante pedido, alegando que tinha 3 juntas de bois, das quais morreram 2 com as cheias e presentemente apenas lhe restava 1 junta apta para o trabalho, o que é insuficiente. Pedia que o Governo lhe fornecesse 2 juntas, para pagar após as colheitas, em prestações. Lastimou também que o actual capataz naquela área, da Junta Autónoma de Povoamento Agrário, em vez de os ajudar informando o Governo da necessidade que os agricultores têm de juntas de bois com que pudessem trabalhar as "machambas", facultando-lhes o pagamento a prestações, pelo contrário, ameaça-os de lhes tirar as terras, tendo chegado mesmo a tirar a "machamba" a ele, peticionário. Todavia, devolveu-a depois por ordem do Administrador do Posto.

Pelo Exmo. Senhor Inspector foi então dito, a ambos os agricultores, que o assunto seria posto ao Governo através do relatório que iria apresentar.

Por sua vez, o autóctone Vundecua Francisco Metambe, do grupo de povoações Mahanuquene, expôs o seguinte: Que seu pai, de nome Chingoco, era o antigo chefe de grupo de povoações Mahanuquene. Que após o seu falecimento um dos indunas, de nome Macanzene, apropriou-se das terras que legitimamente pertenciam a ele, Vundecua Metambe. Que em face disso, apresentou queixa ao então Administrador do Concelho, Duran Madeira, alegando que as terras só a ele pertenciam, por ser filho do falecido Chingoco, e não ao Macanzene que nem à sua família pertencia. Que então o Administrador Duran Madeira delegou o assunto no Administrador de Posto Ribeiro, o qual convocou a população e os respectivos "madodas" que foram unânimes em declarar que ele, Vundecua Metambe, era o legítimo chefe do grupo de povoações.

Que após isso, o Administrador Duran Madeira marcou o prazo de duas semanas para, no Posto, com a sua presença, se proceder às "démarches" necessárias à sua investidura.

Que entretanto o referido Administrador adoeceu, tendo vindo a falecer sem que tivesse procedido à sua investidura.

Que após a chegada do actual Administrador do Concelho de Gaza, Senhor Xavier Norton, lhe apresentou o assunto, tendo novamente em Janeiro e em 23 de Maio do ano em curso, exposto a sua reclamação quanto à chefia do grupo de povoações Mahanuquene.

Que o Senhor Administrador Xavier Norton lhe disse para se dirigir ao Administrador do Posto da Serra, e com ele combinasse qual o dia em que se reuniria novamente o regedor, população e "madodas", para com a presença dele, Administrador do Concelho, ser dada solução

ao assunto em questão.

Que após isso se dirigiu ao Senhor Administrador do Posto, o qual lhe disse para aguardar uns dias, pois iria combinar com o regedor, população e "madodas", o dia a designar.

Que, entretanto, teve conhecimento da chegada do Senhor Inspector e então, aproveitando a oportunidade, resolveu expor-lhe também o assunto em causa, solicitando-lhe que intercedesse no sentido de que fosse feita justiça à reclamação dos seus direitos.

Dado que mais nenhum dos presentes desejava falar, o Excelentíssimo Inspector agradeceu a presença de todos, e depois de se ter despedido, individualmente, de cada uma das autoridades tradicionais, deu por encerrada a reunião, eram treze horas e quinze minutos.

E para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada por ele, Excelentíssimo Inspector Tito Lívio Maria Feijóo, e por mim Tomás Gomes Jorge, escrivão que a dactilografei.

FONTES PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA E ECONOMIA POLÍTICA DE GAZA

Luís A. Covane

O estudo da história de Moçambique é um exercício que exige a consulta bastante cuidada das fontes coloniais portuguesas. Essa exigência se faz sentir com maior intensidade quando o período a estudar integra o século XIX. Para o estudo da história do sul de Moçambique anterior à conquista do Estado de Gaza, as outras fontes, como as orais, apresentam problemas bastante sérios, principalmente quando a memória dos informantes começa a falhar, apresentando lendas, mitos e factos históricos tão indistintamente e de quase impossível localização no tempo e no espaço. É precisamente por estas e outras razões metodológicas que na nossa disciplina, e para os períodos em referência, queiramos ou não, as fontes escritas coloniais jogam um papel extremamente importante. Aqui gostaria de manifestar a nossa satisfação pelo rigor, persistência e competência com que o Arquivo Histórico de Moçambique tem conduzido o processo de recolha dos fragmentos da nossa história, dentro e fora do país, quer em forma de documentos originais, quer em forma de microfilmes, tratados e postos à disposição de estudantes, docentes e investigadores nacionais e estrangeiros. É simplesmente gratificante!

A história de Moçambique encontra-se distribuída, de forma bastante fragmentária, em uma diversidade de suportes que importa inventariar e sistematizar para que as novas gerações de investigadores trabalhem num campo em que,

**Director Geral do ARPAC e docente do Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane.*

de forma progressiva, o acesso às fontes seja cada vez menos penoso. Desde papéis avulsos, notas diversas, relatórios manuscritos e impressos, estudos científicos, jornais e revistas especializadas e não especializadas, artigos científicos publicados e não publicados, teses de licenciatura, mestrado e de doutoramento sobre Moçambique, submetidas em universidades nacionais e estrangeiras, fazem parte dos materiais a serem examinados pelos estudiosos para uma efectiva aproximação e conhecimento do nosso passado.

O trabalho que aqui é apresetado não pretende ser a selecção mais representativa do material escrito que existe sobre Gaza. Duas razões poderão ajudar a compreender as limitações que apresenta:

a) A bibliografia foi originalmente produzida no processo de pesquisa para a abordagem de um tema muito específico: Trabalho migratório e agricultura no sul de Moçambique com especial referência para o vale do Baixo Limpopo entre 1920 e 1992. Este foi o título da tese de doutoramento do autor, depositada no Arquivo Histórico de Moçambique. O processo de selecção bibliográfica teve, assim, como ponto de referência o trabalho migratório de Gaza para as minas da África do Sul. O facto de a emigração constituir, desde os meados do século passado, um dos principais polos de atracção da mão-de-obra masculina de Gaza faz com que as fontes para o seu estudo sejam em grande medida as mesmas para o estudo da economia, política e cultura de Gaza, nas diferentes etapas históricas.

b) A necessidade de integrar o estudo num contexto muito mais amplo do que da área delimitada criou espaço para que trabalhos de âmbito nacional, regional e mundial, desde que concorrerem para uma análise comparativa, fossem considerados. Assim, estudos sobre as diferentes manifestações e implicações sócio-económicas e políticas do trabalho migratório nos países vizinhos, incluindo a própria África do Sul, constam desta bibliografia.

A bibliografia está internamente organizada por secções. Começa com a apresentação das fontes primárias existentes no Arquivo Histórico de Moçambique. Os Fundos documentais que mais material oferecem sobre Gaza são os da Administração Civil, Negócios Indígenas, Governo de Gaza,

e Governo Geral. Nestes fundos gozam de particular importância os relatórios dos administradores distritais, dos Curadores dos Indígenas Portugueses na África do Sul e os das Inspeções. A Secção Especial é igualmente de extrema importância pelas monografias elaboradas pelos administradores coloniais sobre os usos e costumes dos moçambicanos e pela quantidade de relatórios versando os diferentes tópicos da história, cultura e economia moçambicanas.

Na África do Sul o autor trabalhou nos Arquivos da Câmara de Minas e Johannesburg e nos Arquivos do Governo em Pretória. A base de acesso à documentação de Pretória foi o sistema computarizado do Departamento de Documentos Históricos da Universidade de Witwatersrand. Através desse sistema é possível informar-se sobre os acervos documentais dos arquivos governamentais sul-africanos, especialmente os de Natal e os de Cape Town. As referências indicadas cobrem as áreas da agricultura e trabalho migratório em Gaza (Gazaland). Os documentos estão organizados de acordo com a sua proveniência ou localização, isto é, e tal como no Arquivo Histórico de Moçambique, temos os Fundos dos Gabinetes do Governador-Geral, Primeiro-Ministro e do Secretário dos Negócios Indígenas.

Outras secções de extrema importância são as dos relatórios oficiais publicados, artigos científicos publicados e a de monografias. A última secção, não porque seja a menos importante, muito pelo contrário, é a das teses de licenciatura, doutoramento e artigos não publicados. É nesta secção onde se concentram as últimas aquisições do saber sobre o assunto.

Das fontes consideradas para esta bibliografia não fazem parte as fontes orais, jornais e revistas não especializadas. Deliberadamente optou-se por oferecer um instrumento de pesquisa baseado exclusivamente em fontes escritas, na maioria dos casos de fácil acesso. Esperamos que este nosso exercício não seja interpretado como discriminatório, no sentido de só se considerar sério um trabalho elaborado com o recurso quase exclusivo às fontes escritas!

1. Arquivos

Moçambique:

Arquivo Histórico de Moçambique (AHM)

Fundos:

Administração Civil (AC), Caixas (Cxs): 7, 8, 15, 18, 57, 60, 64, 84, 89, 96, 101, 105, 120, 140, 154, 187-189, 196, 209, 241, 243, 258, 289, 351, 361, 362, 366, 393, 605, 615, 632, 867, 876.

Nesta colecção acharam-se particularmente úteis os seguintes relatórios:

- Administração da Circunscrição do Bilene, 'Relatório do ano de 1929' (AHM.AC, Cx. 8)
- Administração da Circunscrição civil do Guijá, 'Relatório referente aos anos de 1927 e 1928' (AHM.AC, Cx..8)
- Administração da Circunscrição do Sábie, Moamba, 'Relatório referente aos anos de 1927 e 1928' (AHM.AC, Cx..8)
- Administração da 4a. Circunscrição Civil do Distrito de Gaza, Chibuto-Posto Administrativo de Alto Changane, 25.10.1922, 'Relatório' (AHM.AC, Cx. 8)
- Administração do Posto de Magicane, Manjacaze, 'Relatório, 2.12.1922' (AHM.AC, Cx.8)
- Ferrão, Curador A., 'Relatório do curador sobre a emigração clandestina pelos postos de Pafuri, Massingir e Mapulanguene, 1926' (AHM.AC, Cx.8)
- Nogueira, Lucínio de Almeida Gomes, 'Relatório da Inspeção ordinária à Camara Municipal de Gaza, 1970' (AHM.AC, Cx.8)
- Pires, Júlio Augusto, 'Relatório da Inspeção ordinária à Junta Local de Gaza, 1951' (AHM.AC, Cx.8)
- Santos, Inspector Administrativo António Policarpo de Sousa Santos, 'Relatório de Inspeção ao Concelho de Gaza-sede e Posto de Chongoene, Novembro 1955' (AHM.AC, Cx.7)

Fundo dos Negócios Indígenas (FNI), Cxs: 75, 89, 110, 111, 116, 120, 156, 520, 521, 600, 601, 632, 733, 734, 735, 737, 886-908, 910, 916, 917, 1110, 1123, 1237, 1238, 1240, 1241, 1249, 1250, 1255, 1266, 1302.

Nesta colecção acharam-se particularmente úteis os seguintes relatórios:

- Curadoria Portuguesa na União da Africa do Sul, 'Relatório Anual de 1949' (AHM.FNI, Cx.156)
- Gil, Insp. Adm. Abílio Mendes, 'Inspeção ordinária à Circunscrição

do Sabie e postos administrativos de Ressano Garcia e Machatuine, 1960' (AHM. FNI, Cx. 1110)

— Santos, Inspector Administrativo, interino, António Policarpo de Sousa Santos, 'Relatório de Inspeção ordinária à Intendência de Gaza, 1955' (AHM.FNI, Cx.120)

— WNLA, 'Reports of the Board of Directors, 1931-1964' (AHM.FNI. Cxs 111 and 116)

Fundo do Governo do Distrito de Gaza (FGG), Cxs: 62, 77, 165-175, 212-215, 244, 248, 274-277, 315-317, 371-372, 515.

Nesta colecção acharam-se particularmente úteis os seguintes relatórios:

— Administração do Concelho do Bilene, 'Relatório do ano de 1958' (AHM.FGG, Cx. 168)

— Administração do Concelho do Chibuto, 'Relatório referente ao período de 1 de Janeiro de 1959 a 31 de Dezembro do mesmo ano' (AHM.FGG, Cx. 169)

— Administração do Concelho de Gaza, 'Relatório referente ao ano de 1959' (AHM.FGG, Cx. 169)

— Administração do Concelho de Gaza, 'Relatório e diários de serviço do ano de 1959' (AHM.FGG, Cx. 168)

Governo do Distrito de Gaza, 'Relatório anual, 1966', 2 vols (AHM.FGG, Cx.172)

Fundo do Governo Geral (GG), Cxs: 110, 115, 120, 127, 174, 181, 186-187, 221, 247, 268, 297, 335, 343-344, 484, 489, 524, 679, 702, 899, 934, 868-871, 2205, 2212.

Nesta colecção acharam-se particularmente úteis os seguintes relatórios:

— Ferreira, Aníbal, 'Subsídios para o estudo da colonização europeia em Moçambique com particular referência ao ante projecto da instalação dum colono na Manhica, Agosto de 1955'(AHM.GG, Cx.2212)

Inspeção dos Serviços Administrativos e Negócios Indígenas (ISANI), Cxs: 20, 21.

Nesta colecção acharam-se particularmente úteis os seguintes relatórios:

— Costa, Inspector Administrativo Dr. Francisco de Melo, 'Relatório e documentos referentes à inspeção ordinária à Junta Local e Concelho de Gaza e às Circunscrições de Chibuto e Muchopes, 1941' (AHM.ISANI, Cx. 21)

- Rebêlo, Administrador Abel Augusto Teixeira, 'Relatório da Circunscrição do Bilene, 1955' (AHM.ISANI, Cx. 21)
- Rebêlo, Abel Augusto Teixeira, 'Relatório da Administração do Concelho do Bilene, 1957', Vila da Macia, Março 1958' (AHM.ISANI, Cx. 21)
- Reis, Inspector Administrativo Raul Cândido dos, 'Relatório e documentos referentes à inspecção ordinária às circunscrições de Bilene, Manhiça, Guijá e Magude, 1942' (AHM.ISANI, Cx. 20)
- Santos, Inspector Administrativo António Policarpo de Sousa, 'Relatório das Inspecções às Administrações de: Concelho de Gaza, Circunscrição de Bilene, Circunscrição da Manhiça e Circunscrição de Magude, 1953' (AHM. ISANI, Cx.20)

Secção Especial (SE)

Nesta colecção acharam-se particularmente úteis os seguintes relatórios:

- Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Limpopo, 'Relatório do Ano de 1971', Trigo de Morais, Julho 1972 (AHM.SE. aIV, p1, nº50)
- Ferreira, Mário, 'Monografia Psicossocial da Circunscrição de Marracuené, 1963' (AHM.SE, alII, p.6, no.65)
- Governo do Distrito de Gaza, 'Acta da Reunião de Administradores', João Belo, Outubro 1968 (AHM.SE, a.II, p.9, nº117)
- JAPA, 'Relatório do ano de 1964' (AHM.SE, all, p.3, no.36-3)
- JAPA, 'Relatório de 1967' (AHM.SE: all, p3, no.36-2)
- JAPA, 'Relatório-síntese da actividade da JAPA desde a sua fundação até fins de 1961' (AHM.SE. alII, p3, no.36-1)
- JAPA, 'Relatório-síntese de actividades da JAPA durante o ano de 1962' (AHM.SE. a.II, p.3, 36-2)
- Ruas, Governador Oscar de Vasconcelos, 'Relatório do Governo do Distrito de Gaza, 1955-1960' (AHM.SE, a.II, p.9, nº116a)
- Ruas, Óscar, 'Relatório do Governo do Distrito de Gaza, João Belo, Maio 1962' (AHM.SE, all, p.9, n.º 118).

África do Sul:

Chamber of Mines of South Africa Archives (CMSAA)

Estes documentos estão todos computerizados e microfilmados. Tem muitos documentos referentes ao Sul de Moçambique, recrutamento, salários, pagamento diferido e convenções de trabalho entre Moçambique e África do Sul.

South African Government Archives, Pretoria

Governor General Office (SAA/GG)

GG 156 3/2788; GG 1554 50/969; GG 1541 50/302; GG 1540 50/261; GG 1536 50/68; GG 1604 68/126; GG 1159 50/68; GG 1163 50/336; GG 1603 68/82; GG 901 31/373; GG 1600 66/115; GG 110 3/943; GG 1523 62/2553; GG 174 3/3516; GG, 470/21/104; GG 5919.

Prime Minister Office (SAA/PM)

PM 1/2/151 PM45/8; PM 29 67/1/1909

Secretary for Native Affairs (SAA/SNA)

SNA 1/1/291 916/1901; SNA 74 NA1359/07; SNA 50 NA2912/04; SNA 6 NA328/02; SNA 14 NA2025/02; SNA 16 NA2348/02; SNA 16 NA2399/02; SNA 21 NA2861/02; SNA 21 NA26/03; SNA 43 NA515/04

Government

GOV 1247 PS89/1/10; GOV 18 GEN 441/02; GOV 89 GEN 488/06

Transvaal Native Affairs Department

NTS 2111 225/280

Government Native Labour Bureau

GNLB 44 1149/12;

Official Publications

AMPT PUBS 130 CD3727/106;

2. Relatórios Oficiais Publicados

Almeida, Eugénio Ferreira de, *Relatório do governo do Distrito de Moçambique*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1957

Alves, Manuel Augusto, *Convenção de 1909: relatório acerca da emigração para o Transvaal*, Massinga: Administração da Circunscrição de Massinga, 1921

Andrade, Alfredo Freire de, 'Explorações portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane: relatório da comissão de delimitação da fronteira de Lourenço Marques', *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa (BSGL)*, 13, 5(1894)

Andrade, José Freire de, *Relatórios sobre Moçambique*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1907

Balfour, J.A., *Relatório sobre irrigação com referência especial ao Vale do Limpopo*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1920

Balfour, J.A., *Relatório sobre a irrigação do Vale do Baixo Limpopo com o projecto preliminar*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1921

Balfour, J.A., *Relatório sobre a irrigação nos Vales do Incomati, Maputo e Umbeluzi*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1922

Bettencourt, Gen. José Tristão de, *Relatório do Governador Geral de Moçambique*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945

Cardoso, António Maria, 'Relatório do Chefe da expedição às terras do Muzilla em 1882', *BSGL*, 7, 3(1887)

Chamber of Mines of South Africa, *Annual reports*, Johannesburg: Chamber of Mines of South Africa, 1984 and 1989

Moçambique. Junta de Crédito Agrícola, *Relatório da Junta de Crédito Agrícola na gerência de 1928-1929*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1930

Moçambique. Partido Frelimo, *Relatório do Comité Central ao IV Congresso*, Maputo: Frelimo, 1983

Moçambique. Serviços de Agricultura, *Relatório do Chefe dos Serviços de Agricultura, 1940-1944*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1946

Monteiro, José Firmo de Sousa, *Relatório sobre o resgate dos machongos do Sul do Save referente a 31 de Dezembro de 1953*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1956

Monteiro, José Firmo de Sousa, *Relatório sobre o resgate dos machongos do Sul do Save referente a 31 de Dezembro de 1957*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1959

Mozambique. Frelimo, *Moçambique do Subdesenvolvimento ao Socialismo: Relatório do Comité Central, IV Congresso*, Maputo: Minerva Central, 1983

Rêgo, Paulo Augusto de, *Relatório do Governador interino da província do Sul do Save*, Lourenço Marques: Governo da Província do Sul do

Save, 1943

'Relatório do Governador de Lourenço Marques no ano económico de 1876 a 1877', in *B.O.* 45, 1877

Rodrigues, José Casaleiro d'Alegria, 'Terras de Gaza: relatório do Residente-Chefe relativo ao tempo decorrido desde 20 de Maio de 1886 a 31 de Dezembro de 1887', in *B.O.* 6, 11.2.1988, 86

Serrano, J.A. Matheus, 'Explorações portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane: relatório da Comissão de limitação da fronteira de Lourenço Marques', *BSGL*, 13, 6(1894)

Xavier, Alfredo Augusto de Caldas, 'Reconhecimento do Limpopo: os territórios ao sul do Save e os Vátuas', *BSGL*, 13, 3(1894)

3. Artigos Publicados

Alden, Chris and Simpson, Mark, 'Mozambique: a delicate peace', *Journal of Modern African Studies*, 31, 1(1993)

Almada, José de, 'Relações de vizinhança das colónias portuguesas com os territórios limítrofes', *Boletim Geral das Colónias (BGC)*, 232(1944)

Alpers, Edward A., 'State, merchant capital, and gender relations in southern Mozambique to the end of nineteenth century: some tentative hypotheses', *African Economic History*, 13(1984)

Arrighi, G., 'Labour suppliers in historical perspective: a study of the proletarianization of the African peasantry in Rhodesia', *The Journal of Development Studies*, 6(1970): 197-234

Ballard, Charles, 'John Dunn and Cetshwayo: the material foundations of political power in the Zulu Kingdom, 1857-1878', *Journal of African History (JAH)*, 21(1980)

Beinart, William, 'Transkeian migrant workers and youth labour on the Natal sugar estates, 1918-1948', *JAH*, 32(1991): 41-63

Berg, Jelle Van den, 'A peasant form of production: wage dependent agriculture in Southern Mozambique', *Canadian Journal of African Studies*, 21, 3(1987): 375-389

Bowen, Merle L., 'Beyond reform: adjustment and political power in contemporary Mozambique', *The Journal of Modern African Studies*, 30, 2(1992)

Brito, Luís de, 'Dependência colonial e integração regional', *Estudos Moçambicanos*, 1 (1980)

Brunk, Mathias, 'Undocumented migration to South Africa: more questions than answers', *IDASA's Public Information Series*, 4(1986)

Cabrita, Henrique, 'O comércio de Moçambique com a União da África do Sul e as perspectivas actuais', *BGC*, 288(1949)

Cardoso, J. G. Alfaro, 'A barra do Limpopo', *BSECM*, II, 7(1933): 21-31

Cardozo, José, 'O comércio de Moçambique: sua evolução nos últimos dez anos', *BSEM*, 9(1940)

Comaroff, Jean and Comaroff, John, 'Christianity and colonialism in South Africa', *American Ethnologist*, 1, 13(1986), pp.1-22

Comaroff, Jean and Comaroff, John, 'The colonization of consciousness in South Africa', *Economy and Society*, 18(1989): 267-296

Comaroff, Jean and Comaroff, John, 'The madman and the migrant: work and labor in the historical consciousness of a South African people', (University of Chicago, 1986)

Covane, Luís, 'A emigração clandestina de moçambicanos para as minas e plantações sul-africanas, 1897-1913', *Cadernos de História*, 8(1990): 91-102

Covane, Luís António, 'Considerações sobre o impacto da penetração capitalista no Sul de Moçambique, 1850-1875', *Cadernos de História*, 7(1988): 91-106

Covane, Luís António, 'Oral fieldwork in a war zone: Mozambique, 1991-1992', (*ICS/SSA collected seminar papers*, 48, vol.20, 1994): 191-196

Crush, Jonathan, 'Power and surveillance on the South African gold mines', *JSAS*, 18, 4(1992)

Crush, Jonathan, 'Swazi migrant workers and the Witwatersrand gold mines', *Journal of Historical Geography*, 12, 1(1986): 27-40

Davies, Jackie, 'Cross border migration in Southern Africa: mission report', *IDASA's Public Information Series*, 14(1995)

Dolan, Chris, 'Aliens aboard: Mozambicans in the new South Africa', *Indicator SA*, 12, 3(1995): 29-32

Eldredge, Elizabeth A., 'Delagoa Bay and the hinterland in the early nineteenth century: politics, trade, slaves, and slave-raiding', in Eldredge, Elizabeth A. and Morton, Fred (eds), *Slavery in South Africa: captive labor on the Dutch frontier*, Boulder: Westview Press, 1994

Erskine, St.Vincent, 'Journey of exploration to the mouth of the river Limpopo', *J. Roy. Geogr. Soc.*, 39(1868): 233-273

Erskine, St.Vincent, 'Journey to Umzila's S.E.Africa in 1871-1872', *J. Roy. Geogr. Soc.*, 45(1875): 45-128

Erskine, St.Vincent, 'Third and fourth Journey in Gaza or southern Mozambique, 1873-1874 and 1874-1875', *J. Roy. Geogr. Soc.*, 48(1878): 25-56

Fortuna, Vasco, 'Estruturas económicas de Moçambique', in *Moçambique: curso de extensão universitária ano lectivo de 1964-1965*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1965

Galvão, Lopes, 'Moçambique e União', *O Ilustrado*, 1, 17(1933)

Gordon, Elizabeth, 'Easing the plight of migrant workers families in Lesotho', in Bohning, W.R.(ed.), *Black migration to South africa: a creation of policy oriented research*, Geneva: I.L.O., 1981

Granger, J., 'Irrigação do vale do Limpopo', *BSEM*, 19(1934): 227-261;

Granger, J., 'Irrigação e colonização do vale do Limpopo', *BSEM*, 24(1934): 445-458

Grele, Ronald, 'History and the language of history in the oral history interview: who answers whose questions and why?' (Structure and experience in the making of Apartheid, History Workshop, University of Witwatersrand, 6-10 Janeiro 1990)

Harries, Patrick, 'Kinship, ideology and the nature of pre-colonial labour migration: labour migration from Delagoa Bay hinterland to South Africa, up to 1895', in Marks, Shula and Rathbone, Richard (ed.), *Industrialisation and social change in South Africa: African class*

formation, culture and consciousness, 1870-1930, New York: Longman, 1988

Harries, Patrick, 'Review of Katzenellenbogen, Simon E., *South Africa and Southern Mozambique: Labour, railways and trade in the making of a relationship*, Manchester: Manchester University Press, 1982', in *JSAS*, 11, 2(1984)

Harris, Marvin, 'labour emigration among Moçambique Thonga: cultural and political factors', *Africa*, 29(1960): 50-65

Hedges, David, 'O sul e o trabalho migratório', in Departamento de História da UEM, *História de Moçambique: agressão imperialista, 1886-1930*, Maputo: Tempográfica, 1983

Hedges, David, recensão de Simon E. Katzenellenbogen, *South Africa and southern Mozambique*, in *JAH*, Vol. 24, 3(1983): 399-400

Hedges, David e Rocha, Aurélio, 'Moçambique face à crise económica mundial e o reforço do colonialismo português, 1930-1937', *Cadernos de História*, 4(1986)

Heywood, Linda M., 'The growth and decline of African agriculture in central Angola, 1890-1950', *JSAS*, 13, 3(1987).

Howard, Rhoda, 'Formation and stratification of the peasantry in colonial Ghana', *Journal of Peasants Studies*, 8, 1(1980)

Isaacman, Allen, 'Peasants and rural social protest in Africa', *African Studies Review*, 33, 2(1990)

Isaacman, Allen, 'Peasants, work and labor process: forced cotton cultivation in colonial Mozambique, 1938-1961', *Journal of Social History*, 25, 4(1992): 815-855

Jeeves, Alan H. e Crush, Jonathan, 'The failure of stabilization experiments and the entrenchment of migrancy to the South African gold mines', *Labour, capital and society*, 25, 1(April 1992): 18-45

Johnson, David, 'Clandestine migration in South Central Africa', (*ICS/SSA collected seminar papers*, 40, vol.16, 1990)

Kaunda, Jonathan Mayuyuka, 'Agricultural credit policy, bureocratic decision-making and the subordination of rural women in the development process: some observations on the Kawinga project, Malawi', *JSAS*, 16, 3(1990)

Keegan, Tim, 'The origins of agrarian capitalism in South Africa: a reply', *JSAS*, 15, 4(1989)

Kruks, Sonia e Wisner, Ben, 'The state, the party and female peasantry in Mozambique' *JSAS*, 11, 1(1984)

Kyle, Steven, 'Economic reform and armed conflict in Mozambique', *World Development*, 19, 6(1991)

Leite, Joana Pereira, 'La reproduction du réseau impérial portugais: quelques précisions sur la formation du circuit d'or Mozambique/Portugal, 1959-1973', *Estudos de Economia*, Vol. X, 3(1990): 365-401

Liesegang, Gerhard, 'Notes on the internal structure of the Gaza kingdom in Southern Mozambique, 1840-1895', in J.B. Peires (ed.), *Before and after Shaka: papers in Nguni history*, Grahamstown: Rhodes University, 1981

Lopes Júnior, Miguéis, 'O processo de acumulação da RSA e a situação actual no Sul de Moçambique', *Estudos Moçambicanos*, 1(1980)

Lupi, Eduardo C., 'A camapanha contra o Gungunhana', *Anais*, II, 2(1949): 413-450

Mackintosh, Maureen, 'Agricultural marketing and socialist accumulation: a case study of maize marketing in Mozambique', *The Journal of Peasant Studies*, 14, 2(1987): 243-267

Manghezi, Alpheus, 'Kuthekela: estratégia de sobrevivência contra a fome no Sul de Moçambique', *Estudos Moçambicanos*, 4(1983): 19-49

Marques, José Carlos d'Almeida e Sousa, 'O lobolo é o preço da criança', *BSEM*, XXXI, 132(1962):5-81

Meintjes, Sheila, 'Review of Bundy, Colin, The rise and fall of the South african peasantry', in *JAH*, 23, 1(1982), 127-130

Ministério do Trabalho, "Força do Trabalho", *Revista de Temática Laboral*, 3(1989) and 4(1990)

Monteiro, José Firmo de Sousa and Fonseca, Viriato Faria de, 'Breve notícia sobre o resgate e parcelamento do machongo da Inhamissa', *Documentário Trimestral de Moçambique*, 71(1952): 5-36

Morrel, R., 'Competition and cooperation in Middelburg, 1900-1930', in Beinart, William, et al (ed.), *Putting a plough to the ground: accumulation and dispossession in rural South Africa, 1850-1930*, Johannesburg: Ravan Press, 1986

Murray, Colin, 'Migrant labour and changing family structure in rural periphery of Southern Africa', *JSAS*, 6, 2(1980)

Murray, Martin J., 'the origins of agrarian capitalism in South Africa: a critique of the social history perspective', *JSAS*, 15, 4(1989)

O'Laughlin, Bridget, 'A questão agrária em Moçambique', *Estudos Moçambicanos*, 3(1981): 9-32

Omer-Cooper, J.D. 'Has the Mfecane a future? A response to the Cobbing critique', *JSAS*, 19, 2(1993)

Osborne, Allan, 'Rural development in Botswana: a quantitative view', *JSAS*, 2, 2(1976)

Osório, C. do Amaral, 'Economia corporativa e colonização', *BSEM*, III(1935-1936)

Packard, Randall M. 'Tuberculosis and the development of industrial health policies on the Witwatersrand, 1902-1932', *JSAS*, 13, 2(1987)

Penvenne, Jeanne, review of Simon E. Katzenellenbogen, South Africa and southern Mozambique, in *Africa*, Vol. 55, 1(1985): 106-107

Pereira, R., 'Ideologia e mudança da estrutura social entre os Tsonga de Moçambique', *Ethnologia*, 314(1986): 175-214

Pignatelli, Mário José S.S.C., 'Il plano de fomento Português (Moçambique)', *BSEM*, XXXI, 130(1962): 35-56

Pitcher, M. Anne, 'Sowing the seeds of failure: early Portuguese cotton cultivation in Angola and Mozambique, 1820-1926', *JSAS*, 17, 1(1991): 43-68

Ranger, Terence, 'Growing from the roots: reflections on peasant research in Central and Southern Africa', *JSAS*, 5(1978): 99-133

Reitzes, Maxine, 'Divided on the 'Demon': immigration policy since the election', *Centre for Policy Studies/Policy Review Series*, 8, 9(1995)

*Montado e impresso na Imprensa
da U.E.M.*

